



# DIAGNÓSTICO SOCIAL

2017

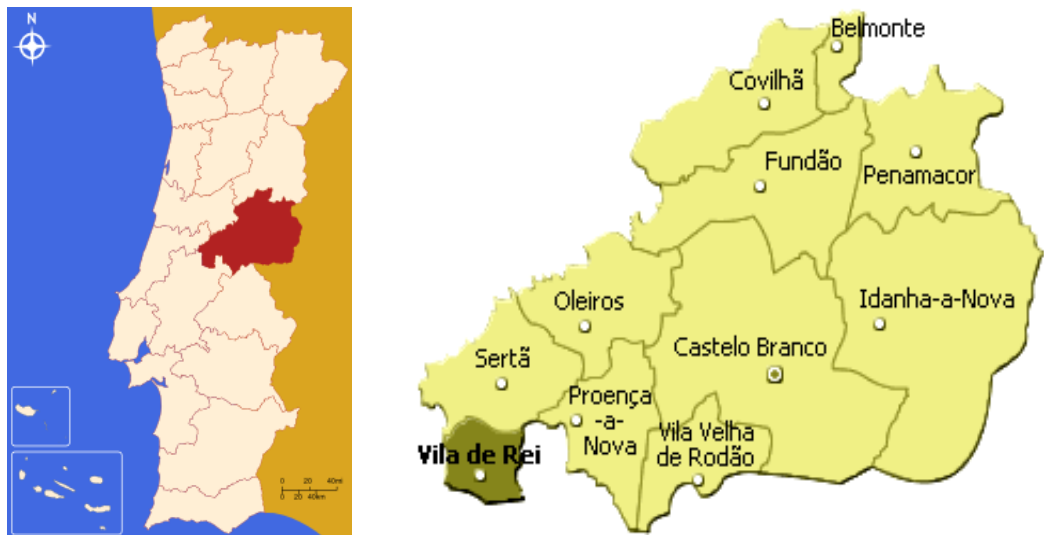
## ÍNDICE

<b>1. Enquadramento espacial e geográfico.....</b>	<b>3</b>
<b>2. Dinâmicas Sociodemográficas e Sociofamiliares.....</b>	<b>13</b>
<b>3. Habitação.....</b>	<b>32</b>
<b>4. Economia.....</b>	<b>49</b>
<b>5. Educação.....</b>	<b>81</b>
<b>6. Saúde.....</b>	<b>92</b>
<b>7. Ação Social.....</b>	<b>113</b>
<b>8. Cultura, Desporto e Turismo.....</b>	<b>156</b>
<b>9. Justiça e Segurança pública.....</b>	<b>192</b>
<b>10. Ambiente e Agroflorestal.....</b>	<b>204</b>

## 1. ENQUADRAMENTO ESPACIAL E GEOGRÁFICO

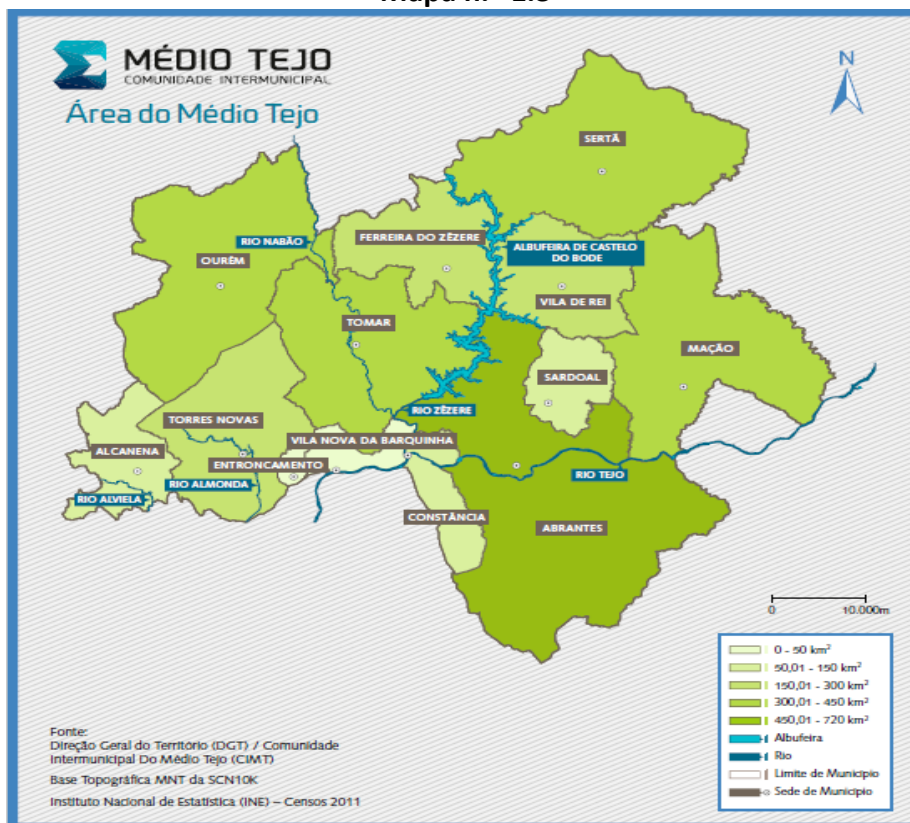
O concelho de Vila de Rei situa-se na Região Centro do território Português, mais precisamente no Centro Geodésico de Portugal Continental, e integra a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, pertencendo ao distrito de Castelo Branco e à Diocese de Portalegre e Castelo Branco.

## Mapas n.º 1.1 e 1.2



*Distrito de Castelo Branco*

## Mapa n.º 1.3



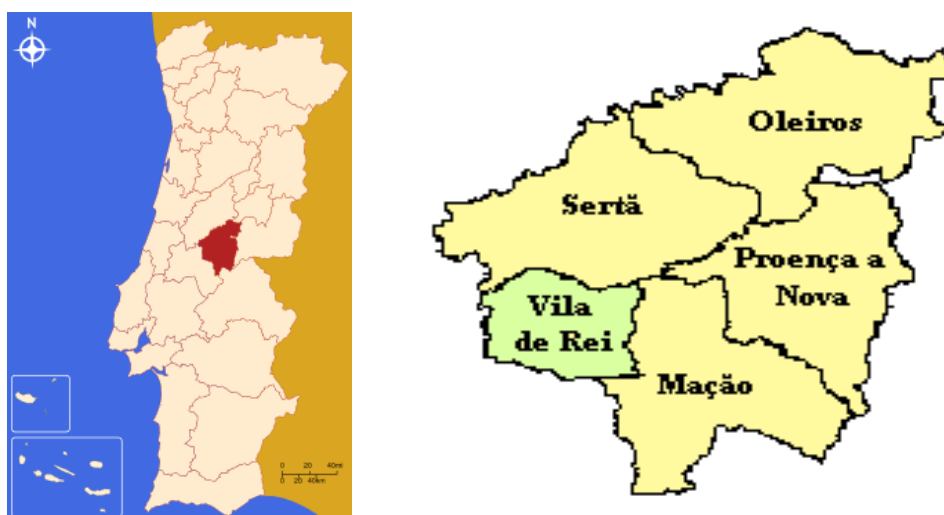
*Comunidade Intermunicipal Médio Tejo*

Vila de Rei surge na zona do Pinhal Interior Sul da área administrativa do distrito de Castelo Branco, sendo o concelho que se encontra na extremidade sudoeste da região.

Vila de Rei possui uma superfície de 191,55 Kms<sup>2</sup> e cerca de 3500 habitantes, que se repartem por 94 aldeias, numa área terrestre bastante distantes entre si<sup>1</sup> e três freguesias (Vila de Rei, Fundada e São João do Peso)<sup>2</sup>.

Em termos administrativos, o concelho de Vila de Rei insere-se na Região NUT II - Região Centro e na Sub-região NUT III - Médio Tejo.

### Mapas n.º 1.4 e 1.5



*Pinhal Maior – Gabinete de Apoio Local*

<sup>1</sup> CENSOS 2011 – XIV Recenseamento Geral da População / IV. Recenseamento Geral da Habitação; Estatísticas do Município de Vila de Rei 2008

<sup>2</sup> Acerca da criação das três freguesias que compõem hoje o concelho, pouca documentação nos chegou havendo somente referência à documentação da Paróquia de São João do Peso com dados a partir de 1611.

*“Não conhecemos qualquer documento que nos revele a data precisa da criação da freguesia. Julgamos, no entanto, não andar muito longe da verdade, afirmando que terá sido criada por volta do ano 1618.*

*Justificamos esta afirmação no facto dessa data corresponder à criação da Freguesia da Fundada e de, até então, tanto Fundada como S. João do Peso estarem integradas na freguesia de Vila de Rei.*

*Por outro lado, acresce ainda que os registos de casamento se iniciaram em 1611, os de batismo em 1630 e os de óbito em 1654. Em 1839 aparece como pertencendo à comarca de Tomar e em 1872 já enquadrada na comarca da Sertã. Por Decreto de 7 de setembro de 1895, o qual suprimiu o concelho de Vila de Rei, foi anexada ao concelho da Sertã, voltando novamente ao primeiro, restaurado por Decreto, em 13 de janeiro de 1898.” OLIVEIRA, Martinho Mendes “Monografia de São João do Peso”, Vila de Rei, Município de Vila de Rei 2008, p7*

A sub-região NUTS III do Médio Tejo localiza-se na região Centro do país (NUTS II), mais especificamente nos distritos de Santarém (norte) e Castelo Branco (sudoeste), abrangendo os concelhos de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

A região do Médio Tejo conta com 247.330 habitantes distribuídos pelos 3.344 km<sup>2</sup> que constituem o território do Médio Tejo, sendo que a soma dos três valores municipais mais elevados, corresponde a Ourém (45.932 habitantes/ 416.68km<sup>2</sup>), Tomar (40.677 habitantes/ 351.20 km<sup>2</sup>) e Abrantes (39.325 habitantes/ 714.69km<sup>2</sup>), equivale a metade do total da população residente. Por outro lado, os valores mais baixos registam-se nos concelhos de Vila de Rei (3.452 habitantes/ 191.55 km<sup>2</sup>), Sardoal (3.941 habitantes/ 92.15 km<sup>2</sup>) e Constância (4.056 habitantes/ 80.37 km<sup>2</sup>).

Quanto à posição geográfica do **concelho de Vila de Rei**, verifica-se que é limitado a Norte pela Ribeira da Isna, fazendo fronteira com o concelho da Sertã. A Oeste, o rio Zêzere e a Albufeira do Castelo de Bode separam este concelho do de Ferreira do Zêzere; a Sul, é a ribeira do Codes e a mesma Albufeira que estabelecem a linha de fronteira com o Sardoal e Abrantes; a Este, pelo concelho de Mação.

No concelho de Vila de Rei é assinalado o Centro Geodésico de Portugal, no seu ponto mais alto (Serra da Milriça), a 592 m de altitude.

No que se refere a distâncias geográficas, o concelho de Vila de Rei encontra-se a 21 Km da Sertã, a 25 Km de Abrantes, a 90 Km de Castelo Branco, a 110 Km de Portalegre e a 190 Km de Lisboa.

O Município de Vila de Rei tem uma área de 19.126 hectares (191 Km<sup>2</sup>) e é constituído por três freguesias: Vila de Rei, Fundada e S. João do Peso, contando com perto de 100 povoações.

## Mapas n.º 1.6 e 1.7



*Localização do concelho de Vila de Rei*

Cerca de 40 Km de margem com a albufeira, vales profundos, serras altaneiras, várias quedas de água, enormes conheiras resultantes de explorações auríferas do tempo dos romanos, aldeias típicas, museus temáticos, praias fluviais, enquadradas em ambiente de eleição, a gastronomia e a pureza do ar, constituem os atrativos naturais e patrimoniais que individualizam o concelho de Vila de Rei e se oferecem em bem-estar, conforto, lazer e deleite cultural a quem o visita com toda a comodidade, dadas as novas e rápidas acessibilidades viárias.

## **Freguesia da Fundada**

A freguesia da Fundada foi criada em 1618, deixando do desmembramento de uma única, que então abrangia todo o concelho e tinha sede em Vila de Rei. Confronta a norte com a freguesia de Palhais (concelho da Sertã); a nascente com S. João do Peso; a sul com Vila de Rei; e, a poente com a Frazoeira (concelho de Ferreira do Zêzere).

Atualmente, tem 13 aglomerados, que se referem: Abrunheiro Grande, Abrunheiro Pequeno, Aldeia, Cabeça do Poço, Fonte das Eiras, Fouto, Lagoa Cimeira, Lagoa Fundeira, Monte Novo, Relva do Boi, Ribeira, Silveira e Vilar do Ruivo.

## **Freguesia de S. João do Peso**

A freguesia de S. João do Peso tem como limites: a nascente a freguesia de Cardigos e o concelho de Mação; a ocidente, a Fundada; a norte, Sto. António do Marmeleiro (Concelho da Sertã); e a sul, a freguesia de Vila de Rei.

Fazem parte desta freguesia 7 aldeias: Algar, Lameiras do Algar, Ribeiro do Algar, Cimo de Valongo, S. João do Peso, Portela dos Colos e Sesmarias.

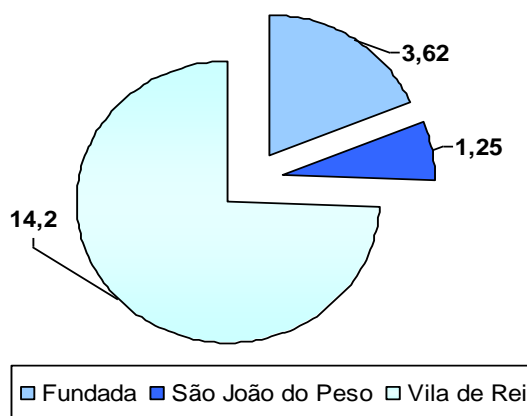
Tal como a Fundada, foi em 1618 que S. João do Peso surgiu como freguesia, tendo resultado no seguimento do crescimento populacional e da falta de acessibilidades que impediam as deslocações até à sede do concelho.

## **Freguesia de Vila de Rei**

A sede de freguesia de Vila de Rei coincide com a sede de concelho.

Situam-se nesta freguesia o Centro Geodésico de Portugal e alguns dos locais mais emblemáticos do território em questão, que se constitui por 94 aldeias, estando apenas 88 habitadas, sendo eles: Abrunheiro Grande, Abrunheiro Pequeno, Água Formosa, Aivado, Alcamim, Aldeia do Couço, Almofala, Avela, Azenha Cimeira, Azenha do Meio, Azenha Fundeira, Boafarinha, Borda da Ribeira, Borreiros, Braçal, Brejo Cimeiro, Brejo do Cerro, Brejo Fundeiro, Cabeça do Poço, Cabecinha, Casais da Pereira, Casal Cimeiro, Casal Novo, Cercadas, Cidreiro, Cimo do Valongo, Eira, Eira Velha, Escalvadouro, Estevais, Fernandaires, Fonte Boa, Fonte das Eiras, Fouto, Francelheira, Fundo da Lameira, Ladeira, Lagoa Cimeira, Lagoa Fundeira, Lameiras do Algar, Lavadouro, Lousa, Macieira, Malhada, Marmoural, Milreu, Milriça, Monte Novo, Orgueira, Palhota, Paredes, Penedo, Pereiro Cimeiro, Pereiro Fundeiro, Pisão Cimeiro, Pisão Fundeiro, Portela, Portela do Curral, Portela dos Colos, Quinta das Laranjeiras, Quinta do Pranto, Relva, Relva do Boi, Ribeira, Ribeiros, S. Martinho, Salavisa, São João do Peso, Seada, Sesmarias, Silveira, Sobreiras Altas, Trutas, Valadas, Valadinhas, Painel, Vale da Urra, Vale das Casas, Vale do Grou, Vale Velido, Várzeas, Várzea de Ordem, Vila de Rei, Vilar, Vilar Chão, Vilar do Ruivo, Zaboeira, Zevão.

**Gráfico n.º 1.1**



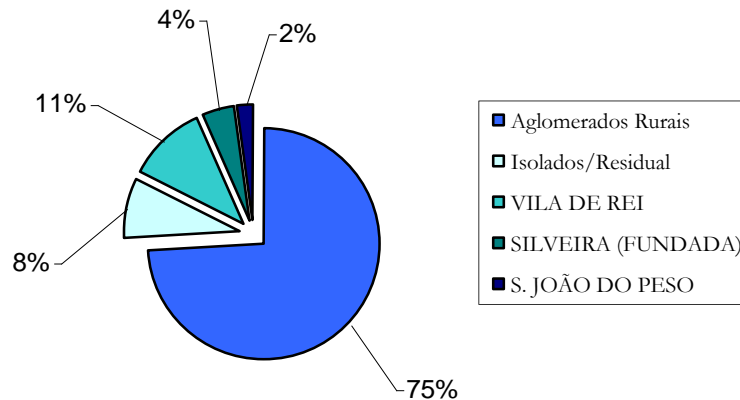
*Território Municipal – Área (ha) das Freguesias do Concelho de Vila de Rei. Fonte: INE, Censos, 2011*

Através do gráfico anterior, é possível verificar as áreas oficiais das freguesias do concelho de Vila de Rei, relativamente à área territorial total do concelho – 19.07 ha. Destaca-se a freguesia de Vila de Rei, que representa cerca de 75% da área do concelho, e São João do Peso representa a menor, tanto em área como em população.



Segundo os Censos 2011, a população total do concelho de Vila de Rei era de 3452 habitantes, com 638 na Fundada, 204 em S. João do Peso e 2610 em Vila de Rei.

**Gráfico n.º 1.2**

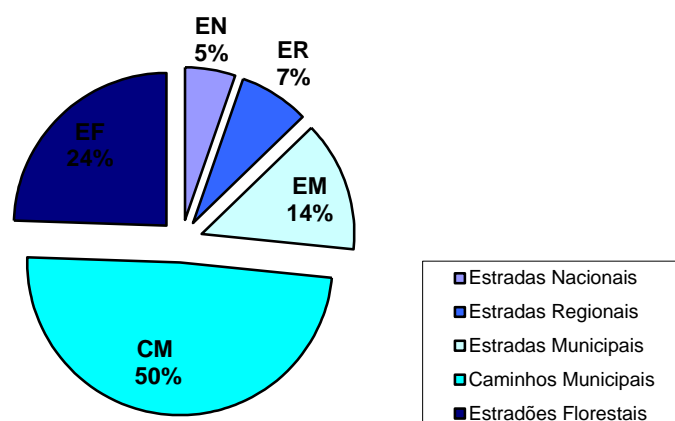


*Distribuição da população dentro e fora das sedes de freguesia do concelho de Vila de Rei. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2011*

Pela observação do gráfico anterior, verifica-se que 17% da população reside nas sedes de freguesia, enquanto que os restantes 83% se encontram dispersos pelos aglomerados rurais ou em pontos isolados do Município. A população destes aglomerados é considerada como isolada ou residual, provavelmente, devido ao reduzido número de habitantes e dispersão dos mesmos.

No que toca a acessibilidades e transportes, podemos caracterizar a estrutura rodoviária do concelho de Vila de Rei, como radial, sendo que a sede de concelho se encontra no centro do território municipal.

**Gráfico n.º 1.3**

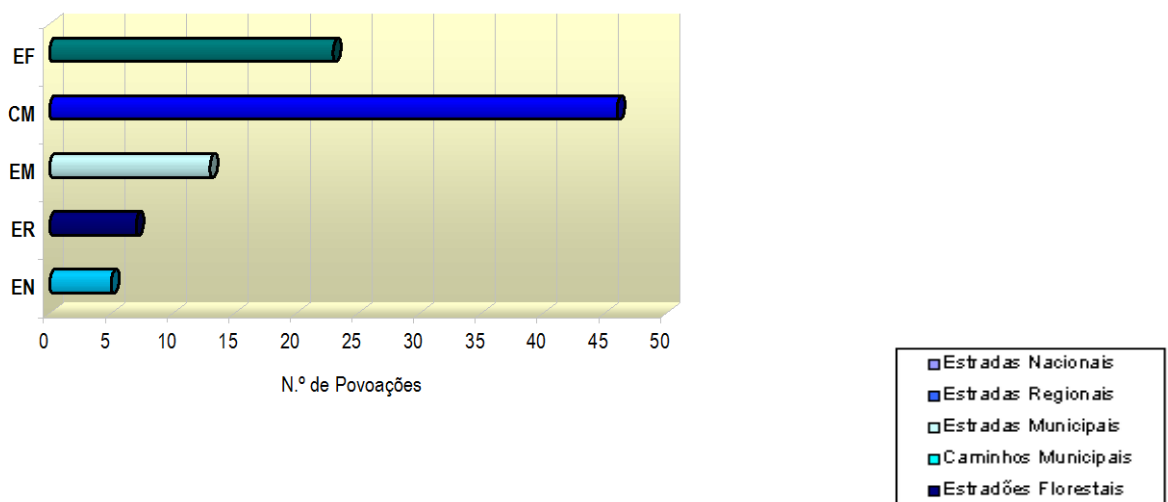


*Povoações servidas por tipo de acesso (%). Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2011*

Tendo em conta o Gráfico n.º 1.3, verifica-se que a predominam os caminhos municipais e os estradões florestais, os quais servem grande parte das aldeias existentes.

A rede de estradões florestais é muito importante para o concelho, não só pelas suas características florestais que contribuem para o combate a incêndios, mas também por consistirem no único acesso a alguns locais de turismo, em particular, a praias fluviais e locais onde se desenvolvem atividades desportivas, as quais promovem o contacto com a natureza.

**Gráfico n.º 1.4.**



*N.º de Populações segundo os tipos de acessos rodoviários. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei - 2011*

A análise do gráfico anterior permite concluir que, aproximadamente, 46% das aldeias possuem os caminhos municipais como acesso principal, bem como que 24% das povoações só têm acesso através de estradões florestais. No entanto, estes últimos apresentam características municipais, ou seja, encontram-se pavimentadas e com bermas consolidadas. A rede rodoviária municipal é constituída por um número significativo de vias classificadas como caminhos municipais e estradões florestais, que se aproximam do que se entende por estradas municipais.

A maioria das vias existentes, excetuando os estradões florestais, encontram-se em bom estado de conservação, permitindo fáceis acessos a qualquer ponto do concelho.

De igual modo, verifica-se que, aproximadamente, 29,8% das povoações possuem mais de um acesso, um principal e um secundário, este último de nível inferior, relativamente ao acesso principal.

A circulação entre as povoações é, no entanto, efetuada com recurso às vias estruturantes do concelho, resultado do estado de conservação dos acessos secundários.

Os eixos principais de transportes fazem-se, não obstante o transporte particular, pela EN2 e ER 348, com menor volume de tráfego na primeira. Observa-se que o tráfego médio anual da EN2 se situa entre 2001 a 2500 veículos/dia, enquanto que o tráfego médio da ER 348 se situa entre os 501 a 1000 veículos/dia, segundo dados das Estradas de Portugal.

Os transportes de mercadorias fazem-se sobretudo pela EN2, que estabelece a ligação entre a A23 e o IC8. Esta via é estruturante e de extrema importância para as três zonas industriais existentes no concelho. Assim, poder-se-á afirmar que a EN2 é, sobretudo, de utilização nacional e regional. De igual modo, a ER348 revela-se como uma via estruturante, predominantemente de utilização local e intermunicipal.

Os transportes públicos existentes no concelho fazem a ligação entre os concelhos da Sertã e de Abrantes (via EN2) e entre os de Ferreira do Zêzere e Sertã (via ER 348 e EN2).

O Município de Vila de Rei assegura na sua área territorial o transporte a todas as crianças e jovens, desde o ensino pré-escolar ao ensino secundário, para o Agrupamento de Escolas de Vila de Rei. Para tal dispõe de três veículos ligeiros de passageiros, com a capacidade de 9 lugares (incluindo o motorista) e quatro veículos pesados de transporte de passageiros, com as seguintes capacidades, um de 51 lugares (incluindo o motorista), outro de 28 lugares (incluindo o motorista), um de 20 lugares (incluindo o motorista) e, por último, um de 17 lugares (incluindo o motorista).

Com os mesmos veículos, em horários e dias específicos, a Câmara Municipal efetua igualmente transportes municipais, gratuitos e direcionados à população em geral. Estas viagens realizam-se entre as várias aldeias e a sede do concelho, todas as terças e quintas-feiras, tendo o início às 9h00 e o regresso às 14h00. Todas as terças-feiras são transportados os habitantes das freguesias da Fundada e São João do Peso e todas as quintas-feiras são transportados os habitantes de toda a freguesia de Vila de Rei. Este apoio do município tem uma função muito importante, mas sendo a frequência deste

---

transporte apenas de uma vez por semana, torna-se diminuto face à procura da população, uma vez que se assume como o único recurso que possuem para deslocações a consultas médicas e/ou a serviços específicos.

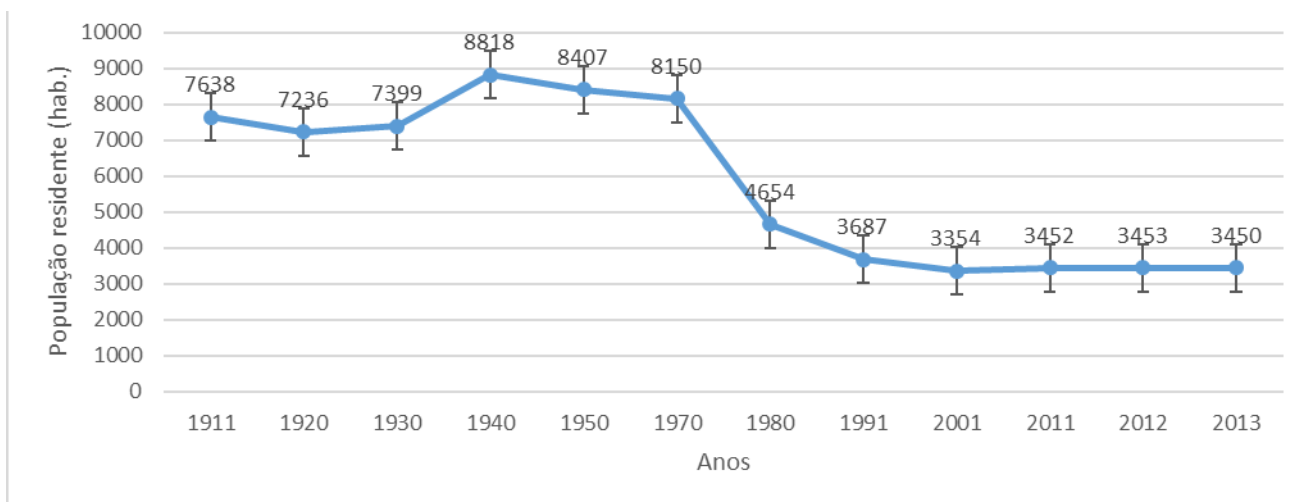
Para além destes transportes, são disponibilizados táxis em Vila de Rei, na Fundada e em São João do Peso permitindo a deslocação da população residente que não possui veículo.

## 2. DINÂMICAS SOCIO-DEMOGRÁFICAS E SOCIO-FAMILIARES

Os dados recolhidos foram elaborados de acordo com o levantamento de registos dos Censos da população, procurando-se observar as tendências demográficas que influenciaram o território populacional do concelho de Vila de Rei.

A Evolução Demográfica do concelho de Vila de Rei não se tem diferenciado dos demais concelhos do interior do País, consequência do êxodo rural e da emigração. Nos anos 40, apresentava um volume populacional de, aproximadamente, 9 mil habitantes, devido ao facto de, naquela década, um número significativo de pessoas se dedicarem exclusivamente às explorações agrícolas e florestais.

**Gráfico n.º 2.1**



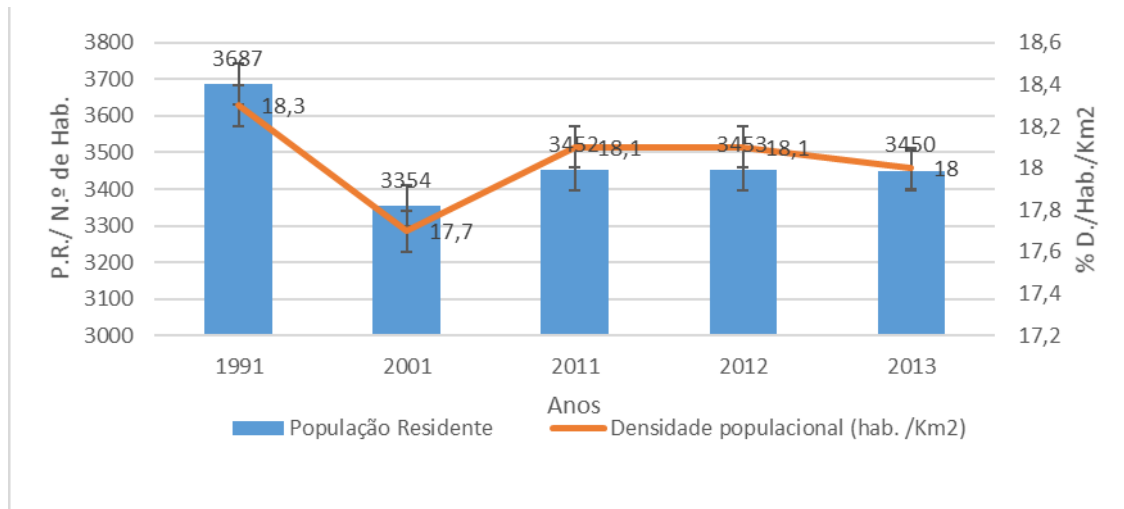
*Evolução demográfica do concelho entre 1900 a 2013. Fonte: INE Censos 1900/2011 e População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas Anuais da População Residente*

Posteriormente, verificou-se uma acentuada redução do efetivo populacional (58%, entre 1940 a 1991), a qual suavizou somente a partir de 1991. A migração, principalmente para a cidade de Lisboa, em busca de melhores condições de vida, será considerada responsável pelo decréscimo populacional.

Entre 2001 e 2011, a população residente no concelho de Vila de Rei aumentou, uma vez que passou de 3354 para 3452 habitantes. Segundo estimativas provisórias, verificou-se um aumento ligeiro, em 2012, seguido de um pequeno decréscimo (2013).

Neste sentido, a evolução demográfica do concelho tem sido desvantajosa, proveniente do acentuado envelhecimento populacional, pesando o fator de mortalidade que, nos últimos anos, tem contribuído para a situação (*vide gráfico anterior*).

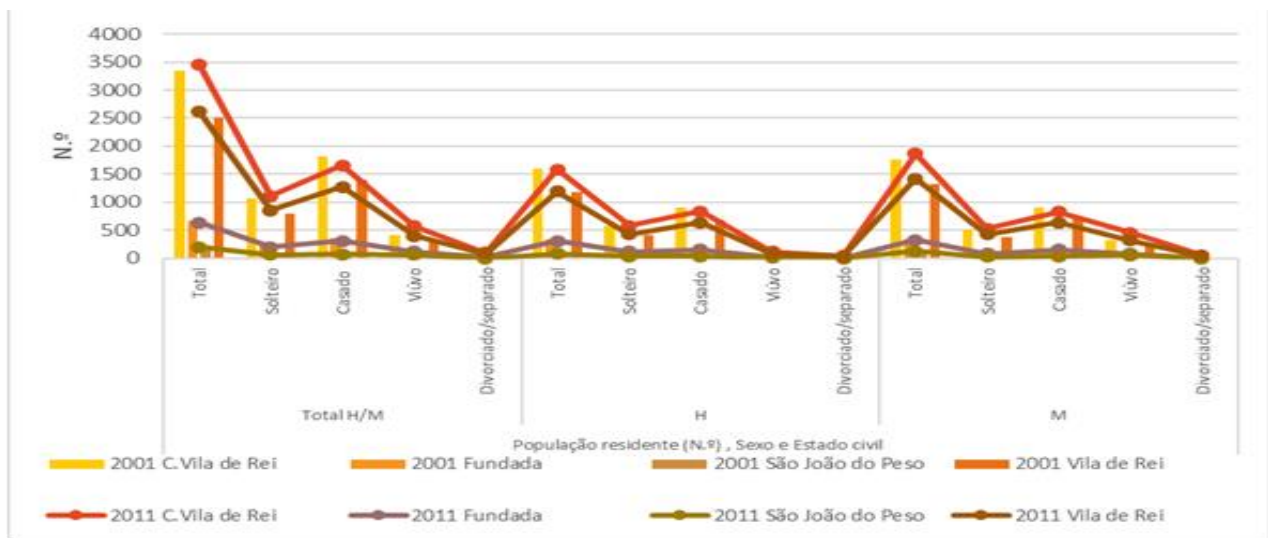
Gráfico n.º 2.2



Evolução da população residente e da Densidade populacional. Fonte: INE Censos 1981/2011 e População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas Anuais da População Residente (2012 e 2013)

Neste sentido, a densidade populacional confirma-se o exposto no gráfico anterior.

Gráfico n.º 2.3



População residente

Tabela n.º 2.1

Zona Geográfica	População Residente por sexo					
	2001			2011		
	HM	H	M	HM	H	M
Vila de Rei	2604	1176	1428	2610	1192	1418
Fundada	676	338	338	638	311	327
São João do Peso	174	77	97	204	79	125
Concelho Vila de Rei	3354	1591	1763	3452	1582	1870

População residente por sexo. Fonte: INE Censos 2001/2011

Analisando a tabela anterior com os dados da população residente, constata-se que o número total de residentes no concelho, em 2011, era de 3452, dos quais 1582 homens e 1870 mulheres.

O Gráfico n.º 2.3 da população residente por sexo e estado civil, por freguesia, o número total de homens diminuiu ligeiramente entre os dois momentos considerados (passou de 1591 para 1582). De igual modo, o número de homens casados também diminuiu (passou de 910 para 833). Por sua vez, o número de viúvos e divorciados aumentou (de 86 para 120 e de 22 para 44, respetivamente).

No caso das mulheres, verificou-se um aumento do seu número total (de 1763 para 1870), sendo que também aumentou o número de viúvas e divorciadas (passou de 325 para 457, e de 19 para 55, respetivamente). Por sua vez, o número de mulheres casadas diminuiu (passou de 914 para 828).

Quanto aos dados das freguesias, Vila de Rei era a que possuía maior população residente (2504 em 2001; e 2610 em 2011), sendo o número de homens de 1192 e de mulheres de 1418 (em 2011).

A freguesia da Fundada possui uma população residente total de 638, dos quais 311 são homens e 327 mulheres. Por seu lado, a freguesia de S. João do Peso tem um total populacional de 204 habitantes, sendo 79 homens e 125 mulheres. Esta é a freguesia que possui uma menor porção de indivíduos divorciados, quer homens quer mulheres (5 em 2001 e 4 em 2011).



Tabela n.º 2.2

Local de residência	Idade média (Anos) da população residente	
	2001	2011
Portugal	39,01	41,83
Continente	39,19	42,01
Centro	40,79	43,79
Pinhal Interior Sul	46,89	50,03
C. Vila de Rei	49,03	52,87
Fundada	52,50	57,74
São João do Peso	51,74	62,07
Vila de Rei	47,90	50,97

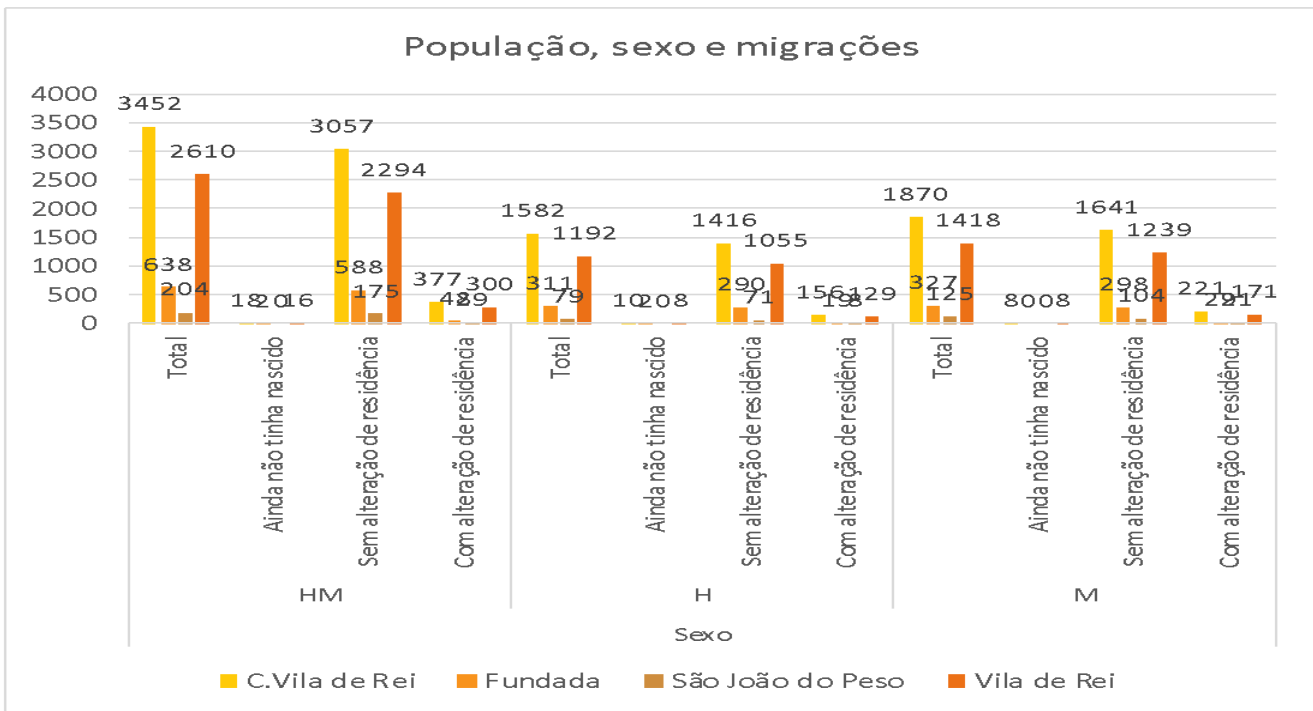
*Idade média em anos, da população residente; Fontes: Idade média (Anos) da população residente por Local de residência (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Censos - séries históricas; Idade média (Ano) da População residente por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação*

Analisando a tabela acima, a idade média da população residente no concelho de Vila de Rei à data de 2011, aumentou entre os anos 2001 e 2011, passando de 49,03 para 52,87 anos, mantendo-se sempre acima da média nacional. No último período de tempo considerado, a idade média das pessoas do concelho passou também a ser superior à idade média das pessoas residentes na zona centro e na zona do pinhal interior sul (Tabela n.º 2.2).

Das freguesias do concelho, São João do Peso foi aquela onde a idade média das pessoas aumentou mais, passando de 51,74 para 62,07 anos. Por seu lado, Vila de Rei foi a freguesia que sofreu menor aumento, passando de 47,90 para 50,97 anos.

Perante estes dados, não é de estranhar que algumas aldeias se encontrem em ruínas, sem qualquer habitante, e que noutras vivem apenas uma ou duas pessoas (isolamento sociogeográfico). Este despovoamento das aldeias reflete-se na migração dos seus habitantes, sendo também de considerar a sua deslocação para as sedes de freguesia e, principalmente, para a sede do concelho.

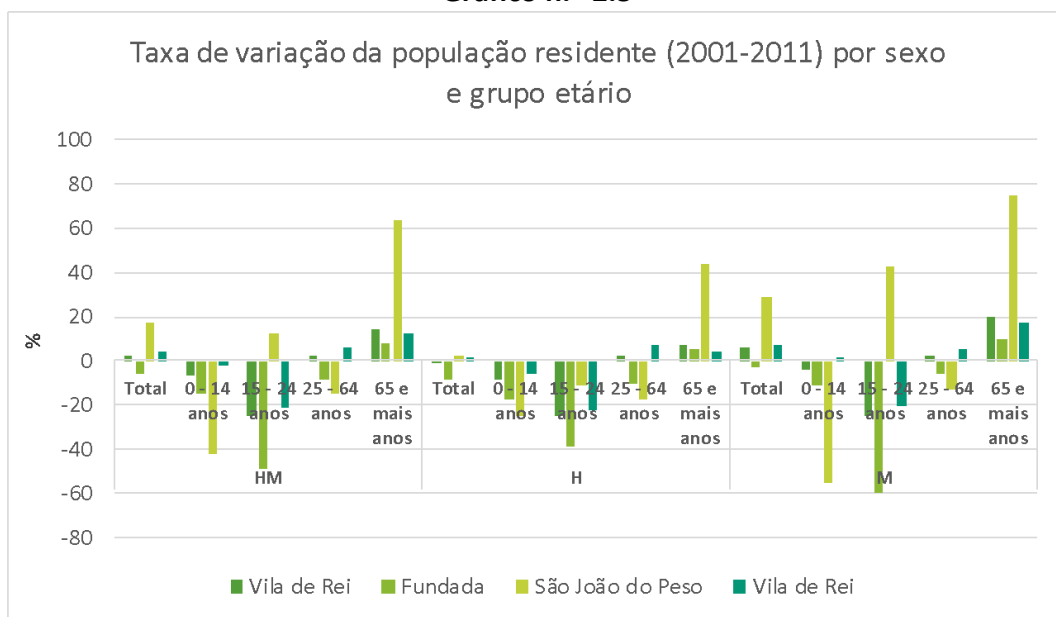
Gráfico n.º 2.4



População residente por sexo e alteração de residência nos dois anos anteriores

A grande maioria da população residente no concelho de Vila de Rei, em 2011, tinha mantido a residência no concelho pelo menos nos dois últimos anos. Mais de metade das pessoas que alteraram a residência eram mulheres (221), ou fizeram-no para a freguesia de Vila de Rei (300 pessoas).

Gráfico n.º 2.5



Taxa de variação da população residente por sexo e grupo etário

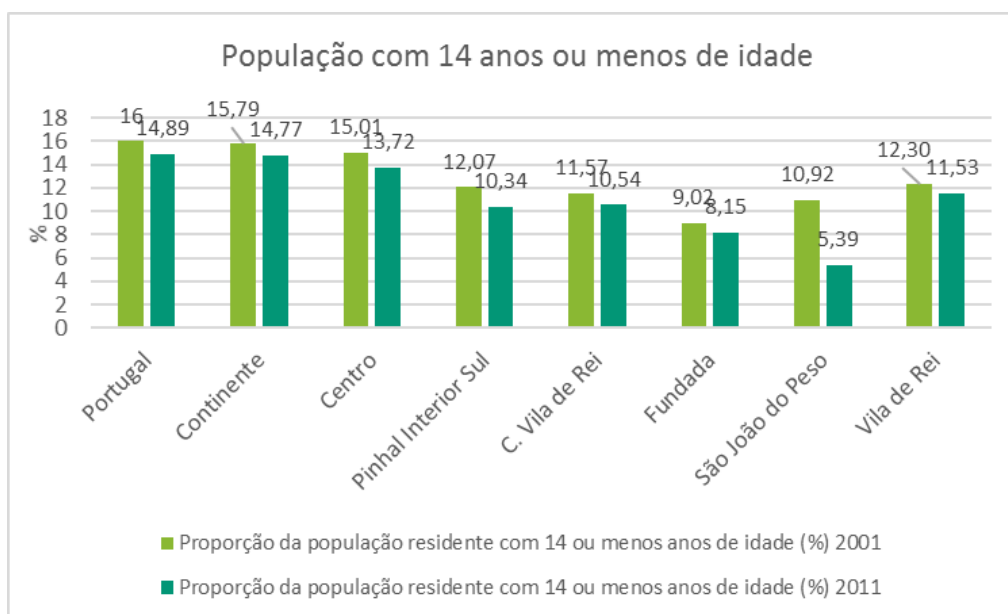
No geral, o concelho de Vila de Rei sofreu variações positivas na quantidade de residentes, em todas as freguesias, exceto na Fundada (que teve uma variação de -5,62% no período de tempo considerado). A população decresceu mais nas faixas etárias dos 0-14 e dos 15-24 anos, tendo aumentado mais na faixa com mais de 65 anos de idade, especialmente na freguesia de S. João do Peso (63,89%).

A proporção de homens diminuiu em quase todas as faixas etárias, exceto no grupo etário 25-64 anos residente na freguesia de Vila de Rei (7,08%), e em todas as freguesias para a faixa etária com 65 anos ou mais.

Quanto à proporção de mulheres, variou negativamente na faixa etária de pessoas dos 0-14 residentes em todas as freguesias, e para a faixa etária de pessoas entre os 15 e os 24, residentes nas freguesias de Vila de Rei e Fundada. A faixa etária de pessoas com mais de 65 anos foi a que registou uma variação mais robusta na população residente, em especial na freguesia de S. João do Peso, cuja população feminina aumentou 74,47% no período de tempo considerado.

O maior número de população feminina poderá relacionar-se com o fator demográfico de uma percentagem significativa de idosos, bem como o facto estes ao ficarem viúvos seguirem opções de vida diferentes. Mais concretamente, é habitual as mulheres permanecerem viúvas, mas pouco comum tal acontecer com os homens, que na sua maioria voltam a casar.

Gráfico n.º 2.6

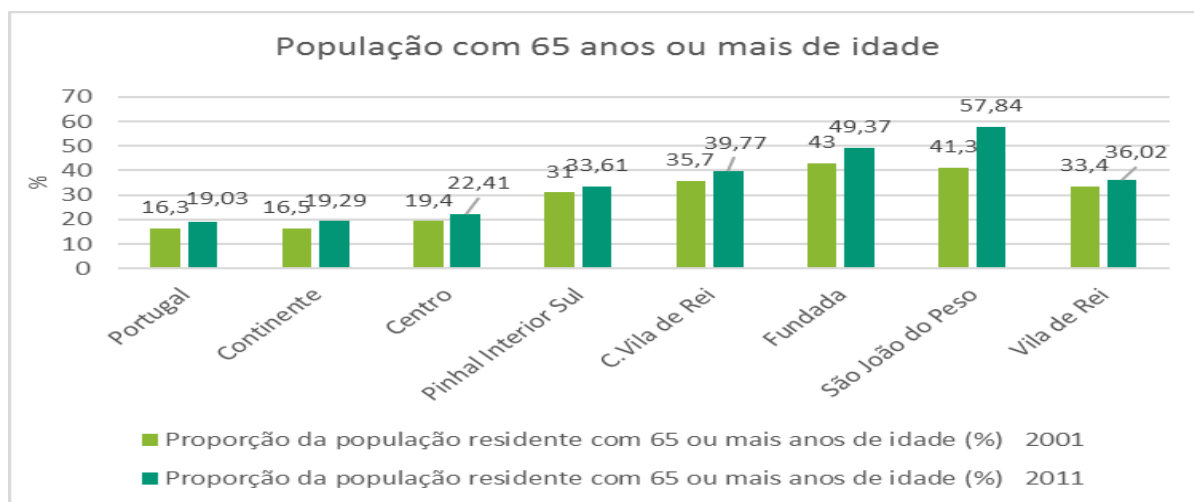


População residente com 14 anos ou menos – Fonte: Proporção da população residente com 14 anos ou menos de idade (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001)

A proporção da população do concelho de Vila de Rei com 14 anos ou menos de idade diminuiu entre 2001 e 2011, passando de 11,57% para 10,54% (Gráfico n.º 2.6.), e situou-se abaixo da proporção da população do país e das regiões consideradas, com a exceção da zona do Pinhal interior sul para o ano de 2011.

A freguesia com maior proporção de população com 14 anos ou menos foi a de Vila de Rei (com 12,30% em 2001 e 11,53% em 2011). Por seu turno, São João do Peso teve o decréscimo mais abrupto, passando de 10,92% para 5,39% de pessoas com 14 ou menos anos de idade.

**Gráfico n.º 2.7**

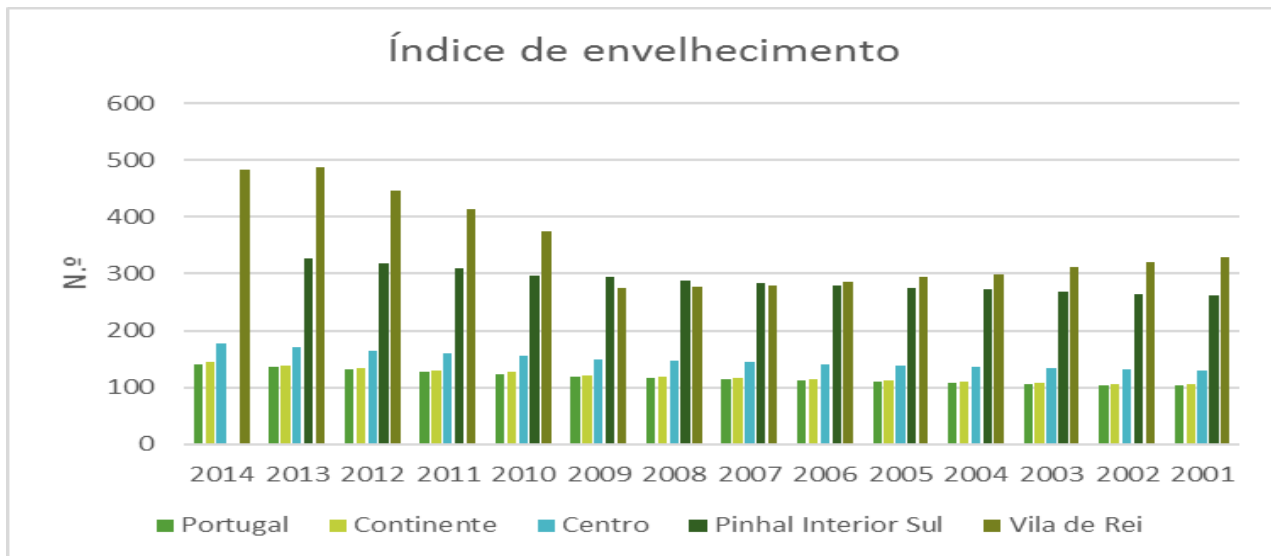


População residente com 65 anos ou mais – Fonte: *Proporção da população residente com 65 anos ou mais de idade (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*

No respeitante à população com 65 anos ou mais de idade, a proporção no concelho de Vila de Rei foi superior à do país e à das zonas geográficas em que o concelho foi considerado (Gráfico n.º 2.7). A proporção de idosos aumentou ainda no período 2001-2011, passando de 35,70% para 39,77% da população do concelho.

A proporção de pessoas com 65 anos ou mais foi mais elevada para a freguesia de São João do Peso (passou de 41,30% para 57,84%), e mais reduzida para a freguesia de Vila de Rei (passou de 33,40% para 36,02%).

Gráfico n.º 2.8



Índice de Envelhecimento, Fonte: Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (NUTS – 2002); Anual – INE, Estimativas Anuais da População Residente; Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (NUTS – 2013); Anual – INE, Estimativas Anuais da População Residente

Nos últimos anos, o índice de envelhecimento do concelho aumentou consideravelmente, em especial no período temporal de 2010 a 2013 (Gráfico n.º 2.8). O pico no índice de envelhecimento foi atingido no ano de 2013 (existiam 487,9 idosos para cada 100 jovens), enquanto que no ano de 2009 foi atingido o valor mínimo (havia 274,5 idosos para cada 100 jovens).

Estes dados, confirmam o forte envelhecimento do concelho de Vila de Rei da população, tendo relação direta com a sua evolução populacional, com o aumento da esperança média de vida e com a dependência da população idosa relativamente à população jovem e ativa.

## Mobilidade e Dependência

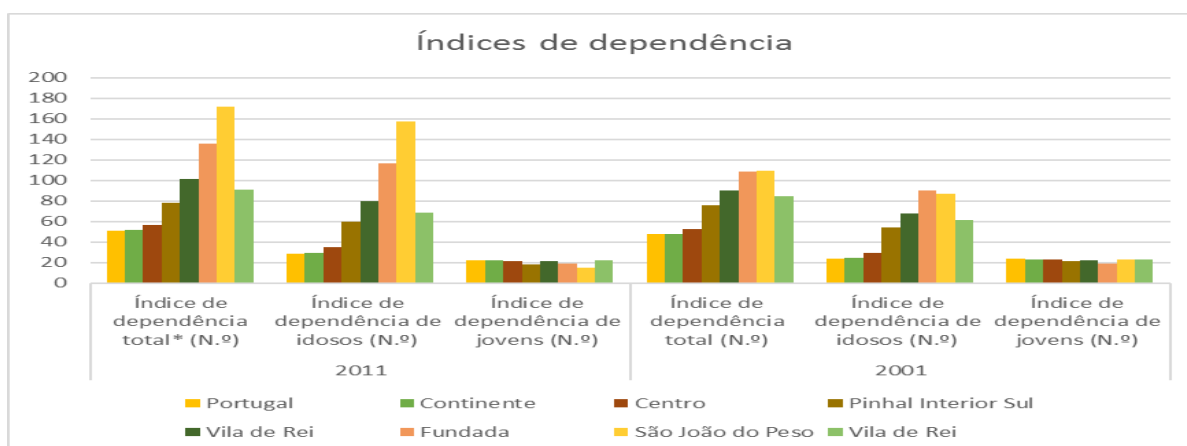
### Índices de dependência

Quer nos Censos 2001 quer nos 2011, o índice de dependência total para o concelho de Vila de Rei, isto é, o índice que relaciona a quantidade de população “dependente” (crianças e idosos) com a quantidade da população ativa, foi superior aos índices de dependência das regiões consideradas (Gráfico n.º 2.9).

Em 2001, existiam cerca de 90 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa, número que aumentou em 2011, quando existiam cerca de 101,3 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa.

A freguesia com maior índice de dependência total foi São João do Peso, quer em 2001 (110 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa) quer em 2011 (172 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa).

Gráfico n.º 2.9



*Índices de dependência, Fontes: Índice de dependência de idosos (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal – INE, Recenseamento da População e Habitação; Índice de dependência total (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal – INE, Recenseamento da população e Habitação; Índice de dependência de jovens (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011);*

No que respeita à dependência de idosos, os valores do concelho foram superiores aos das outras regiões, quer em 2001 (67,9) quer em 2011 (80).

A freguesia com um índice mais elevado de dependência de idosos, em ambos os períodos temporais, foi São João do Peso, tendo estes valores aumentado de 80,7 para 157,3 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa.

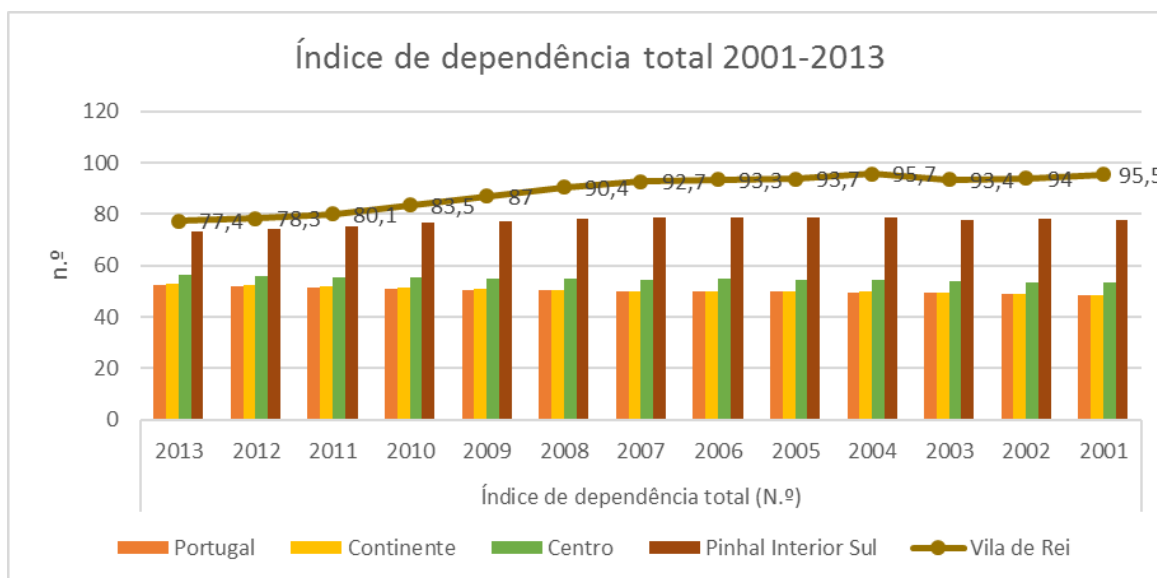
Quanto ao índice de dependência de jovens, este diminuiu ligeiramente, estando em valores muito próximos dos das regiões consideradas, com 21,9 (2001) e 21,2 (2011) jovens com menos de 15 anos para cada 100 pessoas em idade ativa.

Entre 2001 e 2011, este índice aumentou para a freguesia da Fundada, existindo 19,2 jovens menores de 15 anos para cada 100 pessoas em idade ativa (ano de 2011), quando outrora haviam 18,8.

Considerando globalmente os índices de dependência, o índice de dependência total foi mais influenciado pelo número de idosos do que pelo número de jovens, pelo que a sua diminuição pode ser entendida como um sinal positivo.

Nos dados após os Censos, os índices de dependência total foram revistos (Gráfico n.º 2.10), tendo o valor de 2001, relativo ao concelho de Vila de Rei, sido revisto para 95,5 dependentes por cada 100 pessoas em idade ativa e o valor relativo ao ano de 2011 para 80,1.

Gráfico n.º 2.10



Índice de dependência total 2001-2013, Fonte: Índice de dependência total (N.º) por local de residência (NUTS – 2002); Anual – INE, Estimativas Anuais da População Residente

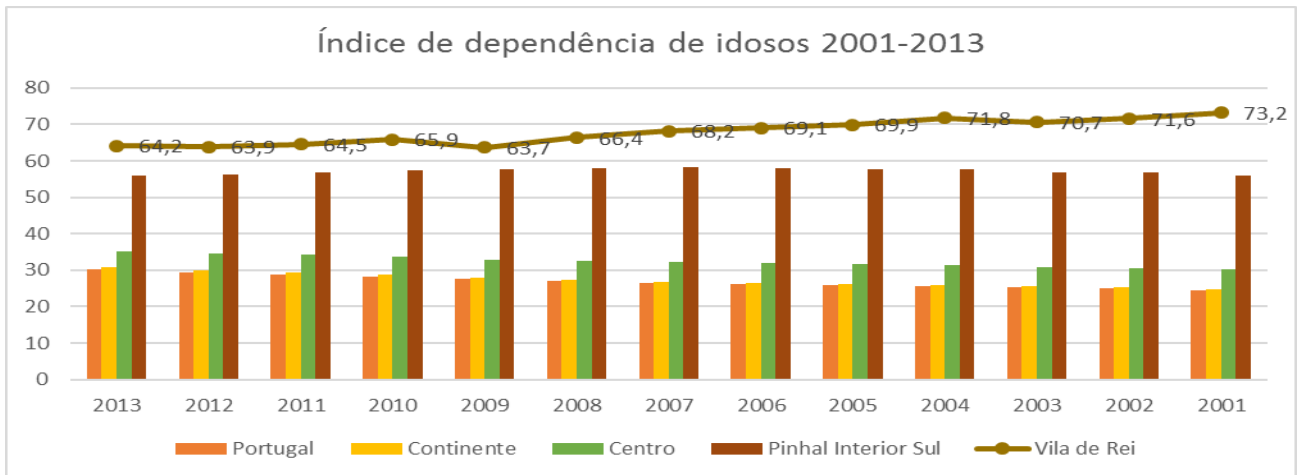
Entre 2001 e 2013, o índice de dependência total no concelho de Vila de Rei diminuiu (até chegar a 77,4 dependentes por cada pessoa em idade ativa), ao contrário do que sucedeu com as restantes regiões, em que houve um aumento dos índices de dependência.

Os índices de dependência de idosos também foram revistos (Gráfico n.º 2.11) para o concelho, sendo de 73,2 em 2001 e 64,5 em 2011.

No concelho de Vila de Rei, este índice decresceu ligeiramente entre 2001 e 2013 (sendo de 64,2 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa no ano de 2013), contrariando a tendência do país, mas mantendo-se muito acima dos valores das restantes regiões contempladas.

Para o concelho de Vila de Rei, o valor mais elevado registou-se no ano de 2004 (71,8), e o mais baixo no ano de 2009 (63,7).

Gráfico n.º 2.11

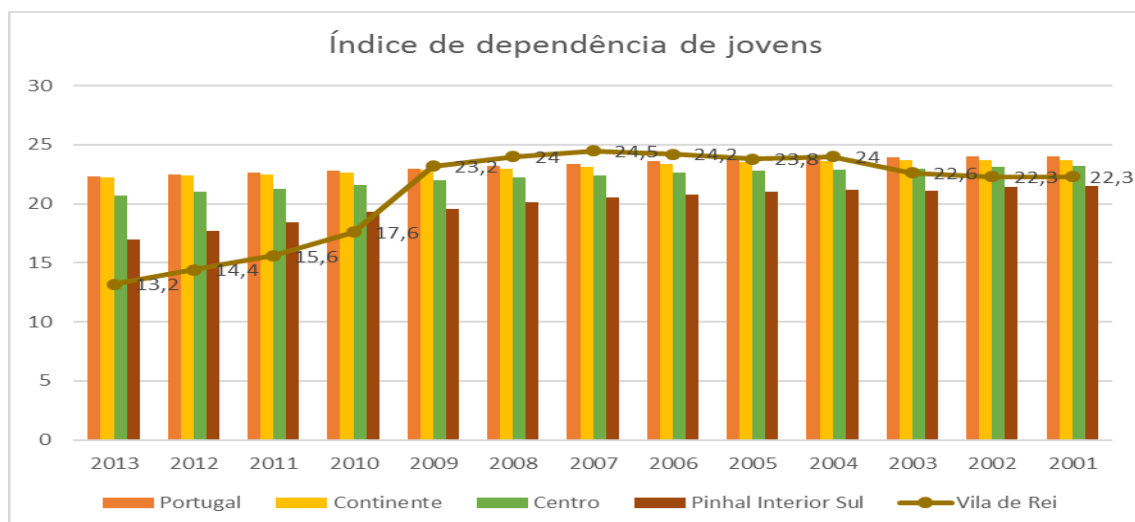


Índice de dependência dos idosos 2001-2013, Fonte: Índice de dependência dos idosos (N.º) por local de residência (NUTS – 2002); Anual – INE, Estimativas Anuais da População Residente

O índice de dependência de jovens para o concelho de Vila de Rei também foi revisto para as datas dos Censos (Gráfico n.º 2.12), sendo, em 2001, de 22,3 jovens com menos de 15 anos para cada 100 pessoas em idade ativa, e de 15,6 jovens com menos de 15 anos para cada 100 pessoas em idade ativa, em 2011.

Este índice manteve-se relativamente estável em linha com os valores dos restantes territórios no período 2001-2009, a partir do qual sofreu uma queda mais acentuada.

Gráfico n.º 2.12



Índice de dependência de jovens, Fonte: Índice de dependência de jovens (N.º) por local de residência (NUTS – 2002); Anual – INE, Estimativas Anuais da População Residente



O valor mais elevado registado no concelho verificou-se em 2007 (24,5 jovens para cada 100 pessoas em idade ativa), ao passo que o mais reduzido se observou no ano de 2013 (13,2 jovens com menos de 15 anos para cada 100 pessoas).

Comparando os índices de envelhecimento e de jovens percebemos que evoluem, em sentidos inversos. Estes dados confirmam o forte envelhecimento da população do concelho de Vila de Rei, tendo relação direta com a sua evolução populacional, com o aumento da esperança média de vida e com a dependência da população idosa relativamente à população jovem e ativa.

<b>ANÁLISE SWOT</b>	
<b>Demografia, População Residente e Envelhecimento</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal de Vila de Rei</li> <li>• Juntas de Freguesia de Vila de Rei/ Fundada/ São João do Peso</li> <li>• Centro de Saúde de Vila de Rei</li> <li>• Guarda Nacional Republicana</li> <li>• IPSS's – valência 3ª idade</li> <li>• Párocos das freguesias</li> <li>• Serviço Local de Segurança Social</li> <li>• Regresso de algumas famílias residentes e de emigrantes;</li> <li>• Melhoramento de novos acessos;</li> <li>• Apoio da loja social</li> <li>• Existência de uma listagem com identificação pessoal do número de idosos que residem sozinhas no concelho;</li> <li>• Apoio domiciliário nas freguesias;</li> <li>• Universidade Sénior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dispersão populacional;</li> <li>• Envelhecimento populacional</li> <li>• Isolamento dos idosos (que muitas vezes faz aumentar questões de burlas ou roubos);</li> <li>• Solidão;</li> <li>• Idosos com diferentes níveis de dependências (física psíquica e social);</li> <li>• Baixos recursos económicos;</li> <li>• Rede de apoio familiar reduzida;</li> <li>• Dificuldade de fixação de “Capital humano” no Concelho;</li> <li>• Dificuldades no relacionamento familiar intergeracional</li> <li>• Escasso emprego;</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• CLDS 3G;</li> <li>• Trabalho em rede de parcerias;</li> <li>• Loja Social</li> <li>• Serviço das IPSS's.</li> <li>• Intervenção da Rede Social</li> <li>• Localização geográfica, (melhorada pela criação de melhores acessos);</li> <li>• Apoios municipais concedidos às IPSS'S e Associações;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tendência crescente para o envelhecimento populacional;</li> <li>• Pobreza na terceira idade;</li> <li>• Conjuntura socioeconómica;</li> <li>• Reformas muito baixas, na generalidade;</li> <li>• Embora diminuta, existe alguma dependência dos filhos (jovens e em idade ativa) relativamente ao rendimento disponível dos pais idosos;</li> <li>• Desagregação social e quebra de laços familiares;</li> <li>• Falta de diminuição de oportunidades profissionais.</li> </ul>

**2.1. Famílias**

**Número de famílias institucionais<sup>3</sup>**

Na data dos Censos de 2011, existiam 8 famílias institucionais no concelho de Vila de Rei, maioritariamente inseridas na freguesia de Vila de Rei (Tabela 2.1.1).

**Tabela n.º 2.1.1**

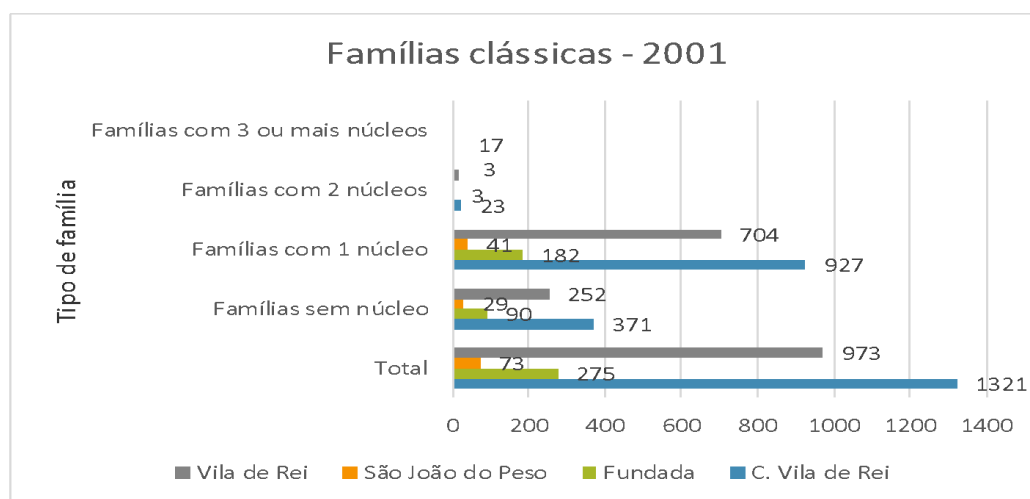
Local de residência	Nº de Famílias institucionais Censos 2011
C. Vila de Rei	8
Fundada	1
São João do Peso	1
Vila de Rei	6

**Tipos de famílias clássicas**

Na data dos Censos 2001, existiam 1321 famílias clássicas a habitar no concelho de Vila de Rei, sendo que a grande maioria (981) residiam na freguesia de Vila de Rei (Gráfico n.º 2.1.1).

O tipo de família mais frequente é o das famílias com um núcleo (por exemplo, casais sem filhos ou casais com filhos com menos de 25 anos) – 927 famílias.

**Gráfico n.º 2.1.1**



*Famílias clássicas – 2001, Fonte: Famílias clássicas (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2001), Grupo etário e Tipo de família clássica (com base nos núcleos familiares – Censos 2001); Decenal – INE, Recenseamento da População e Habitação*

<sup>3</sup> **Família institucional** – “Conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo”

Na altura dos Censos 2011, viviam no concelho 1330 famílias clássicas, das quais 981 habitavam na freguesia de Vila de Rei. O tipo de famílias mais comum era o da família com um núcleo (916 famílias).

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento do número total de famílias clássicas a habitar no concelho, contudo ocorreu uma diminuição do número de famílias com um núcleo (o tipo de famílias mais prevalente) e de famílias com dois núcleos (famílias com filhos ou netos adultos que não estivessem casados).

Entre os dois períodos considerados, houve um aumento do tipo de famílias sem núcleo – pessoas a viverem sozinhas, por exemplo (passaram de 371 para 391).

**Tabela n.º 2.1.2.**

Local de residência	N.º Filhos nos núcleos familiares Censos 2011				
	Tipo de núcleo familiar (com base na idade dos filhos)				
	Total	Casal de direito com filhos	Casal de facto com filhos	Pai com filhos	Mãe com filhos
<b>C. Vila de Rei</b>	813	588	38	32	155
<b>Fundada</b>	140	95	5	8	32
<b>São João do Peso</b>	34	23	2	3	6
<b>Vila de Rei</b>	639	470	31	21	117

*Número de filhos nos núcleos familiares; Filhos (N.º) nos núcleos familiares por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Tipo de núcleo familiar (Com base na idade dos filhos); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação*

Os Censos 2011 concluíram que se existiam 813 filhos inseridos em núcleos familiares no concelho de Vila de Rei, a maioria dos quais residia na freguesia de Vila de Rei (639) (Tabela n.º 2.1.2).

O tipo de núcleo familiar onde existem mais crianças é o de casal de direito (casados), com 588 crianças. O tipo de núcleo familiar onde é menos frequente encontrar crianças é o de pai com filhos (38 crianças vivem somente com os seus progenitores masculinos).

À data dos Censos de 2011, no concelho de Vila de rei, estavam distribuídas 110 crianças com menos de 6 anos de idade por quatro tipos de núcleos familiares (Tabela n.º 2.1.3), sendo que a maioria destas crianças estava a residir na freguesia de Vila de Rei (95 crianças).

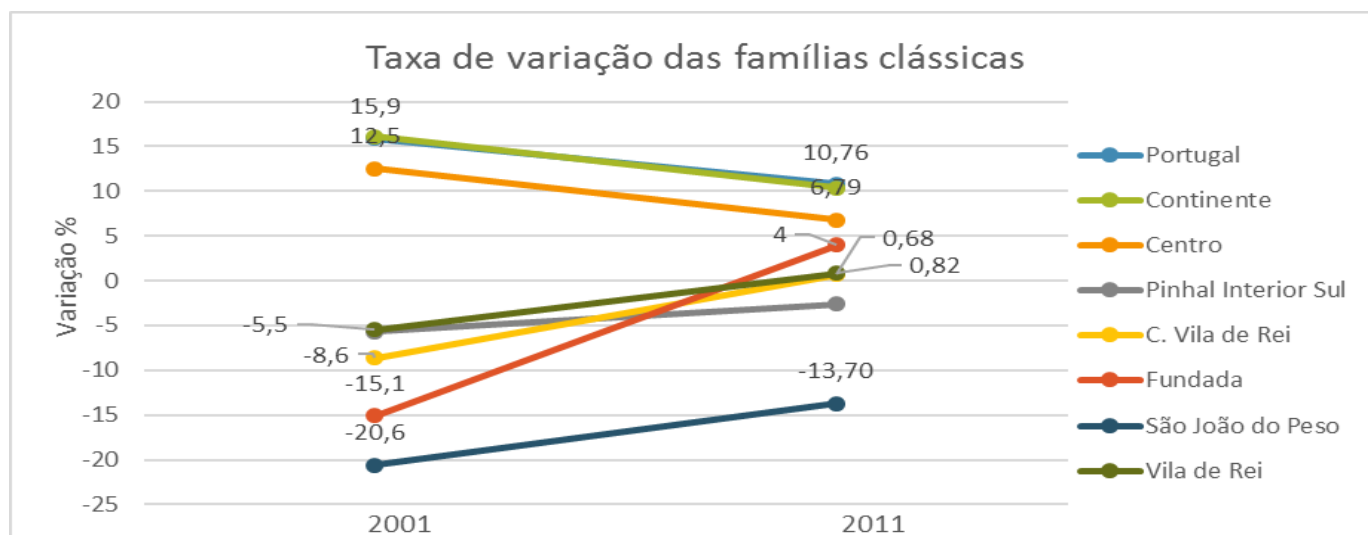
O tipo de núcleo familiar mais prevalente era o de casal de direito (casados), com 84 crianças inseridas neste tipo de núcleos familiares. Por sua vez, o tipo de núcleo familiar menos comum era aquele em que somente o pai vivia com as crianças (2 crianças com menos de 6 anos a viver só com o pai).

Tabela n.º 2.1.3

Local de residência	N.º Filhos (Menores de 6 anos) nos núcleos familiares				
	Censos 2011				
	Tipo de núcleo familiar				
	Total	Casal de direito	Casal de facto	Somente o pai	Somente a mãe
C. Vila de Rei	110	84	11	2	13
Fundada	11	8	2	0	1
São João do Peso	4	3	0	0	1
Vila de Rei	95	73	9	2	11

Filhos com menos de 6 anos nos núcleos familiares; Fonte: Filhos (menores de 6 anos – N.º) nos núcleos familiares com filhos com menos de 6 anos de idade por local de residência (à data dos Censos 2011) e Tipo de núcleo familiar (com crianças menores de 6 anos); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

Gráfico n.º 2.1.2

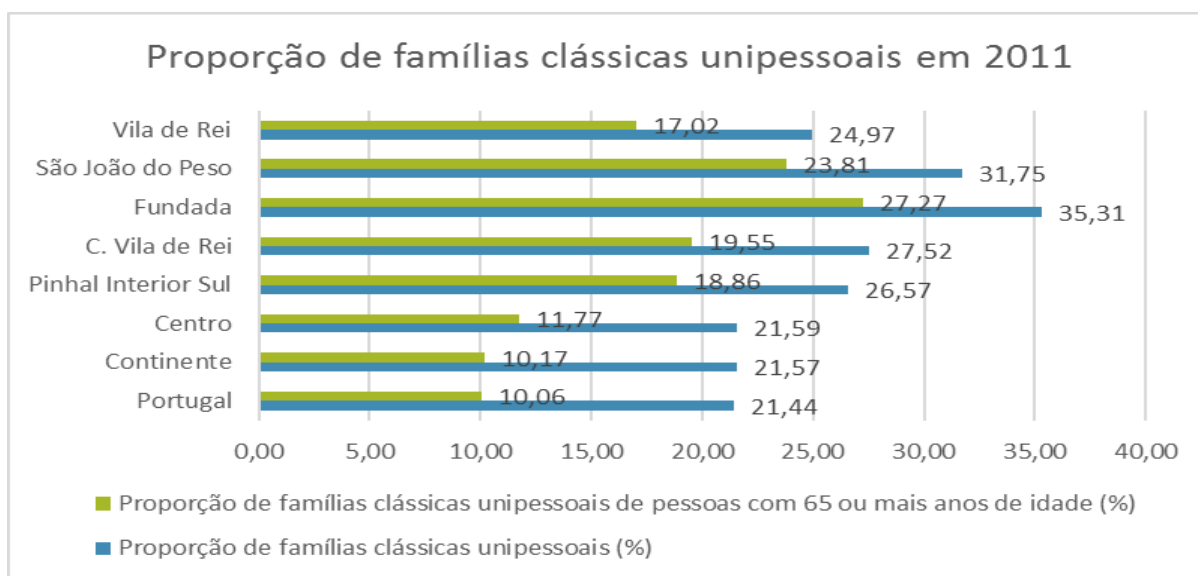


Taxa de variação das famílias clássicas; Fontes: Taxa de variação das famílias clássicas (1991-2001) (%) por local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal – INE, Recenseamento da População e Habitação;

A proporção de famílias clássicas no concelho de Vila de Rei sofreu uma variação positiva entre 2001 e 2011 (passou de -8,6% para 0,68%), ao contrário do que sucedeu no país, em que houve uma queda na proporção de famílias existentes (passou de 15,9% para 10,76%).

Nas freguesias do concelho, entre 2001 e 2011, a Fundada foi a que registou uma evolução mais favorável da taxa de variação das famílias clássicas, com mais 4% de famílias clássicas do que em 2001. Por outro lado, a freguesia de S. João do Peso continuava, em 2011, a perder famílias clássicas, com -13,70% de famílias deste tipo do que em 2001 (apesar de o decréscimo ter tido uma desaceleração face a períodos anteriores).

Gráfico n.º 2.1.3



*Proporção de famílias clássicas unipessoais; Fontes: Proporção de famílias clássicas unipessoais (%) por local de residências (à data dos Censos 2011); Decenal – INE, Recenseamento da População e Habitação*

Em 2011, existiam em Vila de Rei cerca de 27,52% de famílias unicamente constituídas por uma pessoa, sendo que a maioria destas pessoas (19,55%) tinham 65 ou mais anos de idade.

No concelho, a proporção de pessoas a viverem sozinhas é superior quer à proporção da zona do Pinhal interior sul, quer à das outras regiões ou até mesmo do país. A proporção de idosos a viverem sozinhos também é superior à de todas as regiões consideradas (Gráfico 2.1.3).

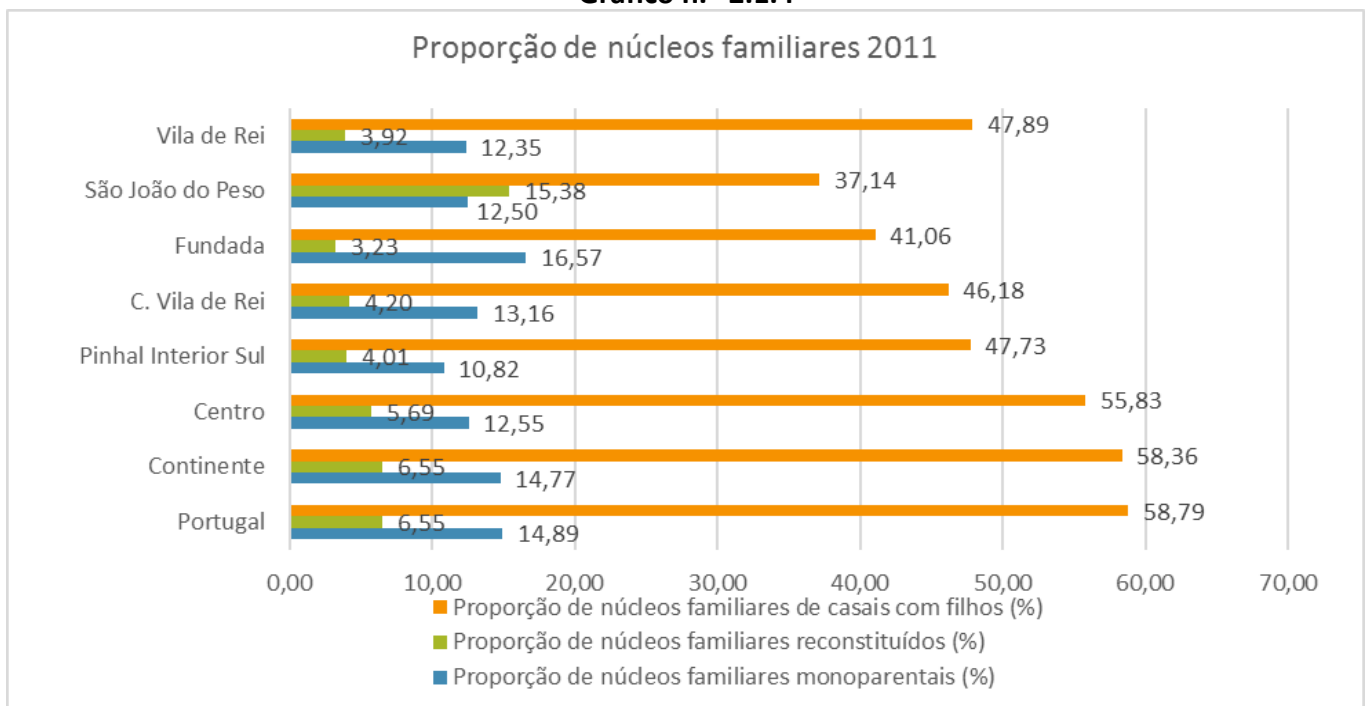
No período considerado (2011), no concelho de Vila de Rei existiam menores proporções de núcleos familiares de casais com filhos, núcleos reconstituídos e núcleos monoparentais do que nas restantes regiões indicadas, incluindo o país (Gráfico n.º 2.1.4).

Para as freguesias do concelho, São João do Peso era a que possuía uma maior proporção de núcleos familiares reconstituídos (15,38%) e a Fundada uma menor percentagem (3,23%).

Quanto aos núcleos monoparentais reconstituídos, a freguesia da Fundada era a que tinha maior proporção deste tipo de núcleos em residência (16,57%), ao passo que a de São João do Peso possuía a menor proporção (12,50%).

Por sua vez, os núcleos familiares de casais com filhos estavam em maior proporção na freguesia de Vila de Rei (47,89%) e em menor proporção na freguesia de S. João do Peso (37,14%).

Gráfico n.º 2.1.4



Proporção de núcleos familiares; Fonte: *Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal – INE, Recenseamento da População e Habitação*

## 3. HABITAÇÃO



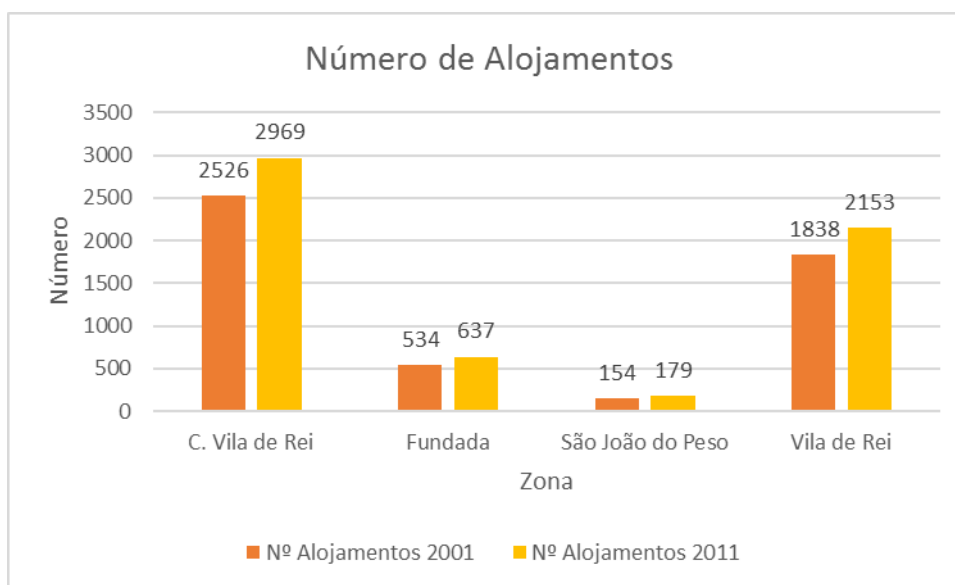
No concelho de Vila de Rei existiam, no ano de 2011, 2969 alojamentos, sendo que 2956 correspondiam a alojamentos familiares e 13 a alojamentos coletivos (Gráfico n.º 3.1).

O número de tipos de alojamentos existentes no concelho aumentou entre os Censos de 2001 e 2011, conforme se ilustra na Tabela 3.1.

O tipo de alojamentos mais frequente no concelho é o alojamento familiar de tipo clássico. (com cerca de 2522 unidades – em 2001 - e 2956 unidades – em 2011). Em relação aos alojamentos coletivos, as convivências são o mais prevalente (5 em 2001 e 10 em 2011).

Em suma, Vila de Rei corresponde à freguesia com maior diversidade de alojamentos.

**Gráfico n.º 3.1.**



*Número de Alojamentos familiares (Nº) por localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal – INE, Censos – séries históricas; Alojamentos (Nº) por localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Tipo (alojamento); Decenal – INE, Recenseamento da População e Habitação*

Tabela n.º 3.1

Localização geográfica	Tipo de Alojamentos (N.º) por Localização geográfica e Tipo de Alojamento									
	Total		Alojamentos familiares				Alojamento Coletivo			
			Alojamentos clássicos		Alojamentos não clássicos		Hotéis e similares		Convivências	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>C. Vila de Rei</b>	2533	2969	2522	2956	4	0	2	3	5	10
<b>Fundada</b>	535	637	534	636	0	0	0	0	1	1
<b>S João do Peso</b>	154	179	154	178	0	0	0	0	0	1
<b>Vila de Rei</b>	1844	2153	1834	2142	4	0	2	3	4	8

Número de alojamentos e tipos; Fontes: Alojamentos (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001) e Tipo (alojamento); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação;

De 2011 a 2015, deram entrada nos serviços técnicos do município, mais 78 processos de obras de habitação, sendo 43 referentes a construção nova e 35 referentes a processos de reconstrução ou alteração de habitações (Tabela n.º 3.2).

Tabela n.º 3.2

Ano	Construção nova de habitação	Ampliação alteração de habitação
2011	16	11
2012	5	7
2013	10	4
2014	6	10
2015	6	3

Número de processos com entrada nos serviços técnicos municipais entre 2011-2015

Ao contrário do país e das regiões onde se insere, o concelho de Vila de Rei registou um aumento na proporção de edifícios construídos até 10 anos antes do levantamento dos dados (*vide* gráfico seguinte). A freguesia de São João do Peso foi a que registou um maior aumento, passando de uma proporção de cerca de 11% para quase 42% de edifícios construídos.

Gráfico n.º 3.2



Proporção de edifícios construídos até 10 anos antes; Fontes: Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Censos - séries históricas; Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

### 3.1. Taxa de variação dos edifícios

Nos períodos considerados, a taxa de variação aumentou para o concelho de Vila de Rei, tendo-se verificado igual situação na zona do Pinhal Interior Sul, mas diminuído no país (Tabela n.º 3.3). Na Fundada e S. João do Peso ocorreram, entre 1991 e 2001, taxas de variações negativas no número de alojamentos (-3,0% e -7,2%, respetivamente), havendo depois entre 2001 e 2011 variações positivas consideráveis (18,73% e 13,16%, respetivamente).

Tabela n.º 3.3

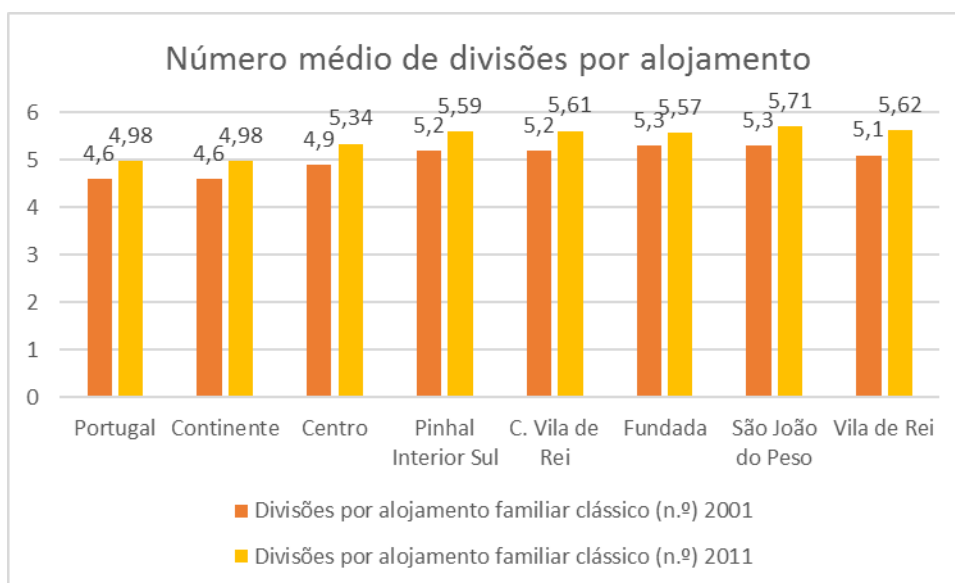
Localização geográfica	Taxa de variação dos edifícios (%)	
	Período de referência dos dados	
	1991-2001	2001-2011
Portugal	20,5	12,16
Continente	20,7	11,87
Centro	16,6	12,06
Pinhal Interior Sul	9,8	10,38
Vila de Rei	4,3	15,38
Fundada	-3	18,73
São João do Peso	-7,2	13,16
Vila de Rei	7,8	14,56

Taxa de variação dos edifícios; Fontes: Taxa de variação dos alojamentos (1991 - 2001) (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação; Taxa de variação dos edifícios (2001 - 2011) (%) por Localização geográfica; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

### 3.2. Divisões por alojamento

O número médio de divisões por alojamento familiar clássico aumentou quer no país, quer no concelho e nas suas freguesias. O concelho de Vila de Rei possui uma média de divisões por alojamento superior à do país e também das regiões onde este se encontra (Gráfico n.º 3.3). A freguesia de São João do Peso possui, em média, o maior número de divisões por alojamento (5,3 e 5,57, respetivamente em 2001 e 2011).

Gráfico n.º 3.3

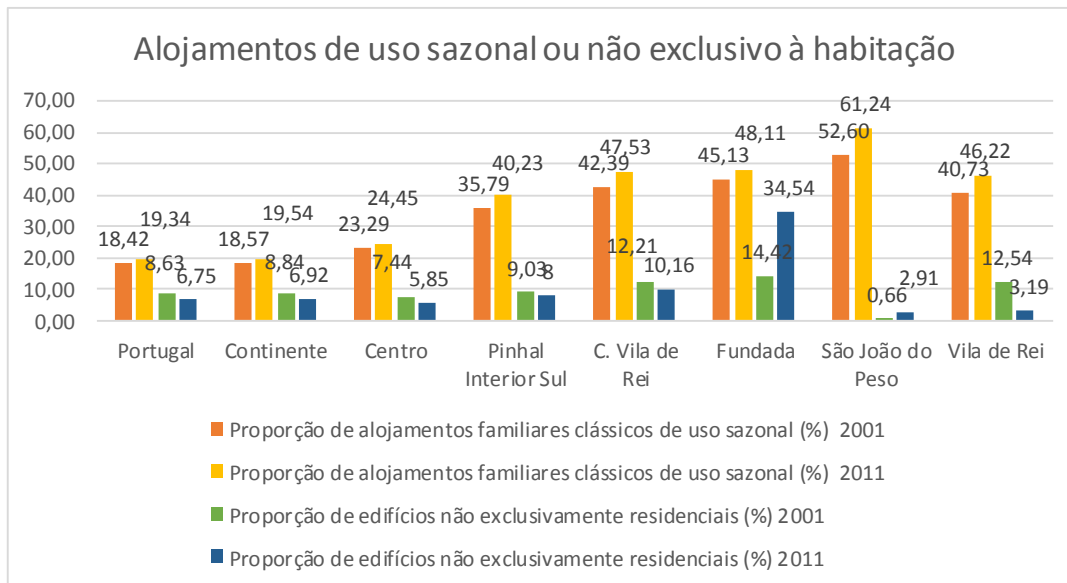


Número médio de divisões por alojamento; Fontes: Divisões por alojamento familiar clássico de residência habitual (N.º) por localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal . INE, Recenseamento da População e Habitação

### 3.3. Tipologia de uso dos alojamentos

O concelho de Vila de Rei possui uma elevada proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal, tendo esta aumentado entre os anos de 2001 e 2011. A proporção deste tipo de edifícios no concelho também é superior à proporção nacional.

Gráfico n.º 3.4.



*Alojamentos de uso sazonal ou de uso não exclusivo à habitação; Fontes: Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Censos - séries históricas; Proporção de edifícios não exclusivamente residenciais (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação*

A freguesia onde existe uma maior proporção de edifícios de utilização sazonal é S. João do Peso (61,24% em 2011).

Quanto aos edifícios de uso não exclusivamente residencial, a proporção diminuiu no concelho de Vila de Rei (de 12,21% para 10,16%), mas aumentou consideravelmente na freguesia da Fundada (onde existe uma maior proporção deste tipo de edifícios), passando de 14,42% para 34,54% dos edifícios.

### 3.4. Tipos de uso dos alojamentos: familiares clássicos de residência habitual

O total de alojamentos familiares clássicos de residência habitual aumentou entre 2001 e 2011 (Tabela n.º 3.4), tendo aumentado em todos os tipos de entidades, exceto no de Ocupante sem encargos financeiros, que apesar de ter diminuído entre as duas datas consideradas continuava a apresentar maior frequência (com 1193 e 1001 alojamentos em 2001 e 2011, respetivamente).

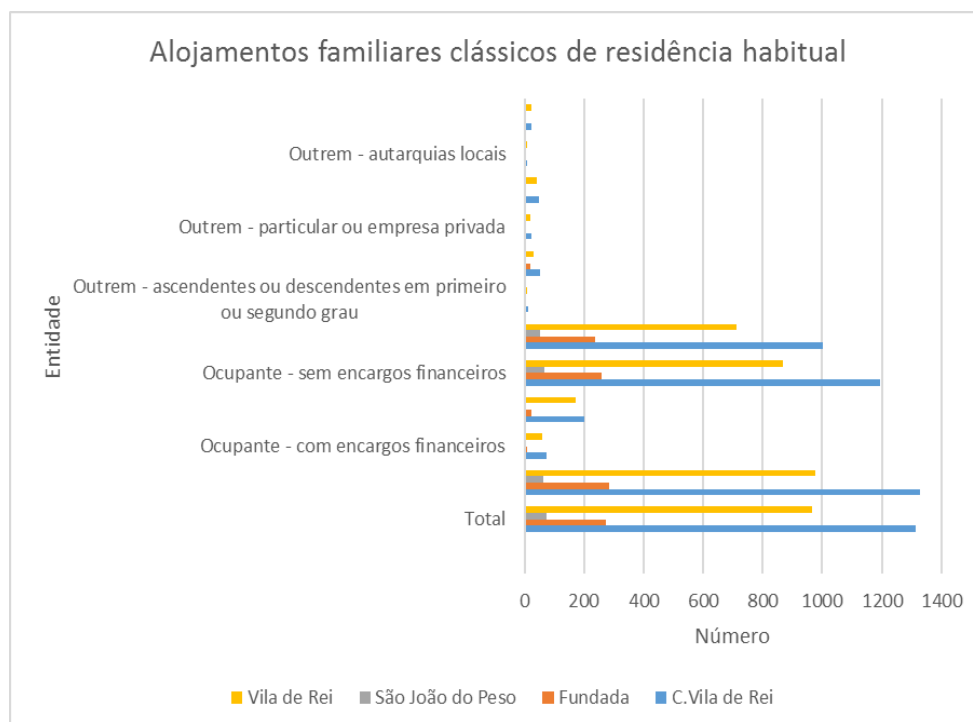
Tabela n.º 3.4

Localização geográfica	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) e Tipo de entidade proprietária											
	Total		Ocupante - com encargos financeiros		Ocupante - sem encargos financeiros		Outrem - ascendentes ou descendentes em primeiro ou segundo grau		Outrem - particular ou empresa privada		Outrem - autarquias locais	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>C. Vila de Rei</b>	1314	1327	76	201	1193	1001	11	51	24	50	10	24
<b>Fundada</b>	275	286	10	24	260	236	3	20	2	5	0	1
<b>S. J. do Peso</b>	73	63	5	5	66	52	0	1	2	4	0	1
<b>Vila de Rei</b>	966	978	61	172	867	713	8	30	20	41	10	22

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (n.º) e tipo de entidade proprietária; Fontes: Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001), Tipo de entidade proprietária e Época de construção; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Época de construção e Tipo de entidade proprietária; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

Quanto às freguesias, a de Vila de Rei apresentava um número superior de alojamentos para todos os tipos de entidade proprietária.

Gráfico n.º 3.5.



Alojamentos familiares clássicos de residência habitual; Fontes: Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001), Tipo de entidade proprietária e Época de construção; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Época de construção e Tipo de entidade proprietária; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

### 3.5. Densidade de alojamentos

A densidade de alojamentos no concelho de Vila de Rei é inferior à densidade nacional e da zona do Pinhal interior sul (Tabela n.º 3.5), embora tenha aumentado entre as datas consideradas (passou de 13,2 em 2001 para 15,50 alojamentos por km<sup>2</sup> em 2011).

A freguesia com maior densidade de alojamentos é a Fundada, tendo passado de 14,6/km<sup>2</sup> em 2001 para 17,43/km<sup>2</sup> em 2011. Por seu turno, São João do Peso é a freguesia com menor densidade de alojamentos, tendo passado de 11,7/km<sup>2</sup> em 2001 para 13,72/km<sup>2</sup> em 2011.

Tabela n.º 3.5.

<b>Localização geográfica</b>	<b>Densidade de alojamentos (N.º/ km<sup>2</sup>)</b>	
	<b>2001</b> N.º/ km <sup>2</sup>	<b>2011</b> N.º/ km <sup>2</sup>
<b>Portugal</b>	54,8	63,75
<b>Continente</b>	54,6	63,30
<b>Centro</b>	44,4	51,37
<b>Pinhal Interior Sul</b>	15,6	17,44
<b>C. Vila de Rei</b>	13,2	15,50
<b>Fundada</b>	14,6	17,43
<b>São João do Peso</b>	11,7	13,72
<b>Vila de Rei</b>	13	15,17

Densidade alojamentos (n.º/km<sup>2</sup>); Fontes: Densidade de alojamentos (N.º/ km<sup>2</sup>) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

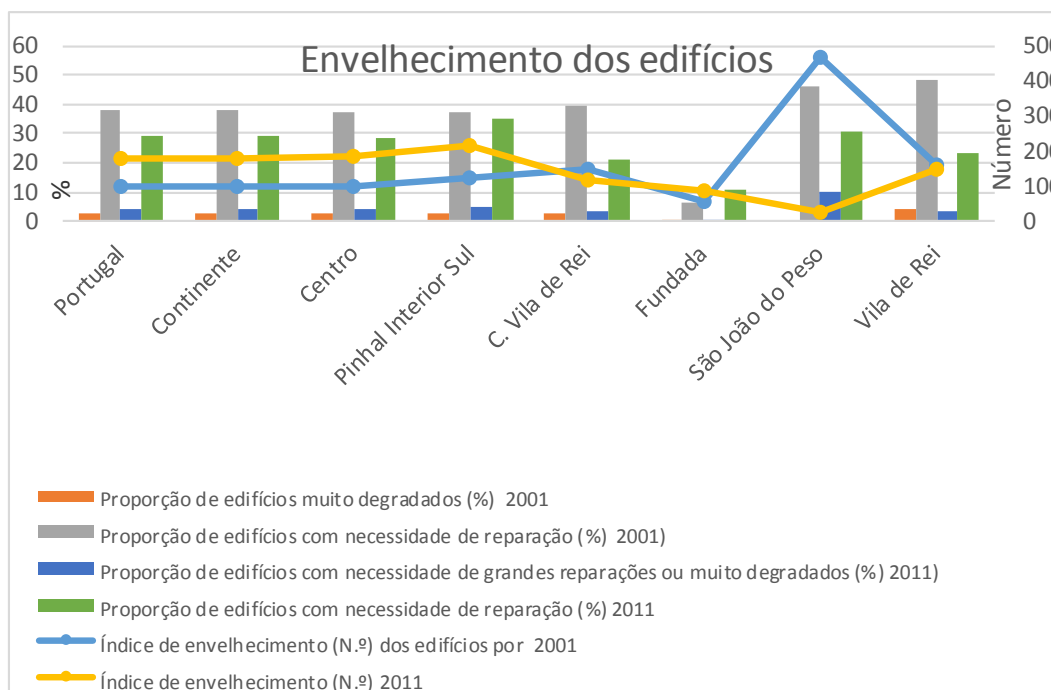
### 3.6. Envelhecimento dos edifícios

Em 2001, o concelho possuía um índice de envelhecimento dos edifícios muito superior quer ao do país, quer ao das zonas geográficas onde ele se encontrava inserido (Gráfico n.º 3.6). Para isso contribuía em grande parte a freguesia de São João do Peso, com um índice de envelhecimento mais de três vezes superior ao da média do concelho (464,7 contra 148,3 do concelho). Entre 2001 e 2011, este índice reduziu-se bastante, passando a estar abaixo da média nacional.

A proporção de edifícios muito degradados aumentou ligeiramente (de 3% para 3,27%), mas passou a colocar-se abaixo da média do país (4,41%). A freguesia da Fundada registou uma menor incidência de edifícios nesta categoria (0,10% em 2001 e 0,16% em 2011) e a de Vila de Rei a maior do concelho (4,20% em 2001 e 3,68% em 2011).

Quanto aos edifícios com algumas necessidades de reparação, a sua proporção diminuiu no concelho entre 2001 e 2011 (39,3% para 21,4%), passando este a colocar-se abaixo das médias regionais e da nacional. A freguesia com maior percentagem de edifícios a necessitar de alguma reparação deixou de ser Vila de Rei (48,60% em 2001) para passar a ser São João do Peso (30,81% em 2011).

**Gráfico n.º 3.6**



*Envelhecimento e degradação dos edifícios: Fontes: Índice de envelhecimento (N.º) dos edifícios por Localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação; Proporção de edifícios muito degradados (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação; Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação; Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação; Índice de envelhecimento (N.º) dos edifícios por Localização geográfica (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação; Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação*



### 3.7. Idade média dos edifícios

A idade média dos edifícios do concelho diminuiu entre 2001 e 2011 (passou de 39,81 anos para 35,55 anos), ao invés da idade média dos edifícios das zonas onde o concelho se insere (Tabela n.º 3.6).

A freguesia de S. João do Peso que apresentava edifícios com uma média de idade mais elevada (54,64 anos em 2001), passou a ser a freguesia com uma média de edifícios mais jovens (20,48 anos em 2011).

Tabela n.º 3.6

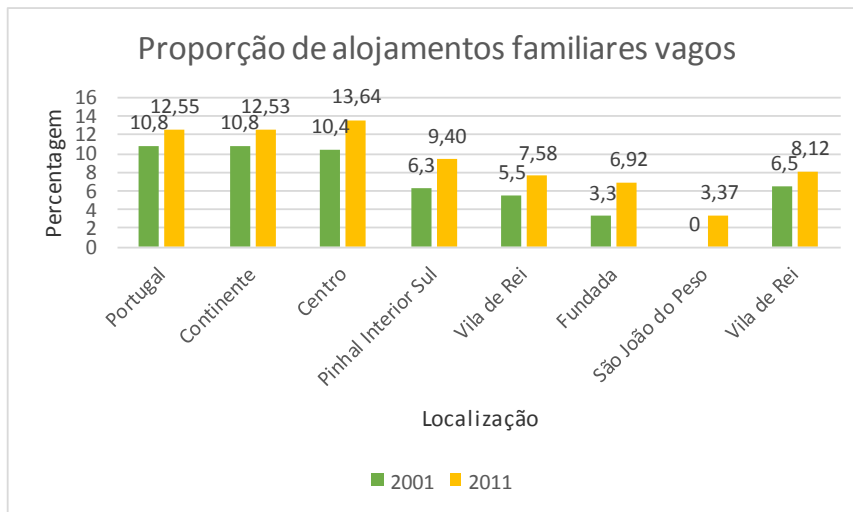
<i>Localização geográfica</i>	<i>Idade média dos edifícios</i>	
	<i>Período de referência dos dados</i>	
	<i>2001</i>	<i>2011</i>
<i>Portugal</i>	33,92	37,92
<i>Continente</i>	33,95	37,99
<i>Centro</i>	34,20	38,17
<i>Pinhal Interior Sul</i>	36,28	40,13
<i>Vila de Rei</i>	39,81	35,55
<i>Fundada</i>	29,58	32,55
<i>São João do Peso</i>	54,64	20,48
<i>C. Vila de Rei</i>	41,61	37,75

*Idade média dos edifícios; Fontes: Idade média dos edifícios (Ano) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Censos - séries históricas; Idade média dos edifícios (Ano) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação*

### 3.8. Alojamentos vagos

A percentagem de alojamentos clássicos familiares vagos no concelho aumentou entre 2001 e 2011. Apesar disso, manteve-se abaixo das médias quer das regiões consideradas, quer da média nacional (Gráfico n.º 3.7).

Gráfico n.º 3.7



Proporção de alojamento familiares vagos; Fonte: *Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%) por localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal – INE, Recenseamento da População e Habitação*

São João do Peso é a freguesia com uma menor proporção de alojamentos familiares vagos (0% em 2001 e 3,37%) em 2011, e Vila de Rei é a freguesia com a maior proporção (6,5% em 2001 e 8,12% em 2011).

### 3.9. Proporção de edifícios sobrelotados

O concelho manteve uma proporção de edifícios sobrelotados inferior à proporção nacional, assim como à das regiões consideradas (Tabela n.º 3.7).

A freguesia da Fundada foi a que diminuiu mais a proporção de edifícios sobrelotados (passou de 5,09% para 2,10% no período de 2001 a 2011). A freguesia de S. João do Peso manteve a proporção mais elevada de edifícios sobrelotados (8,22% e 6,35%).

Tabela n.º 3.7

<b>Localização geográfica</b>	<b>Proporção de alojamentos sobrelotados (%)</b>	
	<b>Período de referência dos dados</b>	
	<b>2001</b>	<b>2011</b>
<b>Portugal</b>	15,90	11,36
<b>Continente</b>	15,50	10,99
<b>Centro</b>	10,24	7,28
<b>Pinhal Interior Sul</b>	6,88	4,72
<b>C. Vila de Rei</b>	5,24	4,37
<b>Fundada</b>	5,09	2,10
<b>São João do Peso</b>	8,22	6,35
<b>Vila de Rei</b>	5,05	4,91

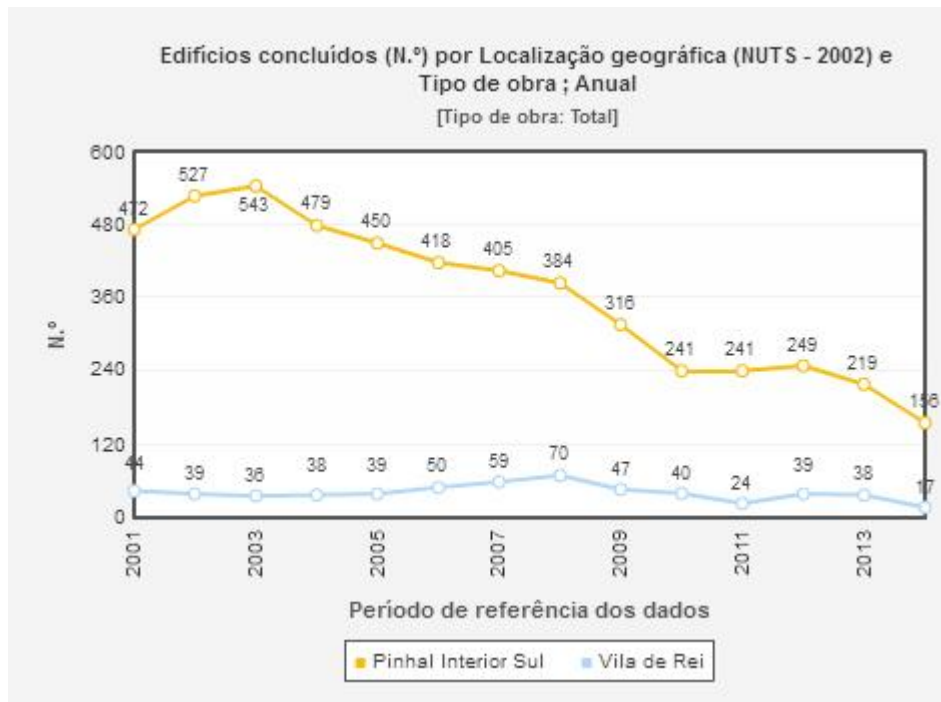
*Proporção de alojamentos sobrelotados; Fontes: Proporção de alojamentos sobrelotados (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação; Proporção de alojamentos superlotados (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Censos - séries históricas*

### 3.10. Construções

#### a) Edifícios concluídos

Na zona do Pinhal interior sul, o número de edifícios concluídos diminuiu entre 2001 e 2014. Por sua vez, o número de edifícios concluídos no concelho foi variando ligeiramente no período 2001-2014 (Gráfico n.º 3.8), tendo atingido o máximo de 70 edifícios (em 2008), e o mínimo de 17 (em 2014).

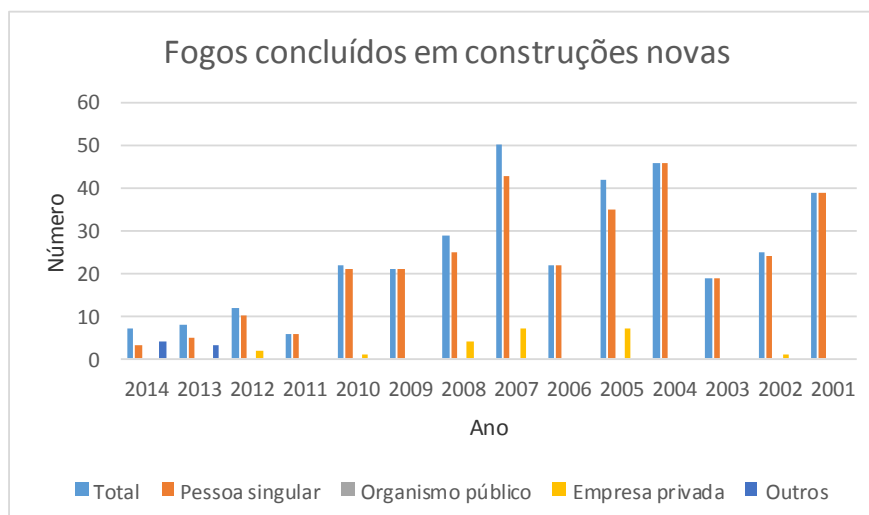
**Gráfico n.º 3.8**



Edifícios concluídos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de obra; Anual - INE, Estatísticas das Obras Concluídas

## b) Fogos concluídos em construções novas

**Gráfico n.º 3.9**



Fogos concluídos em construções novas; **Fonte:** Edifícios concluídos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de obra; Anual - INE, Estatísticas das Obras Concluídas

No geral, o número total de fogos concluídos no concelho para construções novas para habitação familiar diminuiu entre 2001 e 2014, tendo a descida sido mais acentuada após o ano de 2010 (Gráfico n.º 3.9).

No ano de 2007, registou-se um número mais elevado (50) de fogos concluídos, enquanto o número mais reduzido (6) ocorreu no ano de 2011. Em todos os anos, o tipo de entidade prevalente é o da pessoa singular. Contudo, entre os anos de 2011 e 2015, foram emitidas 137 autorizações de utilização, conforme se demonstra na tabela seguinte.

Tabela n.º 3.8

Ano	N.º de autorizações de utilização emitidas
2011	33
2012	25
2013	27
2014	22
2015	30

**c) Habitação Social**

No âmbito da habitação social, o município de Vila de Rei dispõe, até à presente data, de 36 fogos destinados à habitação com rendas a custos controlados, localizados no Loteamento do Vale Galego.

Os fogos são constituídos por apartamentos T2 e T3, não se encontrando totalmente ocupados, uma vez que apenas estão ocupados 18 fogos.

Tabela n.º 3.9

Ano	N.º de ocupações	Desistências	N.º de Fogos vagos
2010	11	1	26
2011	6		30
2012	13		23
2013	12		24
2014	18		18
2015	18		18
2016	18		18

Para além dos 36 fogos, o município ainda dispõe de dois apartamentos, em Vila de Rei, um na antiga GNR e outro no edifício Rainha Santa Isabel, que permite dar resposta a necessidades sociais.

Tabela n.º 3.10

Freguesia	N.º Total de Habitações sociais
Vila de Rei	38
Fundada	1
São João do Peso	2

*Número total de habitações sociais por freguesia*

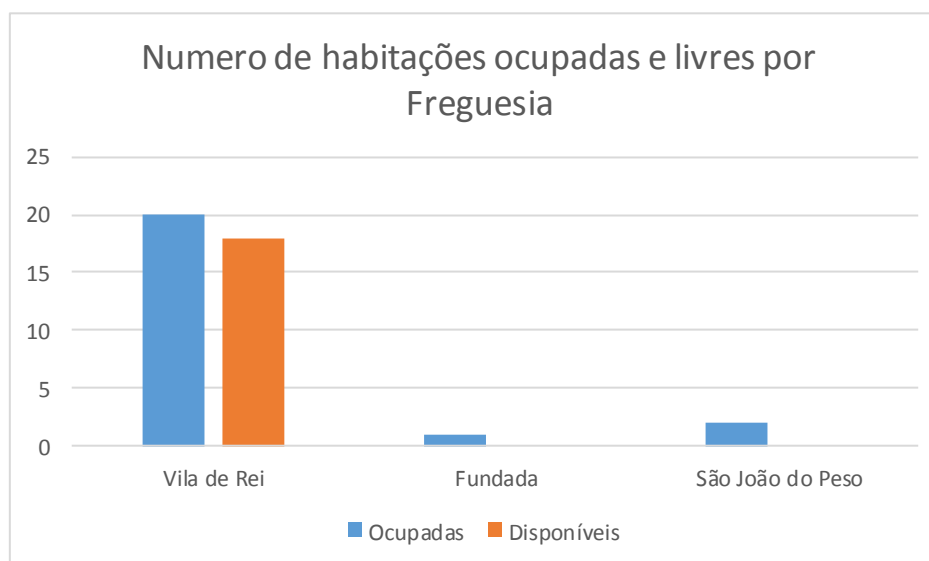
Nas sedes de freguesia existem três habitações que estão disponíveis para acolher pessoas com dificuldades económicas e/ou em risco: duas na freguesia de São João do Peso e uma na freguesia da Fundada. As habitações sociais da freguesia de S. João do Peso resultam da adaptação da antiga escola primária da freguesia em casas de habitação. Por seu turno, o edifício da freguesia da Fundada, destinado a esta função é o da antiga biblioteca.

Tabela n.º 3.11

Freguesia	Habitações Sociais	
	Ocupadas	Disponíveis
Vila de Rei	20	18
Fundada	1	0
São João do Peso	2	0

*Ocupação de habitações sociais por freguesia*

Gráfico n.º 3.11



*Número de Habitações sociais, ocupadas e disponíveis por Freguesia*

## d) Loteamentos

O Município com o intuito de fixar população desenvolveu dois loteamentos a custos controlados, um em Vila de Rei e outro na freguesia da Fundada.

O Loteamento do Vale Galego (Vila de Rei) possui ainda 25 lotes para venda a 22.45€/m<sup>2</sup>. Por seu turno, o Loteamento municipal da Fundada possui ainda 12 lotes para venda pelo valor de 15 €/m<sup>2</sup>.

**Tabela n.º 3.11**

Ano	Loteamento do Vale Galego	Loteamento da Fundada
2004	2	-
2005	10	-
2006	10	-
2007	10	-
2008	19	2
2009	3	0
2010	2	0
2011	0	0
2012	0	0
2013	0	0
2014	0	0
2015	0	0
2016	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>2</b>

*Número de Lotes vendidos por ano (2004-2016)*

<b>ANÁLISE SWOT</b>	
<b>Demografia, População Residente e Envelhecimento</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação Social interventiva;</li> <li>• Incentivos à fixação da população e à criação de postos de trabalho;</li> <li>• Apoio à população envelhecida;</li> <li>• Baixo valor na aquisição de terrenos para habitação e indústria;</li> <li>• Baixo valor / gratuidade para acesso aos equipamentos municipais;</li> <li>• Segurança;</li> <li>• Preço reduzido da água;</li> <li>• Estímulo ao investimento no concelho, através de apoios;</li> <li>• Apoio à recuperação de edificações degradadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de pessoas ativas e dinâmicas;</li> <li>• Existências de distúrbios mentais e falta de orientação;</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centralidade do concelho;</li> <li>• Boas acessibilidades;</li> <li>• Elevado número de instituições sociais;</li> <li>• Baixo custo de vida;</li> <li>• Boa qualidade de vida;</li> <li>• Autarquia mais familiarmente responsável;</li> <li>• Habitação social recente, disponível e com boas condições;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistências de transportes públicos;</li> <li>• Envelhecimento da população;</li> <li>• Baixa natalidade;</li> <li>• Falta de postos de trabalho especializado;</li> <li>• Falta de empreendedores;</li> <li>• Dependência de instituições.</li> </ul>



## 4. ECONOMIA

**4.1. Dados gerais das empresas**

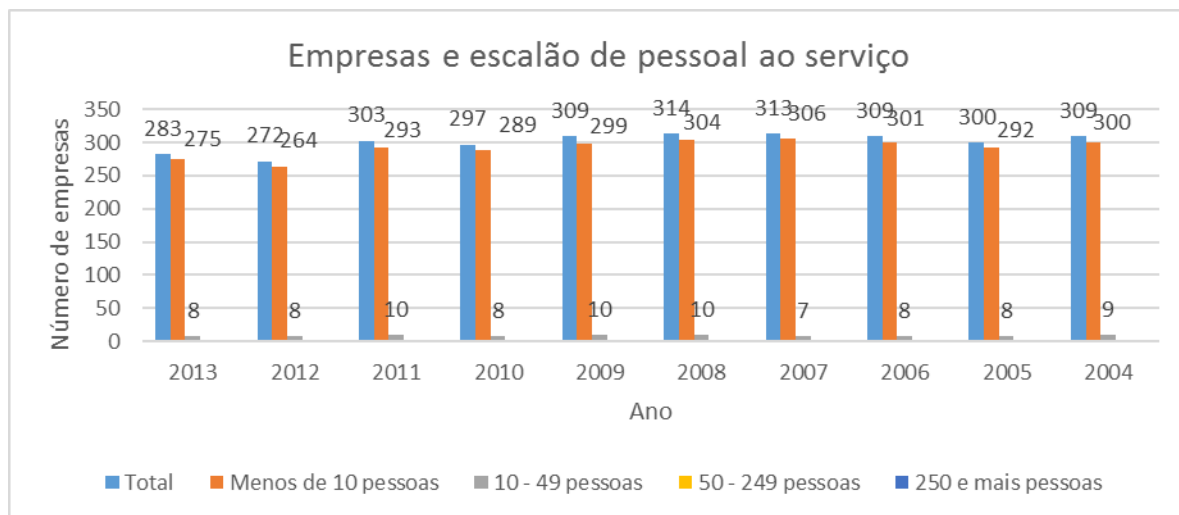
**4.1.1. Empresas e escalão de pessoal ao serviço**

O número de empresas no concelho manteve-se relativamente estável entre os anos de 2004 e 2013, tendo diminuído mais acentuadamente entre 2011 e 2012(Gráfico n.º 4.1), recuperando ligeiramente em 2013.

O número mais elevado de empresas registou-se no ano de 2008 (314) e o número mais reduzido no ano de 2012 (272).

A esmagadora maioria das empresas existentes no concelho tem um número de empregados inferior a 10 pessoas. Para os anos considerados, não existiram empresas com mais de 50 trabalhadores a laborar.

**Gráfico n.º 4.1**



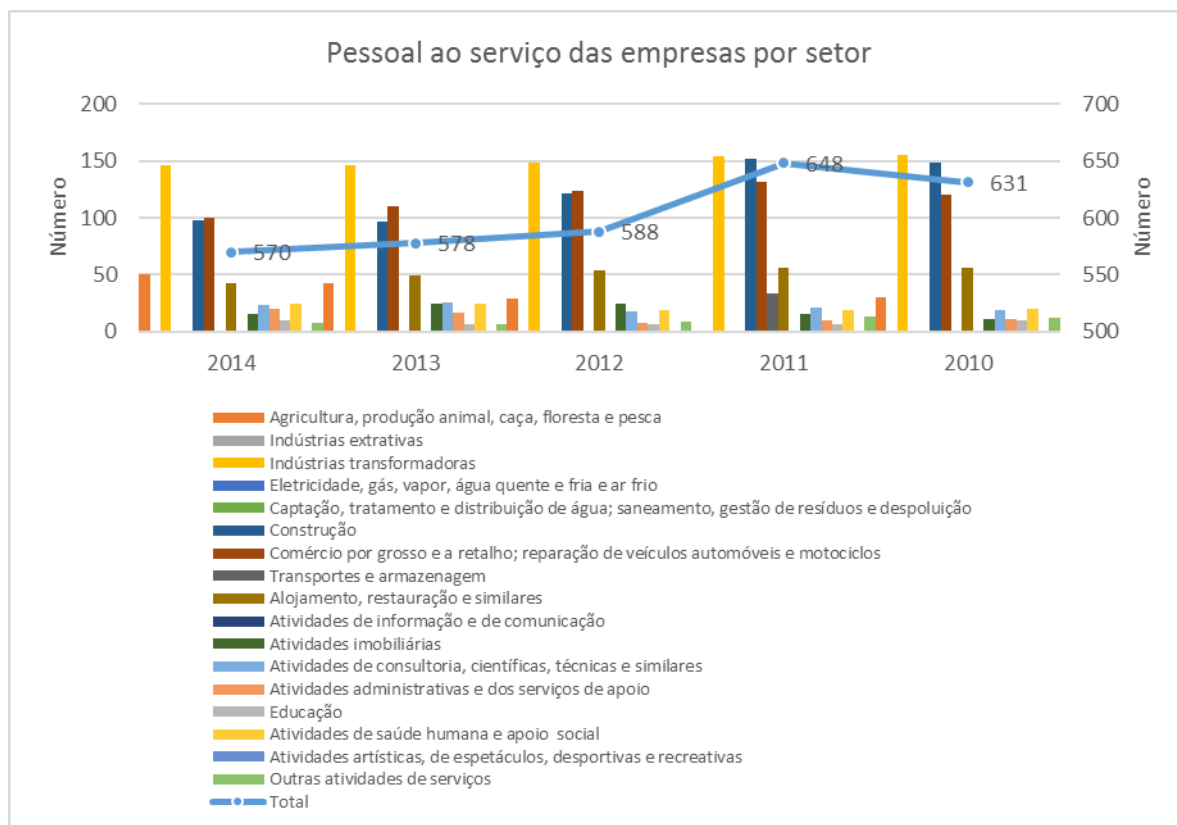
*Empresas e escalão de pessoal ao serviço; Fonte: Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS – 2013) e Escalão de pessoal ao serviço; Anual – INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*

**4.1.2. Número de pessoal ao serviço por atividade económica**

Entre 2010 e 2014, o número total de pessoas ao serviço das empresas existentes no concelho de Vila de Rei diminuiu, especialmente entre os anos de 2011 e 2012 (passou de 648 em 2011 para 588 em 2012).

Ao longo desse tempo, a área que empregou mais pessoal foi a da indústria transformadora, seguida da área da construção, do comércio por grosso e a retalho, e do alojamento e restauração. As empresas relacionadas com indústrias extrativas ou atividades artísticas não tiveram expressão no concelho.

Gráfico n.º 4.2



Pessoal ao serviço das empresas por setor; Fonte: Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

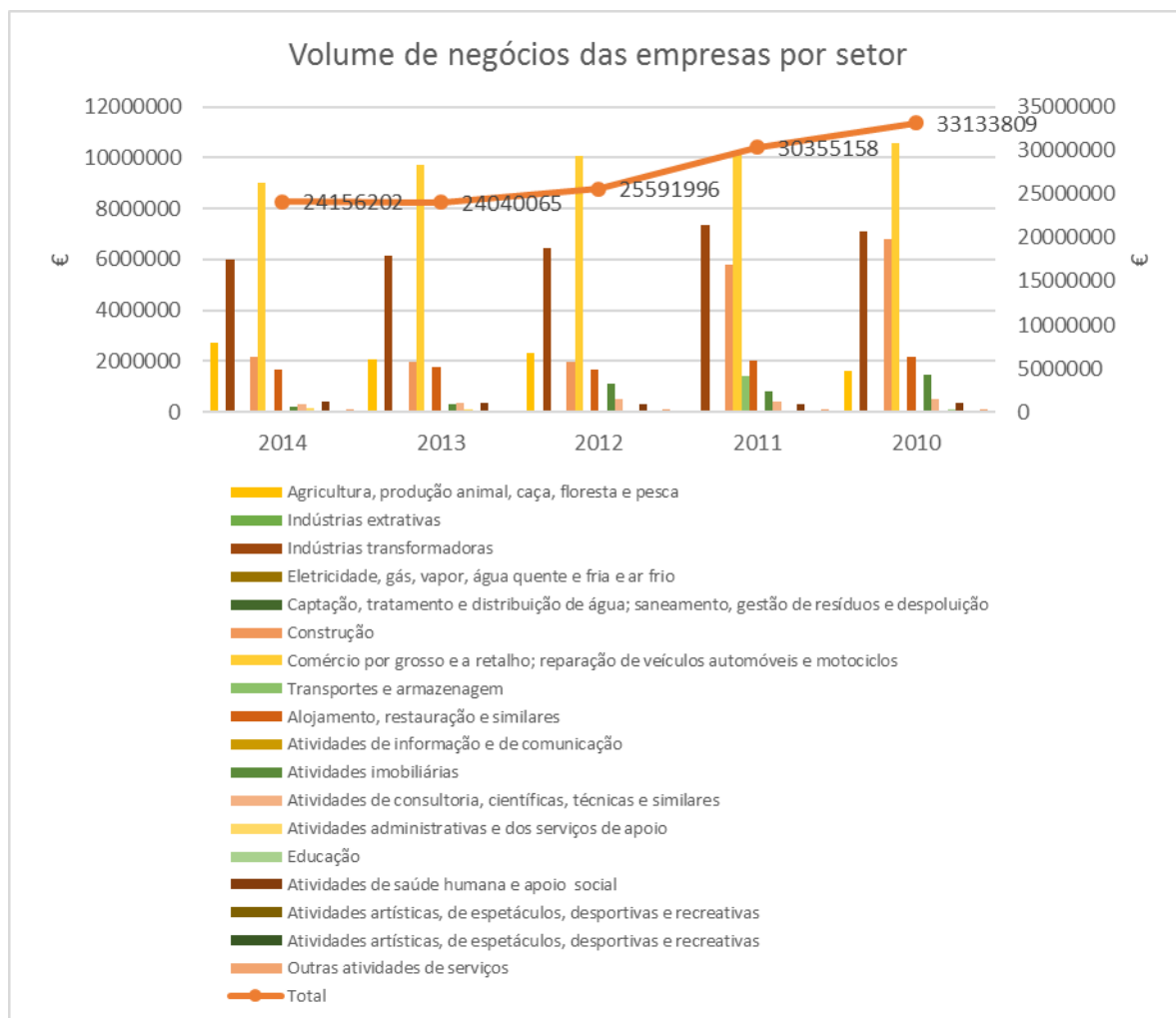
#### 4.1.3. Volume de negócios das empresas por setor

O volume total de negócios das empresas sediadas no concelho de Vila de Rei diminuiu entre 2010 e 2014 (Gráfico n.º 4.3).

As áreas que movimentaram maior volume de negócios foram as de: comércio por grosso e a retalho, seguida da indústria transformadora e da construção.

No período considerado, a área do alojamento, restauração e similares foi a que registou uma maior estabilidade do volume de negócios, e a da agricultura foi a que registou uma maior variação (de 0 para 2.331.313€, entre 2011 e 2012).

Gráfico n.º 4.3



Volume de negócios das empresas por setor; Fonte: Volume de negócios (€) das empresas por localização geográfica (NUTS – 2013) e Atividade económica (Divisão – CAE Ver. 3); Anual – INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

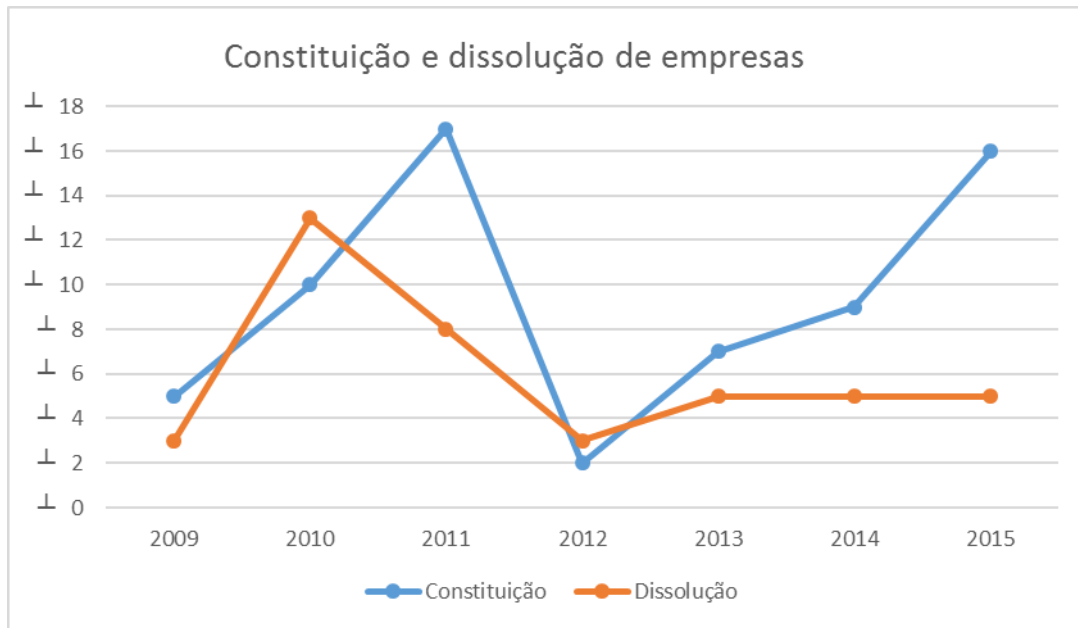
**4.1.4. Constituição e dissolução de empresas**

No período de 2009 a 2015, houve um saldo positivo entre o número de empresas constituídas e dissolvidas (exceto nos anos de 2010 e 2012), onde ocorreram a constituição de 66 empresas e a dissolução de 42 no concelho de Vila de Rei.

Até ao ano de 2011, verificou-se um ascendente acentuado na constituição de empresas, seguido de uma quebra abrupta (em 2012), e voltando a crescer até ao mesmo nível em 2015.

As dissoluções de empresas manifestaram maior expressão nos anos de 2010 a 2011, enquanto que nos restantes anos mantiveram uma média baixa.

Gráfico n.º 4.4.



*Constituição e dissolução de empresas - Fontes de Dados: PORDATA, INE e DGPI/MJ - Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas por Escritura Pública*

#### 4.1.5. Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes

Entre 2006 e 2014, a taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes no concelho de Vila de Rei foi superior à da média das regiões e do país em um pouco mais de metade dos períodos de tempo considerados.

Entre 2006 e 2011 a tendência no concelho foi de alternância entre aumento e diminuição da taxa de sobrevivência, tendendo mais para a diminuição, especialmente de 2010 para 2011 (Tabela n.º 4.1). A partir de 2011, a tendência foi de aumento.

A taxa de sobrevivência mais baixa foi de 48,15%, registada em 2011, e a mais elevada foi de 66,67%, no ano de 2006.

Tabela n.º 4.1

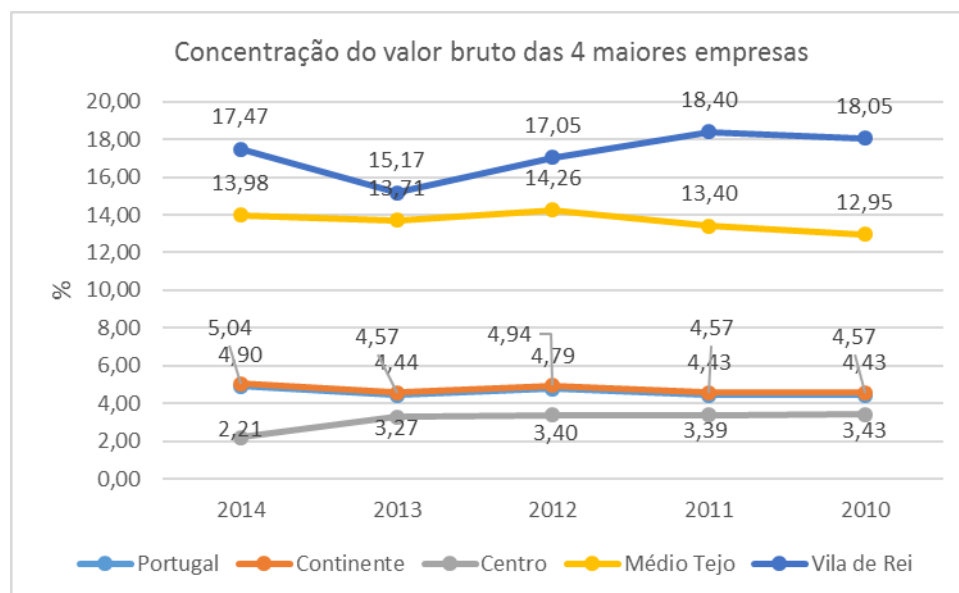
Localização geográfica	Taxa de sobrevivência (%) das empresas nascidas 2 anos antes								
	Período de referência dos dados								
	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Portugal	52,33	50,54	48,52	48,81	48,59	52,70	57,92	57,30	58,79
Continente	52,20	50,55	48,60	48,86	48,60	52,73	57,84	57,31	58,68
Centro	54,34	52,72	51,40	53,04	51,96	55,82	60,29	60,42	61,61
Médio Tejo	55,69	53,59	52,80	60,07	59,65	54,70	62,36	62,50	61,54
Vila de Rei	64,29	57,58	57,14	48,15	66,67	54,17	54,05	50,00	66,67

Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes; Fontes: Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Demografia das Empresas; Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Demografia das Empresas

#### 4.1.6. Concentração do valor bruto das 4 maiores empresas do concelho

A concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas do concelho foi superior aos valores do país e das regiões em que o concelho se insere, para o intervalo de tempo considerado. O valor mais elevado (18,40%) foi atingido em 2011, enquanto o mais baixo (15,17%) verificou-se em 2013.

Gráfico n.º 4.5



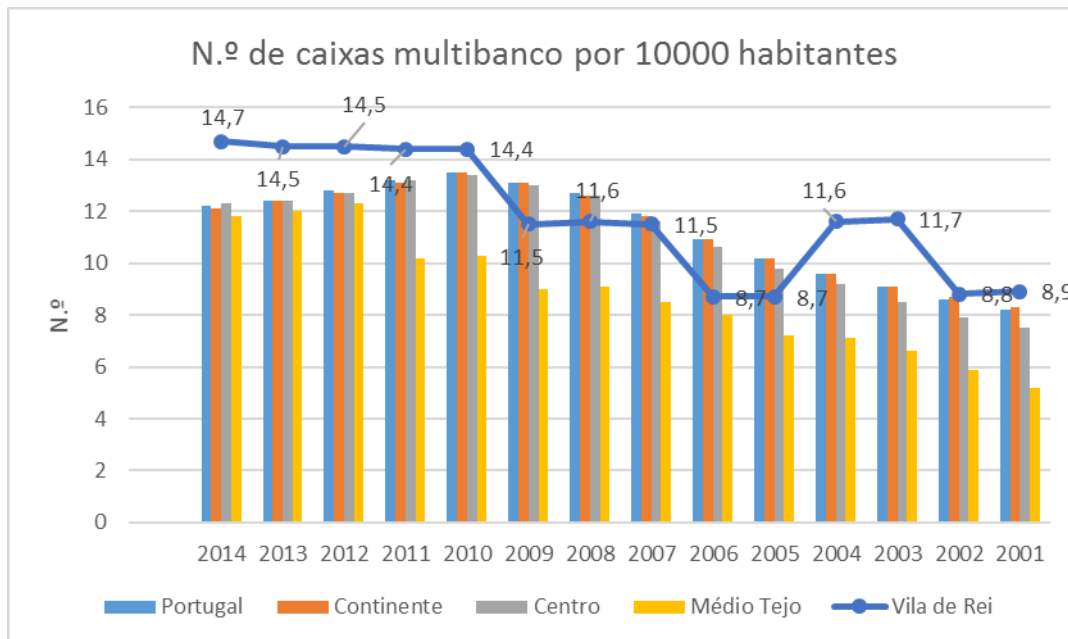
Concentração do valor bruto acrescentado das 4 maiores empresas; Fonte: Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das quatro maiores empresas (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

**4.2. Operações de multibanco**

**4.2.1. Caixas multibanco**

O número de caixas multibanco por 10000 habitantes no concelho de Vila de Rei aumentou no período em análise, tendo sido superior ao das zonas geográficas em que o concelho está inserido, entre 2002-2004 e após 2010.

**Gráfico n.º 4.6.**



*Número de caixas multibanco por 10000 habitantes; Fontes: Caixas multibanco por 10 000 habitantes (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.; Caixas multibanco por 10 000 habitantes (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.*

Isto pode ser resultado de um aumento da disponibilidade de caixas multibanco no concelho, mas também pode ser influenciado por fatores como diminuição da população.

**4.2.2 Compras por multibanco (€)**

O valor registado de compras através de terminais multibanco no concelho de Vila de Rei aumentou continuamente entre 2005 e 2014 (Tabela n.º 4.2), tendo-se o valor mais elevado registado no ano de 2014 (3.242 milhares de €) e o mais reduzido no ano de 2005 (1.220 milhares de €).

Tabela n.º 4.2

## Compras através de terminais de pagamento automático (milhares de €)

Zona geográfica	Período de referência dos dados									
	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
	3.242	3.167	2.998	2.687	2.328	1.888	1.686	1.412	1.304	1.220

Compras através de terminais de pagamento automático (em €); Fontes: Compras através de terminais de pagamento automático (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.; Compras através de terminais de pagamento automático (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A

## 4.2.3. Número de compras através de terminais de pagamento automático

No geral, o número de compras através de terminais de pagamento automático aumentou entre 2005 e 2014, tendo estagnado apenas de 2011 para 2012 (figura 100). O ano de 2014 foi aquele em que se registou um maior número de compras (74) e o de 2005 aquele em que se registou um menor número (32).

Tabela n.º 4.3.

Zona geográfica	Compras através de terminais de pagamento automático (milhares de €)									
	Período de referência dos dados									
Vila de Rei	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
	74	71	69	69	64	55	47	42	39	32

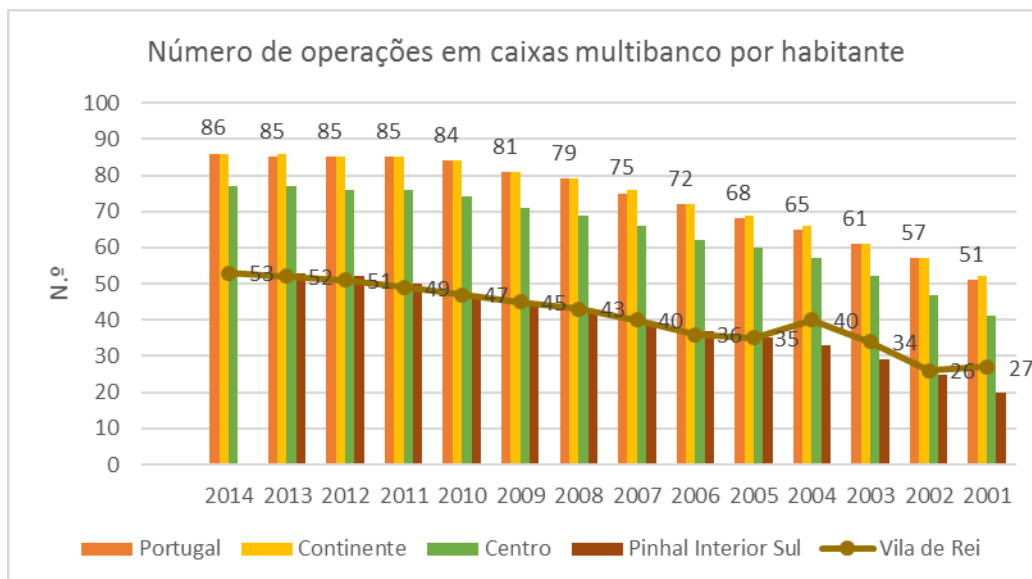
Compras através de terminais de pagamento automático; Fontes: Compras através de terminais de pagamento automático (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.; Compras através de terminais de pagamento automático (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.

## 4.2.4. Operações em caixas multibanco por habitante

O número de operações em caixas multibanco por cada habitante do concelho de Vila de Rei aumentou entre 2001 e 2014, seguindo as tendências do país e das regiões (Gráfico n.º 4.7), mas localizou-se sempre abaixo das médias regionais e nacionais, com a exceção do número médio de operações por habitante da zona do Pinhal interior sul, com o qual esteve geralmente em linha.



Gráfico n.º 4.7



Número de operações em caixas multibanco por habitante; Fontes: Operações em caixas multibanco por habitante (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.; Operações em caixas multibanco por habitante (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.

O número mais elevado de operações por habitante (53) registou-se no ano de 2014 e o número mais baixo (26) registou-se em 2002.

### 4.3. Banca e empresas financeiras

#### 4.3.1. Estabelecimentos de caixas de crédito agrícola mútuo<sup>4</sup>

No período considerado (2004-2014) registou-se 1 estabelecimento deste tipo no concelho.

#### 4.3.2. Bancos e similares por 10000 habitantes

O número de bancos e similares por 10000 habitantes, para o período considerado, é superior no concelho em relação ao país e às regiões nas quais o concelho está inserido.

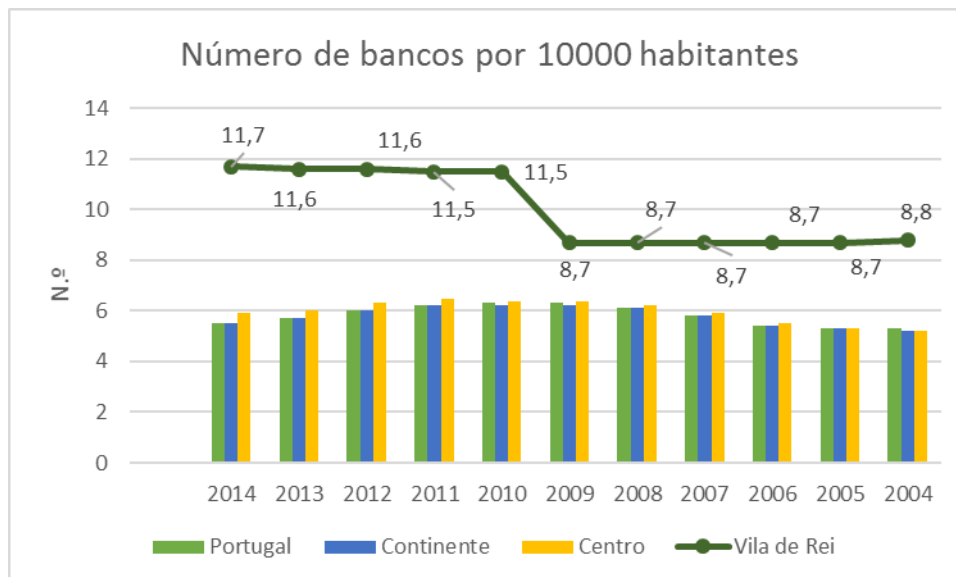
No concelho de Vila de Rei, o número de bancos por 10000 habitantes aumentou entre 2004 e 2014, ao passo que os das outras zonas geográficas teve movimentos de subida e descida ligeiras (Gráfico n.º 4.8).

O valor mais elevado registou-se em 2014 (11,7 bancos por cada 10000 habitantes) e o valor mais baixo registou-se no período compreendido entre 2005 e 2009 (8,7 bancos por 10000 habitantes).

<sup>4</sup> **Caixas de Crédito agrícola mútuo** – “São “instituições de crédito sob a forma cooperativa, cujo objetivo é o exercício de funções de crédito agrícola em favor dos seus associados, bem como a prática dos demais atos inerentes à atividade bancária que lhe sejam permitidas por lei. A quase totalidade destas instituições encontram-se integradas no SICAM” – informação obtida a partir do INE a 18/03/2016.

Este número pode refletir não só um aumento de disponibilidade de instituições bancárias, mas também uma possível diminuição da população total do concelho.

Gráfico n.º 4.8



Número de bancos por 10000 habitantes; Fontes: Estabelecimentos de outra intermediação monetária por 10 000 habitantes (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; Estabelecimentos de outra intermediação monetária por 10 000 habitantes (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual - INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

### 4.3.3. Custos dos bancos e similares com pessoal

Os custos dos bancos do concelho com pessoal ora aumentaram ou diminuíram no período entre 2010 e 2014 (Tabela n.º 4.4).

O ano de custos mais elevados com pessoal foi 2011 (com 320 milhares de euros), e o ano em que as instituições despenderam menos com o pessoal foi 2012 (com 276 milhares de euros).

Tabela n.º 4.4

Zona geográfica	Custos com o pessoal (milhares de €) nos estabelecimentos de bancos e caixas económicas				
	Período de Referência dos dados				
	2014	2013	2012	2011	2010
Vila de Rei	314	298	276	320	316

Custos com o pessoal nos bancos e caixas económicas; Fontes: Custos com o pessoal (€) nos estabelecimentos de bancos e caixas económicas por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; Custos com o pessoal (€) nos estabelecimentos de bancos e caixas económicas por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

#### 4.3.4. Juros e custos equiparados (€) dos estabelecimentos de outra intermediação monetária

O valor de juros e custos equiparados dos estabelecimentos de outra instituição monetária no concelho de Vila de Rei diminuíram entre 2012 e 2014, tendo atingido o máximo em 2012 e o mínimo em 2014 (Tabela 4.5).

Tabela n.º 4.5

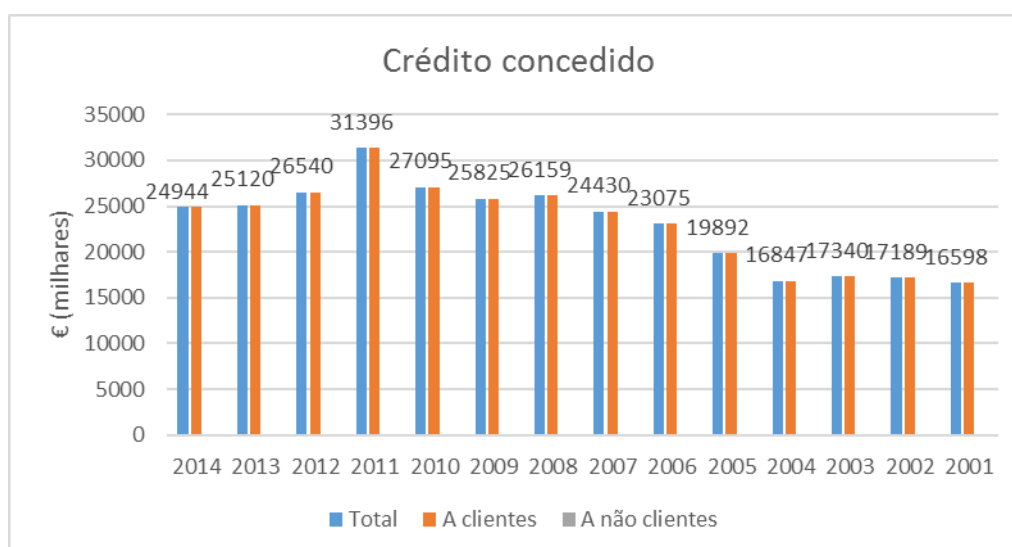
Zona geográfica	Juros e custos equiparados (milhares de €) dos estabelecimentos de outra intermediação monetária		
	Período de Referência dos dados		
Vila de Rei	2014	2013	2012
	807	1015	1094

Juros e custos equiparado dos estabelecimentos de outra intermediação monetária; Fonte: Juros e custos equiparados (€) estabelecimentos de outra intermediação monetária por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

#### 4.3.5. Crédito concedido

O crédito concedido pelas instituições bancárias e similares situadas no concelho de Vila de Rei, no período de tempo entre 2001 e 2014 foi realizado, exclusivamente, a clientes dessas instituições (Gráfico n.º 4.9).

Gráfico n.º 4.9



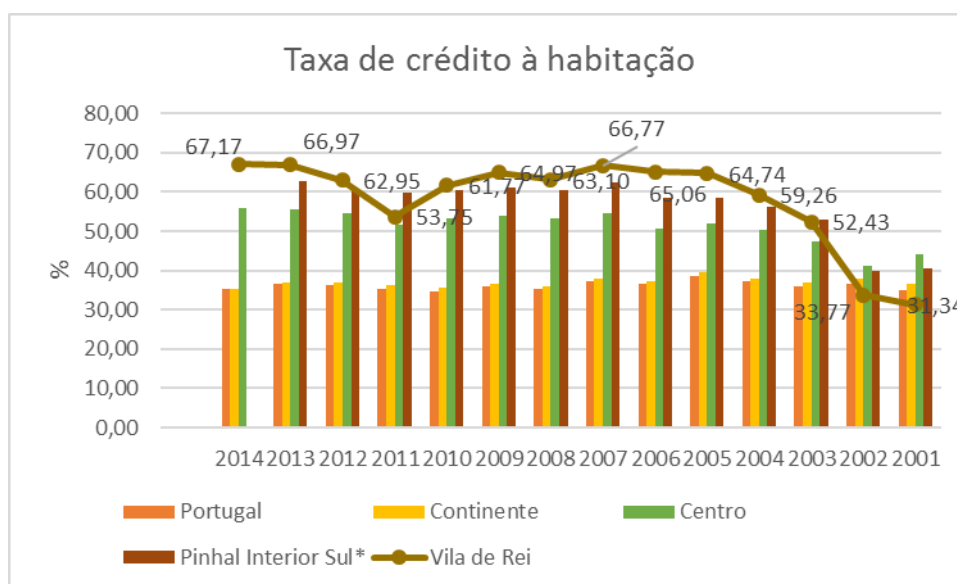
Crédito concedido; Fontes: Crédito concedido (€) por estabelecimentos de outra intermediação monetária por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de crédito; Anual - INE, Estatísticas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; Crédito concedido (€) por estabelecimentos de outra intermediação monetária por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de crédito; Anual - INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

O crédito concedido manteve-se estável entre os anos de 2001 e 2005, aumentando em seguida até 2011, ano a partir do qual contraiu. O valor máximo total de crédito concedido verificou-se no ano de 2011, enquanto o mínimo ocorreu no ano de 2001.

#### 4.3.6. Taxa de crédito à habitação

A percentagem de crédito à habitação concedido pelas instituições de crédito existentes no concelho aumentou (face ao total do crédito concedido) entre 2001 e 2007, diminuindo depois até 2011, ano em que retomou o crescimento.

Gráfico n.º 4.10



Taxa de crédito à habitação; Fontes: Taxa de crédito à habitação (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; Taxa de crédito à habitação (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Na maioria dos períodos de tempo considerados, a proporção de créditos à habitação concedidos no concelho foi superior à proporção de créditos à habitação concedidos nas várias zonas geográficas e no país (Gráfico n.º 4.10).

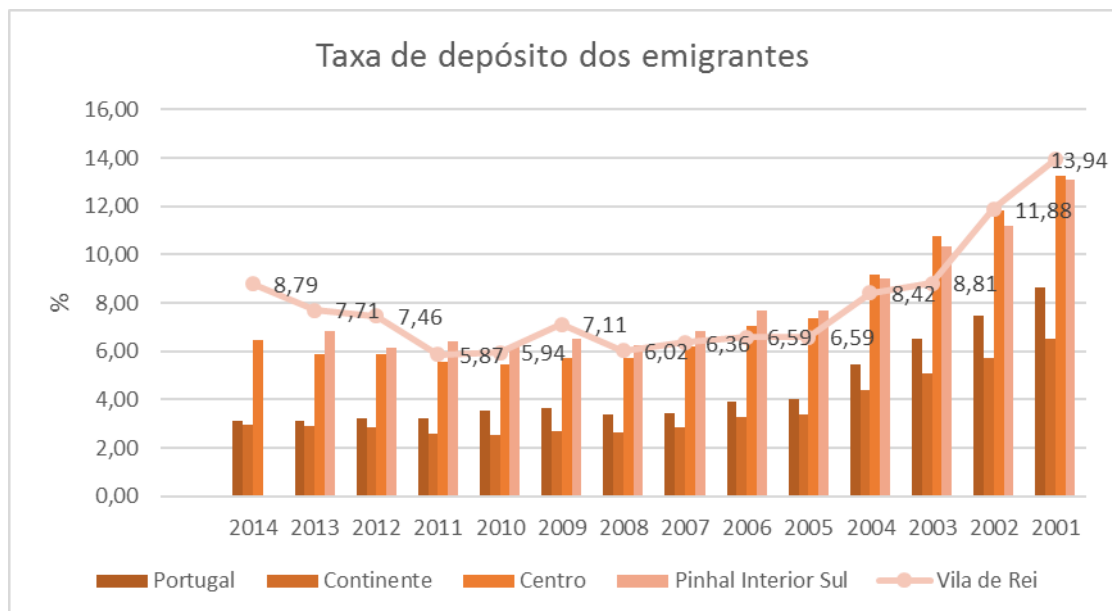
A taxa de crédito à habitação concedida mais baixa foi registada em 2001 (31,34%), ao passo que a mais elevada foi registada em 2014 (67,17%), o que indica que cada vez mais o crédito à habitação ocupa uma maior fatia do total do crédito concedido anualmente.

#### 4.3.7. Taxa de depósito dos emigrantes

No geral, as taxas de depósito dos emigrantes diminuíram até 2011 (com a exceção de 2009), e começaram a recuperar a partir de 2012.

As taxas de depósitos de emigrantes efetuadas entre 2001 e 2014 nas instituições de crédito situadas no concelho de Vila de Rei estiveram sempre em linha com as taxas da zona centro e do Pinhal interior sul, exceto após o ano de 2012, em que foram francamente superiores (Gráfico n.º 4.11).

Gráfico n.º 4.11.



Taxa de depósito dos emigrantes; Fontes: Taxa de depósitos de emigrantes (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; Taxa de depósitos de emigrantes (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

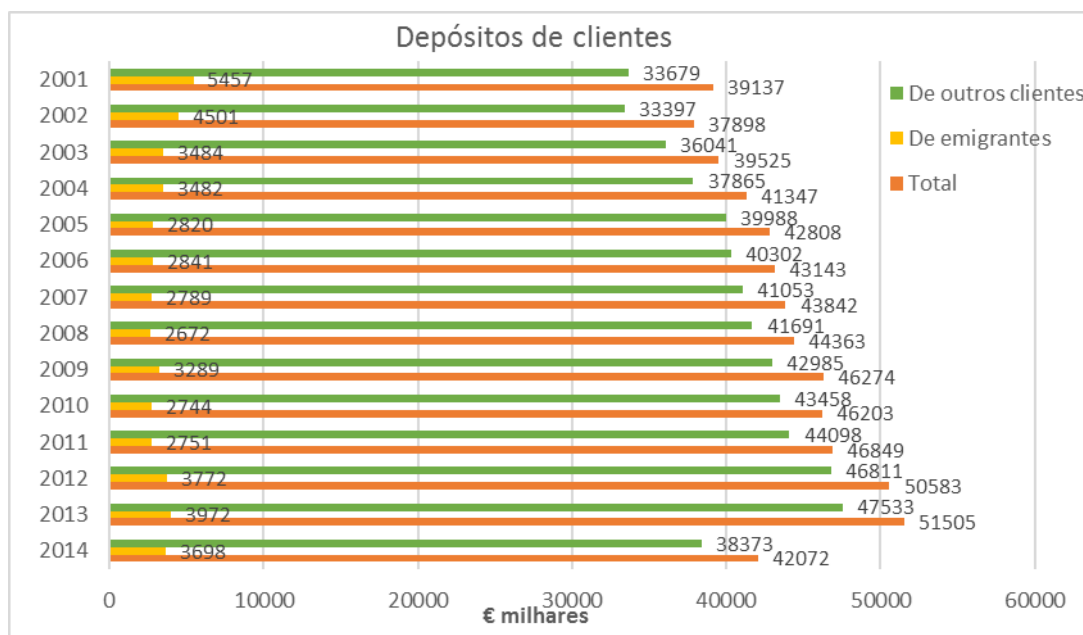
Estas taxas foram ainda sempre superiores às registadas no país para o período 2001-2014.

Para o concelho de Vila de Rei, o ano em que houve uma maior porção de depósitos dos emigrantes no total dos depósitos efetuados foi 2001 (13,94%) e a porção mais reduzida foi em 2011 (5,87%).

#### 4.3.8. Depósitos de clientes

No geral, os valores dos depósitos totais dos clientes aumentaram entre 2001 e 2013, caindo bruscamente em 2014. A maioria dos depósitos efetuados nas instituições bancárias do concelho diziam respeito a depósitos de clientes que não os emigrantes (Gráfico n.º 4.12).

Gráfico n.º 4.12

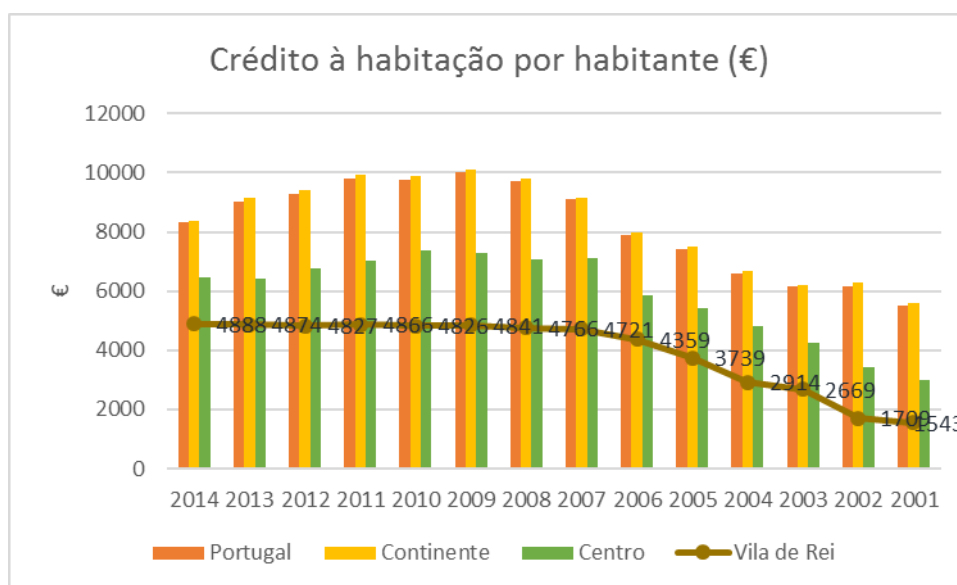


Depósitos de clientes; Fontes: Depósitos de clientes (€) nos estabelecimentos de outra intermediação monetária por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de cliente; Anual - INE, Estatísticas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; Depósitos de clientes (€) nos estabelecimentos de outra intermediação monetária por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de cliente; Anual - INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

#### 4.3.9. Crédito à habitação por habitante

Ao longo do período considerado (2001-2014), os valores de crédito concedido para habitação por habitante no concelho de Vila de Rei foram sempre inferiores quer à média nacional quer à média das regiões em que o concelho está inserido (Gráfico n.º 4.13).

Gráfico n.º 4.13



*Crédito à habitação (€) por habitante; Fontes: Crédito à habitação por habitante (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; Crédito à habitação por habitante (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras*

Os valores de crédito à habitação por habitante foram aumentando gradualmente entre 2001 e 2014, seguindo as tendências quer nacional quer regionais, sendo que, no respeitante aos dados do concelho, o valor mais elevado foi registado em 2014 (4.888€), e o valor mais reduzido foi registado em 2001 (1.543€).

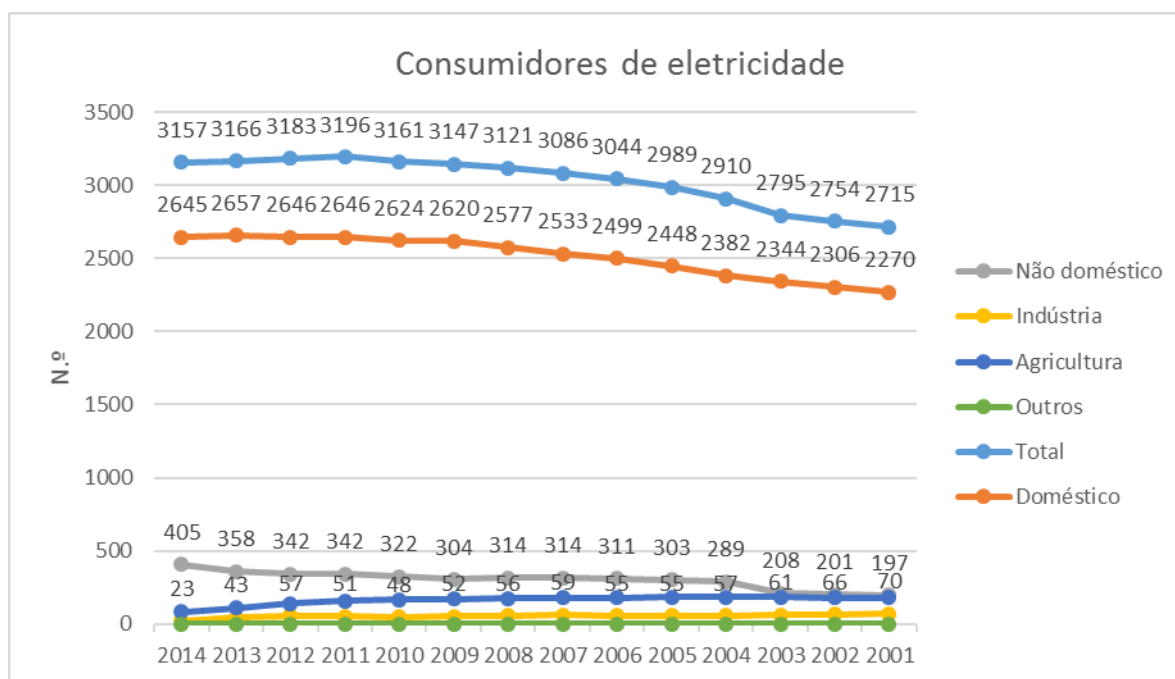
## 4.4. Energia

### 4.4.1. Consumo de energia elétrica

#### Consumidores de energia elétrica

O número total de consumidores de energia elétrica no concelho foi aumentando entre o período 2001-2014. O grupo dos consumidores domésticos foi o mais numeroso e seguiu uma trajetória ascendente, tendo decrescido ligeiramente em 2014 (2645 consumidores).

**Gráfico n.º 4.14**



*Consumidores de eletricidade; Fontes: Consumidores de eletricidade (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de consumo; Anual - Direcção-Geral de Energia e Geologia; Consumidores de eletricidade (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de consumo; Anual - Direcção-Geral de Energia e Geologia*

O consumo de energia elétrica por parte de consumidores não domésticos também foi aumentando gradualmente, embora em números mais reduzidos do que os do consumo doméstico (o

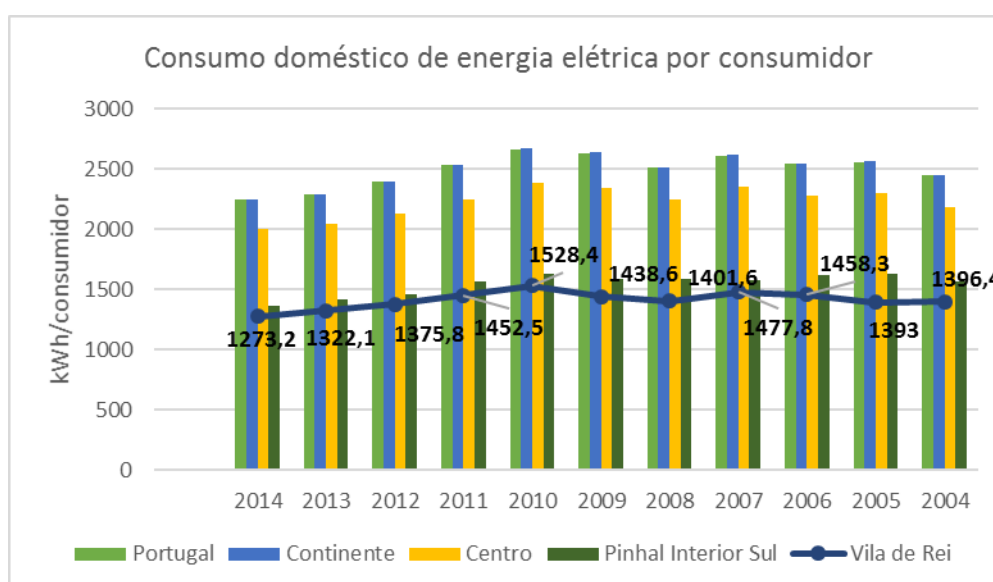
número mais elevado foi 405, no ano de 2014). Por sua vez, o número de consumidores nas áreas da indústria e da agricultura reduziu no período considerado.

### Consumo doméstico de energia elétrica por consumidor

No período entre 2004-2014, o consumo doméstico de energia elétrica por consumidor no concelho foi inferior ao do Pinhal interior sul, e bastante inferior ao das restantes zonas consideradas (Gráfico n.º 4.15).

Os valores do concelho respeitantes ao consumo doméstico por consumidor mantiveram-se relativamente estáveis, com uma tendência de redução muito ligeira.

Gráfico n.º 4.15



Consumo doméstico de energia elétrica; Fonte: Consumo doméstico de energia elétrica por consumidor (kWh/ cons.) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Direcção-Geral de Energia e Geologia

Neste período, o ano em que se registou um valor mais elevado de consumo foi 2010 (1528,4 kWh/consumidor) e aquele em que se registou um valor mais reduzido foi 2014 (1273,2 kWh/consumidor).

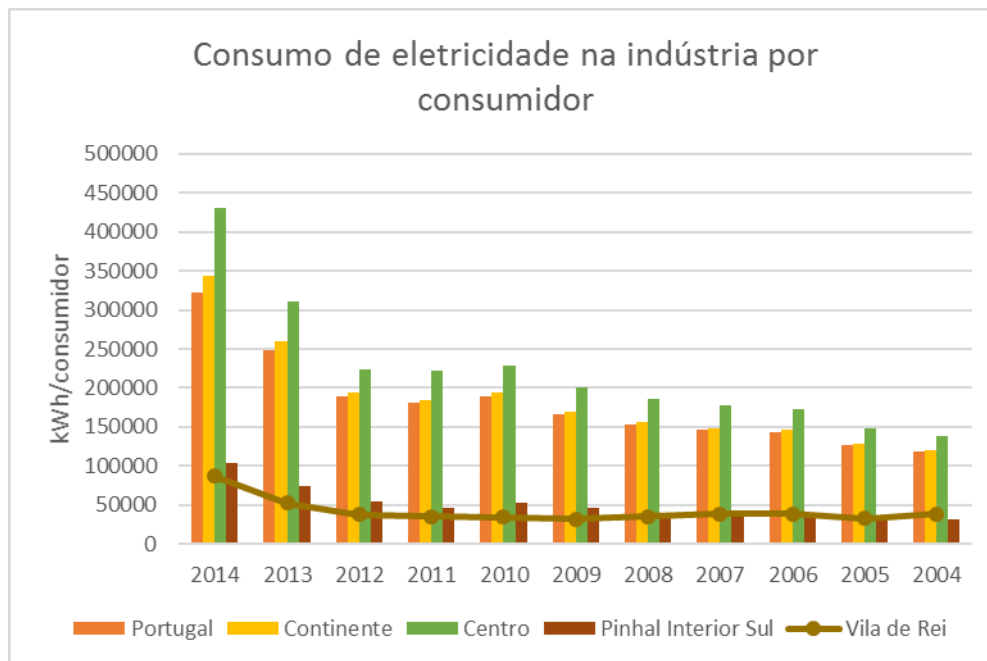
### Consumo de energia elétrica na indústria por consumidor

No concelho de Vila de Rei, o consumo de energia elétrica na indústria por consumidor veio a aumentar entre 2004 e 2014 (Gráfico n.º 4.16), mantendo-se sempre abaixo da média dos consumidores das outras regiões (com a exceção da dos consumidores da zona do Pinhal interior sul em 2004 e entre 2006-2008).



O valor mais elevado registou-se em 2014 (87403,1 kWh/consumidor) e o mais reduzido registou-se em 2009 (31717,9 kWh/consumidor).

Gráfico n.º 4.16

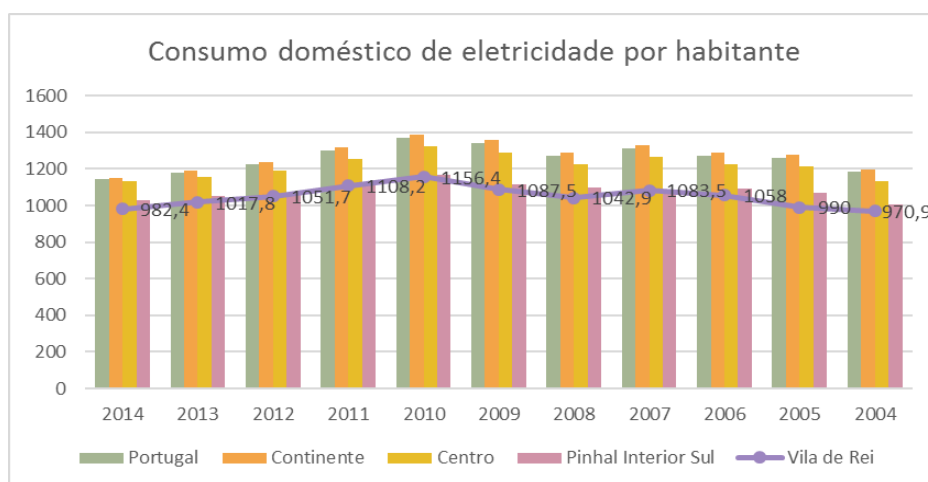


Consumo de eletricidade na indústria por consumidor; Fonte: Consumo de energia eléctrica na indústria por consumidor (kWh/ cons.) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Direcção-Geral de Energia e Geologia

### Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante

Entre 2004 e 2014, o consumo de energia eléctrica por habitante do concelho foi sempre inferior ao consumo por habitantes de outras zonas geográficas, com a exceção da zona do Pinhal interior sul no ano de 2007.

Gráfico n.º 4.17.



Consumo doméstico de energia eléctrica; Fonte: Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual - Direcção-Geral de Energia e Geologia

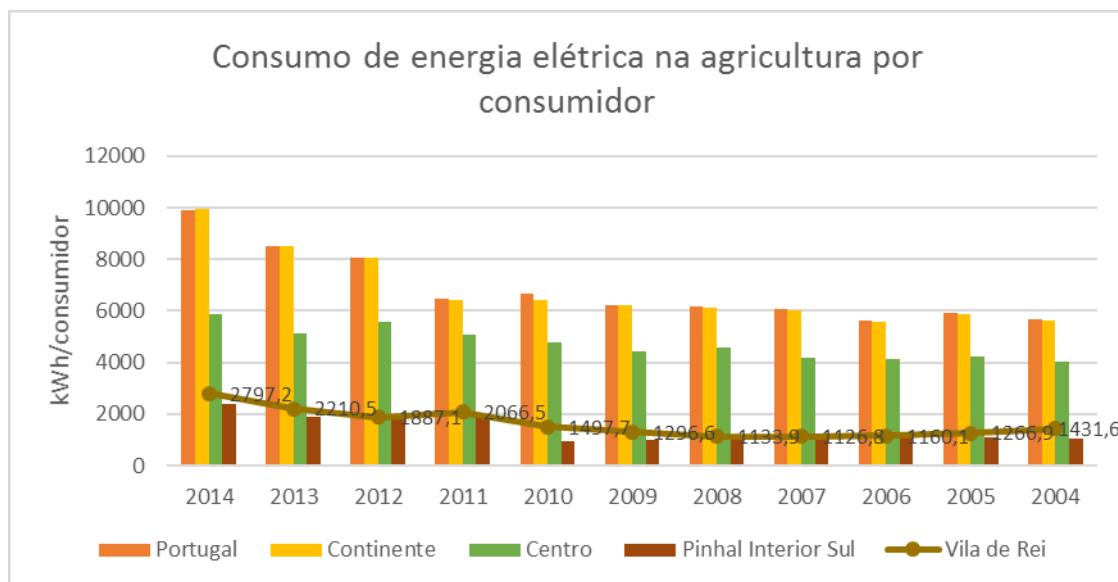
Em Vila de Rei, o consumo de energia elétrica por habitante foi aumentando até 2010 e depois começou a decrescer (Gráfico n.º 4.17). O valor mais elevado de energia elétrica consumida por habitante ocorreu em 2010 (1156,4 Kwh/habitante) e o mais reduzido registou-se em 2004 (970,9 kWh/habitante).

Quando comparados estes valores com os do consumo de energia elétrica por consumidor (Página 61), verifica-se que, no geral, ambos seguiram a mesma tendência (aumento do consumo até 2010, seguido de decréscimo gradual). O consumo de energia elétrica por consumidor foi sempre moderadamente superior ao consumo por habitante, o que pode ser um reflexo de, por exemplo, utilização sazonal de alojamentos (casas de férias, segundas habitações, etc.).

**Consumo de energia elétrica na agricultura por consumidor**

O consumo de energia elétrica na agricultura por consumidor no concelho de Vila de Rei, durante o período 2004-2014, esteve sempre abaixo do consumo médio nacional e das regiões do continente e do centro. Contudo, os valores apresentaram-se acima do consumo de energia elétrica do Pinhal interior sul por consumidor (Gráfico 4.18).

**Gráfico n.º 4.18**



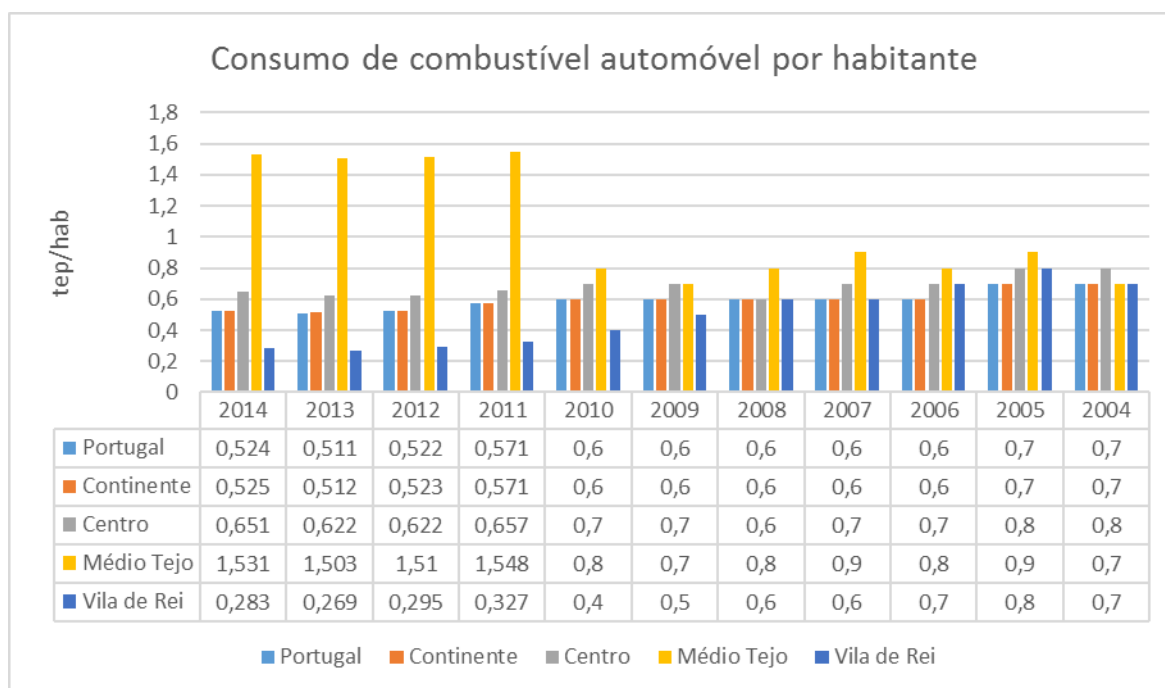
Consumo de energia elétrica na agricultura por consumidor; Fonte: Consumo de energia elétrica na agricultura por consumidor (kWh/ cons.) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Direcção-Geral de Energia e Geologia

No respeitante a Vila de Rei, a tendência de consumo de energia na agricultura por consumidor é de crescimento, tendo sido atingido o valor mais elevado em 2014 (2797,2 kWh/consumidor) e o valor mais reduzido em 2007 (1126,8 kWh/consumidor).

**4.4.2. Consumo de combustível automóvel**

No concelho de Vila de Rei, o consumo de combustível automóvel por habitante diminuiu bastante entre 2004 e 2014, deixando de estar ao mesmo nível de consumo do país em 2004 (0,7 toneladas equivalentes de petróleo por habitante) para passar a estar a cerca de metade (0,283 toneladas equivalentes de petróleo).

**Gráfico n.º 4.19**



*Consumo de combustível automóvel por habitante; Fonte: Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - Direcção-Geral de Energia e Geologia*

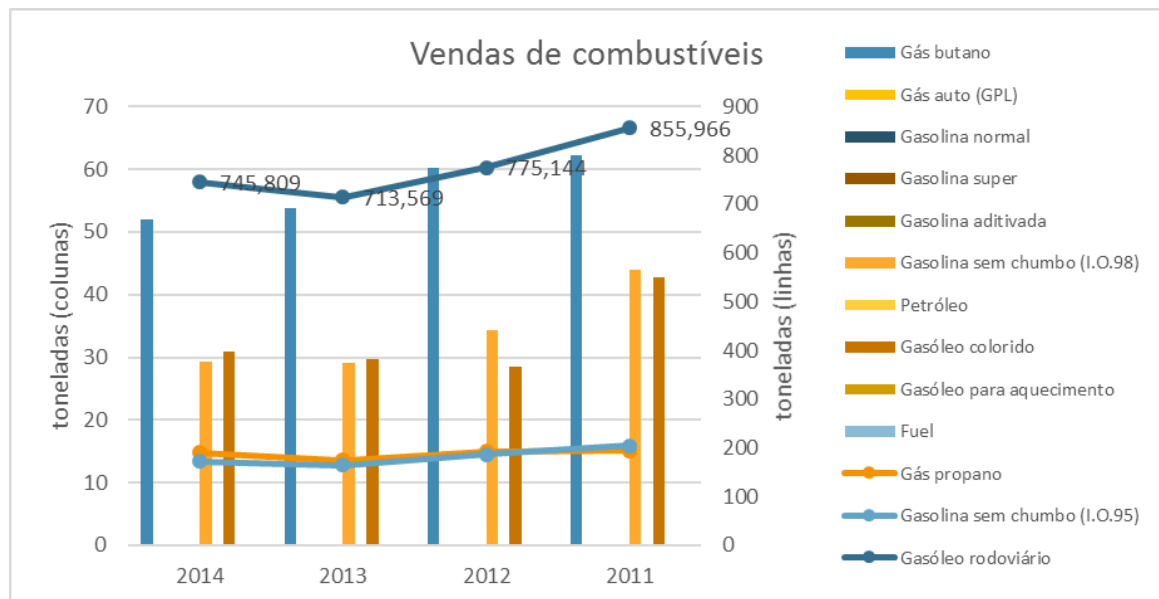
O valor mais elevado no concelho registou-se no ano de 2005 (0,8tep/hab.) e o mais reduzido em 2013 (0,269 tep/hab.)

**Vendas de combustíveis**

No geral, as vendas de combustíveis no concelho caíram entre 2011 e 2013, voltando a subir entre 2013 e 2014 (Gráfico 4.20).

O tipo de combustível mais vendido no concelho ao longo do período de tempo considerado, foi o gasóleo rodoviário, seguido da gasolina de 95 octanas e do gás propano. Determinados tipos de combustível, por exemplo a gasolina aditiva e o gás auto, não tiveram muita procura.

Gráfico n.º 4.20



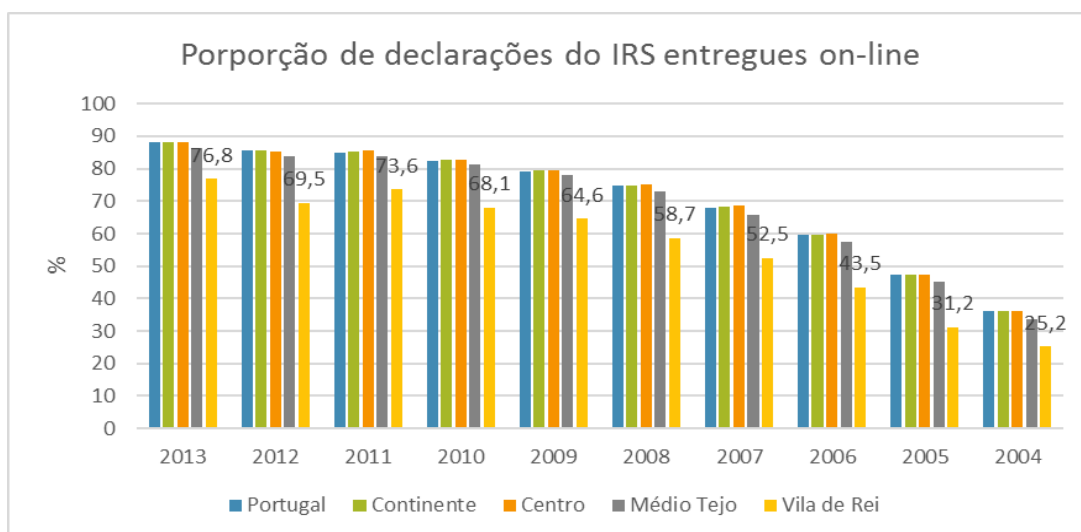
Vendas de combustíveis; Fonte: Vendas de combustíveis líquidos e gasosos (t) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de combustível; Anual - Direcção-Geral de Energia e Geologia

#### 4.5. IRS

##### 4.5.1. Proporção de declarações de IRS (modelo 3) entregues online

A proporção de declarações do IRS entregues pela internet no concelho de Vila de Rei aumentou consideravelmente entre 2004 e 2013 (Gráfico n.º 4.21), seguindo a tendência quer do país, quer das regiões onde o concelho se situa, embora continue ainda abaixo da média destas regiões.

Gráfico n.º 4.21



Proporção de declarações do IRS entregues on-line; Fonte: Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues on-line (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Autoridade Tributária e Aduaneira

O ano em que houve uma maior percentagem de declarações de IRS entregues pela internet foi 2013 (76,8%) e o ano em que houve menor foi 2004 (25,2%).

#### 4.6. Mercado de trabalho

##### 4.6.1. Ganho médio mensal

O ganho médio mensal das pessoas que trabalham em Vila de Rei é significativamente abaixo do ganho médio nacional e das zonas geográficas onde o concelho está inserido (Tabela n.º 4.6).

Tabela 4.6

Localização geográfica	Ganho médio mensal (€)								
	Período de referência dos dados								
	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
<b>Portugal</b>	-	-	-	1034,19	1008	963,28	933,96	907,24	877,46
<b>Continente</b>	1095,59	1084,55	1076,26	1036,44	1010,38	965,25	935,97	909,17	879,62
<b>Centro</b>	941,52	931,09	927,37	890,08	864,39	826,82	805,06	779,05	753,81
<b>Pinhal Interior Sul</b>	768,35	756,11	753,67	737,60	711,39	672,21	654,56	630,09	614,93
<b>Vila de Rei</b>	692,12	692,43	666,55	652,26	649,72	635,82	609,54	586,42	558,62

Ganho médio mensal; Fonte: Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Quadros de Pessoal

O ganho médio mensal no concelho veio a aumentar entre 2004 e 2011, para diminuir microscopicamente entre 2011 e 2012 (passou de 692,43€ para 692,12€).

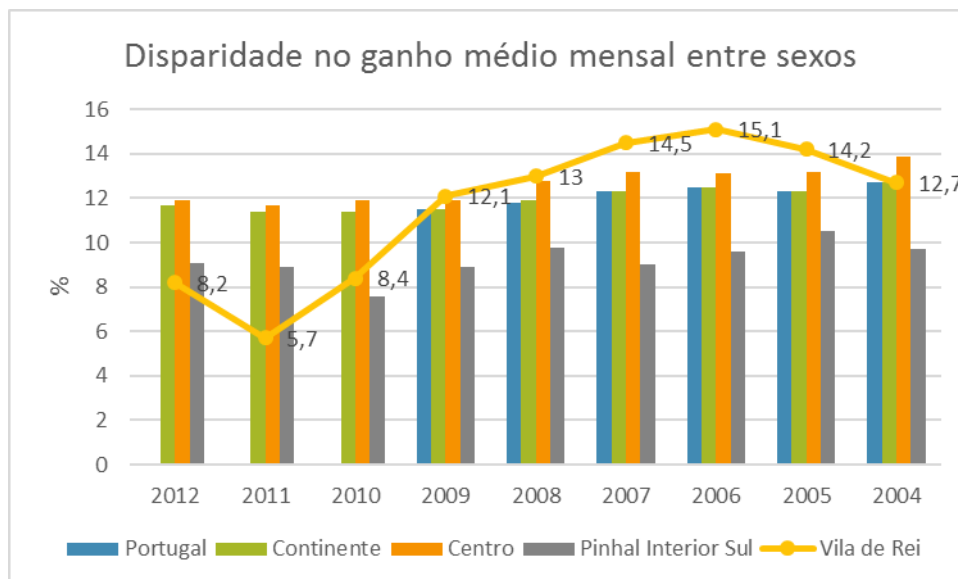
##### 4.6.2. Disparidade entre sexos

###### Disparidade no ganho médio mensal entre sexos

Entre 2004 e 2009, a disparidade no ganho entre sexos era superior no concelho de Vila de Rei face ao resto do país e às zonas geográficas consideradas (Gráfico n.º 4.22). Após essa data, passou a ser menor do que no continente e na zona centro.

O ano em que se registou uma maior diferença no ganho médio entre os sexos no concelho de Vila de Rei foi 2006 (15,1% de diferença nos ganhos médios entre homens e mulheres), ao passo que o ano em que se registou uma menor diferença foi 2011 (5,7%).

Gráfico n.º 4.22



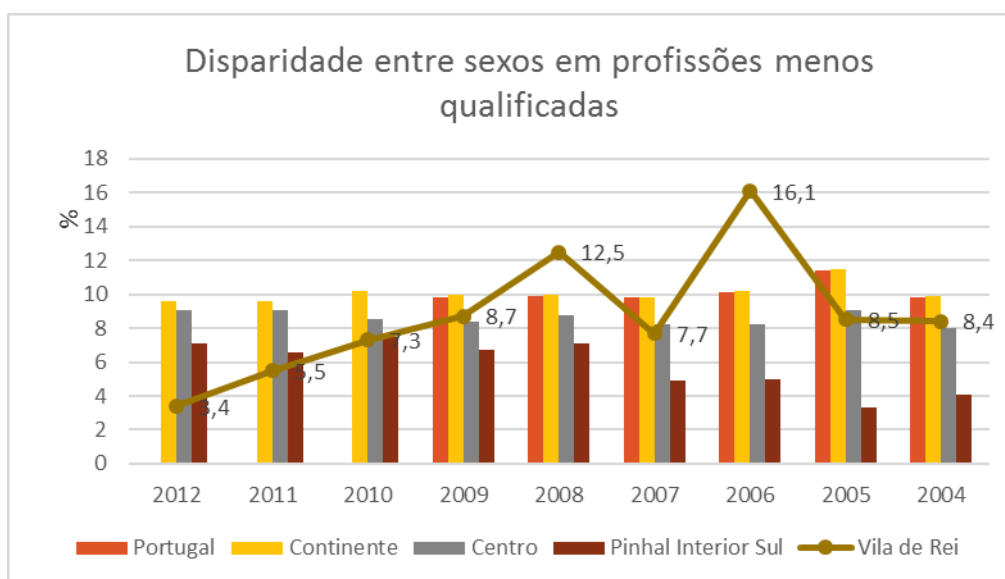
Disparidade no ganho médio mensal entre sexos; Fonte: Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Quadros de Pessoal

**Disparidade entre sexos nas profissões menos qualificadas**

No que diz respeito às profissões menos qualificadas, houve uma tendência maioritariamente de aumento até ao ano de 2008, entrando em queda nos anos seguintes (Gráfico n.º 4.23).

Quando comparado com a média do país e das regiões, a proporção de disparidade de género nos vencimentos foi aproximada ou superior à da média nacional ou regional, até ao ano de 2008. A partir de 2009, começou a situar-se abaixo das médias anteriormente mencionadas.

Gráfico n.º 4.23



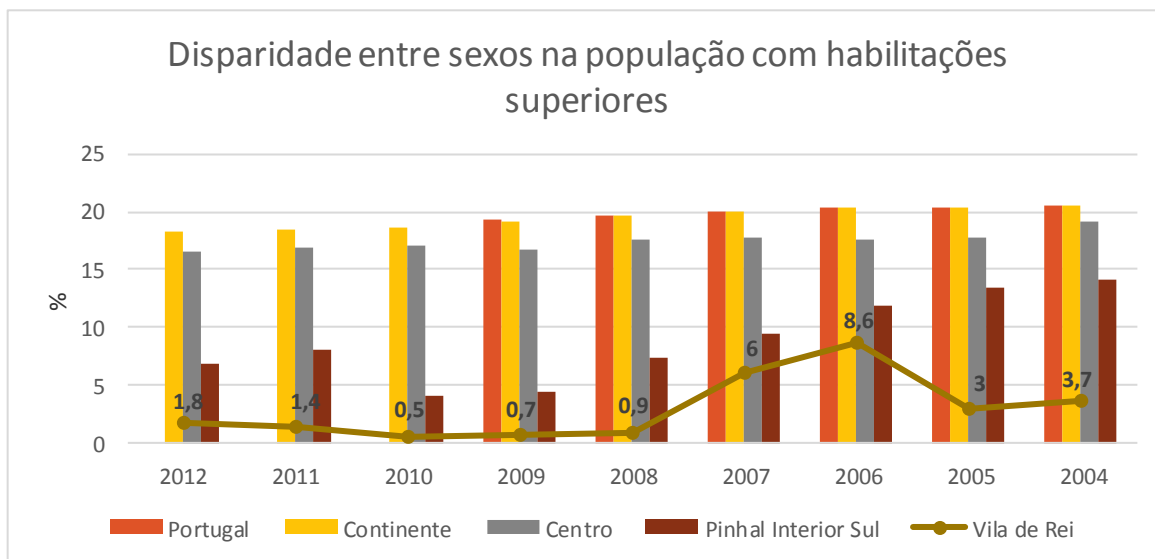
Disparidade entre sexos em profissões menos qualificadas; Fonte: Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem nas profissões menos qualificadas por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Quadros de Pessoal

O valor mais elevado de disparidade entre sexos em profissões menos qualificadas foi registado no ano de 2006 (16,1%), e o valor mais baixo foi registado no ano de 2012 (3,4%).

**Disparidade entre sexos na população com habilitações de ensino superior.**

Para o período considerado (2004-2012), a disparidade entre sexos na população com habilitações superiores foi menor no concelho de Vila de Rei do que no país ou nas restantes regiões em que o concelho está inserido (Gráfico n.º 4.24).

**Gráfico n.º 4.24**



*Disparidade entre sexos na população com habilitações superiores; Fonte: Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem com habilitações correspondentes ao ensino superior por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Quadros de Pessoal*

No concelho, a disparidade entre os sexos desta população atingiu o pico máximo em 2006 (8,6% de diferença de vencimento) e o mínimo em 2008 (0,9%).

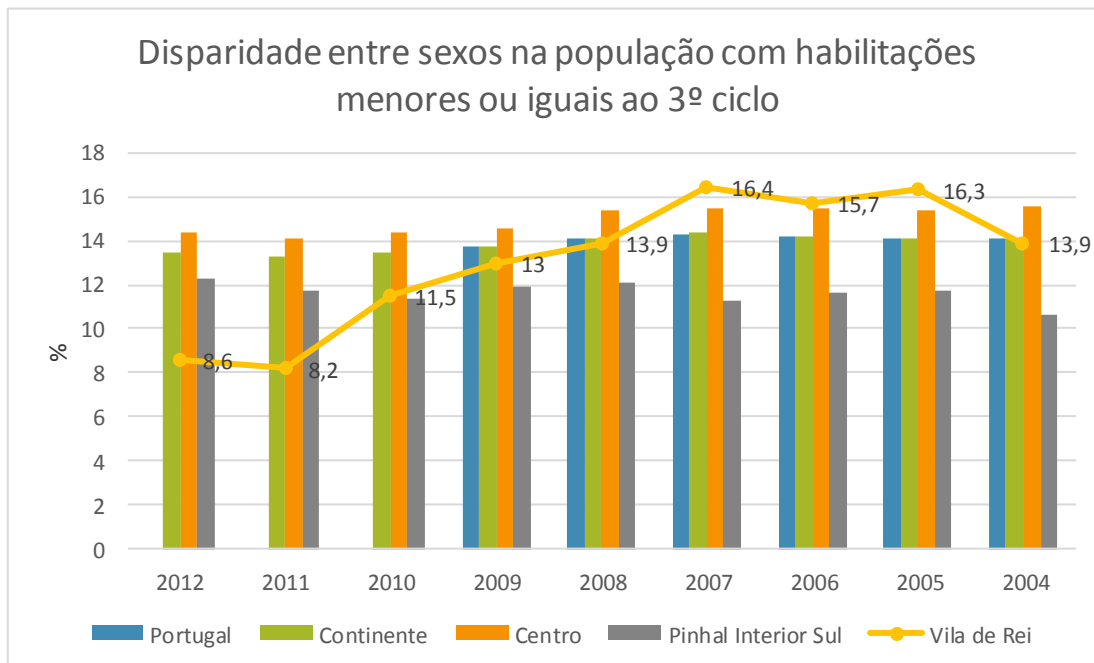
**Disparidade entre sexos na população com habilitações menores ou iguais ao 3.º ciclo.**

Para o concelho de Vila de Rei, a disparidade entre sexos na população com o 3.º ciclo ou menos de formação académica foi igual ou superior à da média nacional e das médias regionais (com a exceção da média da zona do Pinhal interior sul) entre os anos de 2004 e 2008, e predominantemente inferior no restante período de tempo (Gráfico n.º 4.25).

No concelho, a disparidade entre géneros desta população aumentou entre 2004 e 2007, diminuindo depois até 2011, e retomando o aumento em 2012.

A maior disparidade entre sexos nos vencimentos ocorreu no ano de 2007 (16,4%), ao passo que a menor disparidade registou-se em 2011 (8,2%).

Gráfico n.º 4.25



*Disparidade entre sexos na população com habilitações menores ou iguais ao 3º ciclo; Fonte: Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem com habilitações iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Quadros de Pessoal*

No geral, para o concelho de Vila de Rei, na população com formação superior as disparidades salariais entre sexos são menores (o que também poderá ser influenciado pelo facto de os ordenados médios serem mais baixos).

A disparidade entre géneros é maior nas pessoas com o 3.º ciclo ou menos de formação académica do que para as pessoas com outro tipo de habilitações académicas.

Os momentos de maior disparidade nos vencimentos são transversais aos diversos níveis de formação académica – uma época temporal de maior disparidade salarial para pessoas em profissões menos qualificadas geralmente coincide com uma de maior disparidade para pessoas com habilitações superiores.

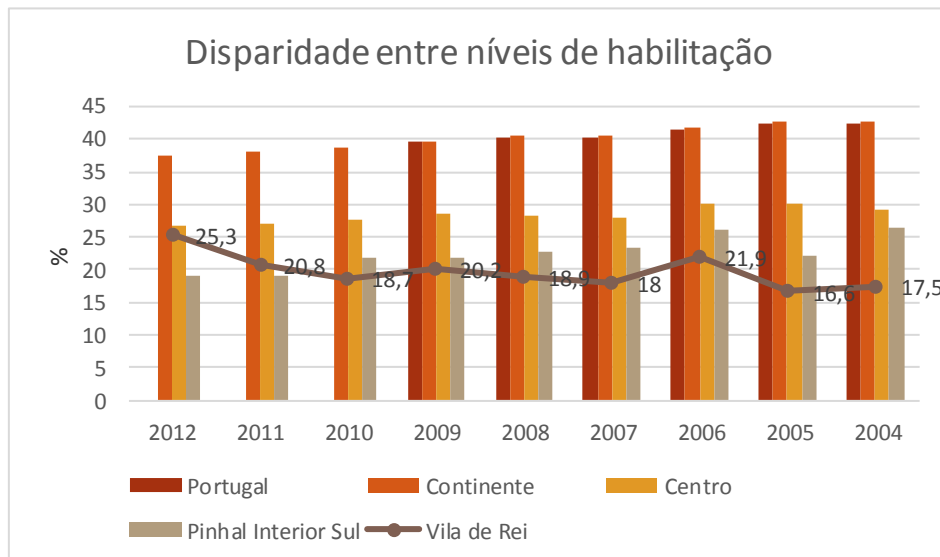
**Disparidade entre níveis de habilitação**

Entre 2004 e 2010, para o concelho de Vila de Rei, o grau de disparidade entre níveis de habilitação manteve-se abaixo dos graus de disparidade regionais e nacional, vindo depois a aumentar entre 2011 e 2002 (Gráfico n.º 4.26).



O ano em que se registou um maior grau de disparidade entre os níveis de habilitação foi 2012 (25,3%), e o ano em que se registou um menor grau de disparidade foi 2005 (16,6%).

Gráfico n.º 4.26

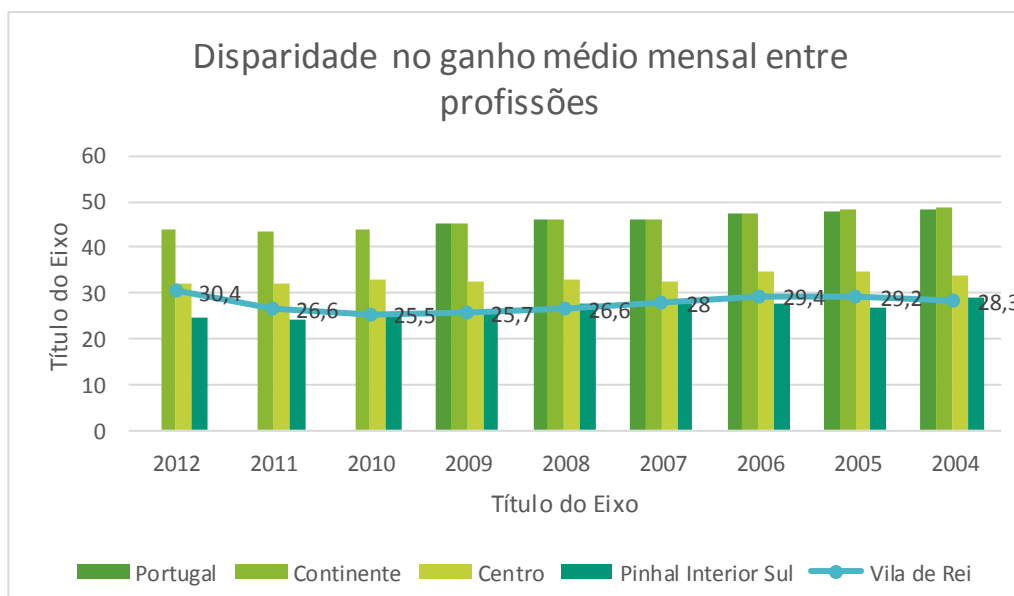


Disparidade entre níveis de habilitação; Fonte: Disparidade no ganho médio mensal (Entre níveis de habilitação - %) da população empregada por conta de outrem por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Quadros de Pessoal

### Disparidade no ganho médio mensal entre profissões

No período compreendido entre 2004 e 2010, o nível de disparidade no ganho médio mensal entre profissões no concelho de Vila de Rei foi igual ou inferior aos níveis de disparidade regionais ou nacional. Nos anos de 2011 e 2012, verificou-se um aumento face aos restantes concelhos do Pinhal interior sul, mantendo-se num nível inferior ao da região centro e do continente (Gráfico n.º 4.27).

Gráfico n.º 4.27



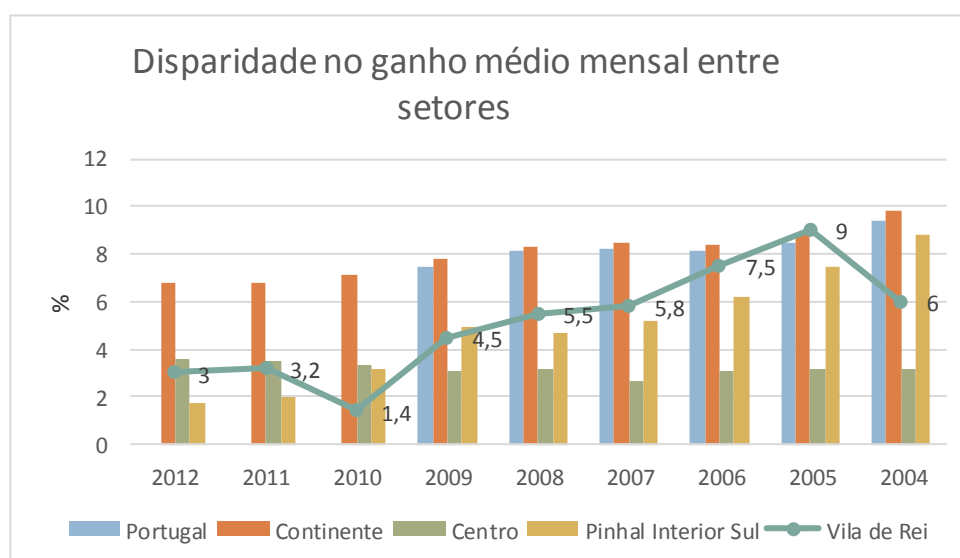
*Disparidade no ganho médio mensal entre profissões; Fonte: Disparidade no ganho médio mensal (Entre profissões - %) da população empregada por conta de outrem por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Quadros de Pessoal*

No ano de 2012, verificou-se a maior disparidade entre as profissões (30,4% de diferença nos vencimentos), enquanto o ano de 2010 houve menor disparidade (25,5%).

## Disparidade no ganho médio mensal entre os setores

No geral, entre 2004 e 2012, o nível de disparidade entre os setores de atividade apresentou uma tendência de diminuição no concelho de Vila de Rei.

**Gráfico n.º 4.28**



*Disparidade no ganho médio mensal; Fonte: Disparidade no ganho médio mensal (Entre sectores de atividade - %) da população empregada por conta de outrem por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Quadros de Pessoal*

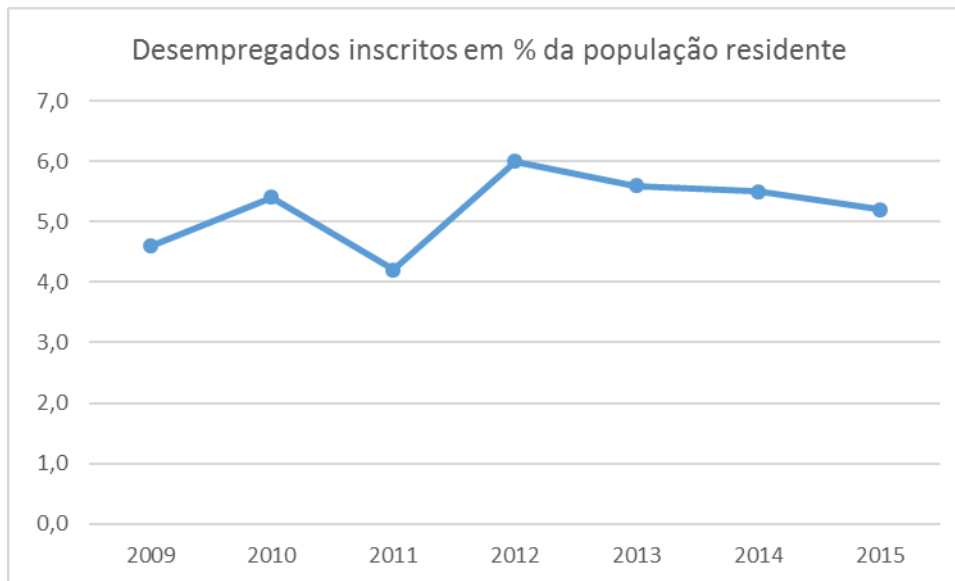
A disparidade no ganho médio mensal para os diversos setores de atividade do concelho de Vila de Rei atingiu o valor mais elevado no ano de 2005 (9%) e o valor mais reduzido no ano de 2010 (1,4%).

O nível de disparidade entre os diversos setores de atividade para o concelho de Vila de Rei foi igual ou superior ao das zonas Centro e Pinhal interior sul entre 2005 e 2009 (exceto 2009, para a zona do pinhal interior sul) e inferior em 2010. No ano 2011 e 2012, revelou-se superior ao da zona do Pinhal interior sul e, apenas em 2004, foi superior aos valores da zona centro.

## 4.7. Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

Nos anos de 2010 e 2012, o número de desempregados no concelho de Vila de Rei aumentou em relação ao ano anterior. No ano de 2011 e desde o ano de 2012, o número diminuiu e, nestes últimos anos, estabilizou em sentido decrescente.

Gráfico n.º 4.29



*Desempregados inscritos em % da população residente; Fonte: PORDATA e INE - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%)*

#### **4.8. GIP – Gabinete de Inserção Profissional (GIP) / Gabinete de Dinamização da Atividade Económica (GDAE)**

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) iniciou a sua atividade no dia 1 de setembro de 2015, sendo que a sua criação foi uma importante estrutura com vista à (re)integração profissional de jovens e adultos desempregados, numa iniciativa desenvolvida em parceria pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e pelo Município de Vila de Rei.

O GIP constituiu-se assim como uma rede de suporte à intervenção dos serviços de emprego, desenvolvendo, numa lógica de proximidade, atividades potenciadoras de uma inserção mais rápida e mais sustentada dos desempregados no mercado de trabalho.

Este novo serviço vai poder realizar um vasto número de atividades de apoio na procura ativa de emprego, como acompanhamento personalizado a desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional, captação e divulgação de ofertas de emprego, encaminhamento para medidas de apoio ao emprego e empreendedorismo, divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu, motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou atividades em regime de voluntariado que facilitem a inserção no mercado de trabalho, ajuda na elaboração de currículos ou ajuda na preparação para entrevistas de emprego.

O Gabinete de Inserção Profissional é uma importante ferramenta na integração dos desempregados vilarregenses no mercado de trabalho, prestando um serviço de ajuda e colaboração gratuito, constituindo-se como uma importante medida de apoio social prestada pelo Município à população, em estreita articulação com o Centro de Emprego da Sertã.

O Gabinete encontra-se em funcionamento no Ninho de Empresas de Vila de Rei, sito na Rua Dr. Germano Neves Silva, Edifício Rainha Santa Isabel, de segunda a sexta-feira das 09:00 às 17:00 horas, sendo a hora de almoço das 13:00 às 14:00 horas.

### **O GIP desenvolve as seguintes atividades:**

- Ações de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação;
- Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora;
- Encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego;
- Apresentação de desempregados a ofertas de emprego;
- Colocação de desempregados em ofertas de emprego.

### **O GIP disponibiliza os seguintes serviços às Empresas:**

- Atendimento aos empresários que pretendam comunicar ofertas de emprego e conhecer os apoios à contratação;
- Divulgação das ofertas de emprego ou estágio oferecidas pelas empresas e instituições da região;
- Encaminhamento ou pré-seleção de candidatos, cujo perfil se adequa ao pretendido pela empresa, em colaboração com o Centro de Emprego da Sertã;
- Informação e apoio relativo a programas/medidas de emprego promovido pelo IEFP (Estágios profissionais, Contratos Emprego-Inserção, Inserção de cidadão com deficiência, entre outros).

### **Até à presente data o GIP já desenvolveu:**

- Ações de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação com 134 desempregados;
- Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora com 83 desempregados;

- Encaminhamento de 35 candidatos para ações de formação ou medidas de emprego (CEI, CEI+ e Estágios-emprego);
- Receção e registo de 16 ofertas de emprego, das quais resultou a apresentação e encaminhamento de 182 desempregados às mesmas e a colocação de 19 desempregados;
- Desenvolvimento de outras atividades tais como: Inscrições no IEFP; Pedidos de declarações para diversos fins; Esclarecimento de Medidas de Apoio; Apoio na elaboração de carta ao IEFP para reativação de inscrição, mudança de morada; Apoio na estruturação de currículo; Apoio/Envio de candidaturas a CEI, CEI+, Estágio Emprego, Estímulo para diversas entidades; Apoio no registo de ofertas, na elaboração de contrato; Esclarecimento de Medidas de Criação ao próprio emprego e Formação.

## **a) GDAE – Gabinete da Dinamização da Atividade Económica**

O GDAE é um **Gabinete de Dinamização da Atividade Económica** personalizado promovendo a atividade empresarial, prestando um serviço de atendimento e acompanhamento personalizado aos Municípios/Investidores/Empresários do concelho.

A Missão do gabinete centra-se fundamentalmente na promoção do desenvolvimento económico do concelho de Vila de Rei. A criação do GDAE reflete a preocupação e os problemas sentidos pela autarquia, visando o desenvolvimento social e económico e potenciando a modernização a nível local da atividade económica no concelho de Vila de Rei.

### **Objetivos do GDAE:**

#### ➤ **Informar:**

- Prestar esclarecimentos necessários sobre oportunidades e incentivos ao investimento no concelho;
- Indicar os locais adequados para instalação das atividades económicas;
- Divulgar legislação de enquadramento das atividades económicas.

#### ➤ **Aconselhar:**

- Programas e incentivos mais adequados aos projetos de investimento;
- Conceder contactos e mencionar quais as entidades intervenientes nos processos;

- Recolha de sugestões e de problemas sentidos pelos empresários no âmbito dos contactos realizados.

### Apoios da Autarquia incentivos à localização empresarial

#### **O Concelho possui três zonas Industriais, nas quais pode beneficiar de:**

- Preço dos lotes nas Zonas industriais: €0,01/2m<sup>2</sup>
- Isenção da taxa de Derrama;
- Imposto Municipal sobre Imóveis: Prédios urbanos com taxa mínima de 0,3%.
- Redução no Imposto Municipal das Transações Onerosas, conforme legislação em vigor;
- Desconto no IRS;
- Redução do IRC - Estatutos dos Benefícios Fiscais para empresas já instaladas e atividade principal se situe nas áreas beneficiárias do interior;
- Tarifa da água: comércio e indústria - €0,62/m<sup>3</sup>
- Acessos privilegiados à: A13, A23, A1, IC9, IC8 e EN2.

#### **Outros estímulos ao investimento:**

- Incentivo à empregabilidade, através da concessão de subsídio no valor de 500€, por cada posto de trabalho criado;
- Isenção ou redução de taxas e preços municipais para a fixação de novas empresas ou novos investimentos em função do n.º de postos de trabalho criados;
- Bonificação no pagamento de taxas e preços municipais para empresários que acolham estágios profissionais;
- Bonificação no pagamento de taxas e preços municipais para empresários que se comprometam e comprovem não efetuar despedimentos;
- Apoio à modernização do comércio local.

<b>ANÁLISE SWOT</b>	
<b>Demografia, População Residente e Envelhecimento</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Localização do concelho no Centro Geodésico de Portugal;</li> <li>• Boas acessibilidades do exterior com autoestradas e vias rápidas;</li> <li>• Boas acessibilidades no interior do concelho;</li> <li>• Incentivos à fixação de empresas e população;</li> <li>• Incentivos fiscais (IMI, Derrama, IRS, ...)</li> <li>• Pioneirismo em várias áreas (incentivos à fixação, natalidade, etc.);</li> <li>• Baixo valor de venda dos terrenos para habitação e para lotes das zonas industriais;</li> <li>• Reduzido valor ou acesso grátis aos equipamentos municipais;</li> <li>• Qualidade e baixo preço da água;</li> <li>• Transporte municipal gratuito da população das povoações à sede do concelho;</li> <li>• Regulamento de taxas municipais com valores reduzidos;</li> <li>• Município com contas equilibradas e sem problemas de tesouraria;</li> <li>• Reduzido prazo de pagamento aos fornecedores;</li> <li>• Concentração dos serviços públicos no edifício dos Paços do concelho;</li> <li>• Boas instalações municipais;</li> <li>• Grande dinamismo das associações do concelho;</li> <li>• Autossuficiência no abastecimento de água;</li> <li>• Abastecimento de água ao domicílio a 100% da população;</li> <li>• Elevada recolha de resíduos para a reciclagem;</li> <li>• Praia fluvial do Penedo Furado finalista do concurso 7 Maravilhas de Portugal;</li> <li>• Infraestruturas para a prática de Wakeboard;</li> <li>• Museu de Geodesia e Museu do Fogo e da Resina únicos no país;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada dependência das receitas das transferências do Orçamento do Estado e dos Fundos comunitários;</li> <li>• Reduzidas receitas próprias;</li> <li>• Localização no interior do país;</li> <li>• Baixa densidade populacional;;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aldeia de Xisto da Água Formosa;</li> <li>• Grande Rota do Zêzere;</li> <li>• Rede de Percursos pedestres no concelho;</li> <li>• Ausência de problemas de trânsito;</li> <li>• Boa qualidade de vida;</li> </ul>	
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Localização do concelho no Centro Geodésico de Portugal;</li> <li>• Boas acessibilidades do exterior com autoestradas e vias rápidas;</li> <li>• Boas acessibilidades no interior do concelho;</li> <li>• Albufeira de Castelo de Bode;</li> <li>• Praias fluviais de boa qualidade;</li> <li>• Praia fluvial do Penedo Furado finalista do concurso das 7 Maravilhas de Portugal de praias;</li> <li>• Nascente de água da Milriça;</li> <li>• Conheiras de grandes dimensões (únicas no país);</li> <li>• Rede de percursos pedestres;</li> <li>• Acesso à fibra ótica e internet;</li> <li>• Fundos comunitários Portugal 2020/PROVERE/PRODER;</li> <li>• Zonas industriais com disponibilidade de lotes;</li> <li>• Loteamentos com disponibilidade de terrenos para habitação;</li> <li>• Conjuntura económica que beneficia o próprio emprego;</li> <li>• Gastronomia, artesanato, apicultura e outras atividades económicas endógenas;</li> <li>• Concelho reconhecido como virado para o apoio social;</li> <li>• Integração na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;</li> <li>• Integração na Rede das Aldeias de Xisto;</li> <li>• Integração na Grande Rota do Zêzere;</li> <li>• Benefícios fiscais do Estado e do Município;</li> <li>• Baixo custo de vida;</li> <li>• Redução do custo das portagens da A23;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interioridade do concelho;</li> <li>• Envelhecimento da população;</li> <li>• Baixa taxa de natalidade;</li> <li>• Políticas governamentais que beneficiam os grandes centros urbanos;</li> <li>• Constrangimentos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso;</li> <li>• Distância do concelho às instituições de ensino superior;</li> <li>• Conjuntura económica que diminui a atividade económica;</li> <li>• Baixos rendimentos da população;</li> <li>• Falta de empregos qualificados;</li> <li>• Deslocação dos licenciados para os grandes centros urbanos;</li> <li>• Existência de alguma emigração;</li> <li>• Falta de crédito bancário no país;</li> <li>• Elevado custo do crédito bancário;</li> <li>• Encerramento de algumas empresas com dificuldades;</li> <li>• Reduzido número de PME's;</li> <li>• Inexistência de transportes públicos diários;</li> <li>• Inexistência de cadastro das propriedades.</li> </ul>



## 5. EDUCAÇÃO

Ao longo dos últimos anos temos vindo a assistir a crescentes transformações na área da Educação em Portugal, uma das quais se refere a uma exigência cada vez maior de participação da comunidade educativa local nos assuntos que lhe estão relacionados. É assim que às Autarquias Locais tem sido atribuído um número crescente de competências em matéria de Educação, que conduziram o Município de Vila de Rei a uma reflexão sobre a necessidade de uma melhor rentabilização e organização dos recursos disponíveis tendo em vista uma maior eficiência na sua atuação nesta importante área de desenvolvimento.

O Município de Vila de Rei celebrou em 01 de janeiro de 2009 o Contrato de Execução com o Ministério da Educação no âmbito do quadro de transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação conforme o Decreto Lei n. º144/2008, de 28 de julho. Em maio de 2015, celebrou igualmente com o Ministério da Educação e Ciência o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, o qual se encontra em vigor.

Ao aderir aos contratos supramencionados, o Município de Vila de Rei teve como principal objetivo estabelecer uma maior proximidade com os diversos interlocutores da comunidade escolar contribuindo para uma maior rapidez nas decisões relativas à resolução dos problemas, uma maior eficácia, eficiência e qualidade na gestão escolar, permitindo assim uma melhoria do sucesso e desempenho escolar dos alunos.

O parque escolar da responsabilidade municipal é atualmente composto pela Creche Municipal, Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, o qual é constituído pelo Centro Escolar de Vila de Rei (integra o Jardim de Infância e a Escola Básica e Secundária de Vila de Rei, que integra o 1º,2º,3º Ciclos e o Ensino Secundário) e ainda a Escola Fixa de Trânsito, onde decorrem as atividades de ATL e férias desportivas.

No concelho de Vila de Rei para além dos estabelecimentos educativos da responsabilidade do Município existe uma Instituição Particular de Solidariedade Social com oferta para a educação pré-escolar, creche e Jardim de Infância.

Na tabela seguinte podemos verificar a ocupação da população escolar por estabelecimento educativo nos últimos 5 anos:

Tabela n.º 5.1

Estabelecimento	Ano Letivo				
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Creche Municipal	26	26	26	26	26
Agrupamento de Escolas de Vila de Rei	317	303	295	294	258
IPSS's	48	33	33	31	37

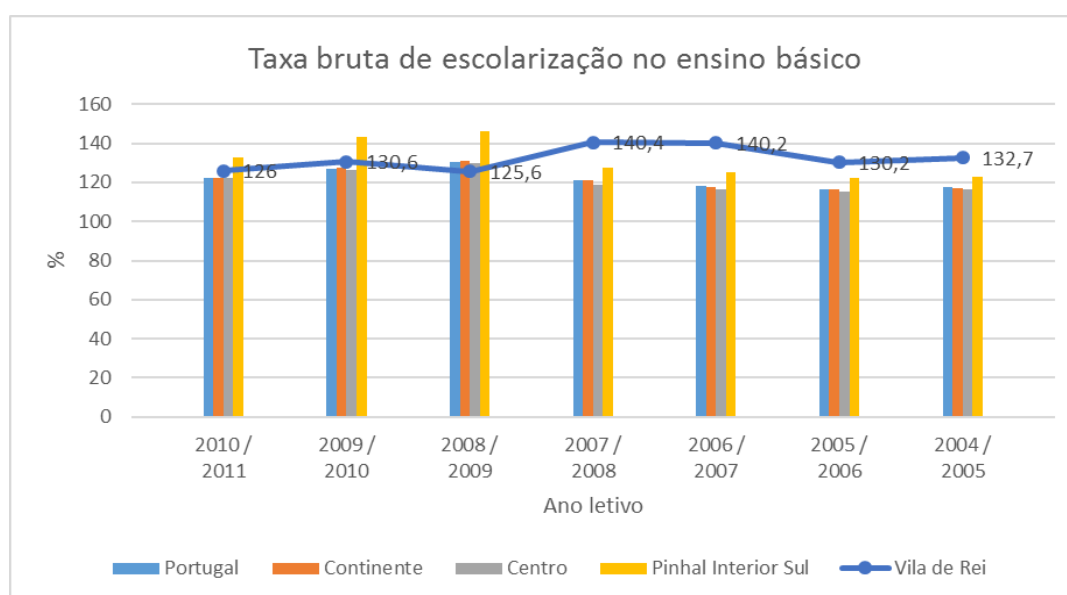
**5.1. Taxa bruta de escolarização no ensino básico**

A taxa bruta de escolarização no concelho de Vila de Rei entre os anos letivos de 2004/2005 e 2010/2011 manteve-se, regra geral, superior quer à nacional quer à de áreas regionais em que o município esteve inserido (Gráfico n.º 5.1), com exceções no ano de 2008/2009 e 2009/2010.

Esta taxa reflete a proporção de população a frequentar este tipo de ensino face ao total de residentes do grupo etário que, normalmente, frequenta este tipo de ensino.

Por exemplo, no ano letivo 2007/2008, a taxa bruta de escolarização no ensino básico foi de 140,4%, o que significa que havia mais 40,4% de indivíduos do que os do grupo etário correspondente – isto pode dever-se a vários fatores desde reprovações dos indivíduos, ou apostas de escolarização de adultos.

Gráfico n.º 5.1



Taxa bruta de escolarização; Fonte: Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

## 5.2. Taxa de abandono escolar

No geral, a taxa de abandono escolar concelhia aumentou entre 2001 e 2011, mas manteve-se abaixo da taxa média de abandono escolar do país e das regiões onde o concelho está inserido (Tabela n.º 5.2).

A Freguesia da Fundada foi aquela que registou um maior aumento da taxa de abandono escolar, passando de 0 para 2,94% (de jovens entre os 10 e 15 anos que abandonam a escola).

Tabela n.º 5.2

<b>Localização geográfica</b>	<b>Taxa de abandono escolar (%)</b>	
	<b>Período de referência dos dados</b>	
	<b>2001</b>	<b>2011</b>
<b>Portugal</b>	2,79	1,70
<b>Continente</b>	2,71	1,65
<b>Centro</b>	2,19	1,51
<b>Pinhal Interior Sul</b>	1,37	1,59
<b>C. Vila de Rei</b>	0,53	1,15
<b>Fundada</b>	0,00	2,94
<b>São João do Peso</b>	0,00	0,00
<b>Vila de Rei</b>	0,65	0,74

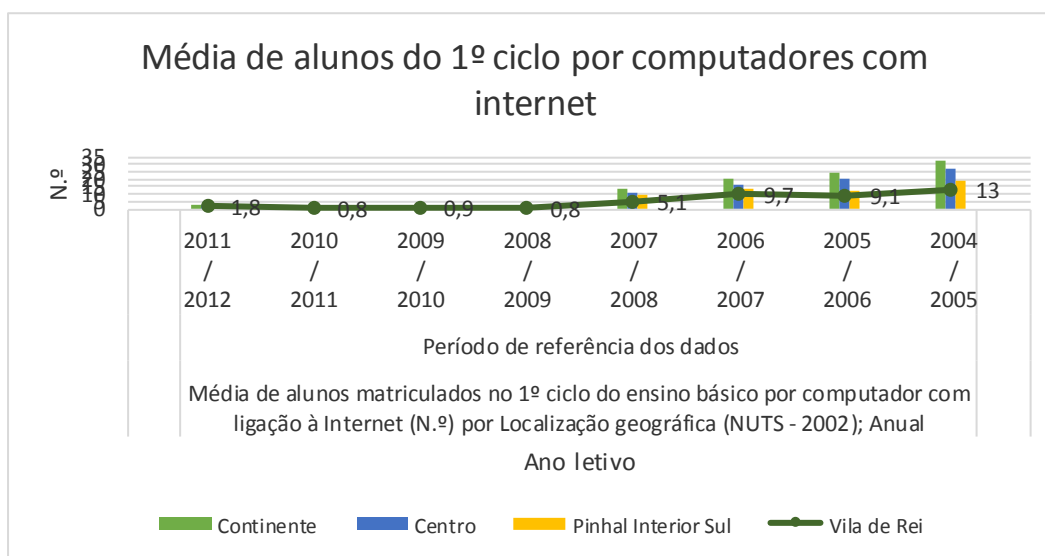
*Taxa de abandono escolar; Fontes: Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação; Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Censos - séries históricas*

## 5.3. Média de alunos por computador com internet

### 5.3.1. Média de alunos matriculados no 1º ciclo por computador com ligação à internet

A média de alunos do 1º ciclo por computadores com acesso à internet no concelho veio, no geral, a diminuir entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012 (Gráfico n.º 5.2), tendo sido sempre inferior à média de alunos das regiões consideradas.

Gráfico n.º 5.2



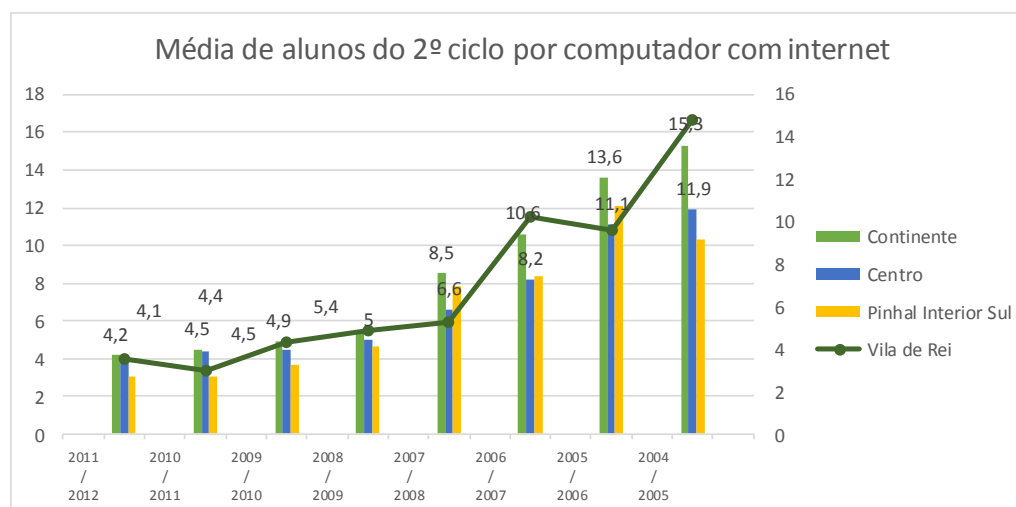
Média de alunos do 1º ciclo por computadores com internet; Fonte: Média de alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico por computador com ligação à Internet (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

5.3.2. Média de alunos do 2º ciclo por computador com ligação à internet

Entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012, a média de alunos do 2º ciclo por computador com internet disponível diminuiu quer no concelho quer nas zonas geográficas em que este foi considerado, tendo, no geral, diminuído mais acentuadamente no concelho (Gráfico n.º 5.3).

Esta diminuição da média pode dever-se ao facto de existir uma maior disponibilidade de computadores com acesso à internet para as crianças.

Gráfico n.º 5.3



Média de alunos do 2º ciclo por computador com internet; Fonte: Média de alunos matriculados no 2º ciclo do ensino básico por computador com ligação à Internet (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

#### 5.4. Taxa de participação em cursos de dupla certificação

Entre 2004/2005 e 2010/2011, não estavam disponíveis no concelho cursos de dupla certificação orientados para jovens estudantes do ensino secundário. No primeiro ano letivo (2011/2012) em que estes estiveram disponíveis, obtiveram uma taxa de participação de 36,7%, que, embora inferior às taxas médias quer do país quer das regiões consideradas, é superior à das dessas regiões nos primeiros 4 anos letivos em que estes cursos foram considerados.

Tabela n.º 5.3

Localização geográfica	Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (%)							
	Período de referência dos dados							
	2011/ 2012	2010/ 2011	2009/ 2008	2008/ 2009	2007/ 2008	2006/ 2007	2005/ 2006	2004/ 2005
<b>Portugal</b>	42,8	42,5	42,2	40,7	35,2	33,3	33,4	33,0
<b>Continente</b>	42,9	42,6	42,2	40,7	34,9	33,2	33,4	33,1
<b>Centro</b>	42,6	42,6	42,3	41,1	36,2	34,4	34,4	34,2
<b>Pinhal Interior Sul</b>	39,0	38,2	37,0	37,3	31,5	33,0	27,8	31,4
<b>Vila de Rei</b>	36,7	-	-	-	-	-	-	-

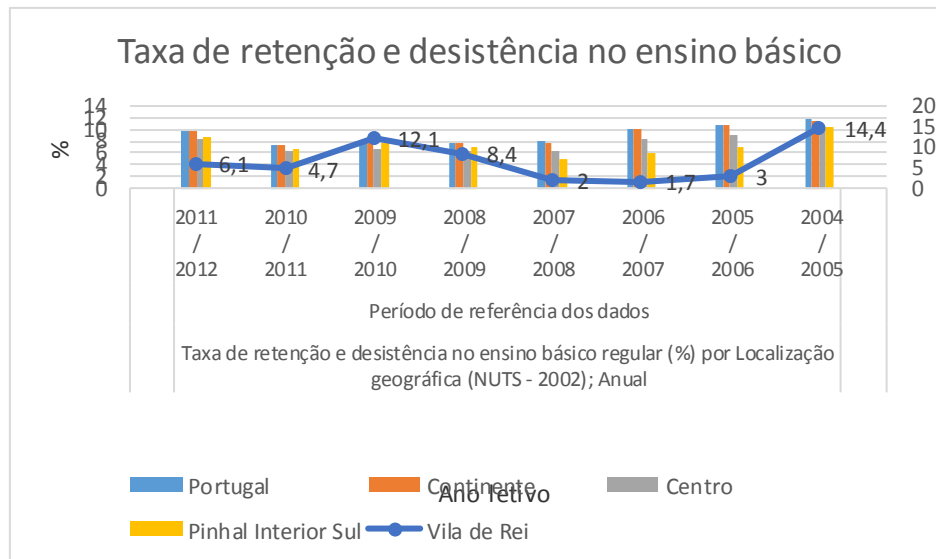
Taxa de participação em cursos de dupla certificação no ensino secundário; Fonte: Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

#### 5.5. Taxa de retenção e desistência no ensino básico

Entre os anos de 2004/2005 e 2011/2012, a taxa de retenção e desistência dos alunos do ensino básico regular de Vila de Rei, no geral, manteve-se abaixo quer da média nacional, quer das taxas das regiões onde o concelho se insere (Gráfico n.º 5.4). As exceções foram os anos letivos 2004/2005 e 2009/2010, em que as taxas de retenção e desistência do concelho (14,4% e 12,1%, respetivamente) foram superiores a todas as outras. Por sua vez, no ano letivo 2008/2009, a taxa apenas foi inferior às da média do país e do continente.

Os valores de retenção e desistência no ensino básico do concelho revelam uma tendência de decréscimo ligeiro.

Gráfico n.º 5.4



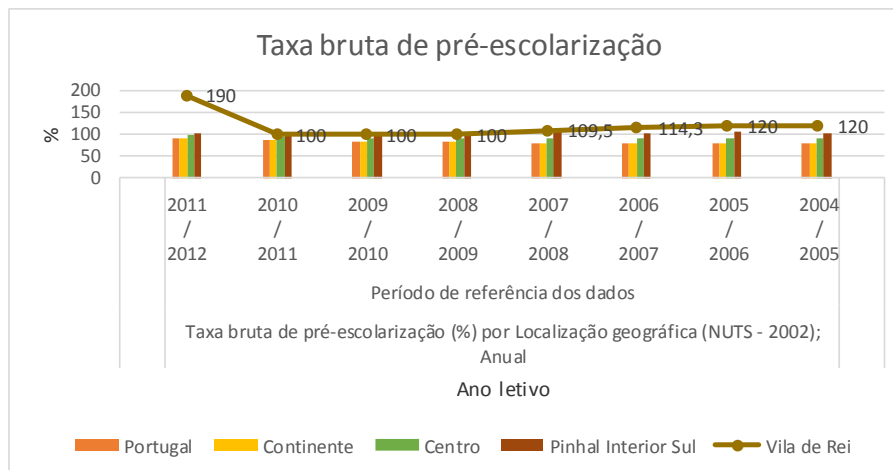
Taxa de retenção e desistência no ensino básico; Fonte: Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

### 5.6. Taxa bruta de pré-escolarização

A taxa bruta de pré-escolarização no concelho, entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012, foi sempre superior quer à do país quer à das regiões em que este foi considerado (Gráfico n.º 5.5).

Esta taxa foi sempre igual ou superior a 100%, o que indica que, nos anos considerados, a rede pré-escolar do concelho foi sempre capaz de dar resposta às necessidades da população em idade pré-escolar do concelho. Também poderia ter havido uma procura destes serviços por parte de populações de outras áreas, uma vez que a taxa reflete que em alguns anos letivos (como 2011/2012) o número de crianças inscritas na educação pré-escolar do concelho é superior ao número de crianças em idade pré-escolar residentes no concelho.

Gráfico n.º 5.5



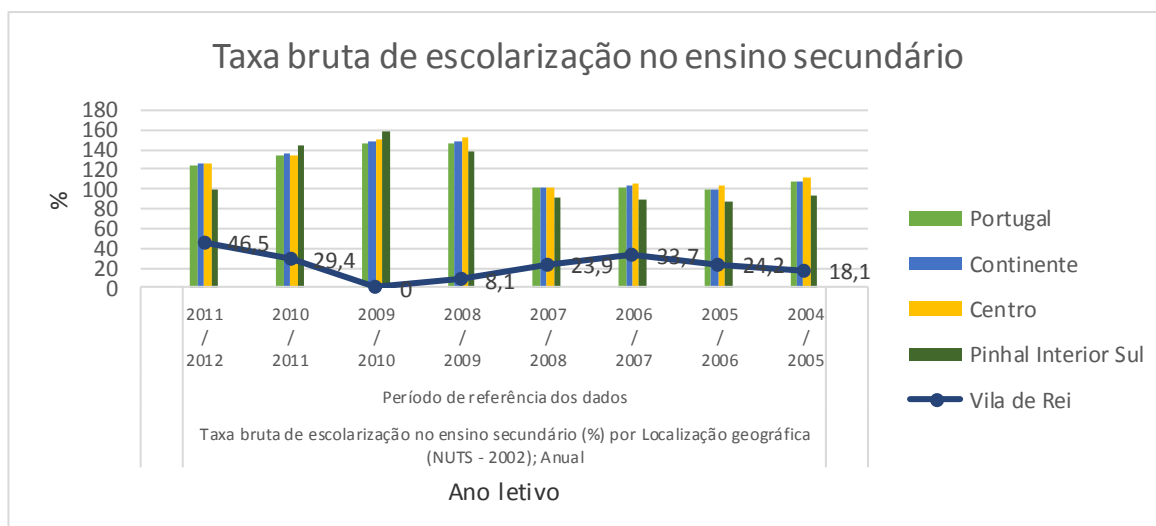
Taxa bruta de pré-escolarização; Fonte: Taxa bruta de pré-escolarização (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

### 5.7. Taxa bruta de escolarização no ensino secundário

Para o concelho de Vila de Rei, entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012, a taxa bruta de escolarização no secundário foi sempre inferior à taxa bruta quer do país, quer de qualquer das regiões consideradas (Gráfico n.º 5.6).

No concelho, a taxa bruta de escolarização atingiu o máximo no ano letivo 2011/2012 (46,5%) e o mínimo na época letiva 2009/2010 (0%).

Gráfico n.º 5.6



Taxa bruta de escolarização no ensino secundário; Fonte: Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

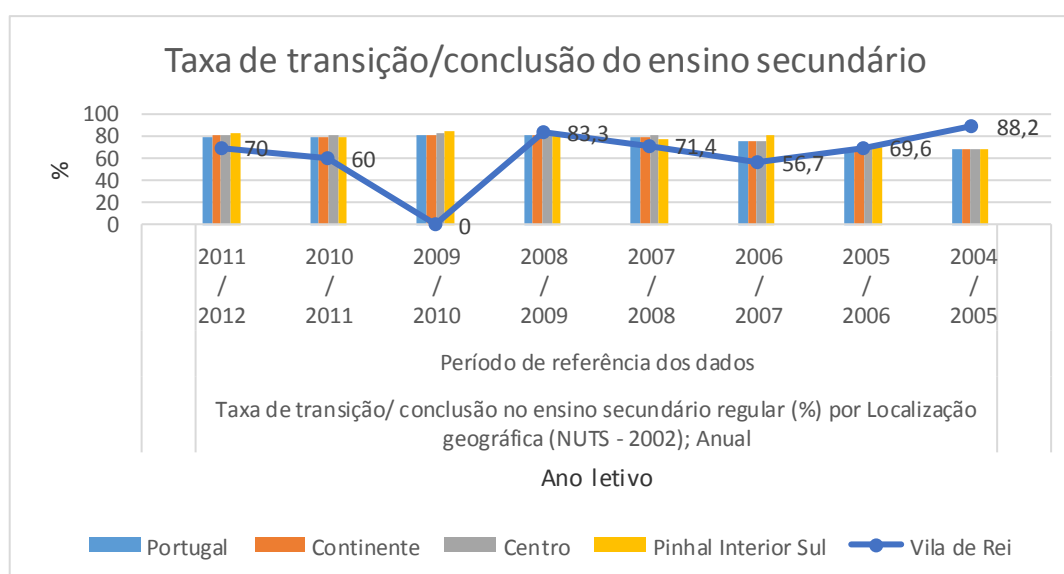


### 5.8. Taxa de transição / conclusão do ensino secundário regular

Entre os anos letivos 2004/2005 e 2011/2012, a taxa de transição/conclusão do ensino secundário regular no concelho de Vila de Rei foi um pouco inconstante, uma vez que alternou entre subidas e descidas.

A taxa de transição/conclusão do ensino secundário do concelho foi superior às taxas do país e regiões, sendo de 88,2% no ano letivo 2004/2005; 69,6% no ano letivo 2005/2006; 83,3% no ano letivo 2008/2009; e inferior nas restantes alturas.

Gráfico n.º 5.7



Taxa de transição/conclusão do ensino secundário regular; Fonte: Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

### 5.9. Universidade Sénior

De entre todos os direitos do ser humano, o direito à educação assume-se como um dos principais. Com efeito, a educação deve estar sempre na ordem do dia, devido ao seu papel central na formação dos cidadãos.

Atualmente, as fronteiras da escola, na sua aceção geral, alargaram-se. Hoje, a escola pressupõe uma ideia de comunidade escolar abrangente e inclui, não só os professores, alunos e pais, mas também as autarquias e a restante comunidade, transformando estas em agentes educativos.

De facto, por todo o país, vários municípios assumiram o papel de educadores dos habitantes dos seus concelhos, colocando à sua disposição um conjunto de atividades educativas e pedagógicas, com o intuito de os instruir e elevar o seu nível de conhecimento.

Efetivamente, o presente trabalho do Município de Vila de Rei através da Biblioteca Municipal José Cardoso Pires insere-se numa das áreas da educação que mais abordou a formação de jovens e adultos – a educação social –, como mecanismo de inclusão social e de aumento de qualidade de vida da população que serve o seu concelho. Esta chama a si todos os que têm uma função social, por serem responsáveis pela formação das pessoas do seu meio envolvente, para combater as segregações existentes hoje em dia.

No nosso entender, esta deve ser a base de qualquer reflexão centrada na educação. Num mundo em constante mudança, é-lhe pedido que se reestruture e encontre medidas que a aproximem da realidade atual, não a afastando nunca do seu propósito: instruir e formar indivíduos, fornecendo-lhes conhecimento e ferramentas que os tornem conscientes do seu papel na sociedade.

De facto, por todo o país, vários municípios assumiram o papel de educadores dos habitantes dos seus concelhos, colocando à sua disposição um conjunto de atividades educativas e pedagógicas, com o intuito de os instruir e elevar o seu nível de conhecimento. Para além da promoção das condições de igualdade no acesso à informação, às ideias e aos produtos da criação humana geral, um espaço cultural como a Biblioteca Municipal José Cardoso Pires no concelho de Vila de Rei, comporta um impacto social de um serviço ao nível educacional.

Efetivamente, o presente trabalho do Município de Vila de Rei através, por exemplo, da Biblioteca Municipal José Cardoso Pires insere-se numa das áreas da educação que mais abordou a formação de jovens e adultos, em idade ativa e séniores – a educação social –, como mecanismo de inclusão social e de aumento de qualidade de vida da população que serve o seu concelho. Esta chama a si todos os que têm uma função social, por serem responsáveis pela formação das pessoas do seu meio envolvente, para combater as segregações existentes hoje em dia.

Assim, e na senda de mais e melhor serviço público aos seus leitores e demais cidadãos do concelho, o Município de Vila de Rei, com a colaboração do CLDS 3G de Vila de Rei, encetou contactos e esforços para a criação da Universidade Sénior de Vila de Rei. Mais concretamente, junto da RUTIS (Rede de Universidades da Terceira Idade e Sénior) e do Instituto Politécnico de Portalegre (subdiretor Professor Luís Miguel Cardoso) para melhor perspetivar a concretização da criação da Universidade Sénior - os primeiros a nível logístico e administrativo e os segundos a nível pedagógico.

Sendo promotora do envelhecimento ativo, a Universidade Sénior de Vila de Rei é igualmente uma resposta social, que visa criar e dinamizar regularmente atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de 50 anos. As atividades educativas serão em regime não formal, sem fins de certificação e no contexto da formação ao longo da vida.

Foi realizado pelo CLDS 3G um inquérito de intenção, a um universo de 108 inquiridos, com idade superior a 55 anos, para aferir do interesse da criação da Universidade Sénior de Vila de Rei. Dos inquiridos 102 consideram importante a criação de uma Universidade Sénior em Vila de Rei e 95 (dos 108) estariam interessados em participar na mesma.

As áreas de interesse foram as seguintes: informática (47); atividade física (45); artes decorativas (38); agricultura (37); história e património local do concelho (33); história de Portugal (28); dança (23); inglês (23); literatura (20); economia doméstica (11); tendo havido também sugestões de cursos de música, costura, teatro e cultura geral.

A Universidade Sénior de Vila de Rei iniciou a sua atividade no ano letivo 2016/2017, oferecendo aos alunos inscritos, um plano curricular de entre um leque de disciplinas, em áreas que vão das ciências naturais à informática, passando pelas ciências sociais e humanas, línguas, artes performativas e decorativas, atividade física, entre outras.

Para além do plano curricular, a Universidade Sénior de Vila de Rei promove visitas de estudo, seminários e workshops, entre outras atividades.

## 6. SAÚDE

## 6. SAÚDE

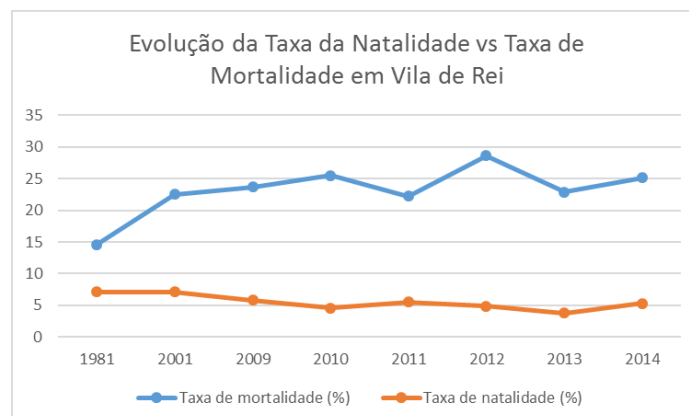
O acesso à proteção da saúde é um dos direitos consagrados na Declaração dos Direitos Humanos (artigo 25º) e garantido pela Constituição da República Portuguesa (no artigo 64º) que incumbe prioritariamente ao Estado a função de “garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação”.

A saúde de uma população é determinada por fatores composicionais e de contexto, ou seja, é influenciada tanto pelas características dos indivíduos que a constituem, como pelas características dos lugares da residência destes indivíduos.

O presente capítulo pretende, analisar as dinâmicas concelhias que se formam no domínio da saúde e debruça-se sobre os serviços de saúde, bem como os indicadores de saúde concelhios procurando-se também aprofundar as informações disponíveis relativas aos comportamentos de risco, nomeadamente os correlacionados com o consumo das substâncias.

### 6.1. Indicadores de saúde

Gráfico n.º 6.1



Fontes: INE - X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1981) | Estimativas Anuais da População Residente (a partir de 1982)

Os indicadores gerais de Saúde no Concelho de Vila de Rei têm sofrido algumas oscilações entre 1981 e 2014. De acordo com a representação gráfica anterior, no que se refere a taxa de natalidade verifica-se um decréscimo de 2001 (7,1‰) para 2009 (5,8‰); registando-se a partir desse ano algumas alterações e um aumento significativo no ano de 2014 (5,3 ‰).

Relativamente à taxa de mortalidade, os seus valores aumentaram do ano de 1981 (14,6‰) para 2001 (22,5‰), verificando-se um acréscimo e/ou oscilações nos valores dos últimos anos, constatando-se que no ano de 2014 a permilagem é de 25,1. Este fenómeno prende-se ao facto da percentagem de pessoas idosas do concelho ter sofrido um aumento significativo ao longo dos anos.

A taxa negativa (-1,98%) do crescimento natural da população de Vila de Rei muito superior à taxa do País (Gráfico n.º 6.2), demonstra que a mortalidade é muito maior que a natalidade, este facto aliado à emigração e à deslocação de pessoas para os grandes centros populacionais agrava negativamente o crescimento efetivo da população do concelho.

**Gráfico N.º 6.2**



*Taxa de crescimento natural por local de residência, anual*

## 6.2. EQUIPAMENTOS

O Centro de Saúde (CS) de Vila de Rei integra o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Pinhal Interior Sul (PIS) e é uma das unidades de prestação de cuidados de saúde primários da Unidade Local de Saúde (ULS) de Castelo Branco, EPE. No entanto, o hospital de referência do CS de Vila de Rei é o Hospital Dr. Manoel Constâncio, localizado em Abrantes e integrado no Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE (Ministério da Saúde, 2013). Este facto justifica-se à luz do Decreto-Lei n.º 127/2009 de 27 de Maio – Artº 35º – no qual a ERS, se compromete a assegurar o direito de acesso universal e equitativo aos serviços públicos de saúde ou publicamente financiados (citado por ERS, 2011). Tendo em conta as distâncias Vila de Rei-Abrantes, (30 Km) e Vila de Rei-Castelo Branco (84 Km), este direito é assegurado pela referenciação dos utentes de Vila de Rei para o hospital mais próximo, ou seja, para o Hospital Dr. Manoel Constâncio (Abrantes).

O CS de Vila de Rei localiza-se na sede do Concelho e embora já tivessem havido 4 extensões de saúde a funcionar desde 2011 que apenas a extensão de saúde da Fundada está em funcionamento. Há atendimento médico e administrativo duas vezes por semana à população da freguesia.

Os utentes residentes na freguesia da Fundada, nos restantes dias úteis em que a extensão de saúde não se encontra aberta e/ou para utilização de cuidados de saúde que não são prestados na extensão de saúde, necessitam de se deslocar à sede do município. De forma semelhante, os residentes na freguesia de São João do Peso têm que se deslocar à sede do município para aceder a cuidados de saúde. O mesmo se aplica para a acessibilidade a todos os outros Serviços de Saúde que estão localizados na sede do Concelho.

Esteve sempre a funcionar uma farmácia no concelho de Vila de Rei (Farmácias e postos farmacêuticos móveis (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de unidade local de farmácia; Anual - INE, Estatísticas das Farmácias), sendo a proporção de 0,3 farmácias por cada 1000 habitantes.

Quanto a cuidados privados de Saúde, existe também na sede do Concelho, uma clínica com algumas especialidades

Existem ainda duas clínicas dentárias, uma delas disponibiliza consultas da especialidade de cardiologia e fisioterapia e um consultório médico com consultas de medicina geral e familiar.

Integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) Rainha D. Leonor, localizada na sede do concelho, é uma unidade de internamento temporário com capacidade para 68 pessoas que funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano. É composta por duas tipologias: Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDMD).

### **6.3. CENTRO DE SAÚDE DE VILA DE REI.**

Os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) são serviços de saúde com autonomia administrativa, portanto descentrados da respetiva ARS, I.P., que integram um ou mais CS. O CS componente dos ACES é um conjunto de unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários, individualizado por localização e denominação determinadas (Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro). A delimitação geográfica dos ACES teve em consideração os municípios e fatores de carácter organizacional e geodemográfico, nomeadamente o número de pessoas residentes na área do ACES, o índice de envelhecimento e a acessibilidade ao hospital de referência (Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro).

As várias unidades funcionais dos ACES são:

- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e/ou Unidade de Saúde Familiar (USF);
- Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC);
- Unidade de Saúde Pública (USP);
- Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP).

No CS do Município de Vila de Rei funciona uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC). Relativamente à Unidade de Saúde Pública e à Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, alguns profissionais destas unidades deslocam-se ao CS de Vila de Rei pois dão apoio a várias unidades do ACES PIS (Pinhal Interior Sul).

### **6.3.1. UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS (UCSP)**

A UCSP tem por missão a prestação de cuidados de saúde personalizados à população inscrita nos médicos de família, garantindo a acessibilidade, a globalidade, a qualidade e a continuidade dos mesmos, promovendo o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus profissionais, para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida de todos.

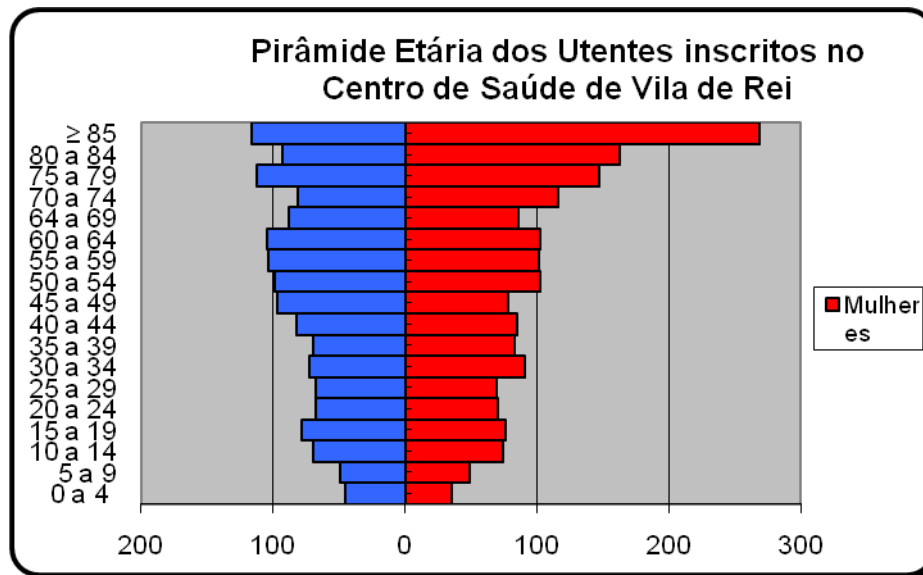
#### **6.3.1.1. Caracterização dos utentes inscritos na UCSP**

Relativamente à população inscrita na UCSP de Vila de Rei, num total de 3406 indivíduos, as mulheres continuam em maior número, sendo o grupo  $\geq 80$  anos, mais do dobro dos homens.

O Gráfico n.º 6.3 representa uma pirâmide invertida, o que traduz um típico envelhecimento da população com número elevado de idosos (topo da pirâmide) e um número reduzido de jovens (base da pirâmide) e população ativa (meio da pirâmide).



Gráfico n.º 6.3



Fonte: Sinus em 30 de junho de 2014

Os recursos humanos que integram a equipa são: 3 Médicos, 5 Enfermeiros e 5 Assistentes Técnicos e Operacionais.

### 6.3.1.2. Horário de Funcionamento da UCSP e Cobertura Assistencial

Funcionamento aos dias úteis com garantia de acessibilidade e continuidade de cuidados entre as 9h e as 19 horas, com exceção da sexta, que encerra às 18 horas.

O concelho não possui transportes públicos utilizando os utentes os transportes da Câmara Municipal, próprios e táxis. Habitualmente os transportes da CM, mais utilizados pelos utentes chegam à sede do concelho às 10h.

A cada situação é dada resposta de acordo com a particularidade da mesma, tendo em conta as seguintes vertentes:

- **Acessibilidade:** consulta aberta, diária e personalizada, atendendo todos os utentes, em situação de doença aguda, que solicitem a consulta no próprio dia, com atendimento telefónico personalizado em tempo expresso.
- **Personalização:** ficheiro personalizado por médico e alargada com implementação de sistema de inter-substituição e não consulta de inter-substituição.

- **Continuidade:** consulta aberta diária (sem marcação prévia) e consulta programada (pré-marcada) para seguimento de grupos de risco e vulneráveis (Hipertensos, Diabéticos, Saúde Infantil e Juvenil, Saúde Materna, Planeamento Familiar, Idosos, etc.).
- **Atendimento telefónico:** personalizado de enfermagem e médico, durante todo o horário de abertura da UCSP.

### 6.3.1.2.1. População alvo dos programas de saúde

Na tabela seguinte está representada a população-alvo dos diferentes programas de saúde.

Tabela n. 6.2

GRUPO ETÁRIO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
<b>Saúde Infantil e Juvenil</b>					
0-11 meses	11	0,33	5	0,15	16
12-23 meses	7	0,21	8	0,24	15
2-7 anos	65	1,97	58	1,76	123
8 anos	13	0,39	8	0,24	21
10 anos	18	0,55	12	0,36	30
13 anos	10	0,30	19	0,58	29
15 anos	17	0,52	8	0,24	25
0- 18 anos	234	7,10	220	6,68	454
<b>Planeamento Familiar</b>					
15-54	636	19,31	655	19,88	1291
<b>Prevenção Oncológica</b>					
<b>Cancro do Colo do Útero</b>					
25-49 anos	-	-	408	12,39	800
25-60 anos	-	-	596	18,09	-
25-64 anos	-	-	720	21,86	1417
<b>Cancro da Mama</b>					
50-69 anos	395	11,99	401	12,17	796
<b>Cancro do Cólon e Reto</b>					
50-74anos	519	15,74	568	17,24	1087
<b>Idosos</b>					
65-74 anos	172	5,22	205	6,22	377
≥ 75 anos	292	8,86	545	16,55	837
<b>Diabéticos</b>					
18-75 anos	989	30,02	1051	31,91	2040
<b>Hipertensos</b>					
18-75 anos	989	30,02	1051	31,91	2040
<b>Grávidas</b>					
Média Anual	-	-	16	-	-

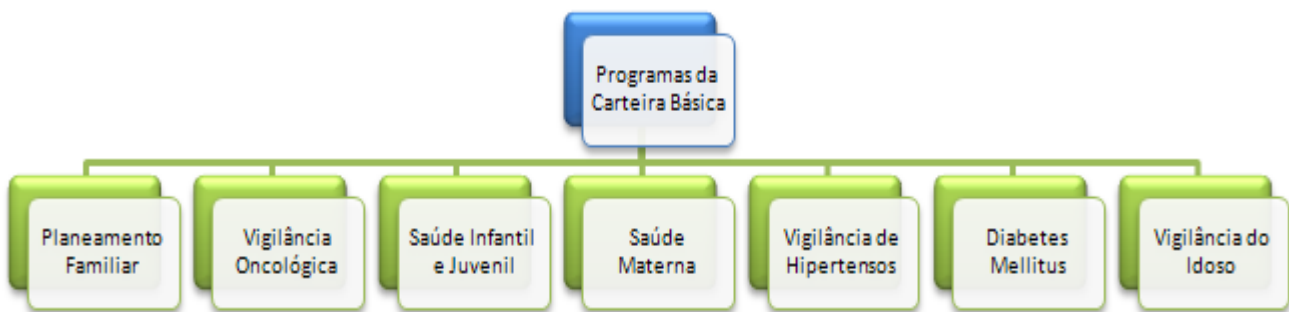
Grupo etário alvo dos diferentes programas de saúde por sexo. Fonte: Sinus – 2014

### 6.3.1.3. Programas da carteira básica

A promoção e manutenção da saúde individual e das famílias está dependente, entre outros fatores, de um aumento da acessibilidade aos serviços de saúde. Nessa perspetiva a UCSP de Vila de Rei procura organizar os horários de atendimento e criar estratégias que facilitem o acesso dos cidadãos.

#### População alvo

Totalidade da população inscrita na UCSP - 3406 utentes



#### a) Planeamento Familiar

Programa relativo ao controle da fertilidade, da sexualidade responsável e das relações entre o casal. A consulta de Planeamento Familiar deve assegurar informação sobre os métodos anticoncecionais disponíveis e os mais aconselháveis a cada casal, bem como informação e aconselhamento sexual, prevenção e diagnóstico precoce de infeções sexualmente transmissíveis, cancro do colo do útero e mama e prestação de cuidados pré-concecionais e puerpério.

#### b) Vigilância Oncológica

O programa de vigilância oncológica tem como objetivos efetuar rastreios de cancro do colo do útero, cancro da mama e cancro colo-rectal.

O rastreio do cancro do colo do útero tem como população alvo todas as mulheres inscritas na UCSP de Vila de Rei com idade entre os 25 e 64 anos. O rastreio do cancro da mama realiza-se a todas as mulheres inscritas entre os 50 e 69 anos e o rastreio do cancro colo-rectal a todos os utentes inscritos entre os 50 e 74 anos de idade.

## **c) Saúde Infantil e Juvenil**

Programa que vigia e acompanha a saúde e bem estar psicossocial da criança e adolescente, presta tratamento precoce de patologias, promove a adesão ao Plano Nacional de Vacinação (PNV) e a adoção de estilos de vida saudáveis. Inclui todas as crianças e adolescentes inscritos na UCSP de Vila de Rei com idades entre 0 e 18 anos.

## **d) Saúde Materna**

Programa que acompanha e vigia as mulheres grávidas inscritas na UCSP, tendo por objetivo que todas as grávidas tenham uma 1ª consulta no 1º trimestre de gravidez e realizem uma média de 6 consultas ao longo da gravidez.

## **e) Vigilância de Hipertensos**

A hipertensão arterial, o tabagismo, a dislipidémia e a obesidade constituem os principais fatores de risco cardio e cerebrovascular responsáveis pelo aumento da morbilidade e mortalidade globais, pois favorece o aparecimento de insuficiência cardíaca congestiva, isquémia cardíaca, acidente vascular cerebral, morte súbita e insuficiência renal. Assim, este programa surge com o objetivo de identificar e acompanhar os hipertensos.

## **f) Diabetes Mellitus**

A Diabetes Mellitus é uma doença crónica que se acompanha de elevada morbilidade e mortalidade obrigando assim a prestação de cuidados e diagnóstico cada vez mais precoce do doente diabético. Este programa da carteira básica tem por objetivo acompanhar, vigiar e melhorar a saúde do doente diabético.

## **g) Vigilância do Idoso**

A UCSP de Vila de Rei envolve toda a equipa multidisciplinar no plano de cuidados de apoio domiciliário, tornando-o efetivo, organizado e programado e, simultaneamente, envolve os familiares e/ou outros cuidadores informais no processo de adaptação da diminuição das capacidades e recuperação nas situações de doença crónica ou aguda.

Importa referir que a existência de seis lares de idosos no concelho, em que a UCSP é a principal referência em cuidados de saúde primários, aumenta a procura dos seus serviços em situações agudas e descompensação de situações crónicas.

6.3.1.4. Consultas Médicas e de Enfermagem na UCSP da Vila de Rei

Tabela n.º 6.3

Grupo Etário	2012	2013	2014	2015
0 – 18 anos	716	706	615	691
≥ 19 e < 64 anos	4034	3624	3799	3613
≥ 65 anos	5607	5066	5001	5417

Consultas médicas efetuadas na UCSP de Vila de Rei por grupo etário. Fonte: SINUS

No que diz respeito às consultas médicas, que incluem contactos no Centro de Saúde e consultas domiciliárias, é visível uma constância no número de atendimentos ao longo dos anos. Observa-se também que o grupo etário de idade ≥ 65 anos são os maiores frequentadores das consultas médicas.

Tabela n.º 6.4

Destino do Utente	2012	2013	2014	2015
Ambulatório no CS ou domicílio	1693	1909	1687	1523
Cuidados hospitalares	74	55	23	20
<b>Total</b>	<b>1777</b>	<b>1968</b>	<b>1714</b>	<b>1543</b>

Consulta aberta por destino do utente e ano. Fonte: SINUS

Relativamente à consulta aberta ou consulta não programada é notório que apenas uma pequena percentagem de utentes é encaminhada para o Hospital de Abrantes reforçando assim a importância desta valência na melhoria e acessibilidade dos utentes aos cuidados médicos, contribuindo eficazmente para a missão de descongestionar as Urgências hospitalares e diminuir as falsas urgências.

Tabela n.º 6.5

	2012	2013	2014	2015
<b>Nº Consultas Enfermagem</b>	<b>14475</b>	<b>13350</b>	<b>13975</b>	<b>13875</b>

Consultas de Enfermagem efetuadas na UCSP de Vila de Rei. Fonte: Sclinico

De acordo com a Portaria nº 306-A/2011, de 20 de dezembro, do Ministério da Saúde e das Finanças, artigo 2º, alínea g), a “consulta de Enfermagem é uma intervenção visando a realização de uma

avaliação, ou estabelecimento de plano de cuidados de enfermagem, no sentido de ajudar o indivíduo a atingir a máxima capacidade de autocuidado”. Desta forma a Tabela n.º 6.5 reflete uma constância de atendimentos de enfermagem à população de Vila de Rei desde 2013.

### 6.3.1.5. Indicadores de Saúde

Relativamente ao ano de 2015 e fazendo parte do compromisso assistencial, a UCSP de Vila de Rei comprometeu-se com o ACES – PIS a atingir as metas propostas pela ULS de Castelo Branco para os indicadores contratualizados.

Tabela n.º 6.6

Nome do Indicador	Meta Contratualizada (%)	Resultado (%)
Taxa de Utilização de consulta médicas – 3 anos	92	91,95
Taxa de domicílios enfermagem por 1000 inscritos	280	308.07
Índice de acompanhamento em saúde materna	0.56	0.46
Índice de acompanhamento adequado em Planeamento Familiar, nas mulheres em idade fértil	0.6	0.65
Índice de acompanhamento adequado Saúde Infantil 1º ano	0.72	0.86
Proporção de Idosos, sem ansiolíticos/ sedativos/ hipnóticos	69	68.18
Proporção de utentes ≥14 anos com registo de hábitos tabágicos	45	47.18
Proporção hipertensos < 65 anos com pressão arterial ≥150/90	52	44.13
Proporção de diabéticos com última HgbA1c ≤ 8%	59	63.31
Despesa medicamentos prescritos por utilizador	200€	222.23€
Despesa meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDTs) prescritos por utilizador	37€	42.12€
Proporção de hipertensos com risco cardiovascular (3anos)	38	40
Índice de acompanhamento adequado utentes hipertensos	0.65	0.57
Índice de acompanhamento adequado em utentes com diabetes mellitus	0.63	0.69
Proporção de novos diabéticos tipo 2 que iniciam terapêutica com metformina em monoterapia	67.5	63.64
Despesa de medicamentos prescritos que são genéricos	52	41.92
Proporção de diabéticos com microalbuminúria – último ano	45	44.08
Proporção de jovens 14 anos com PNV cumprido - até 14 anos	95	100
Proporção de utentes ≥ 14anos com registo consumo álcool	45	55.59
Proporção hipertensos com pressão arterial 6 meses	73	64.87
Taxa de utilização consultas de enfermagem – 3 anos	90	88.98

Importa referir que para cada indicador existe uma tolerância no grau de cumprimento o que nos permite concluir que a UCSP de Vila de Rei é uma efetiva e positiva colaboradora da ULS de Castelo Branco e do ACES PIS visto cumprir quase na totalidade com as metas definidas. Assim a UCSP de Vila de Rei atingiu e suplantou os objetivos contribuindo eficazmente para o alcance dos indicadores do ACES.

### **6.3.2 UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE (UCC)**

Segundo o nº1 do Artigo 11º do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, a UCC presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

A UCC tem como missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção. A UCC é, pois, uma unidade que assegura respostas integradas, articuladas, diferenciadas, de grande proximidade às necessidades em cuidados de saúde e sociais da população em que se insere.

#### **6.3.2.1. Área Geográfica da UCC**

A área geográfica abrange todo o concelho de Vila de Rei e a UCC de Vila de Rei presta cuidados de saúde a todos os residentes. De acordo com a base de dados estatísticos do INE (Censos 2011), a população residente no concelho é de 3452 indivíduos, sendo 1582 homens e 1870 mulheres, o número de famílias é de 1338. O grupo etário dos 0 aos 4 anos é o que apresenta menor número de indivíduos (88) e o grupo etário  $\geq 85$  anos tem a maior representação da população com 334 elementos.

A UCC funciona nas instalações do Centro de Saúde de Vila de Rei sendo o horário das 9h00 às 17h30, de 2ª feira a 6ª feira. Para os utentes da Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) o horário pode ser alargado até 20h durante a semana, e das 9h às 17h durante os fins-de-semana e feriados, quando necessário e programado antecipadamente. O alargamento deste horário deve-se essencialmente ao tipo de utentes na ECCI, utentes dependentes com necessidades contínuas de cuidados.

Os Recursos Humanos afetos à UCC encontram-se elencados na tabela seguinte.

Tabela n.º 6.7

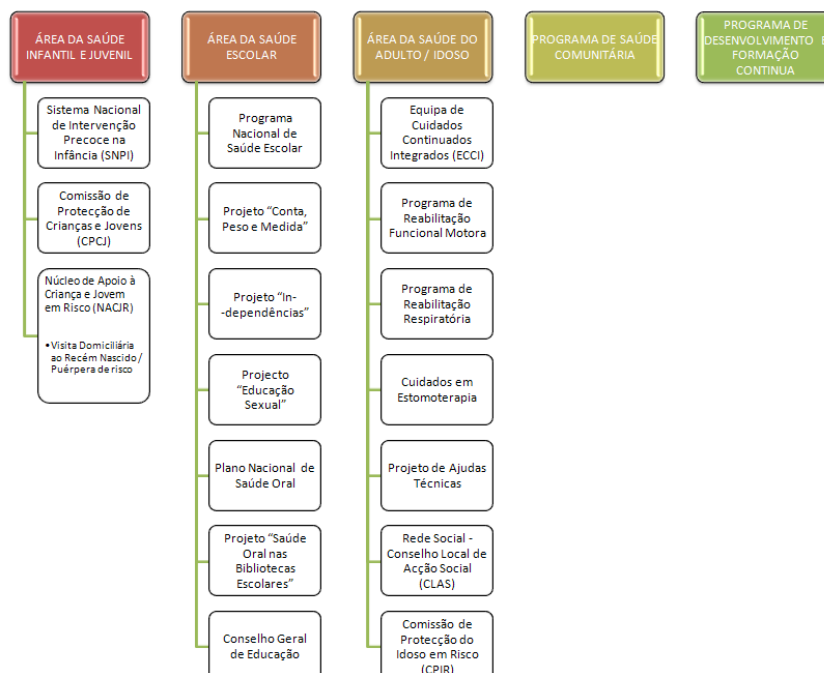
Profissão	Número
Médicos	1
Enfermeiros	5
Nutricionista	1
Psicóloga	1
Técnica de Saúde Ambiental (TSA)	1
Técnica Superior de Serviço Social (TSSS)	1

Os recursos humanos da UCC são partilhados com outros serviços nomeadamente, os médicos, enfermeiros são partilhados com a UCSP de Vila de Rei, a nutricionista da URAP, a TSA com a USP, a psicóloga com o CLDS 3G e a TSSS com a Câmara Municipal de Vila de Rei.

Importa referir que as horas de cuidados médicos necessárias, para assistência aos utentes da ECCI, são asseguradas pelos respetivos médicos de família da UCSP.

### Programas da carteira de serviços da UCC

A carteira de serviços apresentada engloba as diferentes áreas de intervenção comunitária e individual sendo transversal a todos as faixas etárias. Desde 2015 que a UCC de Vila de Rei executa todos os programas.





### **a) Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)**

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado pelo Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o seu crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento.

Desenvolvido por uma atuação coordenada entre os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, com envolvimento das famílias e da comunidade.

O SNIPI abrange crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias.

### **b) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ)**

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens apresenta-se como uma instituição com autonomia funcional que visa assegurar os direitos da criança e do jovem e também a redução e eliminação de situações que afetem o seu desenvolvimento integral, a segurança e a sua saúde.

Funciona na modalidade de comissão restrita e comissão alargada, com composição interdisciplinar e interinstitucional, a saúde é representada nesta comissão por uma enfermeira da UCC.

Consideram-se em situação de perigo a criança ou jovem que, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponha de modo adequado a remover essa situação.

## **c) Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco (NACJR)**

A Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco, criada pelo Despacho da Saúde nº31292/2008, de 5 de Dezembro, veio estruturar e operacionalizar a intervenção da saúde, a aplicação dos mecanismos de prevenção da ocorrência de maus tratos, da deteção precoce das situações de risco e perigo, do acompanhamento e prestação de cuidados e da sinalização e/ou encaminhamento de casos para outros serviços, de acordo com o princípio da subsidiariedade e no âmbito da complementaridade e articulação funcional.

Desta forma, enquanto unidade de primeira instância o NACJR da UCC de Vila de Rei acompanha as suas crianças e famílias com critérios de risco. O NACJR garante ainda visitas domiciliares de enfermagem aos recém-nascidos e puérperas sinalizados, nos primeiros 4 dias após alta da maternidade.

## **d) Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE)**

O PNSE define o enquadramento técnico-normativo do sistema de saúde para a área da saúde escolar. Desenvolve-se num conjunto de estratégias baseadas nas prioridades nacionais e nos problemas de saúde mais prevaletentes na população juvenil de acordo com o contemplado no Despacho nº 12045/2006 e Orientação da DGS n.º 14/2013, de 28 de outubro.

O Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE) tem como finalidades:

- Promover e proteger a saúde e prevenir a doença na comunidade educativa;
- Apoiar a inclusão escolar de crianças com necessidades de saúde e educativas especiais;
- Promover um ambiente escolar seguro e saudável;
- Reforçar os fatores de proteção relacionados com os estilos de vida saudáveis;
- Contribuir para o desenvolvimento dos princípios das escolas promotoras da saúde.

No âmbito da intervenção escolar o CS de Vila de Rei foi escolhido para representar a comunidade local no Conselho Geral de Educação (CG), o que tem vindo a fazer desde 2008 no Agrupamento de Escolas do Centro de Portugal.

## **e) Projeto “Peso, Conta e Medida” (CPM)**

O CPM é um projeto regional promovido pela ARS Centro, com a finalidade de prevenir a obesidade. A obesidade é entendida como uma doença em que o excesso de gordura corporal acumulada pode atingir graus capazes de afetar a saúde. Os fatores que determinam este desequilíbrio são complexos e incluem fatores genéticos, metabólicos, ambientais e comportamentais.

Este projeto é desenvolvido em parceria com a EBS e com o Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G), sendo aplicado a crianças do 5º e 6º ano.

### **f) Projeto “In-Dependências”**

O projeto “in-dependências” é um projeto regional promovido pela ARS Centro, e tem como principal finalidade diminuir a incidência e prevalência de fumadores e de consumo de álcool.

O projeto foi iniciado pelo CS de Vila de Rei em parceria com a EBS e com o CLDS 3G, no ano escolar 2013/14, tem um horizonte temporal de 5 anos. A sua execução envolve a equipa de enfermagem do CS, a psicóloga do CLDS 3G, o coordenador de educação para a saúde e os professores de português e de educação visual/tecnológica.

Contempla a realização de atividades diferentes nos diversos anos escolares (5º ao 9º ano) sobre as temáticas do tabagismo e consumo de bebidas alcoólicas. Os mesmos temas são abordados em sessões psico-educativas a realizar ao pessoal docente e não docente da EBS.

### **g) Projeto “Educação Sexual”**

A velocidade vertiginosa da globalização, a incidência de infeções sexualmente transmissíveis, designadamente o VIH/SIDA, e a gravidez não desejada tornaram mais urgente a clarificação do papel da educação sexual em contexto escolar, obrigando as estruturas responsáveis a debruçar-se sobre o tema.

A informação sobre sexualidade é essencial na educação para a saúde. Assim, com vista a uma vida saudável em sociedade, os jovens devem adquirir e desenvolver competências nesta área.

Este projeto tem como população alvo os alunos da EBS de Vila de Rei do 3º ciclo e secundário.

### **h) Plano Nacional de Saúde Oral (SOBE)**

No âmbito da Saúde Oral, o principal objetivo é melhorar os níveis de saúde oral dos alunos das escolas da área de abrangência do concelho de Vila de Rei, melhorando as boas práticas de saúde oral. Neste sentido, são colocadas em prática as orientações dadas pela DGS, no que diz respeito ao Programa Básico de Saúde Oral.

### **i) Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)**

A equipa de cuidados continuados integrados (ECCI) é uma equipa multidisciplinar da responsabilidade dos cuidados de saúde primários e das entidades de apoio social, para a prestação de serviços domiciliários, decorrentes da avaliação integral de cuidados médicos, de enfermagem, de

reabilitação e de apoio social ou outros a pessoas em situação de dependência funcional, doença familiar ou processo de convalescença, com rede de suporte social cuja situação não requer internamento mas que não podem deslocar-se de forma autónoma (alínea 1 do artigo 27 do Decreto-Lei nº 101/2006).

A ECCI é uma unidade da Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCCI), segundo o Dec. Lei nº 174 de 10/09/2014 são referenciadas para as equipas domiciliárias, as pessoas em situação de dependência que reúnam condições no domicílio para lhe serem prestados os cuidados continuados integrados de que necessitam.

Os projetos de intervenção domiciliária com indivíduos dependentes e famílias/cuidadores, segundo o artigo 9º do despacho nº 10143/2009, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados, são:

- Cuidados de natureza preventiva, curativa, reabilitadora e ações paliativas,
- Cuidados de reabilitação física,
- Apoio psicológico, social e ocupacional envolvendo os familiares e outros prestadores de cuidados,
- Educação para a saúde dos utentes, familiares e cuidadores informais,
- Coordenação e gestão de casos com outros recursos de saúde e sociais,
- Produção e tratamento de informação nos suportes de registo preconizados no âmbito da RNCCI.

### **População alvo:**

Os cuidados a prestar pela equipa destinam-se a 3 pessoas residentes no domicílio com dependência ou em risco de perda de autonomia, e/ou deficiência, com necessidades de cuidados continuados integrados e aos familiares ou outros cuidadores que constituem rede de suporte no cuidado à pessoa com dependência.

Consideram-se critérios de exclusão a não existência de cuidador informal ou pessoas que se encontrem institucionalizadas (incluem-se lares, residências assistidas ou estabelecimentos similares).

### **j) Programa de Reabilitação Funcional Motora**

Com o aumento da esperança média de vida, o aumento do índice de dependência nos idosos, e as alterações políticas de saúde são cada vez mais os doentes a deixarem os hospitais e lares, regressando aos seus domicílios e a requererem assistência para prestação de cuidados de saúde.

É crescente a preocupação por parte dos profissionais de saúde, de um modo particular dos enfermeiros de reabilitação, sobre a necessidade de investimento na promoção da independência e funcionalidade dos seus utentes.

É neste contexto que se torna pertinente o desenvolvimento do presente projeto e a intervenção diferenciada dos enfermeiros especialistas em reabilitação nos cuidados de saúde primários. Assim, pretende-se com este projeto implementar cuidados de enfermagem de reabilitação a utentes portadores de limitação funcional, com o objetivo de desenvolver atividades que maximizem a sua funcionalidade e potenciem a independência.

### **k) Programa de Reabilitação Respiratória**

O enfermeiro especialista em reabilitação desenvolve intervenções de tratamento perante a dificuldade respiratória, a tosse produtiva, a fadiga e a intolerância ao exercício e às atividades da vida diária, promovendo a qualidade de vida e bem-estar do utente.

Os principais diagnósticos de enfermagem são “limpeza ineficaz das vias aéreas”, “compromisso das trocas gasosas” e “padrão respiratório ineficaz”, sendo que através de técnicas de cinesioterapia respiratória é possível melhorar a mecânica ventilatória e tempos respiratórios, tolerância aos esforços e consequentemente a qualidade de vida do utente.

### **l) Cuidados em Estomoterapia**

A Estomoterapia é uma competência na área de enfermagem que pretende ajudar a pessoa a viver com uma ostomia, promovendo uma melhor qualidade de vida e autonomia no ambiente familiar, laboral e social.

Com este Programa de Saúde pretende-se que a pessoa portadora de ostomia seja acompanhada e cuidada através da consulta de enfermagem em estomoterapia de acordo com o protocolo existente e sempre que possível no seu ambiente sócio familiar.

### **m) Programa de Ajudas Técnicas**

O Centro de Saúde de Vila de Rei possui um conjunto de material de ajudas técnicas que está disponível para a utilização por partes dos utentes, incluindo colchões anti-escaras, camas e colchões articulados.

O banco de ajudas técnicas funciona em articulação com a Câmara Municipal de Vila de Rei, visto esta entidade possuir diferentes produtos de apoio, como sejam cadeiras de rodas, cadeirões com rodas, andarilhos, etc.

A finalidade deste projeto é apoiar os utentes que necessitem de ajudas técnicas por perda de autonomia física, atenuando as consequências da falta de mobilidade e facilitando o seu processo de recuperação, e contribuir para o conforto dos mesmos e dos seus cuidadores.

### **n) Rede Social - Conselho Local de Ação Social (CLAS)**

A rede social assenta no trabalho de parceria alargada e dinâmica e visa o planeamento estratégico social local, articulando a intervenção com os diferentes agentes locais para o desenvolvimento social. É uma plataforma de articulação dos diferentes parceiros públicos e privado, sendo que em Vila de Rei o programa existe desde 2005 e tem como principal objetivo procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas com exclusão social.

### **o) Comissão de Proteção do Idoso em Risco (CPIR)**

Considerando que Vila de Rei é um concelho com uma população maioritariamente longeva, o isolamento e a constante vontade do município em alargar a sua rede de solidariedade familiar e aumentar as respostas sociais aos cidadãos dependentes, resolveu em parceria com instituições desta área, criar uma Comissão que procede à identificação, avaliação e resolução de situações problema com idosos que coloquem, entre outras, a sua situação de segurança, saúde, higiene e dignidade em risco.

### **p) Programa de Saúde Comunitária**

A saúde comunitária assenta na promoção da saúde como significado de melhorar a capacidade de resposta positiva aos desafios do ambiente físico e social, seja ao nível dos indivíduos, concretizada nos objetivos de preservar o recurso pessoal de saúde e desenvolver as potencialidades de lidar com o stress biológico e psicológico, seja ao nível comunitário de diminuir as desigualdades, melhorar os indicadores coletivos de mortalidade e morbilidade e diminuir o risco nas condições ambientais.

Neste sentido, a equipa da UCC desenvolve atividades no âmbito comunitário, contando com os seus diversos parceiros.

### 6.3.2.5. Indicadores

A carta de compromisso da UCC de Vila de Rei foi assinada com o Diretor Executivo do ACES PIS em 30 de março de 2015. Nesta, a equipa da UCC compromete-se a desenvolver a carteira de serviços que apresentou no Plano de Ação tendo como população alvo os residentes e instituições do Concelho de Vila de Rei.

O compromisso assistencial contratualizado, num total de 10 indicadores, pretende avaliar os resultados nas áreas do acesso de do compromisso assistencial.

Tabela n.º 6.8

Nome do Indicador	Meta	Meta
	Proposta (%)	atingida (%)
Proporção de alunos abrangidos por projetos de promoção da saúde e bem-estar, por nível de ensino, segundo o comportamento de saúde focado	50	100
Taxa de ocupação da ECCI	80	71
Proporção de utentes com resposta da equipa de enfermagem da ECCI nas primeiras 24h, após a admissão.	80	100
Proporção de utentes com ganhos em independência nos autocuidados	50	83
Proporção de utentes admitidos na ECCI avaliados com escala de risco de úlceras de pressão.	90	100
Taxa de resolução do papel do prestador de cuidados inadequado.	50	60
Proporção de famílias de risco com Plano Individual de Intervenção Precoce, no âmbito do SNIPI, no serviço UCC.	80	100
Proporção de crianças e jovens / famílias acompanhadas, no âmbito da CPCJ, no serviço UCC.	85	100
Proporção de reuniões do Conselho Local para a Ação Social em que a UCC participou	80	50
Proporção de pessoas abrangidas por projetos de promoção de saúde e bem-estar	50	20

As metas propostas para os indicadores no plano de ação foram na sua grande maioria cumprida. Importa referir que relativamente ao número de camas (3) e às referências que a ECCI recebeu, não houve indivíduos em lista de espera. De salientar que 2015 foi o primeiro ano de funcionamento da UCC não havendo um referencial comparativo para a definição das metas a propor.

### 6.3.3 UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA (USP)

A USP funciona como observatório de saúde da área geodemográfica de cada um dos ACES que integram a ULS de Castelo Branco, competindo-lhe, designadamente, elaborar informações e planos em domínios da saúde pública, proceder à vigilância epidemiológica, gerir programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção da saúde da população em geral ou de grupos específicos e colaborar, de acordo com a legislação respetiva, no exercício das funções de Autoridade de Saúde.

Desloca-se ao Centro de Saúde de Vila de Rei semanalmente uma Médica de Saúde Pública que:

- Elabora processos para juntas médicas com objetivo de atestados multiusos;
- Exerce as funções de Autoridade de Saúde do concelho de Vila de Rei.
- Dois dias por semana uma Técnica de Saúde Ambiental presta serviço no Centro de Saúde de Vila de Rei realizando as seguintes atividades:
  - Avaliação das condições higieno-sanitárias e de segurança dos lares, creches e escolas;
  - Educação para a saúde;
  - Divulgação de informação em caso de temperaturas extremas.

### 6.3.4 UNIDADE DE RECURSOS ASSISTENCIAIS PARTILHADOS (URAP)

A URAP presta serviços de consultadoria e assistência às Unidades funcionais do ACES e promove ligações funcionais aos Serviços Hospitalares. Quinzenalmente deslocam-se ao Centro de Saúde de Vila de Rei uma nutricionista e uma psicóloga.

**Tabela n.º 6.9**

	2014	2015
Psicologia	127	111
Nutrição	193	210

*Consulta não médicas*



## 7. AÇÃO SOCIAL

## 7. AÇÃO SOCIAL

A Ação Social do Concelho de Vila de Rei é desenvolvida com base no programa Rede Social, criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro e regulamentado pela Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, onde se planifica estrategicamente a intervenção social local.

### **Missão**

Dinamizar o Conselho Local de Ação Social com vista ao planeamento da rede de equipamentos concelhios, dos investimentos públicos a implementar e dos programas de ação a desenvolver na área do Município de Vila de Rei, e informar e proteger os direitos dos cidadãos. Pretende-se desta forma uma maior participação, em cooperação com Instituições Particulares de Solidariedade Social e em parceria com a administração central, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente, nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social.

### **Conselho Local de Ação Social (CLAS)**

O Conselho Local de Ação Social (CLAS) é a dominação atribuída à estrutura concelhia de funcionamento do programa Rede Social, aberta à participação de Autarquias, Entidades Públicas na área da Saúde, Educação, Trabalho e Ação Social e a Entidades Privadas sem fins lucrativos. Tem como objetivo planear e garantir a implementação de iniciativas de desenvolvimento social local, com vista a uma maior eficácia e racionalização de meios na erradicação da pobreza e da exclusão social. Este Conselho compreende 2 órgãos distintos o Plenário – fórum alargado com todas as Entidades Públicas e Privadas – e o Núcleo Executivo – fórum de âmbito mais restrito, com um grupo de trabalho com reuniões mensais. A 12 de Julho de 2005, realizou-se a primeira Reunião - Constituição do Conselho Local de Ação Social de Vila de Rei, na qual foi formalizado a constituição do CLAS e criado o Núcleo Executivo.

O CLAS de Vila de Rei é composto por 23 entidades parceiras, 11 entidades públicas sem fins lucrativos e 12 entidades privadas sem fins lucrativos. As entidades pertencentes ao Núcleo Executivo de Vila de Rei são 7, das quais 5 são entidades públicas sem fins Lucrativos e 2 entidades privadas sem fins lucrativos.

## Entidades - Parceiras da Rede Social de Vila de Rei (CLAS):

- Município de Vila de Rei - Gabinete de Ação Social
- Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco
- Serviço Local de Segurança Social de Vila de Rei
- Junta de Freguesia de S. João do Peso
- Agrupamento de Escolas de Vila de Rei
- Centro de Saúde de Vila de Rei
- Fundação João e Fernanda Garcia
- Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo
- Junta de Freguesia de Vila de Rei
- Junta de Freguesia da Fundada
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila de Rei
- Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei
- Centro de Dia “Família Dias Cardoso”
- Casa da Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila de Rei
- Centro de Acolhimento de S. João do Peso
- Instituto Português do Desporto e da Juventude
- Serviço de Intervenção nos comportamentos aditivos e nas Dependências
- Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul
- Posto da Guarda Nacional Republicana de Vila de Rei
- Associação de Produtores Florestais do Concelho de Vila de Rei
- Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Vila de Rei
- Vilarregense Futebol Clube
- Associação “A Bela Serrana”

## Núcleo executivo de Vila de Rei

- Município de Vila de Rei
- Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco
- Junta de Freguesia de S. João do Peso
- Agrupamento de Escolas de Vila de Rei
- Centro de Saúde de Vila de Rei
- Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei
- Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo.

O objetivo primordial é a qualidade de vida e o bem-estar dos munícipes, conduzindo a uma intervenção cada vez mais ampla e diversificada. Esta intervenção tem como objetivo fundamental proporcionar melhores condições de vida às crianças, jovens e adultos e, conseqüentemente, às famílias, prevenindo situações geradoras de exclusão social. Assim, a intervenção concelhia processa-se, essencialmente, quer ao nível do estudo das necessidades, quer ao nível da promoção e participação em projetos de intervenção comunitária e, ainda, gerando ou fomentando a criação de novos equipamentos e respostas sociais.

### **7.1. Gabinete de Ação Social e Saúde**

O Gabinete de Ação Social e Saúde (GASS) integrado na Câmara Municipal é caracterizado pela sua abrangência e, em determinados pontos, pela necessidade do estabelecimento de parcerias com outras entidades e serviços, mesmo informais.

Este serviço é assegurado por duas Técnicas Superiores de Serviço Social e um Técnico Superior de Psicologia, abrangendo todos os estratos etários e as diversas áreas do social do município.

Dos serviços / apoios prestados pela Câmara Municipal de Vila de Rei, na área social, destacam-se: a Oficina Doméstica, os Cartões Etários, Fixação da população jovem (subsídio a casamentos e nascimentos); Serviços de informação e mediação para pessoas com deficiência (SIM-PD), CPCJ, Comissão de proteção do Idoso em Risco (CPIR), Banco de material ortopédico, Loja social, Habitação social, Apoio na recuperação a habitações degradadas, Banco local de voluntariado, Visitas domiciliárias no âmbito do projeto “ Um amanhã mais humano e teleassistência”; Visitas domiciliárias no âmbito da ECCI - Unidade de cuidados continuados integrados, entre outros (bolsas de estudo e de mérito, explicações gratuitas para alunos do ensino secundário, livros escolares gratuitos para o ensino secundários), Residência de estudantes (protocolo com São Tomé e Príncipe), Jardim de infância, Creche e ATL gratuitos, transportes gratuitos, termas, operação às cataratas, Espaço do cidadão...

#### **7.1.1. Oficina doméstica**

A Oficina Doméstica, criada pelo Edital nº 138/2005, de 24 de fevereiro, tem como objetivo proporcionar serviços de arranjos domésticos nas áreas da canalização, eletricidade, carpintaria, entre outros, de forma a colmatar a fraca capacidade económica da média da população Vilarregense.

**7.1.2. Cartões Etários**

Os Cartões Etários Municipais foram criados para apoiar indivíduos e famílias que mais necessitam de ajuda, sendo uma das medidas e preocupação para melhorar a qualidade de vida económico-social, dos munícipes residentes em Vila de Rei.

Os Cartões Etários Municipais (Cartão jovem, Cartão de idade ativa e Cartão do idoso) permitem ao seus titulares usufruir de benefícios em áreas diversas, tais como na utilização das instalações municipais, na Biblioteca, no Polidesportivo, na Piscina e Ginásio Municipal, viagens e programa gratuitos, isenção e/ou redução de taxas, tarifas e serviços de consumo de água, desconto em alguns estabelecimentos aderentes, descontos relacionados com obras particulares, transportes intra concelhio e comparticipação das despesas de saúde (aquisição de medicamentos, relativamente aos doentes crónicos; nas deslocações de táxi a consultas ou exames médicos, aos hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas, consoante os rendimentos do agregado familiar).

As famílias numerosas do concelho (com três ou mais filhos dependentes) viram os seus apoios acrescidos com o novo regulamento Municipal, passando a usufruir de uma taxa variável de 50% para consumos de água até 25m<sup>3</sup>, e de um desconto de 50% nas utilizações da Piscina e do Ginásio Municipal, em taxas de execução de obras particulares e na taxa de utilização de edificação e de 30% nos ramais de águas e esgotos.

**Tabela n.º 7.1**

N.º de Beneficiários	Cartões etários municipais											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
<b>Cartão Idoso</b>	526	59	50	34	63	34	23	34	174	25	40	<b>902</b>
<b>Cartão Idade Ativa</b>	0	0	0	0	0	0	4	5	32	24	21	<b>86</b>
<b>Cartão Jovem</b>	42	15	9	15	9	6	14	10	26	26	19	<b>201</b>

**Gráfico n.º 7.1**

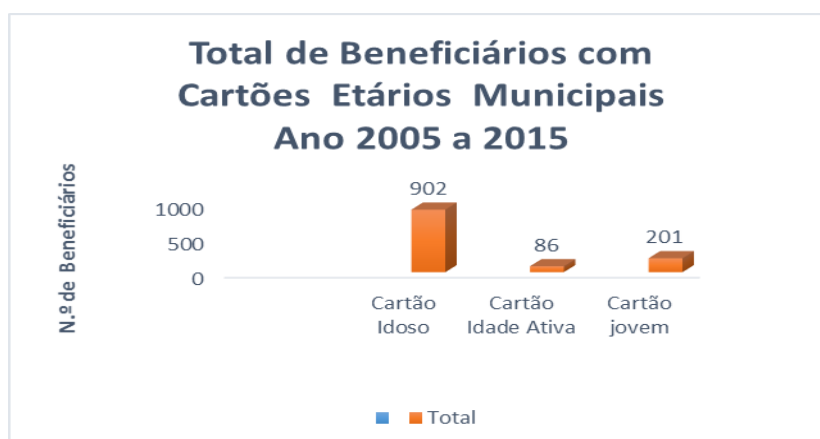


Tabela n.º 7.2

N.º de Beneficiários	Cartões etários municipais											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
<b>Cartão Idoso</b> Doentes crónicos	96	25	15	12	22	14	7	15	7	9	18	240
<b>Cartão Idade Ativa</b> Doentes crónicos											4	4

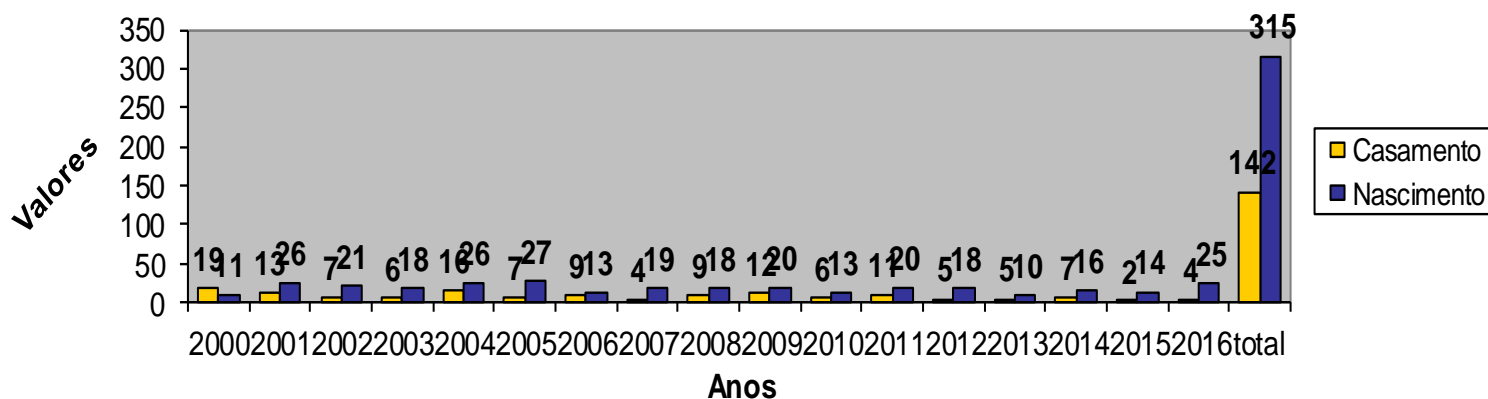
**7.1.3. Fixação da População Jovem**

O Regulamento para Apoio à Fixação da População Jovem no concelho de Vila de Rei, criado a partir do ano de 1999, visa apoiar a fixação de jovens no Concelho de Vila de Rei, proporcionando o aumento da população ativa e o incremento do emprego.

As modalidades de apoio traduzem-se no apoio ao casamento e no apoio ao nascimento, sendo oferecidos aos requerentes, no dia 19 de setembro, aquando das comemorações do Dia do concelho.

No que concerne ao apoio à Fixação de População Jovem, podemos referir que se subdivide no apoio ao nascimento (1º filho - 750€; 2º filho – 1.000€ e 3º filho - 1.250€) e no apoio ao casamento (750,00€) traduzindo-se num apoio financeiro único. Para além dos apoios referidos, é ainda concedido apoio à fertilização *in vitro* (1.500€) – no presente ano foi atribuído a um agregado familiar. O apoio é atribuído mediante a análise de requerimento e documentação anexa.

Gráfico n.º 7.2



Análise da Distribuição do Apoio à Fixação da População Jovem: 2000-2016, Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei (07/2016)

Através do gráfico anterior, podemos verificar que existem diferenças anuais respeitantes ao número de nascimentos, sendo que no corrente ano ocorreu um aumento significativo, situação que não se verificava na última década. Em relação aos casamentos, verifica-se um decréscimo no último ano, e poderá verificar-se que em anos anteriores o número de casamentos era muito superior. Podemos arriscar a concluir que, de modo geral, estes nascimentos serão os dos segundos e terceiros filhos dos casais que já haviam recebido o benefício.

#### 7.1.4. SIM-PD – Serviço de Informação e Mediação para pessoas com deficiência



O SIM-PD surge através do protocolo de cooperação entre o Instituto Nacional de Reabilitação e Câmara Municipal de Vila de Rei, assinado a 22 de junho de 2009. Este serviço visa prestar uma informação acessível e personalizada sobre os direitos, benefícios e recursos existentes na área da deficiência, apoiando os munícipes na procura das soluções mais adequadas a cada situação.

#### Objetivos:

- Atender os cidadãos com deficiências ou incapacidade e respetivas famílias;
- Prestar informação sobre os direitos, benefícios e recursos existentes;
- Proceder ao seu correto encaminhamento e desenvolver uma função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos seus problemas;
- Desenvolver e valorizar as parcerias locais para encontrar soluções mais eficazes para os problemas;
- Divulgar boas práticas de atendimento do cidadão com deficiências ou incapacidade;
- Recolher informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local da situação das pessoas com deficiências ou incapacidade e identificar os principais problemas existentes e promover soluções adequadas.

## Quem pode dirigir-se à SIM-PD:

- Pessoas com deficiências ou incapacidade e respetivas famílias;
- Técnicos que intervêm na área da prevenção, habilitação, reabilitação e participação comunitária das pessoas com deficiências ou incapacidade;
- Instituições e serviços que desenvolvam qualquer tipo de atividade nos domínios da deficiência ou reabilitação;
- Qualquer cidadão que necessite de informação nas áreas referidas.

Este serviço é assegurado quer através de atendimento telefónico e/ou presencial, sendo prestados esclarecimentos e encaminhamentos.

### 7.1.5. Comissão de Proteção do Idoso em Risco



A Comissão de Proteção do Idoso em Risco de Vila de Rei (CPIRVR) rege-se pelo Regulamento da Comissão de Proteção do Idoso em Risco que surgiu por iniciativa da autarquia, no dia 8 de abril de 2013, conforme publicado no Edital n.º 346/2013. Tem por objetivo promover os direitos e prevenir ou por termo a situações que podem afetar a segurança, a saúde e o bem-estar do idoso.

**Âmbito territorial:** A CPIR intervém no Concelho de Vila de Rei.

#### Objetivos:

- a) Articulação da política de apoio à pessoa idosa, a nível municipal;
- b) Informação, sensibilização e responsabilização das famílias e da comunidade sobre os direitos das pessoas idosas;
- c) Difusão de informação;
- d) Agilização de procedimentos para acesso a serviços disponíveis;
- e) Promoção de intervenções alternativas para apoio a pessoas idosas;

A Comissão de Proteção do Idoso em Risco funciona em modalidade alargada (15 elementos) ou restrita (5 elementos). Compete à comissão alargada desenvolver ações de prevenção das situações de perigo para o idoso, enquanto à comissão restrita compete intervir diretamente nas situações reais e concretas de perigo da pessoa mais velha.



**Caraterização da modalidade alargada:** compete à comissão alargada desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de risco para o idoso.

**Composição:**

- Município;
- Segurança Social;
- Centro de Saúde;
- Guarda Nacional Republicana;
- Junta de Freguesia de Vila de Rei;
- Junta de Freguesia de São do Peso;
- Junta de Freguesia de Fundada;
- Fábrica da Igreja;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários;
- Santa Casa da Misericórdia;
- Centro de Dia Família Dias Cardoso;
- Centro de Acolhimento de São João do Peso;
- Casa da Infância da Juventude e da Terceira Idade;
- Fundação João e Fernanda Garcia;
- Lar João e Isabel.

**Caraterização da modalidade restrita:** compete à comissão restrita intervir nas situações em que um idoso está em risco, através de uma intervenção processual personalizada (idoso/família/rede de vizinhança/entidades idóneas).

**Composição:**

- Município;
- Segurança Social;
- Centro de Saúde;
- Guarda Nacional Republicana;
- Centro de Acolhimento de São João do Peso (representante das instituições sociais locais).

### **7.1.6. Banco de Material Ortopédico**

O Gabinete de Ação social e Saúde possui um Banco de material ortopédico e de ajuda técnica, que tem como objetivo intervir na resolução de problemas a todas as pessoas com dificuldades ligadas ao aparelho motor e de deficiência, e ainda às pessoas idosas, indispensáveis ao seu bem-estar, autonomia e qualidade de vida.

Os materiais ortopédicos são cedidos de forma gratuita, para uso pessoal e temporário, de forma a adaptarem-se com desembaraço no seu dia a dia. O empréstimo é efetuado através do preenchimento

de um requerimento próprio, do qual faz parte integrante o termo de responsabilidade - exigindo a sua conservação e devolução do material cedido, logo que a condição de saúde não justifique a sua utilização.

O banco de material ortopédico dispõe dos seguintes bens materiais:

- Cadeiras de rodas;
- Cadeiras de rodas p/ banhos;
- Bengalas;
- Canadianas;
- Andarilhos;
- Almofadas anti escaras.

### 7.1.7. Loja Social



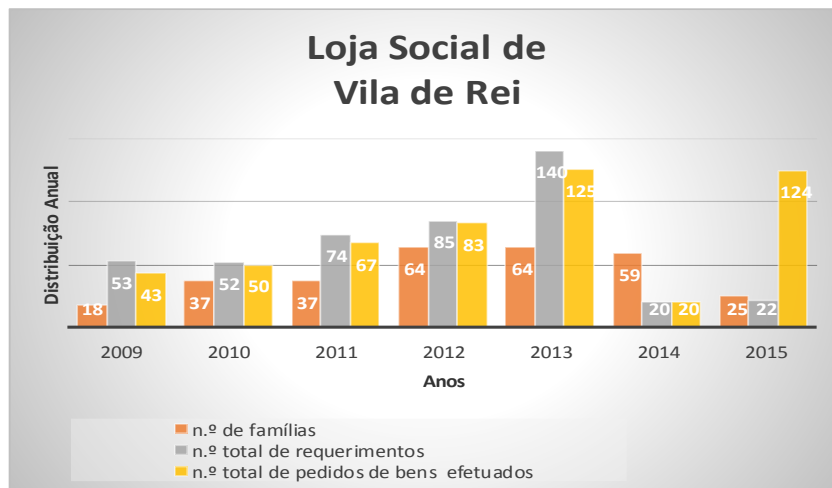
A Loja Social da Câmara Municipal de Vila de Rei é um espaço de atendimento e acompanhamento social de indivíduos e famílias com carências económicas e sociais. Foi criada a 26 de junho de 2009, com o objetivo de intervir na resolução de todos os problemas e dificuldades que nos são solicitados e/ou que são detetados, visando atenuar as consequências imediatas e diretas da comunidade, suprindo-se assim as suas necessidades básicas, doadas a título gratuito através de bens novos ou usados, doados por particulares ou empresas com um grande coração solidário. Assim, a loja social dirige-se a todos indivíduos e famílias residentes no Concelho de Vila de Rei.

A loja social permite o estabelecimento de uma relação entre os técnicos sociais e os beneficiários, tendo em vista beneficiar e facilitar aos indivíduos e famílias melhores condições de inserção e acompanhamento do seu projeto de vida. Este serviço encontra-se em funcionamento às terças e quintas feiras, das 9 às 13 horas.

Tabela n.º 7.3

<i>Distribuição Anual</i>	<i>Loja Social</i>						
	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b><i>N.º de Famílias</i></b>	18	37	37	64	64	59	25
<b><i>N.º Total de requerimentos</i></b>	53	52	74	85	140	20	22
<b><i>N.º Total de pedidos de bens efetuados</i></b>	43	50	67	83	125	20	124

Gráfico n.º 7.5



### 7.1.8. Habitação a Custos Controlados

Esta medida social estratégica rege-se pelo Regulamento de atribuição e gestão de habitação social a custos controlados dos 36 fogos, em Vila de Rei, criado por iniciativa da Autarquia, conforme o Edital n.º 474/2009, publicado em *Diário da República*, 2.ª série – n.º 93 – 14 de Maio de 2009.

Esta medida visa promoção da melhoria da qualidade vida dos Vilarregenses e promover o acesso à habitação condigna, objetivo que o concelho de Vila de Rei tem vindo a alcançar ao longo dos anos e a que se propõe continuar mantendo uma política predominantemente social.

Os fogos sociais são atribuídos mediante abertura de concurso de classificação, tendo como população-alvo: cidadãos nacionais e estrangeiros maiores e emancipados, nos termos do artigo 3.º do regulamento.

Tabela n.º 7.4

<b>Habitação a custos controlados</b>	<b>Número de Fogos ocupados</b>
	<b>Ocupação</b>
<b>N.º de fogos ocupados</b>	19
<b>N.º de famílias</b>	19
<b>N.º Total de residentes nos fogos sociais</b>	50

### 7.1.9. Apoio à recuperação de habitações degradadas

Esta medida visa melhorar as condições de habitabilidade dos munícipes e preservar o património arquitetónico do concelho, com vista à progressiva melhoria dos níveis de qualidade de vida. Pretende-

se assim apoiar a execução de obras de recuperação e reabilitação de habitações degradadas nos núcleos históricos das sedes de freguesia.

### 7.1.10. Banco Local de Voluntariado



A Autarquia tem vindo a garantir no desenvolvimento de políticas estratégicas de intervenção na área social e da saúde que visem o bem-estar da população. Hoje há uma maior consciência que os voluntários são uma mais valia, um contributo de valores humanos pelos serviços que prestam e pelos resultados obtidos satisfazendo as necessidades comunitárias. O Banco Local de Voluntariado de Vila de Rei, foi criado através de um protocolo entre a Câmara Municipal de Vila de Rei, que é a entidade enquadradora, e o Conselho Nacional de Promoção do Voluntariado, a 24 de outubro de 2014.

É um espaço de encontro entre as pessoas voluntárias, que se oferecem de forma livre, responsável, desinteressada e de forma gratuita, mediante a sua disponibilidade, para prestar um conjunto de ações inerentes à condição de cidadania ativa e solidária, e as várias instituições que necessitam verdadeiramente do contributo de voluntário (organizações promotoras).

Foi criado um logótipo que reflete uma identidade visual única, facilitadora da sua identificação, definindo assim a nossa missão e valores. O Banco local de Voluntariado apresenta diversificadas as áreas de atividade onde é possível exercer ou apresentar projetos de voluntariado.

#### Objetivos do Banco Local de Voluntariado de Vila de Rei:

- Incentivar e fomentar a prática do voluntariado a favor da comunidade;
- Promover o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado;
- Formar voluntários e agentes institucionais no âmbito da prática do voluntariado;
- Divulgar projetos e oportunidades de voluntariado
- Promoção e consciencialização para a cidadania.

### 7.1.11. Projeto “Um amanhã mais Humano”

O Projeto de intervenção “Um amanhã mais humano”, dinamizado pelo Gabinete de Ação Social e Saúde (GASS) do município, foi implementado em 2012, tornando-se um projeto pioneiro no concelho, inédito e simultaneamente desejado pelos munícipes. Este projeto pretende colmatar a solidão e o

isolamento dos idosos, bem como reduzir as vulnerabilidades e atenuar as situações de pobreza e exclusão social.

A população alvo do projeto são as pessoas idosas e/ou pessoas em situação isolamento e de vulnerabilidade residentes no concelho. As situações de vulnerabilidade são detetadas aquando de visitas domiciliárias periódicas realizadas pelos técnicos do município, quer através de sinalizações de vizinhos, bem como dos mediadores das aldeias. Neste momento, o projeto encontra-se com muita aderência por parte da população referenciada, conforme demonstra a Tabela n.º 7.5.

### 7.1.12. Teleassistência

A implementação do serviço de Teleassistência permitiu ir ao encontro de respostas, na saúde e segurança do idoso, dentro da sua própria habitação. Este serviço permite ao cliente, em situações de emergência de saúde, segurança ou solidão, contactar de imediato (através de um botão de emergência, aliado a um telefone de alta voz), que ativa os mecanismos necessários para resolver o problema apresentado pelo cliente. Deste modo, privilegia-se a criação de condições que possibilitem a permanência das pessoas em situação de dependência no seu domicílio, garantindo assim a sua qualidade de vida.

Tabela n.º 7.5

<b>Projeto "Um amanhã mais humano"</b>		
<b>Freguesias</b>	<b>N.º Utentes sinalizados / acompanhados</b>	<b>N.º Aparelhos de Teleassistência</b>
<b>São João do Peso</b>	18	0
<b>Fundada</b>	64	3
<b>Vila de Rei</b>	228	19
<b>TOTAL</b>	<b>310</b>	<b>22</b>

Fonte: Dados concedidos pelo GASS da Câmara Municipal de Vila de Rei (06/2016)

### 7.1.13. ECCI – Equipa de Cuidados Continuados Integrados

A equipa de cuidados continuados integrados (ECCI) são uma equipa multidisciplinar da responsabilidade dos cuidados de saúde primários e das entidades de apoio social, para a prestação de serviços domiciliários, decorrentes da avaliação integral de cuidados médicos, de enfermagem, de reabilitação e de apoio social ou outros, a pessoas em situação de dependência funcional, doença familiar ou processo de convalescença, que não podem deslocar-se de forma autónoma, com rede de

suporte social cuja situação não requer internamento (número 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei nº 101/2006).

A implementação da ECCI de Vila Rei contribuiu para dar resposta às reais necessidades em cuidados domiciliários, traduzindo assim a importância deste apoio e permitindo a permanência dos utentes no seu contexto domiciliário. A ECCI é uma unidade da Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCCI), segundo o Decreto-Lei nº 174/2014, de 10 de setembro, são referenciadas para as equipas domiciliárias, as pessoas em situação de dependência que reúnam condições no domicílio para lhe serem prestados os cuidados continuados integrados de que necessitam.

Neste sentido, com vista a assegurar o apoio domiciliário à população de Vila de Rei pela UCCI de Vila de Rei, o Município disponibiliza uma Técnica Superior de Serviço Social, por um período de 8 horas mensais para realização de visitas domiciliárias, em conjunto com a equipa da ECCI.

### **7.1.14. Espaço do Cidadão no município**

O Espaço do Cidadão de Vila de Rei e Junta de Freguesia da Fundada (inaugurado 14 julho de 2015) correspondem a uma nova estrutura que reforça o leque de serviços disponíveis no nosso concelho, permitindo que os nossos habitantes não tenham a necessidade de se deslocar a concelhos limítrofes para aceder aos mesmos. Deste modo, continua-se a assumir a criação de condições para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida da população Vilarregense, como a primordial obra do nosso concelho.

O Espaço do Cidadão é um posto de atendimento que agrega a prestação de vários serviços de diferentes entidades do Estado, sendo a principal inovação proporcionar ao utente um atendimento digital assistido no acesso aos serviços do Estado, com recurso à internet.

Com apoio de um funcionário com formação para o efeito, o utente pode aceder ao Portal do Cidadão e solicitar alguns serviços, como por exemplo, alteração de morada, obter certidões de registo civil, predial e comercial, assim como navegação assistida aos serviços da ADSE Direta.

O cidadão pode ainda, entre outros serviços, obter o Certificado de registo criminal, registar um contacto de trabalho (Ministério da Justiça), efetuar um registo de propriedade intelectual (Inspeção Geral das Atividades Económicas), solicitar encaminhamento para a rede de apoio ao consumidor endividado (Direção-Geral do Consumidor), renovar uma autorização de residência (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), revalidar a carta de condução (Instituto da Mobilidade e dos Transportes),

efetuar pedidos à Segurança Social sobre pensões, reembolsos e complementos ou interagir com a Caixa Geral de Aposentações.

## **7.2. Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco – Instituto da Segurança Social, IP Serviço Local de Segurança Social de Vila de Rei**

O Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco abrange diversos concelhos, entre os quais, o de Vila de Rei. A sua atuação prossegue-se através da execução de medidas necessárias ao desenvolvimento, concretização e gestão das prestações do Sistema de Segurança Social.

Nas instalações ocupadas pelo Serviço Local de Segurança Social, sitas no edifício dos Paços do concelho, é efetuado atendimento técnico semanal à população (uma vez por semana) por uma técnica de Serviço Social.

Para além do atendimento social efetuado pela técnica, o Centro Distrital destaca-se na atribuição de prestações pecuniárias de carácter geral, no apoio técnico prestado às Instituições Particulares de Solidariedade Social, responsabilidade na análise dos processos de Rendimento Social de Inserção (RSI), representação na Rede Social de Vila de Rei, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), na Comissão de Proteção do Idoso, no Conselho Municipal de Educação, no Conselho Municipal de Segurança e no Serviço Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI).

### **Prestações Pecuniárias de carácter eventual**

As prestações pecuniárias de carácter eventual são casuísticas e temporárias, em condições de exceção, dirigidas aos indivíduos e famílias em situação de carência, não coberta pelas diferentes prestações sociais de direito no âmbito do Sistema de Segurança Social ou, ainda nestes casos, quando seja indispensável a concessão de apoios complementares para garantir a prossecução das ações inerentes ao percurso de inserção.

Considera-se situação de carência aquela em que o indivíduo/família, por razões conjunturais ou estruturais, apresenta um deficit entre o limiar mínimo de carência (valor da pensão social) e a capitação, representando uma situação de risco ou de exclusão social.

As prestações pecuniárias têm por objetivo:

- Minorar ou suprir a situação de carência económica dos indivíduos/famílias;
- Prevenir o agravamento da situação de risco social em que o cidadão se encontra e promover, em situações de exclusão social, o percurso de inclusão dos indivíduos/famílias.

São prestações casuísticas, temporárias e subsidiárias atendendo a que:

- são atribuídas de acordo com a situação específica de cada cidadão;
- são limitadas no tempo;
- são atribuídas depois de esgotados todos os outros recursos existentes no sistema de Segurança Social.

Estas prestações não se constituindo enquanto prestações sociais de direito, não sendo exigíveis judicialmente. As prestações pecuniárias são universais, ou seja, são atribuídas aos cidadãos em geral, desde que maiores de idade.

Na atribuição devem ser priorizados os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, definindo-se como prioridade:

- Famílias com crianças e jovens a cargo, em situação de risco ou outras;
- Idosos em risco;
- Pessoas em situação de dependência, nomeadamente toxicodependentes, portadores de HIV/SIDA;
- Famílias sinalizadas por outras instituições, em situação de risco.

Durante o ano de 2015, foram atribuídas 10 prestações pecuniárias de carácter eventual a famílias em situação de carência, tendo beneficiado 23 indivíduos no seu total. Destes 10 agregados familiares, 9 são residentes na freguesia de Vila de Rei e 1 na freguesia de São João do Peso, não havendo registo de qualquer agregado familiar residente na freguesia de Fundada. O montante total atribuído, no ano 2015, foi de 2.000€ (Tabela n.º 7.6).



Na sua maioria, recorreram ao serviço local elementos do sexo feminino (7 elementos), registando-se 3 elementos do sexo masculino.

**Tabela n.º 7.6**

<b>Freguesias</b>	<b>Género</b>		<b>Montantes atribuídos</b>
	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	
<b>Vila de Rei</b>	7	2	1.800€
<b>Fundada</b>	0	0	0€
<b>São João do Peso</b>	0	1	200€
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2.000€</b>

*Caracterização dos beneficiários das prestações pecuniárias de carácter eventual em função da sua área de residência, género e montantes atribuídos)*

## Apoio Técnico às Instituições Particulares de Solidariedade Social

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, e com o propósito de dar expressão organizada ao exercício da cidadania, evadido de sentido de solidariedade e de justiça entre todos os indivíduos. Caracterizam-se ainda por prosseguirem, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços, diversos objetivos do âmbito da Segurança Social.

Além destes, promulgam outros objetivos no âmbito da educação e formação profissional e da promoção da habitação. Os principais eixos de intervenção incluem:

- Apoio a crianças e jovens
- Apoio às famílias
- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez
- Apoio à população portadora de deficiência

## Rendimento Social de Inserção

A Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, instituiu o Rendimento social de inserção, que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção social por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária.

A prestação do rendimento social de inserção é uma prestação pecuniária de natureza transitória, variável em função do rendimento e da composição do agregado familiar do requerente e calculada por aplicação de uma escala de equivalência ao valor do rendimento social de inserção.

O programa de inserção do rendimento social de inserção é constituído por um conjunto de ações destinadas à gradual integração social dos titulares desta medida, bem como dos membros do seu agregado familiar.

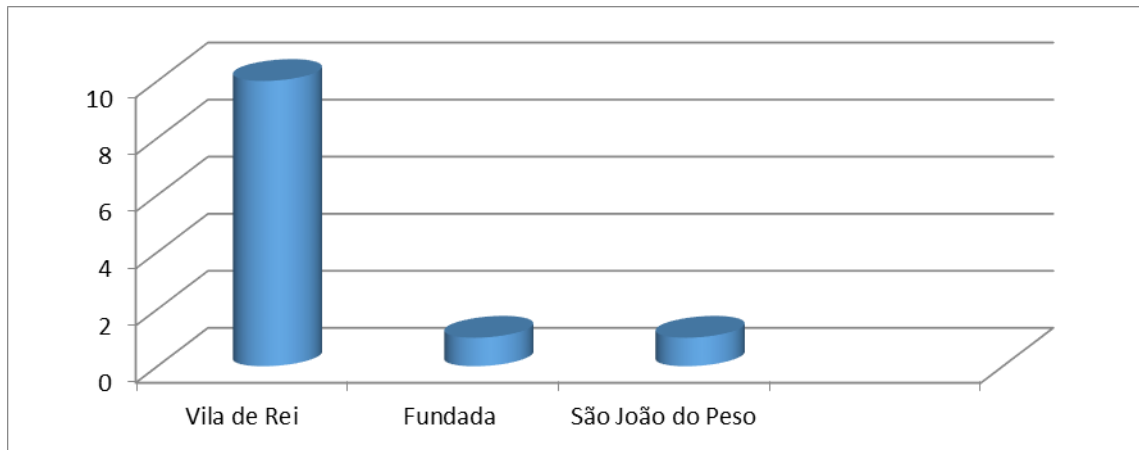
Mas se as dificuldades económicas exigem uma forte aposta na formação dos beneficiários, exigem também alguns ajustamentos que introduzam maior rigor e eficiência na prestação e resultem numa maior responsabilização dos seus destinatários. Assim, e em harmonia com o que já acontece no regime de proteção no desemprego, determina-se expressamente que a recusa de emprego conveniente, a recusa de trabalho socialmente necessário, a recusa de formação profissional ou de outras medidas ativas de emprego, determina a cessação da prestação. O subsequente período de inibição do acesso à prestação é atualmente de 24 meses, como uma forma adicional de incentivar os beneficiários a participar no seu próprio processo de inserção e de autonomização, nomeadamente, através das medidas de ativação para a inserção profissional.

Assim, dá-se um novo enfoque aos deveres de procura ativa de emprego passando o rendimento social de inserção a ter como condição de atribuição a celebração do contrato de inserção.

Durante o ano de 2015 foram apoiadas 12 famílias, num total de 16 beneficiários.

Segundo números relativamente ao ano referenciado, as famílias beneficiárias de RSI no concelho de Vila de Rei são maioritariamente residentes na freguesia de Vila de Rei (10 famílias), sendo de igual número nas freguesias de Fundada e São João do Peso (1 família em cada freguesia).

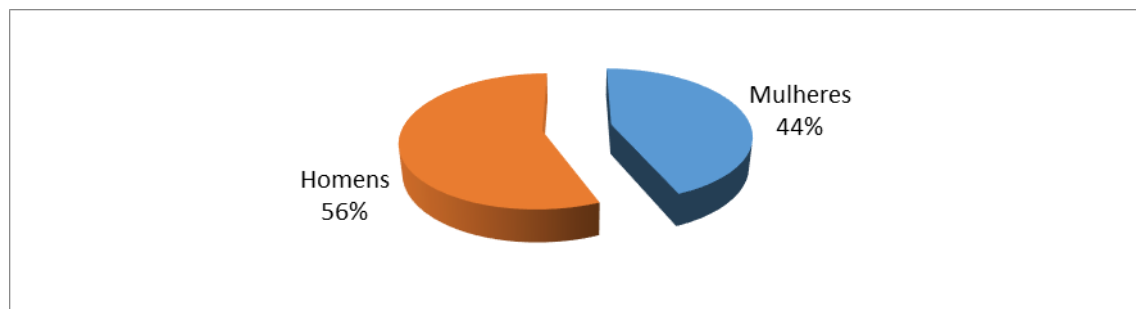
Gráfico n.º 7.6



Caracterização dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção em função da sua área de residência

É possível verificar na distribuição por género dos beneficiários de RSI do concelho que o sexo masculino (9) apresenta um valor relativamente superior ao sexo feminino (7).

Gráfico n.º 7.7



Caracterização dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção em função do género

**FEAC - Fundo de Auxílio Europeu de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas**

O Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) foi instituído pela Comissão Europeia através do Regulamento (UE) n.º 223/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, com o objetivo de reforçar a coesão social, contribuindo para reduzir a pobreza e, em última análise, erradicar as formas mais graves de pobreza na União Europeia mediante o apoio aos dispositivos nacionais que prestam assistência não financeira, a fim de atenuar a privação alimentar e material grave e/ou contribuir para a inclusão social das pessoas mais carenciadas

Neste contexto, por decisão de execução da Comissão Europeia de 17 de dezembro de 2014 foi aprovado o programa operacional de distribuição de alimentos e/ou assistência material de base para apoio do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas em Portugal.

O ISS, I.P. recorrerá aos Centros Distritais de Segurança Social, os quais são responsabilizados por:

- Coordenar a execução do Plano Anual de Distribuição dos produtos alimentares nas respetivas áreas geográficas de atuação;
- Realizar todas as ações necessárias à distribuição dos géneros alimentícios aos beneficiários, nomeadamente, planeamento, de formação/informação e de acompanhamento/verificação junto das entidades/instituições que participam na execução do FEAC;
- Coordenar a distribuição dos produtos alimentares na sua área geográfica de atuação;
- Divulgar as regras de execução do Programa.

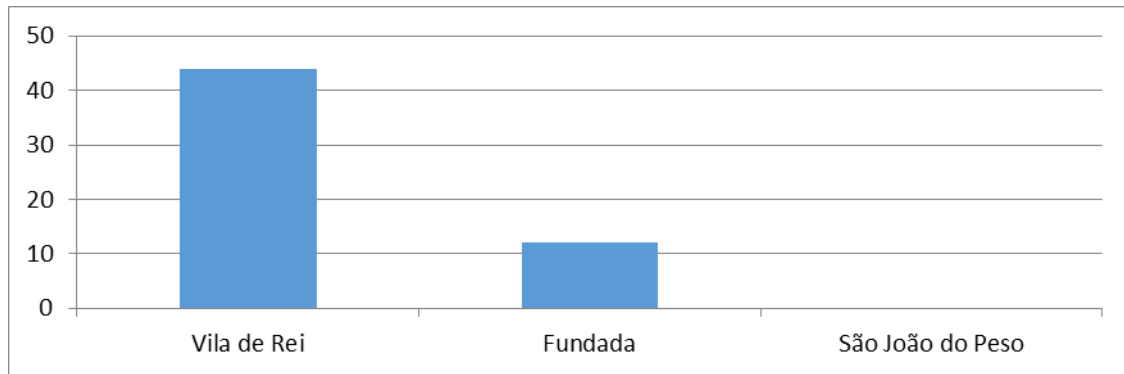
Podem ser beneficiários do FEAC os indivíduos/famílias que se encontrem em situação de carência económica. Considera-se em situação de carência económica o agregado familiar em situação de risco de exclusão social em que, por razões conjunturais ou estruturais, a capitação seja inferior ao valor da pensão social, atualizado anualmente, por referência ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

As entidades intervenientes neste Programa são diversas, designadamente Centros Distritais de Segurança Social, Centro de Segurança Social da Madeira, Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores, Polos de Receção e Instituições. No concelho de vila de Rei a instituição envolvida no Programa é a Santa Casa da Misericórdia.

Durante o ano de 2015 foram apoiadas no concelho de Vila de Rei 56 famílias, num total de 161 indivíduos.

Das famílias beneficiárias do programa, 44 são residentes na freguesia de Vila de Rei e 12 na freguesia da Fundada, não se tendo registado famílias beneficiárias na freguesia de São João do Peso.

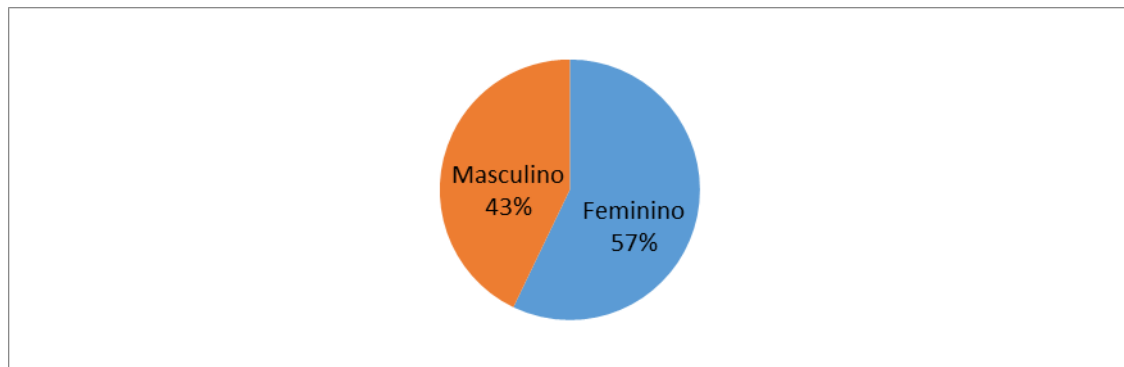
**Gráfico n.º 7.8**



*Caracterização dos beneficiários do FEAC em função da sua área de residência*

É possível verificar que dos beneficiários de FEAC do concelho, o sexo feminino (92) apresenta uma distribuição superior ao sexo masculino (69).

**Gráfico n.º 7.9**



*Caracterização dos beneficiários do FEAC em função do género*

## SNIPI – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

O Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, na sequência dos princípios consignados na Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança e no âmbito do Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009, criou o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, adiante designado por SNIPI.

De acordo com o disposto no artigo 1.º do citado diploma legal, o SNIPI consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento, e funciona por articulação das estruturas representativas dos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e da Educação.

O SNIPI abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias.

Considera-se «Intervenção precoce na infância (IPI)» o conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente, no âmbito da educação, da saúde e da ação social. Por seu turno, o «Risco de alterações ou alterações nas funções e estruturas do corpo» corresponde a qualquer risco de alteração, ou alteração, que limite o normal desenvolvimento da criança e a sua participação, tendo em conta os referenciais de desenvolvimento próprios, consoante a idade e o contexto social.

O «Risco grave de atraso de desenvolvimento» corresponde à verificação de condições biológicas, psicoafectivas ou ambientais, que implicam uma alta probabilidade de atraso relevante no desenvolvimento da criança.

O SNIPI tem os seguintes objetivos:

- Assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades, através de ações de IPI em todo o território nacional;
- Detetar e sinalizar todas as crianças com risco de alterações ou alterações nas funções e estruturas do corpo ou risco grave de atraso de desenvolvimento;

- Intervir, após a deteção e sinalização, em função das necessidades do contexto familiar de cada criança elegível, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento;
- Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas da segurança social, da saúde e da educação;
- Envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social.

Compete às equipas locais de intervenção do SNIPI:

- Identificar as crianças e famílias imediatamente elegíveis para o SNIPI;
- Assegurar a vigilância às crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requerem avaliação periódica, devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidades de evolução;
- Encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;
- Elaborar e executar o PIIP em função do diagnóstico da situação;
- Identificar necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;
- Articular, sempre que se justifique, com as comissões de proteção de crianças e jovens e com os núcleos da ação de saúde de crianças e jovens em risco ou outras entidades com atividade na área da proteção infantil;
- Assegurar, para cada criança, processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos;
- Articular com os docentes das creches e jardins-de-infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI.

A Equipa Local de Intervenção do concelho acompanhou um total de 2 crianças, no ano de 2015.

### 7.3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila de Rei



A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ) de Vila de Rei foi criada por iniciativa da autarquia, na sequência da Portaria n.º 984/2001, de 17 de agosto. O objetivo da sua criação encontra-se implícito no disposto no n.º 1 do artigo 12º da Lei n.º 142/2016, de 8 de setembro, (republicação da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro): “A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que tem como objetivo promover os direitos

da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.”

A Comissão de Proteção funciona em modalidade alargada (13 elementos) ou restrita (5 elementos), da qual é presença obrigatória a Câmara municipal e Segurança social. Compete à comissão alargada desenvolver ações de prevenção das situações de perigo para a criança ou jovem, enquanto que à comissão restrita compete intervir diretamente nas situações reais e concretas de perigo de uma criança ou jovem.

**Gráfico n.º 7.10**



*Fonte: CPCJ de Vila de Rei, 2016*

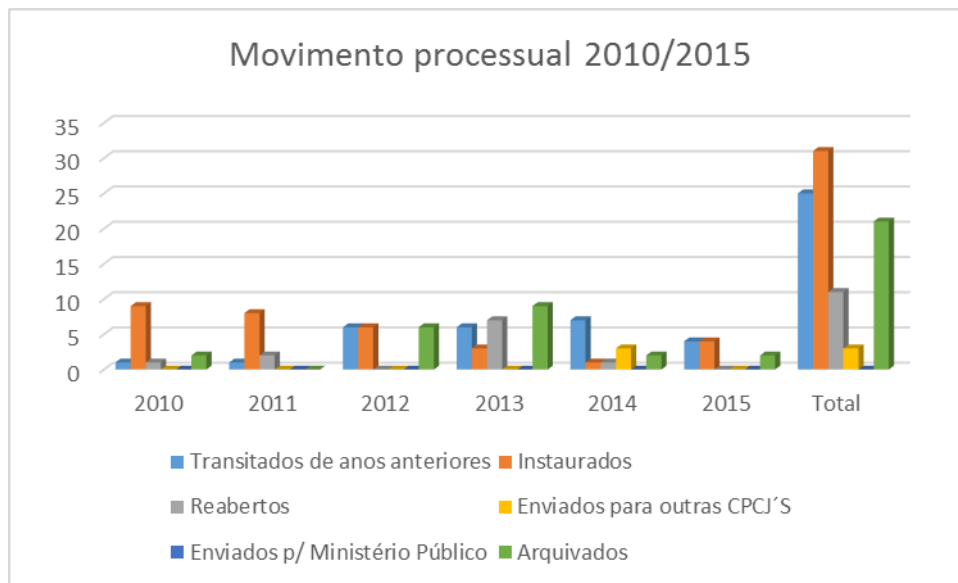


## Quadro n.º 7.1

Áreas de Intervenção			
Modalidades de Funcionamento	Comissão Alargada	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abandono, negligência, maus tratos físicos, maus tratos psicológicos/ abuso emocional, abuso sexual;</li> <li>▪ Abandono e absentismo escolar, trabalho infantil, exercício abusivo de autoridade, mendicidade, exposição a modelos de comportamento considerados desviantes;</li> <li>▪ Práticas qualificadas como crime por criança ou jovem com idade inferior a 12 anos, uso de estupefacientes, ingestão de bebidas alcoólicas, outras condutas desviantes, problemas de saúde, outras situações de risco para a criança / jovem.</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Um representante do Município de Vila de Rei;</li> <li>▪ Um representante da Segurança Social - Castelo Branco;</li> <li>▪ Um representante dos Serviços Locais do Ministério da Educação – Escola Básica Integrada do Centro de Portugal de Vila de Rei;</li> <li>▪ Um representante dos Serviços de Saúde - Centro de Saúde de Vila de Rei;</li> <li>▪ Um representante da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei - Instituição Particular de Solidariedade Social;</li> <li>▪ Um representante da Associação de Pais;</li> <li>▪ Um representante do Vilarregense Futebol Clube - Associação Desportiva destinada a crianças e jovens;</li> <li>▪ Um representante do Instituto Português do Desporto e da Juventude - Castelo Branco;</li> <li>▪ Um representante das Forças da Guarda Nacional Republicana;</li> <li>▪ Quatro representantes designados pela Assembleia Municipal.</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança/jovem;</li> <li>▪ Diagnosticar as necessidades e os recursos existentes;</li> <li>▪ Desenvolver ações de prevenção do risco infantil e juvenil direcionadas para problemáticas específicas;</li> <li>▪ Colaborar, quando solicitados para tal na Comissão Restrita, para ações complementares de acompanhamento de casos;</li> <li>▪ Promover a articulação com outras parcerias;</li> <li>▪ Dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças/jovens e respetivas famílias;</li> <li>▪ Analisar a informação semestral relativa aos processos;</li> <li>▪ Aprovar o relatório anual.</li> </ul>	
	Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A CPCJ reúne em plenário ou em grupos de trabalho para assuntos específicos, de acordo com o definido na lei de proteção de crianças e jovens em perigo.</li> </ul>	
	Comissão Restrita	Composição	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Um representante da Câmara Municipal de Vila de Rei;</li> <li>▪ Um representante da Segurança Social - Castelo Branco;</li> <li>▪ Um representante da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei - Instituição Particular de Solidariedade Social;</li> <li>▪ Um representante dos Serviços de Saúde - Centro de Saúde de Vila de Rei;</li> <li>▪ Um representante dos Serviços Locais do Ministério da Educação - Escola Básica do Centro de Portugal de Vila de Rei.</li> </ul>
		Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atender e informar as pessoas que se dirigem à CPCJ;</li> <li>▪ Apreciar liminarmente as situações de que a CPCJ tenha conhecimento, decidindo o arquivamento imediato do caso quando se verifique manifesta desnecessidade de intervenção ou a abertura de processo de promoção de direitos e de proteção;</li> <li>▪ Proceder à instrução dos processos;</li> <li>▪ Solicitar a participação dos membros da Comissão Alargada nos processos, sempre que se mostre necessário;</li> <li>▪ Decidir sobre a aplicação, o acompanhamento e a revisão das medidas de promoção e proteção;</li> <li>▪ Informar periodicamente a Comissão Alargada, sem identificação das pessoas envolvidas, sobre os processos indicados e o andamento dos processos pendentes.</li> </ul>
Funcionamento		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O plenário da Comissão restrita reúne de acordo com o definido na lei de proteção de crianças e jovens em perigo.</li> </ul>	

De acordo com a representação gráfica anterior, verifica-se uma certa constância do número de processos e/ou crianças e jovens acompanhados, com oscilações pouco significativas. No ano de 2013, ocorreu um maior volume de processos, num total global de 16.

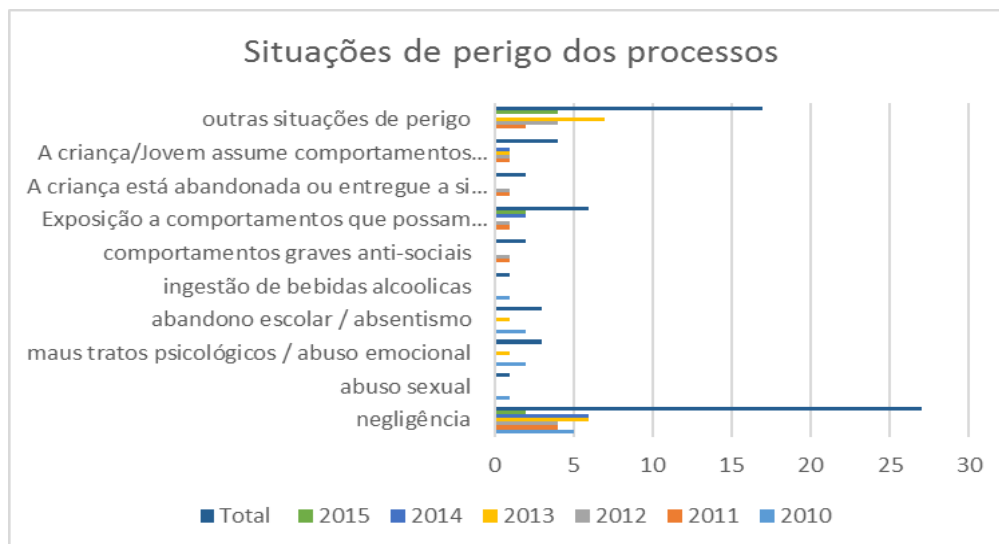
Gráfico n.º 7.11.



Fonte: CPCJ de Vila de Rei, 2016

O gráfico acima representado permite constatar que, no ano de 2010, foram instaurados o maior número de processos (9), assim como que no ano de 2013 foram reabertos e arquivados o maior número de processos (7/9).

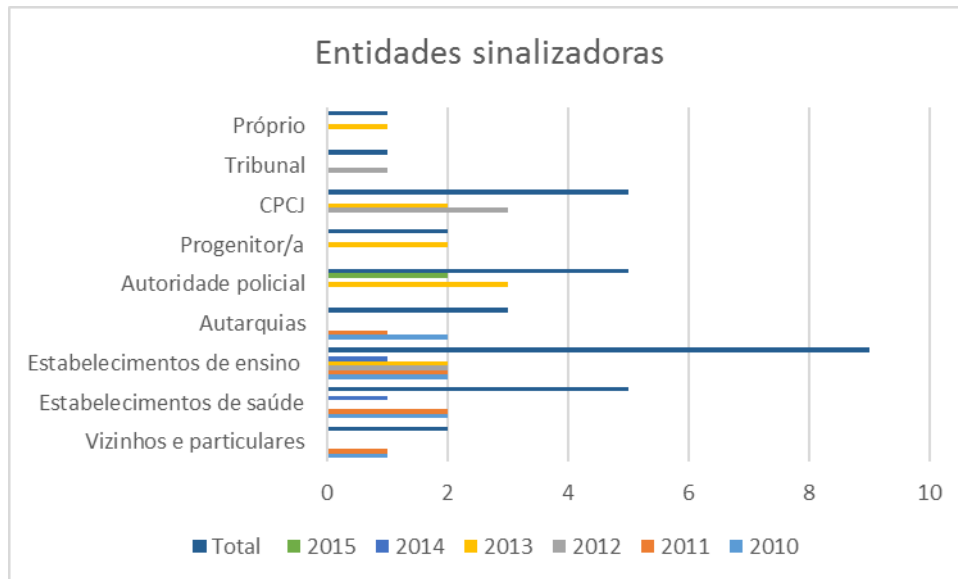
Gráfico n.º 7.12



Fonte: CPCJ de Vila de Rei, 2016

Tendo como referência Gráfico n.º 7.12, no período de tempo em análise, verifica-se que a negligência (27) é a problemática com o maior número de sinalizações, seguindo-se outras situações de perigo (17) e a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar (6).

Gráfico n.º 7.13



Fonte: CPCJ de Vila de Rei, 2016

Por último, importa dar relevância às entidades que efetuam a sinalização de situações de perigo vivenciadas por crianças e/ou jovens. Deste modo, com base no quadro anterior, conclui-se que principais entidades sinalizadoras são: estabelecimento de ensino (9), estabelecimento de saúde (5), autoridade policial (5), CPCJ (5) e a Autarquia (3).

#### 7.4. Fundação João & Fernanda Garcia

A Fundação João & Fernanda Garcia surgiu em 2013 tendo vindo substituir a antiga APPACDM de Vila de Rei, em funcionamento desde 2003. A Fundação João & Fernanda Garcia, veio dar continuidade à resposta de CAO (Centro de atividades ocupacionais) do concelho de Vila de Rei, que até ao ano de 2013, era a única resposta que existia no concelho na área da deficiência. Posteriormente, passou a existir resposta de internamento, abrangendo um número bastante elevado de pessoas com deficiência, dentro e fora do concelho e que, por sua vez, veio aumentar o numero de postos de trabalho, conforme se poderá constatar no quadro seguinte.

Tabela n.º 7.7

<b>Resposta Social</b>	<b>Ocupação</b>			<b>Recursos Humanos</b>
	<b>Capacidade</b>	<b>Clientes</b>		
<b>Centro de Atividades Ocupacionais</b>	20	19	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 1 Diretora Técnica</li> <li>▪ 1 Técnica de Serviço Social</li> <li>▪ 1 Cozinheira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 1 Animadora Socio cultural</li> <li>▪ 1 Ajudante de cozinha</li> <li>▪ 2 Aux. de ação educativa</li> <li>▪ 1 Motorista</li> </ul>
<b>Lar Residencial</b>	18	18		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 1 Ajudante de Cozinha</li> <li>▪ 5 Auxiliares de ação direta</li> <li>▪ 9 Trabalhadores de Serviços Gerais</li> </ul>

*Estrutura da Fundação João e Fernanda Garcia, Fonte: Dados concedidos pelas IPSS*

### 7.5. Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

A Santa Casa da Misericórdia abriu o seu primeiro lar decorria o ano de 1989, oferecendo a valência de Internamento. Posteriormente, passou a oferecer a resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), assim como Creche e Jardim de Infância.

Pela existência de uma lista de espera considerável, inaugurou um segundo lar, no ano de 2000, vulgarmente conhecido como “Casa do Idoso”. Atualmente, são várias as respostas sociais abrangidas pela Santa Casa da Misericórdia, o que se pode atestar pela Tabela n.º 7.8. Em 2006, a Santa Casa da Misericórdia inaugurou um novo edifício, onde instalou a secretaria geral e a lavandaria.

Dada a dimensão e os serviços que esta instituição oferece, a Santa Casa dispõe, atualmente, de 195 funcionários. Numa análise retrospectiva, verifica-se que nos últimos anos o número de funcionários aumentou, resultado da criação de novos serviços e do crescimento do número de clientes.

No geral, o número de crianças a frequentar a Creche e Jardim de Infância diminui, não sendo essa redução significativa. No que concerne aos serviços prestados pelas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, verifica-se que a taxa de ocupação é de 100%, desde o momento da sua abertura.

Em outubro de 2010, entrou em funcionamento a Unidade de Cuidados Continuados Rainha D. Leonor representando um passo importante para a instituição, (re)afirmando a Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei como prestador de serviços de referência na área social concelhia. Os Cuidados Continuados centram-se na recuperação global da pessoa, promovendo a sua autonomia e melhorando a sua funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontra. Neste sentido, a UCCI Rainha D. Leonor presta apoio aos seus utentes no âmbito: da média duração, que tem

por finalidade a estabilidade clínica, a avaliação e reabilitação integral do utente; e da longa duração, que tem por finalidade prestar cuidados que previnam e retardem o agravamento da situação clínica, favorecendo o conforto e a qualidade de vida.

▪ **Centro Geriátrico**

O Centro Geriátrico de Vila de Rei é uma resposta social que irá funcionar como Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, fruto de um protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei e autarquia Local. O terreno e projeto para implementação foi cedido pelo Município e a Estrutura Residencial é responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei. Esta obra foi considerada de elevada importância para concelho, uma vez que reforça o trabalho desenvolvido na área social e vem possibilitar a criação de novos postos de trabalho.

Tabela n.º 7.8

<i>Equipamento</i>	<i>Resposta Social</i>	<i>Ocupação</i>	
		<i>Capacidade</i>	<i>Clientes</i>
<i>Lar de Sto. António</i>	<i>Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)</i>	45	32
	<i>Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)</i>	60	60
<i>Casa do Idoso</i>	<i>Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)</i>	25	24
	<i>Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)</i>	49	49
<i>Unidade de Cuidados Continuados</i>	<i>Internamentos de Média duração</i>	68	30
	<i>Internamentos de Longa duração</i>		38
<i>Creche</i>	<i>Creche</i>	24	16
<i>Jardim de Infância</i>	<i>Jardim de Infância</i>	48	23
<i>Centro Geriátrico</i> <sup>5</sup>		60	

*Estrutura da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, Fonte: Dados concedidos pelas IPSS*

**7.6. Centro de Dia “Famílias Dias Cardoso”**

O Centro de Dia “Família Dias Cardoso”, criado em 1993, como Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Como objetivo principal, apresenta a promoção e prestação de assistência aos habitantes da freguesia da Fundada, mais concretamente à mais idosa, pessoas portadoras de deficiência física e/ou psíquica e pessoas em situação de pobreza e isolamento social. Mais ainda, promove a criação de programas de desenvolvimento social e cultural.

<sup>5</sup> O Centro Geriátrico encontra-se em fase de construção

Atualmente, esta entidade conta com 23 funcionários.

Tabela n.º 7.9

<i>Equipamento</i>	<i>Resposta Social</i>	<i>Ocupação</i>	
		<i>Capacidade</i>	<i>Cientes</i>
<i>Centro de Dia “Família Dias Cardoso”</i>	<i>Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)</i>	26	19
	<i>Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)</i>	40	40

*Estrutura do Centro de Dia “Família Dias Cardoso”, Fonte: Dados concedidos pelas IPSS*

O número de cliente em ERPI manteve-se constante nos últimos anos, apresentando uma taxa de ocupação de 100% e lista de espera. Quanto ao Serviço de Apoio Domiciliário, o número de clientes não se revela significativo por opções pessoais dos clientes, condições degradadas das habitações e com a idade avançada dos idosos.

### 7.7. Casa da Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila de Rei

A presente entidade traduz-se numa Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, possuindo a sede na povoação do Milreu, freguesia de Vila de Rei. Esta instituição iniciou a sua atividade em 2006, com a valência de internamento para idosos.

Embora oferecendo apenas o apoio a idosos, a “Casa das Infâncias” apresenta objetivos mais abrangentes, estendendo-se estes a crianças e jovens sem abrigo e/ou apoio familiar. Dando prioridade a crianças da sua área de intervenção (concelho de Vila de Rei), pretende apoiá-las no domínio da educação e profissionalização, recorrendo sempre que necessário ao acolhimento em regime de internato. No que se refere aos idosos, há a intenção de criar as repostas sociais de Apoio Domiciliário e Centro de Dia. Em 2015, foi criada uma nova valência de Centro de noite.

Tabela n.º 7.10

<b>Equipamento</b>	<b>Resposta Social</b>	<b>Ocupação</b>	
		<b>Capacidade</b>	<b>Clientes</b>
<b>Lar Nossa Senhora da Graça</b>	<b>Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)</b>	36	36
<b>Centro de Noite do Milreu</b>	<b>Centro de Noite</b>	12	3

*Estrutura da Casa da Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila de Rei, Fonte: Dados concedidos pelas IPSS*

### 7.8. Centro de Acolhimento de S. João do Peso

O Centro de Acolhimento de São João do Peso iniciou a sua atividade no ano de 2005. Porém, apenas no ano seguinte passou a exercer a sua atividade de forma integral, com a mudança de instalações provisórias para instalações próprias, sitas na povoação de Sesmarias.

As novas instalações permitiram oferecer aos utentes maior conforto e melhor qualidade de vida, objetivos pelos quais desempenham funções os 31 colaboradores, incluindo um enfermeiro.

Tabela n.º 7.11

<b>Equipamento</b>	<b>Resposta Social</b>	<b>Ocupação</b>	
		<b>Capacidade</b>	<b>Clientes</b>
<b>Centro de Acolhimento de São João do Peso</b>	<b>Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)</b>	38	37

*Estrutura da Casa da Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila de Rei, Fonte: Dados concedidos pelas IPSS*

### 7.9. Posto da Guarda Nacional Republicana de Vila de Rei

O Posto da Guarda Nacional Republicana em Vila de Rei, é um posto territorial integrante do Destacamento da Guarda Nacional Republicana da Sertã, Subunidade do Comando Territorial de Castelo Branco.

Situa-se na Avenida José Cardoso Pires, nº4 – Vila de Rei, desde o agosto de 2010, sendo constituído por dois edifícios - instalações modernas e ajustadas a um eficaz atendimento ao cidadão, que em muito contribuem para a operacionalidade do efetivo.

O Posto Territorial de Vila de Rei, desenvolve a sua atividade no cumprimento da missão geral do serviço da Guarda Nacional Republicana, na área do município de Vila de Rei e confinantes conforme solicitação de postos limítrofes.

Atendendo ao aumento da população envelhecida, desenvolve, em articulação com o NPE – Núcleo de Programa Especiais do Destacamento Territorial da Sertã, diversas atividades que visam a referenciação e segurança da população mais idosa e isolada, sem esquecer a população mais jovem, integrada em variadas atividades e ações através do programa “Escola Segura”.

A Guarda Nacional Republicana, na pessoa do Comandante do Posto Territorial de Vila de Rei, tem representação institucional na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (Comissão Alargada); Comissão de Defesa das Florestas Contra Incêndios; Conselho de Educação; Conselho Municipal de Segurança; Conselho local de Ação Social e Comissão Municipal de Trânsito.

Existe uma boa relação entre a Guarda Nacional Republicana, nomeadamente, dos elementos do Posto Territorial de Vila de Rei com as entidades públicas e particulares locais, o que possibilita a partilha de informações, bem como a célere resolução de determinadas ocorrências.

### **7.10. Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Vila de Rei**

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila de Rei teve o seu início a 1 de março de 1977 (data da escritura), tendo sido homologado o Corpo Ativo em 17 de fevereiro de 1978. Por último, foi atribuído o Estatuto de Utilidade Pública em 30 de outubro de 1978.

As primeiras instalações desta Associação tiveram lugar num armazém cedido por um particular, sito na Rua do Norte, enquanto que as primeiras viaturas desta corporação foram uma ambulância “Peugeot” e uma viatura de fogo “Dodge”.

Uns anos mais tarde foi iniciada a construção de um novo quartel, inaugurado em 26 de março de 1995. Presentemente, a Associação tem ao dispor da população 2 viaturas de emergência, 1 viatura de salvamento e desencarceramento, 6 ambulâncias de transporte de doentes, 3 viaturas de combate direto ao fogo, 2 viaturas de fogo urbano, 2 viaturas de apoio às viaturas de fogo, 1 viatura de comando, 2 viaturas para apoio no transporte de pessoal a formação e outras atividades.

O Corpo ativo desta Associação conta, atualmente, com cerca de 60 voluntários entre homens e mulheres, tendo todos a formação de TAT - tripulante de ambulância de transporte e SD – salvamento e desencarceramento. A Associação tem no seu quadro de pessoal 10 assalariados e uma Equipa de



Intervenção Permanente, constituída por 5 elementos. Conta ainda com, aproximadamente, 1500 sócios efetivos.

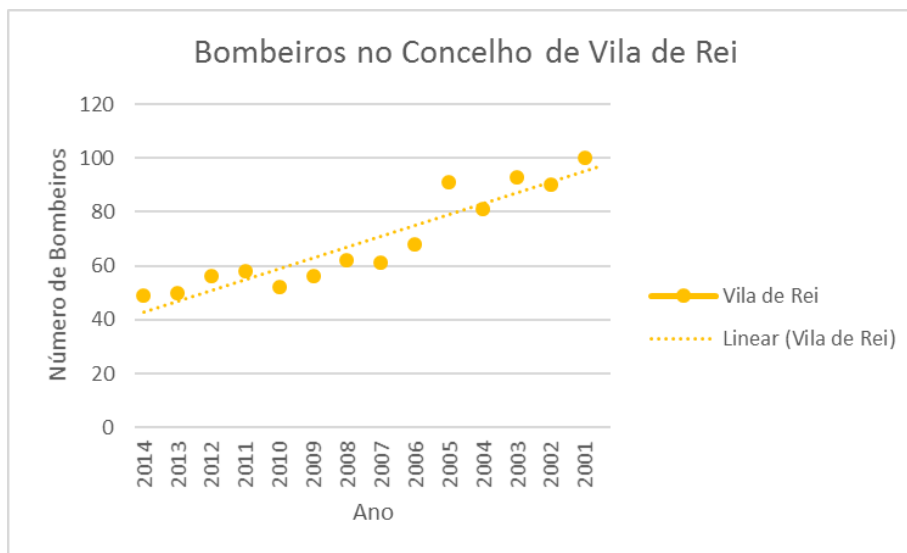
No que diz respeito aos bombeiros, o seu número no concelho tem seguido a tendência de diminuição (Tabela n.º 7.12) tanto do país como da região, tendo estabilizado (Gráfico n.º 7.14) nos últimos dois anos considerados pelos dados estatísticos existentes.

Tabela n.º 7.12

Localização geográfica	Número de Bombeiros													
	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
<b>Portugal</b>	29979	29703	31646	30530	30298	32811	37435	38225	42208	41942	41509	41756	42258	41780
<b>Continente</b>	28509	28227	30049	28940	28522	31003	35711	36474	40419	40148	39783	39999	40781	40466
<b>Centro</b>	9487	9506	10096	9671	9744	10513	12342	12392	14165	13979	13754	13317	13618	13950
<b>Vila de Rei</b>	49	50	56	58	52	56	62	61	68	97	81	93	90	100

Número de Bombeiros. Fonte: Bombeiros (N.º) por Localização geográfica (NUTS – 2013); Anual

Gráfico n.º 7.14



Varição de Bombeiros no concelho

### **7.11. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)**

O Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD) assume-se como um serviço de referência na área dos comportamentos aditivos e dependências, garante do desenvolvimento de políticas e intervenções coerentes e consistentes, assentes numa forte componente técnico normativa, orientadora das práticas desenvolvidas pelos *stakeholders* públicos e privados com responsabilidades operacionais.

Com a plena assunção das atribuições em matéria de planeamento e acompanhamento de programas de redução do consumo de substâncias psicoativas e de outros comportamentos aditivos e dependências, o SICAD afirma-se a cada dia, com segurança, conhecimento e determinação, no quadro organizacional dedicado à redução dos comportamentos aditivos e dependências, ganhando paulatinamente competências e conhecimento nos novos domínios de ação, designadamente, no âmbito das dependências sem substância.

O Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) tem por missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências

### **7.12. Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul**

A missão da Pinhal Maior passa pela contribuição para o desenvolvimento integrado e sustentado da Zona do Pinhal Interior Sul, nomeadamente nos concelhos de Oleiros e Proença-a-Nova (NUT III - Beira Baixa) e Mação, Sertã e Vila de Rei (NUT III – Médio Tejo).

Este objetivo é prosseguido através de parcerias criadas com os seus associados e outras entidades relevantes no território, com abrangência em todos os setores do mesmo, como são o caso das autarquias, comunidades intermunicipais, instituições de ensino, turismo e de carácter social, empresas, associações florestais, culturais e desportivas, entre outras, de forma a aproveitar o potencial endógeno do território, seja ao nível técnico e humano, dos produtos locais, do turismo, do artesanato ou do apoio social.

A Pinhal Maior opera desde 1994, gerindo vários programas de financiamento comunitário (LEADER II, LEADER +, PRODER e DLBC), acompanhando a sua operacionalização e execução a nível local (micro). A cooperação está também latente no *modus operandi* da instituição que conta com vários projetos de parceria levados a cabo a nível nacional e transnacional, constituindo exemplos os projetos 7

Maravilhas da Gastronomia, Portugal Rural, Qualificação do Turismo Ativo, Tejo Vivo e Cooperar em Português, estes apenas no último quadro de apoio.

Noutras áreas desempenhou-se também um trabalho vasto na área da formação, co-financiado pelo IEFP, POR Centro, POPH, POEFDS e Ministério da Agricultura, e na área da inclusão social e combate à pobreza através do Instituto da Segurança Social e dos CLDS.

Desde a sua constituição, a dinamização de atividades que visem o empreendedorismo é prosseguida pela Pinhal Maior.

Têm sido realizadas sessões de esclarecimento em todos os concelhos da área de intervenção da associação em cada período de programação, com o objetivo de dar a conhecer as linhas de apoio existentes e por ela geridas. Os interessados reuniam depois com a equipa técnica por forma a serem estudados os seus projetos e a serem propostas alterações respeitantes à viabilidade e elegibilidade dos mesmos. Este trabalho permitiu que o território desse resposta aquando da abertura dos financiamentos, propondo investir cerca do dobro dos montantes disponíveis. À equipa técnica coube a tarefa de avaliar e acompanhar a execução destes projetos, conferindo-lhe capacidades e competências através da experiência acumulada, bem como um conhecimento alargado das linhas de financiamento disponíveis e do seu território de incidência. Este conhecimento micro da região (tecido económico e social, sinergias, ameaças e potencialidades), a experiência da equipa técnica da Pinhal Maior no incentivo ao empreendedorismo, no acompanhamento de projetos e no trabalho contínuo em parceria, podem ser bastante úteis, na medida em que acrescentam proximidade e experiência na prossecução das ações a desenvolver.

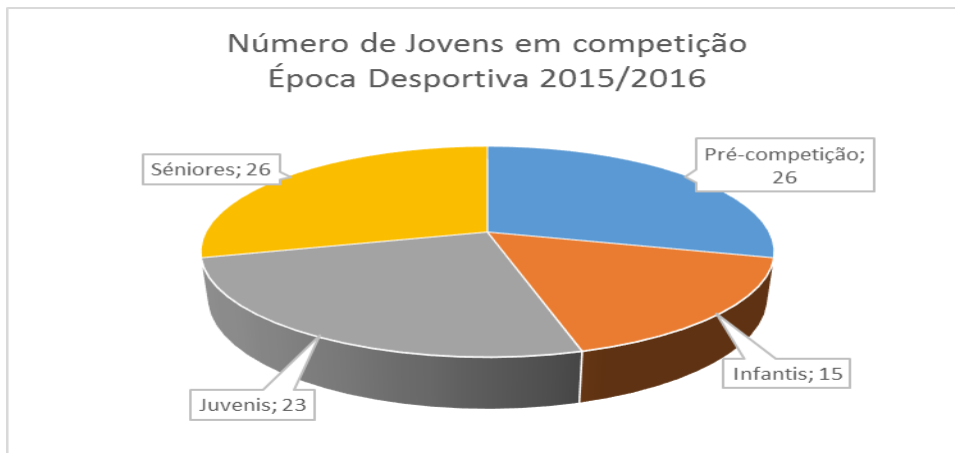
### **7.13. Vilarregense Futebol Clube**

O Vilarregense Futebol Clube é uma associação desportiva que visa a formação na modalidade de futebol, com participação em competições oficiais de equipas de Seniores, Juvenis e Infantis, contando também com equipas de pré-competição para jovens dos 3 aos 10 anos (petizes, traquinas e benjamins).

Foi constituído em 25 de novembro de 1995, mas só em 29 de Outubro de 1999 foram eleitos, em Assembleia Geral, os primeiros órgãos sociais que deram início às atividades regulares do clube.

Os treinos e competições decorrem entre os meses de setembro e junho, todos os dias. Na época 2015/2016 participaram regularmente neste projeto 90 atletas.

Gráfico n.º 7.15



Fonte: Vilarregense Futebol Clube, 2016

#### 7.14. Associação “A Bela Serrana”

A Associação Cultural e Recreativa “A Bela Serrana” foi fundada em 9 de outubro de 1993, por iniciativa do Centro da Área Educativa de Castelo Branco – Ensino Recorrente. A finalidade desta associação é a divulgação e promoção da cultura, a nível de música popular portuguesa, através do seu grupo de cantares – constituído por 33 elementos de várias idades.

A sede situa-se no centro de Vila de Rei, em instalações cedidas pela Câmara Municipal. Para além do apoio mencionado, a autarquia promove a cedência de transporte para deslocações do grupo para os locais de atuação ou para trazer outros grupos para atuações no concelho de Vila de Rei, em atividades e encontros promovidos pela “A Bela Serrana”.

#### Políticas/Projetos e Equipamentos Sociais Locais

A autarquia tem apostado, ao longo dos anos, na criação de políticas sociais que permitam a identificação de fenómenos de pobreza e de exclusão social na sua área de intervenção, bem como o desenvolvimento de ações com vista à sua erradicação, sempre com o objetivo de perspetivar um quadro social mais positivo, sustentado por um sistema de parcerias, coordenação de esforços e rentabilização de recursos das entidades do Concelho.

A Ação Social no concelho de Vila de Rei desenvolve-se tendo em consideração as suas características populacionais. Trata-se de uma população envelhecida, num território em que as aldeias estão dispersas, provocando um natural isolamento sociogeográfico. A população, maioritariamente a mais idosa, depende dos transportes camarários para as suas deslocações à sede do concelho, onde se concentram os serviços. O apoio social é oferecido à população através do trabalho desenvolvido por entidades da área social, pode ser observar na Tabela seguinte.

Tabela n.º 7.13

<i>Freguesia</i>	<i>Instituições</i>	<i>Respostas Sociais</i>
<i>Fundada</i>	<i>Centro de dia “Família Dias Cardoso”</i>	Estrutura Residencial para Idosos SAD
<i>São João do Peso</i>	<i>Centro de Acolhimento de S. João do Peso</i>	Estrutura Residencial para Idosos
<i>Vila de Rei</i>	<i>Câmara Municipal de Vila de Rei</i>	Creche Jardim de Infância ATL
	<i>Santa Casa da Misericórdia</i>	<b>Lar Santo António:</b> Creche, Jardim de infância, SAD e ERPI
	<i>Fundação João e Fernanda Garcia</i>	Centro de Atividade Ocupacionais Lar Residencial
	<i>Casa da Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila de Rei</i>	Lar N.º Senhora da Conceição (ERPI) Centro de Noite - Milreu
	<i>Lar “Isabel e João” – Casa dos Avós (Privado)</i>	Estrutura Residencial para Idosos

*Equipamentos Sociais e suas Respostas Sociais no concelho de Vila de Rei, por Freguesia*

Conforme ilustrado na tabela anterior, é na freguesia de Vila de Rei que se concentra o maior número de instituições sociais, nomeadamente, 8 valências, asseguradas por 5 IPSS’s e uma instituição privada.

Na freguesia da Fundada, existe o Centro de Dia “Família Dias Cardoso” abrangendo as valências de serviço de apoio domiciliário – SAD e Estrutura residencial para idosos. Por sua vez, na freguesia de S. João do Peso, através do Centro de Acolhimento de São João do Peso, é disponibilizado a valência de Estrutura residencial para idosos.

Tabela n.º 7.13

		Creche			Jardim de Infância			Atividades de Tempos Livros (ATL)			Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)		
		Capacidade	Clientes	%	Capacidade	Clientes	%	Capacidade	Clientes	%	Capacidade	Clientes	%
Vila de Rei	Câmara Municipal	26	26	100	75	39	52	-	32		-	-	
	Santa Casa da Misericórdia	24	16	67	48	21	44	-	-		-	-	
	Fundação João e Fernanda Garcia	-	-		-	-		-	-		18	18	100

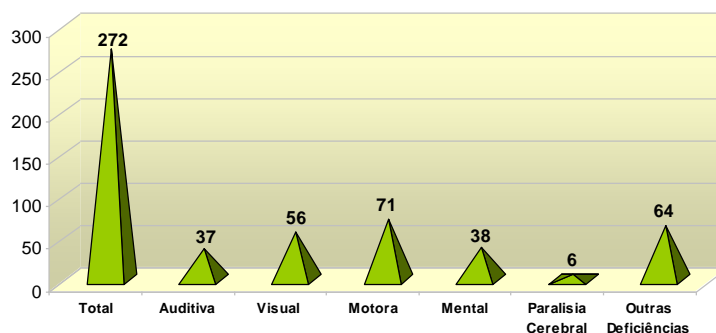
Equipamentos Sociais do concelho de Vila de Rei, segundo a capacidade e número de utentes, por Freguesia. Fonte: Dados cedidos pelas IPSS's do concelho e Câmara Municipal de Vila de Rei (06/2016)

Da análise da capacidade das entidades que apresentam valências que abrangem a educação ou a ocupação de tempos livres (Câmara Municipal, Santa Casa da Misericórdia e Funda), verifica-se que as mesmas se concentram na sede de concelho, registando taxas de ocupação elevadas.

A Fundação João e Fernanda Garcia, com a capacidade máxima atingida, é a única entidade que trabalha com pessoas portadoras de deficiência.

Na sequência da população com deficiência, é notório o crescimento de respostas nesta área ao longo dos anos. Em 2001, o número de pessoas abrangidas por esta entidade era visivelmente insuficiente. Neste momento, e graças à abertura da Fundação João e Fernanda Garcia, existe uma abrangência mais alargada a jovens, adultos e idosos, nas valências de internamento e Centro de Atividades Ocupacionais.

Gráfico n.º 7.16



População Residente deficiente, segundo o Tipo de deficiência em 2001 (concelho). Fonte: INE, CENSOS, 2001

## População com dificuldades (motoras ou cognitivas)

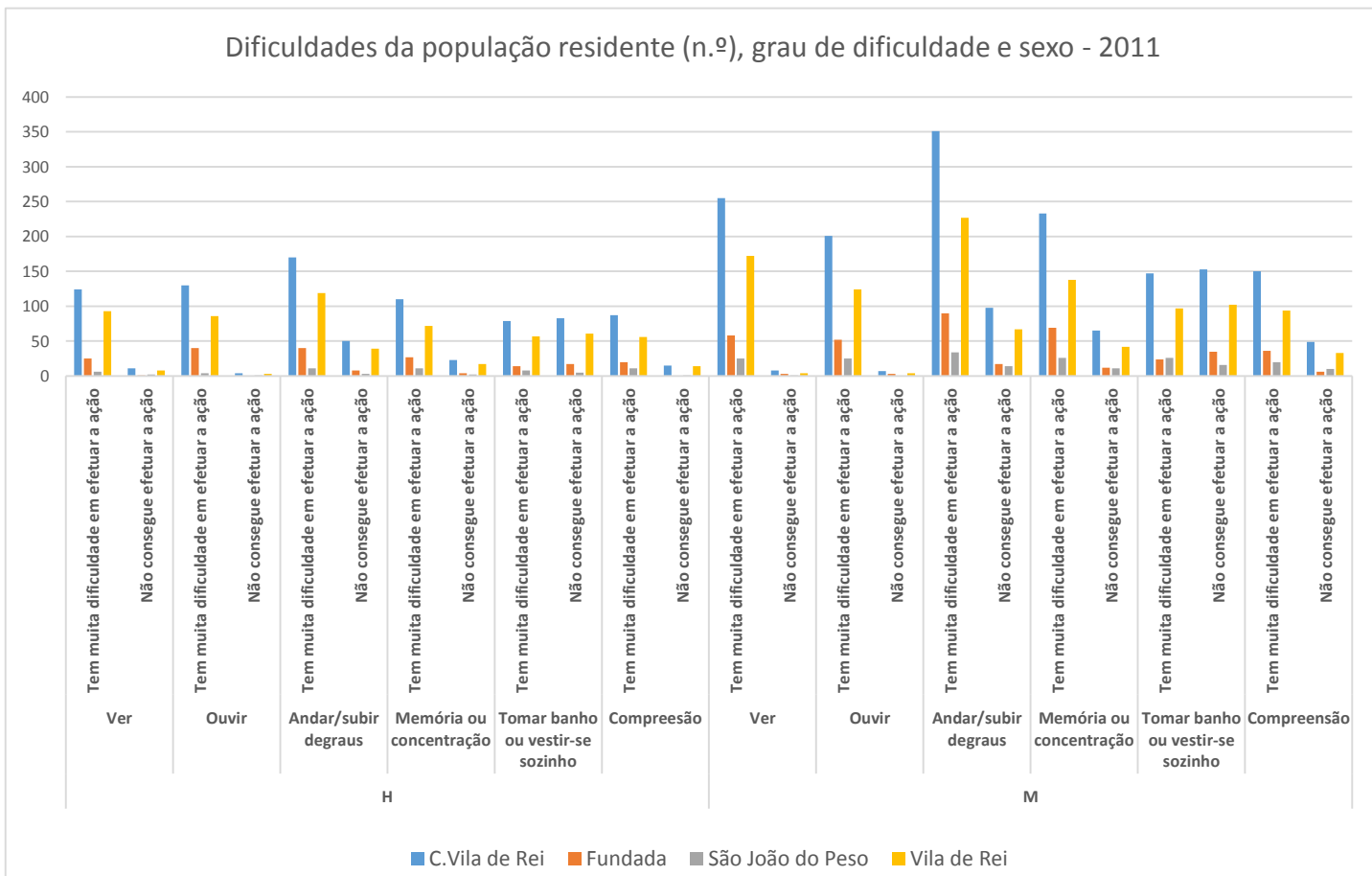
Os tipos de dificuldades mais frequentes (conforme Gráfico seguinte) na população residente no concelho são de mobilidade (521 casos de dificuldade em andar e 148 de incapacidade em andar) ou de visão (379 casos de dificuldades de visão e 19 de incapacidade de visão).

No momento considerado, o sexo feminino apresentava um maior número de casos de dificuldades ou incapacidades em todas as áreas consideradas, com a exceção de incapacidades de visão (11 casos de incapacidade masculinos contra 8 femininos). A dificuldade com maior prevalência no sexo feminino era dificuldades em andar ou subir escadas (351 casos de dificuldades e 98 de incapacidade) e de memória (233 casos de dificuldade e 65 de incapacidade).

Os tipos de dificuldades prevalentes nos homens eram de mobilidade (170 casos de dificuldades e 50 de incapacidade) e de audição (130 casos de dificuldade e 4 de incapacidade).

A freguesia com maior número de casos de dificuldades foi a de Vila de Rei (1729 casos de dificuldades e incapacidades para tarefas). De notar que, muitos destes casos seriam cumulativos, isto é, uma pessoa poderia apresentar simultaneamente diferentes tipos de incapacidade.

Gráfico n.º 7.17



Dificuldades da população residente (N.º), Grau de dificuldade e sexo – 2011; Fonte: Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário, Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação;

No que se refere ao apoio oferecido à população idosa, contabilizamos sete estruturas residenciais para idosos (dois dos quais pertencendo à Santa Casa da Misericórdia), dos quais um é privado. Na valência de SAD (Serviço de apoio Domiciliário), contabilizam-se três instituições com esta resposta social. Por seu turno, na valência de lar residencial na área da deficiência apenas existe um equipamento.

A síntese das respostas sociais concelhias encontra-se na tabela seguinte.



Tabela n.º 7.13

		Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)		Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)		Lar Residencial (A) Internamentos		Centro de Noite		
		Capacidade	Clientes	Capacidade	Clientes	Capacidade	Clientes	Capacidade	Clientes	
Fundada	Centro de Dia "Família Dias Cardoso"	26	19	40	40					
S. João do Peso	Centro de Acolhimento de S. João do Peso			38	37					
Vila de Rei	Lar Sto. António (SCMVR)	45	32	60	60					
	Casa do Idoso (SCMVR)	25	24	49	49					
	Unidade de Cuidados Continuados						68 (B)	30		
								Média duração		
								38		
	Longa duração									
	Centro Geriátrico de Vila de Rei			60	0*					
	Casa de Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila Rei			36	36					
Centro de Noite do Milreu							12	3		
Fundação João e Fernanda Garcia						18 (A)	18			
Lar João e Isabel – "Casa dos Avós"			38	38						

Equipamentos Sociais do concelho de Vila de Rei, segundo a capacidade e número de utentes, por Freguesia. Fonte: Dados cedidos pelas IPSS's do concelho e Câmara Municipal de Vila de Rei (06/2016)

Da análise das taxas de ocupação das Estruturas Residenciais para Idosos, conclui-se que a sua procura é bastante significativa. Provavelmente, as razões são comuns às restantes regiões do País, dado que se trata de um concelho com uma taxa de envelhecimento bastante elevada.

Conforme enunciado anteriormente, Vila de Rei é um concelho com uma população maioritariamente idosa, embora nos últimos anos, tenha havido um aumento da população mais nova, a qual constitui elemento fundamental para o desenvolvimento económico e social do concelho.

O isolamento, aliado à dispersão das muitas aldeias existentes no concelho, correspondem a uma problemática que o município de Vila de Rei não esquece, delineando-a como uma das suas prioridades. Contudo, é vontade do município alargar a rede de solidariedade familiar e aumentar as respostas sociais aos cidadãos dependentes, face ao crescente envelhecimento da população.

### **CERCITOP**

A ausência de resposta na área da saúde mental é reconhecida como um *handicap*, pelo que o município de Vila de Rei celebrou, desde já, um protocolo de cooperação com a CERCITOP (Cooperativa de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Económico e Social de Todo o País, CRL) para assegurar uma solução adequada a quem padece deste tipo de problemática.

Na sequência da celebração do referido protocolo, o governo, através da comunicação efetuada ao abrigo do Proc. 103/12 reconheceu que “ Em Portugal são reconhecidas as necessidades ao nível de Cuidados de Saúde Mental; É adequado criar novas unidades qualificadas para proporcionar melhor qualidade de vida aos utentes que delas necessitem; A criação no Município de Vila de Rei de instalações e equipamento no âmbito social é útil, ainda mais quando é reconhecida a capacidade e qualidade do trabalho da CERCITOP na área do apoio especializado a pessoas com deficiência, idosos e pessoas com patologia do foro mental. Perante o exposto considera-se aceitável que a curto prazo existira em Vila de Rei uma Unidade de Cuidados em Saúde Mental.

### **CLDS 3G**

Com a implementação do Programa CLDS+ (Portaria n.º 135-C/2013, de 28 de março), em Vila de Rei, cuja intervenção com e para a comunidade, abrangeu geograficamente o concelho e, tendo gerado resultados qualitativos e quantitativos significativos, surge a oportunidade dar continuidade ao trabalho através do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 3ª Geração (CLDS 3G), no âmbito do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POI SE).

Nos termos da Portaria nº 179-B/2015, de 17 de junho, os objetivos do CLDS 3G visam promover a inclusão social dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social.

O CLDS 3G de Vila de Rei iniciou as suas funções a 2 de novembro de 2015 e vigorará por um período de 36 meses, cujo âmbito de intervenção integra 3 Eixos. Mais concretamente, o Eixo I - Emprego, Formação e Qualificação; Eixo II - Intervenção Familiar e Parental, preventiva da pobreza infantil; e Eixo III - Capacitação da Comunidade e das Instituições.

<b>ANÁLISE SWOT</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação social interventiva (intervenção imediata);</li> <li>• Facilidade em detetar situações de vulnerabilidade;</li> <li>• Trabalho em parcerias;</li> <li>• Incentivos à fixação da população e a criação de postos de trabalho;</li> <li>• Apoio à população envelhecida;</li> <li>• Baixo valor / gratuidade para acesso aos equipamentos municipais;</li> <li>• Segurança;</li> <li>• Trabalho de proximidade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa densidade populacional;</li> <li>• Carência de equipamentos e recursos humanos;</li> <li>• Escassos recursos financeiros para a promoção de novos projetos de apoio;</li> <li>• Escassez de ofertas de trabalho;</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centralidade do concelho;</li> <li>• Boas acessibilidades;</li> <li>• Elevado número de instituições sociais;</li> <li>• Baixo custo de vida;</li> <li>• Boa qualidade de vida;</li> <li>• Autarquia mais familiarmente responsável;</li> <li>• Habitação social disponível recente e em boas condições;</li> <li>• Apoios sociais do Município para todas as faixas etárias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de transportes públicos;</li> <li>• Envelhecimento da população;</li> <li>• Baixa natalidade;</li> <li>• Falta de postos de trabalho;</li> <li>• Falta de empreendedores;</li> <li>• Dependência de instituições;</li> <li>• Isolamento da população;</li> <li>• Dispersão das aldeias;</li> <li>• Alta taxa de mortalidade / dependência..</li> </ul>

## 8. CULTURA, DESPORTO E TURISMO

## 8.1. CULTURA, DESPORTO E TURISMO EM VILA DE REI

Com cerca de 5 000 habitantes residentes (estatísticas concelhias de 2008), o concelho de Vila de Rei começa a dotar-se de algumas boas estruturas culturais, entre as quais se destaca a Biblioteca Municipal José Cardoso Pires e o Auditório Municipal José Maria Félix. Possui igualmente certas construções dos inícios de novecentos dignas de registo e algum património classificado<sup>6</sup>.

De sublinhar a existências de várias unidades museológicas e de referências históricas inerentes ao património religioso característico da Beira Baixa e de mostras etnográficas espalhadas um pouco pelas freguesias.

### ***Biblioteca Municipal José Cardoso Pires***

A Biblioteca Municipal José Cardoso Pires<sup>7</sup> surge no seguimento da celebração de um contrato-programa entre o IPLB (substituído pela DGLB) e a Câmara Municipal de Vila de Rei.

<sup>6</sup> “Sendo-o, importa notar que um concelho pequeno, carente, relativamente isolado até há bem pouco tempo, sem possibilidades de colocar ao alcance dos seus habitantes representações culturais de todo o tipo e para toda a classe de públicos, como é o caso de Vila de Rei, existe um conjunto de factos palpáveis que indiciam uma noção pragmática de acto ou efeito de, pouco a pouco e em curto espaço de tempo, o Município provar por feitos e acções que existe e defende uma política cultural para todos.” *Idem*, p78.

Infra-estruturas e serviços de qualidade contribuem em grande medida para a competitividade e para coesão territorial da região. Este é apenas um modo de combater a tendência para o envelhecimento e despovoamento e melhorar a capacidade para atrair investimento privado e valorizar as produções locais. Na verdade, se realizarmos estudos *per capita*, o concelho de Vila de Rei oferece actualmente aos seus residentes um elevado conjunto de infra-estruturas culturais relevantes para o seu franco desenvolvimento pessoal e cívico.

<sup>7</sup> A Biblioteca Municipal de Vila de Rei deve o seu nome ao tributo feito pelo Município de Vila de Rei ao escritor José Cardoso Pires, nascido na sua freguesia de São João do Peso em 1925 e que viria a falecer em Lisboa em 1998.

CARDOSO PIRES, JOSÉ, in *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. V, Lisboa, 1998 (adaptado) & PIRES, JOSÉ CARDOSO, *Biblos – Enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. IV, 2001, pp. 210- 214 (adaptado)

Aluno de Rómulo de Carvalho (António Gedeão), no Liceu Camões, frequentou o curso de Matemáticas Superiores, na Faculdade de Ciências de Lisboa.

Romancista, Dramaturgo, Contista, Jornalista, Cronista e Ensaísta é justamente designado como um dos vultos maiores e mais destacados da ficção portuguesa da segunda metade do século XX.

A sua atitude ética face ao regime corporativista é notória desde a sua primeira obra, objeto de censura – “Caminheiros e outros Contos” (1949); bem assim, é de sublinhar a preocupação com a dessalinação, com a crítica à retórica passadista e ao método real.

O autor e a obra foram distinguidos várias vezes: Prémio Camilo Castelo Branco (1964), por *Hóspede de Job*, atribuído pela Sociedade Portuguesa de Escritores; Grande Prémio de Romance e Novela, da Associação Portuguesa de Escritores (1982), por *Balada da Praia dos Cães*; Prémio Especial da Associação dos Críticos do Brasil (S. Paulo, 1988), por *Alexandra Alpha*; Prémio D. Diniz, da Fundação Casa de Mateus (1997) e Prémio da Crítica do Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários (1997), por *De Profundis, Valsa Lenta*.

Cinco dos seus livros foram adaptados ao cinema: *A Rapariga dos Fósforos*, de Luís Galvão Teles (1978), *Casino Oceano*, de Lauro António (1983), *Balada da Praia dos Cães*, de José Fonseca e Costa (1987), *Ritual dos Pequenos Vampiros*, de Eduardo Gêada (1984) e *O Delfim*, de Fernando Lopes (2001).

A Biblioteca Municipal José Cardoso Pires (BM.JCP), inaugurada em 26 de outubro de 2008, é uma instituição multifacetada, pretendendo dar cumprimento aos objetivos do Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas, nomeadamente: a disponibilização de novos suporte, o empréstimo domiciliário e o acesso a novas tecnologias de informação, implementando e prosseguindo uma política de abertura à sociedade e democratização da cultura. Além disso, é também um repositório da memória histórica do concelho de Vila de Rei, em particular, e da Beira Baixa em geral, tendo à sua guarda uma diversidade de documentação que deu entrada nas suas instalações, quer por via das incorporações legais a que está sujeita, quer por aquisição, depósito ou oferta de conjuntos documentais de particulares.

O edifício dispõe de duas salas de leitura, um pequeno auditório com capacidade para cerca de 60 lugares sentados, uma área de exposições temporárias e a Sala José Cardoso Pires, que contém todo o espólio doado pela família do escritor ao Município de Vila de Rei (biblioteca pessoal, prémios e também todas as edições das suas obras).

Na sala de leitura de adultos encontra-se ainda o Centro de Estudos Padre João Maia, S.J. onde constam muitos dos títulos assinados pelo sacerdote jesuíta natural do Monte Novo, bem como outras obras gentilmente cedidas pela Companhia de Jesus, relativas não só à sua própria história, mas também à de Portugal, incluindo outras monografias de interesse cívico e cultural.

Com uma média superior a setecentos utilizadores por mês, a BM. JCP tem desenvolvido atividades lúdicas e educativas, pretendendo de contribuir para uma política de criação de novos públicos leitores e de combate à iliteracia e aos baixos índices de leitura.

Este equipamento cultural, fazendo parte da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, tem em vista oferecer um serviço de leitura pública a toda a população, independentemente da sua idade, profissão, nível educativo ou socioeconómico ou local onde resida, bem como cumprir as missões da Biblioteca Pública (Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas).

O programa “Rede Nacional de Bibliotecas Públicas” teve como prática inicial uma orientação norteada pela ideia de que é necessário *“diminuir as barreiras e as distâncias existentes entre grandes e pequenos centros”* (...), pois alguém, num pequeno centro, *“poderá ter as mesmas exigências, gostos e contingências que uma pessoa num grande centro urbano”*<sup>8</sup>. Por outro lado, o facto de aceitarmos a existência de um utilizador universal – sem estereótipos ou paradigmas – promove a valorização e aceitação da diversidade dos povos na senda dos valores sociais e democráticos de um estado de direito.

---

<sup>8</sup> “Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas – Programa de Leitura Pública em Portugal”, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal 1986; “Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas” in [www.ifla.org](http://www.ifla.org), UNESCO 1994

A Biblioteca Municipal José Cardoso Pires é um serviço público de natureza informativa, educativa e cultural da Câmara Municipal de Vila de Rei, que tem como objetivos gerais:

1. Facilitar o acesso da população, através do empréstimo ou consulta local, à informação nos diversos suportes (livros, periódicos, audiovisuais, etc.), dando resposta às necessidades de informação, lazer e educação permanente, no pleno respeito pela diversidade de gostos e de escolhas, segundo os princípios definidos pelo Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e dos diferentes grupos sociais;
2. Fomentar o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento cultural e intelectual da população, favorecendo a educação individual e a autoformação;
3. Contribuir para a ocupação de tempos livres da população;
4. Proporcionar condições que permitam a reflexão, o debate e a crítica;
5. Valorizar, divulgar e conservar o património cultural do concelho, nomeadamente através da organização de fundos locais;
6. Prestar apoio às Bibliotecas Escolares, nos estabelecimentos de ensino existentes no concelho.

**Figura 8.1.**



*Biblioteca Municipal José Cardoso Pires*

## **Auditório Municipal Mons. José Maria Félix**

Inaugurado a 9 de agosto de 1992, vem preencher uma lacuna grave nos espaços polivalentes de variado cariz.

Localizado no edifício dos Paços do Concelho e possuindo uma entrada autónoma pelo exterior, o Auditório Municipal Mons. Dr. José Maria Félix<sup>9</sup> possui 224 lugares sentados e um palco com cerca de 45m<sup>2</sup>.

Este espaço é utilizado para eventos, nomeadamente colóquios, seminários, sessões de divulgação, espetáculos de teatro, música, folclore, etc.

Mediante contato com a Câmara Municipal de Vila de Rei, pode ainda ser cedido para iniciativas externas à Autarquia.

**Figura 8.2.**



*Auditório Municipal Mons. José Maria Félix*

<sup>9</sup>Monsenhor José Maria Félix foi um sacerdote que, no século XX, marcou a história do concelho de Vila de Rei e da diocese de Portalegre e Castelo Branco, com a sua postura e sapiência. Foi para Vila de Rei um dos seus maiores vultos literários por ter cuidado de escrever acerca desta terra e suas gentes. É da sua autoria o maior conjunto de monografias das quais são de relevar os títulos: *“Relva, a minha terra natal”, “Cantares de «Villa d’El – Rei»”, “Vida de Mons. Moura”, “Vila de Rei e seu concelho”, e a grande monografia onomástica de todos os nados e criados em Vila de Rei até à data daquela edição, 1974, “Vila de Rei e sua gente”.*

*“Com um divino rasgo de inspiração, cantou a alma profunda dos Vilarregenses e com rara mestria, a sua sublime poesia eleva-nos das belezas finitas para a Beleza Infinita e Grandeza Eterna.*

*Nasceu na Relva, freguesia de Vila de Rei, a 22-4-1901. Era filho de João Félix e Maria da Conceição.*

*Iniciou os estudos em S. João do Peso onde concluiu com brilhantismo a instrução primária.*

*Frequentou o Seminário Patriarcal de Santarém donde saiu com o 4º ano do preparatório para Roma onde se formou na Universidade Gregoriana, tendo feito com aprovação a Laurea de Teologia no dia 18-7-1927.*

*- Sub-diacono em 8-8-1926 na capela do Colégio Dehoniano, em Roma.*

*- Diacono em 28-11-1926 na capela do seminário Romano Maior pelo Cardeal Pampili.*

*- Presbítero em 16-4-1927 na capela do Seminário Romano Maior, sendo ordenante Mons. Pallica.*

*- Nomeado Monsenhor com o título de Camareiro de Honra e Hábito Piano por Bula de 6-5-1939.*

*Regressou de Roma para a Relva onde mandou erguer uma capela no terreno dele.*

De lá seguiu para o Seminário de Gavião e de seguida para o de S. José, em Alcains. Aqui foi professor e diretor espiritual. Veio a falecer aos 103 anos (no ano de 2004).” DOMINGUES, José Gaspar, *Arautos do Amor de Deus*, Vila de Rei, 2009



### **Marco e Centro Geodésico - Museu da Geodesia**

O imponente marco geodésico, preto e branco, no Picoto da Milriça, assinala o centro de Portugal. Marca, ainda, o esforço para lançar a moderna cartografia portuguesa. Para ajudar a perceber a importância desta sinalização, o lugar conta com um Centro de Geodesia<sup>10</sup>, núcleo explicativo, que alberga ainda uma estação de GPS.

Entrar no Centro Geodésico de Portugal, a dois quilómetros de Vila de Rei, significa estar no centro do país. Encontramo-nos no Picoto da Milriça, a 600 metros de altitude, de onde se pode vislumbrar, quando o estado do tempo o permite, desde as planícies alentejanas, a Sul, à Serra da Lousã e Serra da Estrela, esta última a quase 100 quilómetros de distância a Norte. O vértice geodésico da Milriça está entre os primeiros 32 marcos (construídos em 1802), intimamente ligados à história da moderna cartografia nacional. Esta começou em 1790, no reinado de D. Maria I, quando a soberana convidou D. Francisco Ciera, lente da Academia Real da Marinha, a iniciar os trabalhos de triangulação geral do território, para a elaboração da Carta Geográfica do Reino.

Hoje, existem perto de 9 mil marcos distribuídos por todo o país. Junto do vértice geodésico da Milriça, pirâmide de alvenaria com quase nove metros de altura, situa-se o Museu da Geodesia<sup>11</sup>. A

---

<sup>10</sup> *“Do Grego geodesia, significa a arte de medir e dividir as terras. Geodesia é um conceito estabelecido em 1980, pela Associação Geodésica Internacional - IAG, e que se define como a ciência que lida com a forma e dimensões da Terra e outros corpos celestes, incluindo os seus campos gravíticos, num espaço a três dimensões variando com o tempo. O planeta Terra não tem uma forma regular matemática que permita, pura e simplesmente, aplicar as leis de cálculo de um determinado sólido. Por isso, os estudiosos destas matérias, os geodestas, decidiram fazer estudos que permitissem calcular, por exemplo, as distâncias entre os diferentes locais à superfície da Terra, navegar longe da costa, desenhar mapas e cartas náuticas, conhecer as áreas florestadas de uma determinada zona do país, saber as áreas devastadas pelos incêndios, determinar o peso de um corpo à superfície terrestre, conhecer a altitude de um ponto relativamente ao nível das águas do mar, conhecer e estudar deslocamentos, verticais ou horizontais, quer de obras realizadas pelo Homem, tais como pontes, barragens, conhecer e calcular os movimentos anuais das placas tectónicas, prever catástrofes naturais, sabendo e conhecendo as zonas abrangidas pela influência de um sismo ou um tsunami.*

*A finalidade da Geodesia não se esgota nesta pequena listagem. Há muitas atividades que necessitam do conhecimento direto da Geodesia, tais como a cartografia e o cadastro, que necessitam da existência de uma infraestrutura atualizada, como a Rede Geodésica Nacional.” Cf. [www.igp.pt](http://www.igp.pt)*

<sup>11</sup> O Museu da Geodesia funciona com um pequeno acervo de instrumentos geodésicos, propriedade do Instituto Geográfico Português (IGP), e com um conjunto de painéis alusivos à disciplina de Geodesia.

O património técnico e científico do museu, que remonta ao século XIX, proporciona ao visitante uma viagem no espaço e no tempo, das grandes aventuras e epopeias realizadas em território nacional, quando os engenheiros geógrafos iniciaram as suas observações enfrentando intempéries, dificuldades de transporte, ausência de comunicações, ausência de energia elétrica, entre outras.

O Museu de Geodesia constitui um espaço de reflexão sobre o conhecimento científico e cultural, reflete um pedaço da história científica e tecnológica portuguesa, com objetivos de divulgação da região e valorização do local, bem como com fins didáticos e de divulgação das atividades geodésicas realizadas em território nacional.

estrutura alberga uma exposição temática, que explana a evolução da cartografia a partir do século XIX. Merece também a atenção dos visitantes a maquinaria antiga, alusiva à observação geodésica, tal como a Estação de GPS a funcionar 24 horas por dia. O pequeno espaço museológico foi inaugurado em 2000 e, no ano passado, contou com 12 mil visitantes. Também em 2008 foram substituídos os instrumentos de observação da geodesia.

Construído graças a uma parceria com o Instituto Geográfico Português, este importante marco no conjunto museológico do concelho, além da exposição permanente de instrumentos de cartografia e geodesia, dispõe de um pequeno auditório multimédia, utilizado em momentos de formação, quer do município quer de entidades externas, e de serviço educativo do próprio museu.

A entrada no museu é gratuita. A pequena estrutura alberga ainda uma sala de exposições e um bar com vista panorâmica sobre a paisagem sinuosa e verdejante da zona envolvente.

**Figura 8.3.**



*Centro Geodésico e Museu da Geodesia*

Numa época em que, cada vez mais, se levantam desafios nas áreas da matemática, física, geofísica, geodinâmica e de engenharia, o Museu da Geodesia constitui por si só uma ferramenta pedagógica para o desenvolvimento do conhecimento dos jovens.

## ***Museu Municipal de Vila de Rei***

Situado na zona antiga de Vila de Rei. Nele se patenteia a riqueza etnográfica da região, reconstituindo, em vários núcleos, aspetos da vida de uma casa agrícola de família remediada beirã exibindo quadros de profissões rurais de entre os finais do séc. XIX e o início do séc. XX. Integra também uma sala de exposições temporárias.

Instalado na antiga Casa do Patronato, um edifício tradicional da vila, tem patente uma exposição permanente, que reconstitui em vários núcleos aspetos de uma casa agrícola entre o século XIX e o século XX. Integra uma coleção de dimensão considerável, com diversos objetos ligados à vida rural e aos ofícios tradicionais os quais têm a particularidade de terem sido doados na sua totalidade por vilarregenses.

Inaugurado em julho de 2001, o Museu Municipal de Vila de Rei. Está organizado pelas seguintes áreas: habitação; o campo e os animais; e as profissões tradicionais. O espaço inclui ainda uma sala destinada à realização de exposições temporárias.

Entrando pela sala de exposições temporárias, a visita prossegue pelo espaço museológico, montado com material totalmente doado que recria aspetos como a habitação ou as profissões ligadas à vida no campo.

Dentro da exposição permanente, encontramos vários cenários: do quarto dos pais, da rapariga e do rapaz, à sala onde a família ceava em ocasiões especiais, cada qual possui uma série de objetos da época, como o oratório, o lavatório, a cama de ferro, o colchão de camisas de milho ou os brinquedos de lata e madeira. Na despensa guardam-se, em potes de barro o mel, os queijos e os chouriços, e, nas talhas, as azeitonas e o azeite. Mais à frente, na cozinha, podem ver-se a trancela, onde se faziam os queijos, a panela de ferro, as candeias de azeite e os armários com os cântaros da água.

Na parte de fora estão a barrela da roupa e o forno de cozer pão, bem como os utensílios do carpinteiro, do sapateiro, os cortiços das abelhas e os objetos utilizados no ciclo do linho e na matança do porco. Mais abaixo, para além da exibição de utensílios da lavoura, retratam-se os ofícios do oleiro, do ferreiro, do serrador e do resineiro, mostrando-se como se fabricavam as telhas de canudo. E não falta mesmo a picota para tirar a água do poço.

Na cave do edifício situa-se a adega, onde se fabricava vinho e aguardente e se guardavam o azeite e os cereais. Ali estão uma prensa de um lagar romano e uma talha pertencente à comenda de Vila de Rei com que se recebiam pagamentos em azeite.

**Figura 8.4.***Museu Municipal de Vila de Rei*

### ***Museu do Fogo e da Resina***

Situado no centro histórico de Vila de Rei, antigo edifício da Delegação escolar, e posteriormente IPJ, este espaço foi remodelado e abriu as suas portas a 19 de setembro de 2013 e tem como objetivo introduzir os visitantes numa experiência única, explicando o que é o fogo e fazendo-os viajar no tempo dando a conhecer as origens do fogo e o seu relacionamento com o homem.

Sendo um inovador espaço de memória que nos transporta a tempos passados, que assume um importante papel ao mostrar a relação que o fogo teve no “modus vivendi” das comunidades que habitaram e habitam este território, relembrando a importância da floresta e a arte tradicional da exploração da resina.

O fogo precede o Homem à face da Terra, já existindo há mais de 400 milhões de anos. O Homem não o inventou, apenas o “capturou” e usou em atividades fundamentais como cozinhar alimentos. Este simples ato permitiu-nos ter mais calor e energia, levando-nos a um maior desenvolvimento do cérebro.

O Fogo é também a derradeira tecnologia de ligação que será usada pelo Homem para transformar barro em cerâmica, metal em armas e água em vapor. Com ela, abriu-se ao Homem um mundo de novas possibilidades que ainda hoje continuam.

Um elemento essencial na sobrevivência do Homem é o fogo. Ele faz parte do seu quotidiano desde há pelo menos 500 mil anos. Os registos arqueológicos mostram-nos que há cerca de 3.000 anos o povoado do Cerro do Castelo, na freguesia de Vila de Rei, foi destruído pelo fogo, levando a sua população a construir muralhas defensivas. Vivia-se o final da Idade do Bronze, um período conturbado em termos políticos e militares devido à instabilidade que a exploração dos recursos minerais implicava. A extração do estanho e do ouro fizeram com que proliferassem elites que assentavam o seu poder no domínio do território e das vias de circulação. Contactava-se com o interior da Europa, mas também com o Mediterrâneo. Recebiam-se e transmitiam-se influências que podemos ver nas peças encontradas.

Neste período, o fogo está também presente nas cerimónias da morte, atestado nos rituais da cremação. Os corpos eram, na maioria, incinerados em piras de madeira. As cinzas resultantes eram depositadas em urnas ou em covachos cobertos por pequenas mamoas como as que podemos observar nas freguesias da Fundada e de Vila de Rei.

**Figura 8.5.**



*Museu do Fogo e da Resina*

### ***Museu da Escola da Fundada***

Situado no centro histórico de Fundada, este espaço abriu as suas portas a 24 de agosto de 2013 com o objetivo de reabilitar uma antiga escola primária, funcionalizando-a como pólo interpretativo e educativo, dando a conhecer os vários aspetos que existiam na escola daquela época onde meninos e meninas frequentavam escolas diferentes ou salas diferentes, pois não existiam turmas mistas.

### ***Museu das Aldeias***

Este Museu, de iniciativa privada, conta com uma exposição muito vasta dos mais diversos objetos ligados à vida no campo e agrega também a si uma área, onde se podem admirar vários animais em liberdade.

Ao entrarmos na povoação da Relva, a cinco quilómetros a nordeste da sede de concelho de Vila de Rei, por entre as árvores, sobressai uma réplica de dois metros do monumento do Cristo Rei, colocada num pedestal de cimento. Trata-se de uma das primeiras criações com que Aniceto Nunes<sup>12</sup> decorou a quinta do mesmo nome.

Hoje, o Museu das Aldeias<sup>13</sup> estende-se pelos três pisos da Casa Grande, solar rústico da primeira metade do século XVII, outrora pertencente aos capitães da Relva, família abastada para quem trabalhava a maior parte da população da localidade. Em 1994 Aniceto Nunes compra com o irmão aos últimos netos da família a propriedade e o solar – desabitado há trinta anos e em ruínas –, regressando em definitivo à aldeia para se dedicar à ampliação da quinta e à recuperação da casa.

Com as paredes de pedra servindo de escaparate a muitas das peças, sucedem-se as salas dedicadas aos ofícios do carpinteiro, sapateiro ou ferreiro. A catalogação foi feita pela filha do proprietário, licenciada em Museologia, cuja tese se baseia no património recolhido pelo pai. Trata-se de um material vasto, que vai dos instrumentos de lavoura, ainda presentes em muitas casas, às fechaduras e fechos, passando pelas lanternas de azeite e petróleo.

Noutra sala, do alto do seu oratório, uma santa de vestes azuis espreita a janela do lado, coberta de trepadeiras que entram na parede ocre, como rasgos. Mais à frente aguarda-nos uma vaca

---

<sup>12</sup> O proprietário, nascido há 60 anos naquela aldeia, aos 15 foi para Lisboa, onde adquiriu o gosto pelo colecionismo de relíquias do mundo rural, atividade que muito o tem ocupado. Em trinta anos, o entusiasta das velharias reuniu milhares de peças centenárias, por vezes oferecidas pelos visitantes do seu museu ou encontradas na rua.

<sup>13</sup> A braços com a crescente falta de espaço para tantos objetos, o próprio resolveu criar um museu que retratasse os ofícios do mundo agrícola.

embalsamada, rodeada de objetos agrícolas. Tudo aqui parece rocambolesco. Ao lado, e paredes-meias com a adega, está o lagar com as bilhas de azeite, as talhas e tulhas, trancadas e incrustadas no chão.

No piso superior da parte mais velha da casa, o cenário é diferente. O verde da cozinha, o carmim do quarto e o azul da sala de jantar substituíram o branco de outrora das paredes. Aqui viveram os últimos ocupantes da casa. Sem descendentes, o filho do 1º capitão da Relva deixou os bens aos primos Silvas da Relva, Brases do Peso e Xavieres da Fundada, como o atestam as iniciais do brasão da família, visível no teto de madeira da sala de chá.

Em frente está a capelinha do Senhor dos Incuráveis, outrora único templo da aldeia. O oratório com o santo é ladeado por quatro colunas douradas de madeira, que terão pertencido a um altar com origem em parte incerta.

**Figura 8.6.**



*Museu das Aldeias*

Do mobiliário original do solar restam apenas o armário da sala de jantar e uma cantareira, ambos restaurados. O pequeno fogão a lenha também continua na cozinha. Enquanto pelas frestas no chão de madeira se entranha a luz que vem do andar de baixo, uma pequena banca reflete os raios de sol que se escapam pelas telhas, deixando ver a pilheira na parede, as grades com tachos e panelas, os escaparates com pratos e os fogões a petróleo.

Seguimos para a parte mais recente da casa, onde ainda é visível o tabique de pedra e cal. A ampliação foi feita no início do século XX por António Tavares da Mata, que se terá suicidado pela falta de dinheiro para concluir a obra. Ao lado do quarto da criada e da sala de costura situam-se a cozinha,

com uma enorme lareira, e duas salas com prateleiras vergadas pelo peso dos livros e pilhas de jornais amarelados. No sótão, a exposição termina com uma sala de aula com carteiras de madeira e mapas de Portugal e das ex-colónias, e uma secção alusiva à recolha da resina, outrora importante indústria da região.

Na parte de fora, a vegetação cobre parte da casa. Num barracão, ao lado de um forno, erguem-se os varais das carroças. Regressamos pelo caminho de terra, passando junto aos elétricos comprados à Carris. Depois de restaurado, um servirá de *bungalow*. O outro, o 784, que outrora rolava até ao Martim Moniz, faz agora um curto trajeto na direção da Casa Grande.

Entrando na adega da nora, passando por uma estreita escadaria vamos até ao poço para onde pendem os alcatruzes. Não sem primeiro ser ligado o “semáforo”, outro utensílio fora do seu contexto original, que veio do Rossio, em Lisboa.

Misturas surreais, combinando tradição e modernidade, abençoadas pelo Cristo Rei da Relva.

### **Museu da Aventura e Viagem**

"O Pequeno Museu da Aventura e da Viagem", espaço de iniciativa particular, é uma contribuição para o conhecimento e informação sobre o mundo em que vivemos.

Livros, revistas, mapas, roteiros, objetos, símbolos, fotografias, vídeos e várias documentações permitem uma abordagem aos temas relacionados com a aventura e a viagem.

Portugal, Espanha, outros países europeus, Marrocos e América do Sul (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Peru) são alguns exemplos de informação disponível.

É um espaço que tem como objetivo troca de vivências e transmissão de experiências.

### **Lagar da Ferrugenta**

O Lagar da Ferrugenta, espaço de iniciativa particular, fica na margem direita da Ribeira da Galega junto à ponte que liga as aldeias de Vale das Casas e Lousa, e é movido com a força da referida ribeira. Provavelmente com mais de dois séculos de existência, funcionava com o sistema de prensa de vara ou "a sangue", que significa que era movida pela força de dois homens. Possui um notável conjunto com cerca de 80 tulhas onde cada cliente armazenava a sua colheita de azeitona antes de ela entrar no lagar. Em 1953 ganhou novo equipamento e passou a ter prensa hidráulica. No início do séc. XXI foi restaurado



depois de ter sido completamente destruído por um incêndio florestal e acolhe agora exposições temporárias.

Perpetua a sua história e dos habitantes locais, servindo de centro interpretativo do fabrico de azeite e como espaço de exposição para aqueles que o visitam.

O lagar pertence aos proprietários da unidade de alojamento localizada na aldeia - Casas de Água Formosa.

### **Centro UNESCO de Vila de Rei – Território e Identidade**

Percebendo que o campo da cultura tradicional e popular constitui um ativo precioso de qualquer comunidade, merecendo um esforço coletivo no processo de salvaguarda e consciencialização social para a sua importância no atual contexto inquietante da globalização. E que o momento social que vivemos, a nível mundial, está a conduzir, de uma forma irreversível, a nossa civilização a uma cultura uniformizada e impessoal; num mundo cada vez mais sem fronteiras, está em causa a identidade cultural das nossas comunidades que alguns teimam em defender, e manter as tradições; sejam autarquias locais, sejam escolas, sejam organizações da sociedade civil, leia-se coletividades, clubes e outras associações.

O fenómeno de globalização na sociedade de hoje tem vindo a assumir-se enquanto força organizativa estruturante da contemporaneidade e caracteriza-se, precisamente, pelo novo paradigma de universalização social e cultural, num processo potencialmente uniformizador de culturas, estados, sociedades, histórias e tradições.

Esta conjuntura propiciou um crescente alheamento e distanciamento dos indivíduos face ao seu passado histórico e cultural, às suas raízes, origens e especificidades culturais locais, produzindo cidadãos desenraizados em busca de identificação e vinculação locais num novo modelo cultural potencialmente universalista e descaracterizador. O referido processo de globalização social e cultural tem conduzido à permeabilização das fronteiras culturais, tornando as identidades e culturas locais cada vez mais frágeis frente a esta nova realidade. A perda da identidade constitui tema preocupante dos nossos tempos e está ainda por merecer estratégias eficientes de intervenção no nosso país.

Se, por um lado, a experiência revela que a identidade e as memórias coletivas podem ser mais bem defendidas pelas instituições locais de defesa do património e pelas forças vivas da sociedade do que pelo poder central, também, por outro lado, pode considerar-se que uma sociedade moderna desenvolvida sabe encarar com respeito o património, as identidades, as memórias coletivas, a sua cultura tradicional e popular reconhecendo o quão significativas são para as povoações e para a

generalidade das comunidades, respeitando-os como uma das suas maiores riquezas – aquela que, humanamente, mais rentabilizada pode ser.

Revela-se, pois, necessário desenvolver um esforço concertado entre o poder político, as instituições coletivas e oficiais e as forças vivas das comunidades locais neste propósito.

A UNESCO - entidade da Nações Unidas para a Educação, Ciência, Cultura e Comunicação, através da Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989), da Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (2002), da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), ratificada pelo estado português a 26 de março de 2008, reconhece esta necessidade premente de “salvaguarda da identidade cultural”, em todos os seus aspetos, pela sua importância enquanto elemento do património universal da humanidade e poderoso meio de aproximação dos povos e afirmação da sua identidade cultural. De igual modo, a importância de preservar as especificidades de cada lugar, de cada tradição caracterizadora dos espaços humanizados e ocupados pelo ser humano encontra-se plasmado e reforçado na Declaração de Québec sobre a Preservação do Espírito do Lugar (2008), pela UNESCO.

O próprio estado português reconhece a importância de agir neste domínio ao publicar o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, estabelecendo “o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, em desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2007, de 8 de setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, de harmonia com o direito internacional, nomeadamente com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris em 7 de outubro de 2003”. (Diário da República, 1ª série – N.º 113 – 15 de junho de 2009).

Numa outra aceção e medida, a UNESCO - para além de recomendar o desenvolvimento de parcerias entre as Comissões Nacionais daquela entidade e as instituições do poder central e local e ainda da sociedade civil - convida à criação de centros e clubes por instituições e/ ou entidades que prosseguem objetivos coincidentes com as áreas do seu mandato.

Neste quadro, foi proposto e aprovado, a 15 de Março de 2016, em sede de reunião ordinária da câmara municipal de Vila de Rei - subscritor dos princípios gerais da UNESCO, através da Biblioteca Municipal José Cardoso Pires (serviço público de natureza informativa, educativa e cultural da Câmara Municipal de Vila de Rei e instituição multifacetada, pretendendo dar cumprimento aos objetivos do Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas), a criação e dinamização de um Centro UNESCO em Vila de Rei, segundo as normas salvaguardadas por esta entidade da Organização das Nações Unidas

(ONU), vocacionado para a área de abordagem sócio cultural da cultura tradicional da identidade e da promoção das comunidades locais e territoriais; como uma forma de consciencializar os cidadãos para o processo de valorização do património e da cultura tradicional e popular, das identidades locais e das memórias coletivas dos cidadãos, previsto na Lei suprarreferida, apelando ao dever do estado de cooperar institucionalmente na salvaguarda das manifestações do património cultural imaterial - conforme previsto na Alínea a), número 1 do Artigo 4º do Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho.

Efetivamente, a maior parte das tradições já não existem e cabe aos grupos da sociedade civil a sua reposição, salvaguarda, registo e preservação. Servem estas tradições para sublinhar ainda os nossos traços mais característicos e diferenciadores. Tornar consciente às nossas gerações a nossa herança cultural onde não cabe a adulteração e a deturpação.

Considera-se que a criação de um Centro UNESCO em Vila de Rei - Território e Identidade, com sede na Biblioteca Municipal José Cardoso Pires, terá a dinamização de uma equipa de trabalho liderada pelo Município de Vila de Rei com parceria do CLDS 3G de Vila de Rei, constituída pela Biblioteca Municipal, Associativismo/ Juventude e o pelo eixo III (comunidade) do CLDS 3G; os quais estarão na primeira linha de contacto e ação com a UNESCO e as demais entidades parceiras que no seu conjunto constituirão o grupo de ação do referido Centro UNESCO o qual terá a seu encargo a elaboração do plano de atividades deste centro vocacionado para a comunidade, associativismo e lazer. Será o grupo de ação constituído por: CMVR (Associativismo/ Juventude, Biblioteca Municipal e Museus); CLDS 3G - eixo III; Conselho Municipal de Juventude; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; Comissão de Proteção do Idoso em Risco e Agrupamento de Escolas de Vila de Rei. Os quais deverão entre si celebrar um acordo de compromisso na prossecução dos objetivos e fins a que se destina o Centro UNESCO em Vila de Rei - Território e Identidade bem como o respetivo regimento de operacionalização.

### **Equipamentos**

No Concelho de Vila de Rei, existem atualmente diversos equipamentos públicos que enriquecem o município, como sendo o Auditório Municipal Monsenhor Dr. José Maria Félix, o Museu Municipal, o Museu de Geodesia, o Museu do Fogo e da Resina, o Museu da Escola da Fundada, o Edifício Polivalente (junto ao parque de feiras), o Parque de Feiras, o Pavilhão Polidesportivo, o Estádio Municipal (Campo de Futebol com piso sintético), o complexo desportivo (piscina coberta de aprendizagem, piscina descoberta, *skatepark* e polidesportivo descoberto) a Biblioteca Municipal e o remodelado Polidesportivo Coberto da Fundada. Dispõe ainda de uma Área de Serviço para Autocaravanas e o

parque de campismo rural do Bostelim possui parque de caravanismo. Em Fernandaires, encontra-se uma estância de wakeboard para os amantes da modalidade.

Tabela n.º 8.1

<i><b>Equipamentos</b></i>	<i><b>Quantidade</b></i>
<i><b>Museus</b></i>	4
<i><b>Auditório Municipal</b></i>	1
<i><b>Biblioteca Municipal</b></i>	1
<i><b>Palco fixo</b></i>	1
<i><b>Edifício Polivalente</b></i>	1
<i><b>Parque de Feiras</b></i>	1
<i><b>Parque de Campismo Rural do Bostelim</b></i>	1
<i><b>Parque infantil</b></i>	4
<i><b>Parque Infantil e Gerontológico</b></i>	1
<i><b>Estádio Municipal</b></i>	1
<i><b>Pavilhão Polidesportivo</b></i>	1
<i><b>Polidesportivo descoberto</b></i>	2
<i><b>Piscina coberta</b></i>	1
<i><b>Piscina descoberta</b></i>	1
<i><b>Ginásio</b></i>	1
<i><b>Mini campo de Golfe</b></i>	1
<i><b>Mini campo de Jogos</b></i>	1
<i><b>Piscinas flutuantes</b></i>	2
<i><b>Campo de Tiro</b></i>	1
<i><b>Parede de escalada</b></i>	1
<i><b>Parque de Caravanismo</b></i>	2
<i><b>Área de Serviço para Autocaravanas</b></i>	1
<i><b>Estância de Wakeboard</b></i>	1
<i><b>Lagar de Vila de Rei</b></i>	1
<i><b>Destilaria de Vila de Rei</b></i>	1
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>

Equipamentos públicos no concelho. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2016

A maioria dos equipamentos estão localizados na sede de concelho, à exceção do Polidesportivo coberto, Parque de Campismo Rural do Bostelim e do parque infantil, todos eles sítios na freguesia da Fundada. Na freguesia de São João do Peso, temos também como infraestrutura um parque infantil e a casa do povo que funciona como anfiteatro na quinzena do teatro organizado pelo município.

Na povoação de Milreu, pertencente à freguesia de Vila de Rei tem também um parque infantil.

### **8.1.1. Eventos**

O Município de Vila de Rei tem por objetivo primordial a promoção do desenvolvimento integrado, das infraestruturas e do bem-estar, em geral, da população residente na sua área de intervenção, reunindo em torno deste grande objetivo um grupo de pessoas e de instituições. Pretende igualmente desenvolver uma atividade ligada à promoção do potencial endógeno, dinamizando e fomentando a criação de um movimento tendencialmente gerador de desenvolvimento a diversos níveis, tais como: o socioeconómico, cultural, artesanal, formação e desenvolvimento pessoal e de recursos humanos, bem como o apoio e dinamização de diversos sectores de atividades industriais, comerciais e agrícolas.

A necessidade de criar e divulgar produtos e circuitos de comercialização leva à implementação de um plano de atividades de estudos e realizações de eventos e dinâmicas socioculturais, tais como mostras e feiras de cariz autóctone e regional. A mobilização e animação dos grupos sociais e das economias locais passam indubitavelmente pela disponibilização de recursos estratégicos, sejam eles humanos, técnicos, materiais ou institucionais.

Este processo, assente em estratégias diversificadas, deverá ser adaptado e consentâneo com as realidades locais e ter em consideração os alvos preferenciais a atingir, pressupondo iniciativas bem inseridas na comunidade.

O meio local de intervenção exige a adoção de uma estratégia aguerrida, colmatando lacunas e estrangulamentos existentes. A ação no espaço real processa-se em articulação horizontal com diversas entidades (associações culturais e desportivas, autarquias locais, entidades formativas e de educação).

A necessidade de adotar uma estratégia pró-ativa, que promova e apoie a multiplicidade acontecimentos e iniciativas, visa preencher lacunas, e promover a reestruturação social e dinamizar possíveis negócios.

O concelho de Vila de Rei aposta igualmente em diversos eventos culturais, desportivos e de lazer. Estes realizam-se praticamente durante todo o ano, uns meses com mais eventos que outros, e abrangem a Comunidade em geral, mas também a população dos Concelhos vizinhos e não só.

Entre estes contam-se a Feira dos Enchidos, Queijo e Mel (dentro desta a Feira do Livro), Festival Rock na Vila, concurso literário e outros bem como exposições diversas, entre outros.

Outras atividades que já estão instituídas na Comunidade são a Quinzena do Teatro e as Jornadas Desportivas, por exemplo. Estas últimas abarcam desde Natação, as Férias Desportivas, os Percursos Pedestres, Futebol 7, Atletismo, Sueca, Chinquilha e Passeios Todo - o -Terreno.

No que concerne ao Turismo, em Vila de Rei este encontra-se fortemente ligado à Albufeira de Castelo de Bode e às Praias Fluviais do Concelho (Penedo Furado, Pego das Cancelas, Fernandaires e Bostelim). Em Zaboeira está disponível uma zona balnear. Não obstante, o pinhal e os montados são também riquezas naturais que possui, mesmo tendo em consideração que os incêndios florestais dos últimos anos queimaram cerca 90% da área florestal do Concelho, neste momento encontra-se em fase de reflorestação natural.

Tabela n.º 8.2

<i>Eventos</i>	<i>Mês</i>
Passeio TT Vila de Rei	Janeiro
Cortejo de Carnaval	Fevereiro
Folclore no Centro	Fevereiro
Circuito Centro – Trail Running	Março
Festival do Bacalhau e do Azeite	Março
Festa de São Martinho	Abril
Festival das Sopas & Petiscos	Abril/Maio
Festa dos Estevais	Maio
Mercado Medieval	Maio
Festa da Rainha Santa Isabel	Maio
Festival Maio a Cantar	Maio
Festa da Primavera (Ass.Human.Bombeiros Vila de Rei)	Maio
Festival Rock na Vila	Junho
Festa dos Casais de Baixo	Junho
Festa Clube da Fundada (Bi-anual)	Junho
Festa do Lavadouro	Julho
Festa da Ribeira	Julho
Festa da Casa dos Amigos do Pisão	Julho
Festa da Borda da Ribeira, Louriceira e Marmoural	Julho
Feira de Enchidos, Queijo e Mel	Julho/Agosto
Festa de São João do Peso	Agosto
Festa de Santa Margarida – Fundada	Agosto
Festa do Vale da Urra	Agosto
Festival de Concertinas	Setembro
Feriado Municipal / Almoço Comunitário	19 Setembro
Festival Gastronómico do Achigã	Outubro
Tunicoto	Outubro
Quinzena do Teatro	Novembro/Dezembro
Concerto de Natal	Dezembro

*Eventos culturais, desportivos e de lazer no concelho. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2016*

Tabela n.º 8.3

<i>Freguesia</i>	<i>Recursos Turístico</i>	<i>Tipo</i>
Fundada	Bostelim	Praia Fluvial
	Parque de campismo do Bostelim	Equipamento social
São João do Peso	Ponte do Três concelhos	Imóvel de interesse municipal
	Pego das cancelas	Praia fluvial
Vila de Rei	Auditório municipal	Equipamento cultural
	Biblioteca municipal	Equipamento cultural
	Museu municipal	Equipamento cultural
	Museu do Fogo e da Resina	Equipamento cultural
	Museu das Aldeias	Equipamento cultural
	Museu da Geodesia	Equipamento cultural
	Centro Geodésico de Portugal	Marco Geodésico
	Água Formosa	Aldeia Típica (Xisto)
	Castro de São Miguel	Monumento nacional
	Conheiras	Conjunto de interesse público / nacional
	Igreja da Misericórdia	Monumento de interesse público
	Igreja de Santa Maria (Igreja Matriz Velha)	Monumento de interesse público
	Cerro do Castelo	Sítio Arqueológico da Idade do Bronze Final
	Barragem Romana do Souto do Penedo	Sítio Arqueológico da Época Romana
	Quedas de Água dos Poios	Quedas de água e Piscinas naturais
	Penedo Furado	Miradouro e Praia fluvial
	Zaboeira	Praia fluvial e Piscinal flutuante
	Fernandaires	Miradouro, Praia fluvial e piscina flutuante
	Bica da Milriça	Fonte
	Jardim de Nossa Srª da Guia	Jardim
Piscina Municipal	Equipamento desportivo	
Complexo Desportivo	Equipamento desportivo	

Recursos Turísticos de Vila de Rei. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2016



Do Guia Turístico de Vila de Rei fazem parte atrações turísticas que são significativamente visitadas. Entre estas salienta-se o Centro Geodésico de Portugal, a aldeia da Água Formosa (integrada na Rede de Aldeias de Xisto) e as quedas de água dos Poios e Escalvadouro (Bicarola), bem como a praia fluvial do Penedo Furado e as suas cascatas.

A tradição gastronómica é outra das atrações do concelho bem como a capacidade hoteleira (essencialmente dormidas) sendo que esta última se traduz num fator limitativo para o desenvolvimento turístico nesta área, embora se verifique um aumento acentuado desde o último relatório relativo ao ano de 2005. Existem efetivamente alguns lugares com boa qualidade, os quais oferecem produtos regionais legítimos podendo já assegurar quase a total capacidade de resposta ao acréscimo da atividade turística observada nos últimos anos.

No que toca a alojamento, temos um hotel com categoria de 3 estrelas, uma pensão e dois alojamentos locais em Vila de Rei, um alojamento de turismo rural em São João do Peso, um alojamento local em Milreu, e na Aldeia de Xisto da Água Formosa, este alojamento local composto por 2 casas típicas. Ainda na freguesia de Fundada temos um alojamento local na povoação de Monte Novo.

Quando falamos de cafés, esplanadas e pastelarias, neste Concelho existem cerca de 12 distribuídas essencialmente pelas três sedes de freguesia, mas a maioria está localizada na Freguesia de Vila de Rei.

Em relação a bares noturnos, existe atualmente 2, o Vícios bar e a Casa do Benfica de Vila de Rei, na sede de Concelho.

Capelas, escolas primárias (1955-1965) e casas imponentes de arquitetura tradicional (séc. XIX e o séc. XX) são edifícios que traduzem cultura no Concelho de Vila de Rei, constituindo Património Histórico de relevante importância.

Importantes são também os elementos históricos que assinalam a passagem de vários povos por este território. Referimo-nos a pontes e calçadas romanas, construções abandonadas e em ruínas (por exemplo, azenhas, construções que funcionariam para depuração de metais e conheiras).

Este Concelho possui no seu espólio peças de considerável valor, que datam da época pré-histórica, passando pelo bronze-final, idade do ferro, época romana, época medieval até à época moderna e contemporânea.

No que se refere ao Património, os quadros seguintes resumem, descrevendo, os monumentos existentes no Concelho, estes classificados ou em vias de classificação.

Tabela n.º 8.4

<b>Monumento</b>	<b>Localização e Descrição</b>
<b>Igreja da Misericórdia</b>	Data do final do séc. XVII. É composta por capela-mor e nave única, com cobertura de caixotões pintados. No centro da nave encontra-se uma lápide tumular. Os retábulos inserem-se na gramática tardo-barroca. Foi alvo de um processo de restauro completo em 2004.
<b>Igreja de Santa Maria (Igreja Matriz Velha)</b>	Está localizada na parte antiga do centro de Vila de Rei (parte mais antiga) e terá sido construída entre o séc. XVI e XVII. Aquando das invasões francesas foi profanada e utilizada como cavaleriça. Depois de cerca de duas décadas de abandono (anos 70 e 80 do séc. XX) que conduziram à sua ruína, a Igreja foi reconstruída em 1992, mas sem a riqueza do seu interior.

*Monumentos de Interesse Público. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei - DUPOMA, 2006*

Tabela n.º 8.5

<b>Monumento</b>	<b>Classificação</b>	<b>Localização e Descrição</b>
<b>Castro de São Miguel</b>	Monumento Nacional, Pelo Decreto 37807, DG 78 de 02.05.1950	Está situado no cimo da Serra da ladeira, a cerca de 493 m de altitude. É considerado um Castro Céltico da Idade do Ferro, um recinto fortificado. Provável ocupação inicial do sítio na Época Neolítica; Época do Ferro, 350 a.C., séc. I/IV provável romanização do castro, mais tarde 1758 – referência a vestígios de um castelo antigo, com alicerces de casas e de muralhas e ainda à anterior existência de ermida dedicada a S. Miguel.
<b>Ponte dos Três Concelhos</b>	Imóvel de Interesse Público pelo Decreto 29, DR	Ponte Romana sobre a Ribeira da Isna. Refere-se que a sua denominação se deve ao facto de a mesma estar localizada na interceção de três concelhos, nomeadamente Vila de Rei, Mação e

		Sertã. Construída entre o séc. I e IV, possivelmente reconstruída entre o séc. XVIII e XIV e nova recuperada em 2002.
--	--	---

*Monumentos Classificados. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2016*

**Tabela n.º 8.6**

<b>Monumento</b>	<b>Processo de Classificação</b>	<b>Designação</b>
<b>Conheiras de Vila de Rei</b>	Conjunto de interesse público / nacional	<b>Conheira</b> – monte de conhos; zonas onde eram extraídos metais; <b>Conhos</b> – pedras roliças de dimensões médias (15 a 30 cm), que resultavam da exploração mineira
<b>Cerro do Castelo</b>	Sítio de interesse público / nacional	Sítio do Bronze Final e Idade do Ferro, situado em Vila de Rei, sobranceiro à Albufeira de Castelo de Bode. Escavado em 1995/96, por Carlos Batata e Filomena Gaspar.

*Monumentos em via de classificação. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2016*

O território concelhio é bastante montanhoso, tendo o seu cume de maior altitude, na serra da Milriça – 593 metros —, e aí se localiza precisamente o Centro Geodésico de Portugal. Deste local vislumbra-se uma paisagem que, em dias de céu limpo, se estende por muitos quilómetros de extensão, desde os píncaros das serras da Estrela e da Lousã até às planícies alto alentejanas e às lezírias do Ribatejo.

Aproveitando a sua paisagem natural, onde predominam a floresta – em fase de reflorestação após os violentos incêndios de 2003 – e as águas límpidas da Albufeira de Castelo do Bode, da ribeira da Isna e da ribeira do Codes, este concelho torna-se num potencial destino dos amantes de atividades desportivas e de lazer, em ambiente de seleção. Aqui se praticam atividades náuticas, de aventura e vários desportos radicais como o slide, rappel, BTT, canoagem, mergulho e percursos pedestres.

A natureza cobriu Vila de Rei de vegetação de que se destaca o pinheiro, embora o eucalipto, o sobreiro e outras espécies sejam também abundantes. Nos cursos de água, onde a pesca é possível, abunda o achigã, a truta, o barbo e a carpa.

Nas matas, escondem-se o coelho bravo, raposas, javalis e saca-rabos. Corvos, perdizes, tordos, milhafres e águias fazem também parte do quadro da vida animal do concelho. Podem ainda ser vistas algumas espécies raras ao nível da fauna, nomeadamente lontras.

Na gastronomia, elevada a Património Cultural é um dos pontos fortes do concelho de Vila de Rei, pois traz em si uma herança histórica extremamente valiosa. A sopa de peixe, migas, bucho recheado,

maranho, cabrito assado, bacalhau à Cobra, cozido à portuguesa, enchidos, queijos, arroz doce, pudim de Vila de Rei, tigeladas e outras delícias são pitéus oferecidos em alguns dos restaurantes do concelho.

A nível dos produtos endógenos salientam-se os enchidos, o queijo, o mel, o azeite e o medronho. No setor dos enchidos destacam-se as morcelas, as farinheiras e os chouriços que são preparados de forma tradicional, dando-lhes um especial sabor natural que acaba por diferenciá-los dos restantes. Já apoio no fabrico queijo tem sido uma das apostas da Autarquia, no incentivo aos novos empreendedores. O mel (de elevada qualidade) produzido no nosso concelho regista uma elevada procura, tendo este sector evoluído nos últimos anos, dando origem à cooperativa de Apicultores de Vila de Rei – Melrei.

Sendo o azeite o principal tempero na gastronomia Vilarregense, produzido este essencialmente a partir da azeitona galega, tão característica desta zona, tornou-se um dos produtos com forte aposta no concelho. Em 2015 foi inaugurado o Lagar de Vila de Rei, constituindo uma importante ferramenta para os produtores de azeite.

O medronho é também um forte investimento da autarquia, em virtude do aproveitamento da regeneração natural do medronho nos últimos anos, assim como as novas plantações que estão a ser instaladas. Tal aposta culminou com a construção da Destilaria de Vila de Rei, que abriu portas em Janeiro de 2017, sendo uma mais valia aos interessados neste sector.

No património edificado sobressaem alguns monumentos.

### ***Igreja da Misericórdia de Vila de Rei ou Capela de São Sebastião***

A Igreja da Misericórdia de Vila de Rei localiza-se no Largo com o mesmo nome, no núcleo urbano mais antigo da sede do concelho de Vila de Rei.

É à volta deste local de culto que se julga ter desenvolvido o primeiro aglomerado populacional e paróquia da então Portela de São Sebastião.

A então Capela de São Sebastião<sup>14</sup> sofreu, ao longo dos tempos, algumas reparações e pelo menos uma ampliação. Foi a primeira Igreja paroquial de Vila de Rei e voltou a sê-lo quando, durante as invasões francesas, época em que foi vandalizada a Igreja Matriz e quase totalmente dizimada a sede de concelho, esteve esta capela a servir novamente a paróquia, passando a designar – se de CAPELA DA

---

14 Cf. FÉLIX, José Maria - Vila de Rei e o seu Concelho: apontamentos para a sua história, reed., Vila de Rei, Município de Vila de Rei 2008, p. 310

MISERICÓRDIA, por ser pertença daquela Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia<sup>15</sup>, cuja fundação data já do ano 1581<sup>16</sup>.

Construída em data desconhecida, facto que não será alheia a destruição, pelo fogo, dos arquivos da Irmandade da Misericórdia cerca do ano de 1916, perdendo-se assim um vasto e valioso espólio documental.

Diversos registos paroquiais de óbitos arquivados na Torre do Tombo atestam a antiguidade desta Igreja, reportando-se alguns ao ano de 1580.

Sabe-se que serviu de hospital ou possuía um anexo para esse fim, (tratamento de doentes e mendigos e serviço religioso), conforme atesta a lápide sepulcral nesta igreja, referindo-se aos “pobres e mendigos que morreram neste hospital”.<sup>17</sup>

A igreja, com as suas fachadas brancas contrastando com os cunhais e embasamento a zul, encontra-se atualmente em muito bom estado de conservação, sendo utilizada nas cerimónias da Semana Santa.

De nave única, apresenta um exterior telhado de 2 águas em telha lusa e dispõe no interior de um teto de caixotões, em cujo centro figura a Virgem da Misericórdia. Os restantes caixotões são decorados com motivos de cariz vegetalista, essencialmente acantos e enrolamentos, a que se associam atributos marianos. A iluminação da nave faz-se por meio de um óculo e janela na parede. Apresenta um coro-alto, em madeira, com acesso por escada do mesmo material. A transição para a capela-mor faz-se

---

<sup>15</sup> As Misericórdias portuguesas constituíram praticamente o único sistema de assistência na doença, na orfandade, na pobreza, na privação da liberdade, na invalidez, na velhice e na morte, que a população portuguesa conheceu desde a época dos descobrimentos até ao final do Antigo Regime, senão mesmo até meados do século XIX. Na Europa cristã, durante a Idade Média e até ao século das luzes, a doença, o sofrimento, a pobreza e a morte estavam submetidas à vontade divina, sendo vistas e aceites como escatologicamente necessários e em muitos casos desejados. A assistência aos enfermos e aos demais “pobres em Cristo” era considerada, por sua vez como uma virtude cristã e como uma manifestação da misericórdia de Deus. A caridade era vista como: “Dar aos pobres era emprestar a Deus”. A designação das Misericórdias, advém do facto de serem instituições que se propunham realizar obras de misericórdia. De acordo com a tradição cristã e a interpretação do Evangelho segundo São Mateus, essas obras eram em número de catorze: Sete corporais e sete espirituais.

<sup>16</sup> Segundo Costa Goodolphim (1897), a Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei foi fundada em 1581 [vide anexo mapa....]; Também Carlos Dinis da Fonseca (1996) atribui a data de 1581 para a fundação da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei. [vide anexo mapa....]

<sup>17</sup> Cf. GASPAR, Fonseca, *Vila de Rei e o seu Passado*, Vila de Rei, Município de Vila de Rei 2003

Em 1820, o estabelecimento hospitalar foi confiscado, aquando da Revolução Liberal, deixando de ser propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei. A construção de um novo posto hospitalar iniciou-se em 1948 e foi inaugurado em 1952. A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei administrou este espaço até 1975, data em que passou para o domínio público deixando esta entidade de prestar assistência na área da saúde. Hoje, enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, dedica-se à assistência e ao apoio domiciliário de idosos, gere dois lares de idosos com centro de dia, creche, atividades de tempos livres e jardim-de-infância. Prepara-se para inaugurar, a 1 de outubro de 2010 uma Unidade de Cuidados Continuados de Saúde, com capacidade para 65 camas. (Cf. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei)

por arco triunfal, de volta perfeita, integralmente pintado, destacando-se, ao nível da pedra de fecho, o escudo de Portugal. O arco é enquadrado por dois altares em madeira.

A capela-mor, mais estreita que a nave e a partir da qual se faz o acesso à torre e sacristia, está revestida por um friso de azulejos. À semelhança da nave, encontra-se coberta por um teto de caixotões, onde se representa uma alegoria à Igreja e o símbolo dos quatro Evangelistas ou tetramorfo. Nesta, para além do retábulo em talha dourada, destaca-se o painel do altar-mor, representando a Visitação de Nossa Senhora, bem como a imagem de S. Sebastião, atualmente no altar lateral, do lado do Evangelho.

O pintor das telas e do teto foi *António José Neves Sousa e Mota*, que nasceu em Coimbra, mas casou e viveu em Vila de Rei.

Do conjunto, merece ainda referência a torre sineira, com cobertura em cúpula e cunhais coroados por pináculos.

### ***Castro de S. Miguel***<sup>18</sup>

Castro característico da zona centro do país, com espessas muralhas, definindo vários recintos defensivos, é o mais bem defendido no topo de uma elevação. Possui habitações de planta retangular ou quadrangular. Apresenta grandes semelhanças com os castros da meseta superior espanhola, como por exemplo o castro de Castela-a-Velha. Em Portugal, os que mais se lhe assemelham são os castros da Figueira da Foz (Santa Olaia e Castro).

De utilização inicial militar, e atualmente agrícola em posse de particulares, trata-se de uma cidadela que se ergue na parte mais alta do monte, de planta quadrangular, com cerca de 25 m de lado, rasgada, a leste, por uma porta aberta na muralha que tem uma espessura média de 1,5 m. Na encosta, do lado SO, a uma cota inferior, um troço de muralha, com a espessura variando entre 0,90 m e 0,60 m, numa extensão de cerca de 40 m. Na encosta, implantam-se cerca de 50 casas, assimetricamente dispostas, de planta retangular ou quadrangular. A de maiores dimensões mede 8,70 mx4,50 m, e tem espessas paredes, que atinge por vezes 1 m. Quase todas as casas possuem uma única divisão, mas podem também apresentar 2, 3 e mesmo 4. No exterior de algumas das casas, vê-se um recinto circular, com mais de 1 m de diâmetro. Foi igualmente identificada uma viela íngreme e de largura irregular, oscilando entre os 0,90 m e os 0,60 m.

De enquadramento rural, numa colina, implanta-se a 497 m de altitude, numa posição estratégica central em relação às bacias do Tejo, Zêzere e Ocreza. Está no topo e na parte média do morro de S.

---

<sup>18</sup> [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

Miguel. Na encosta sul e oeste encontra-se voltada para Amêndoa e na encosta este cai em escarpa abrupta. No ponto mais elevado possui um marco geodésico.

Situa-se na EN. 340 (Amêndoa - Vila de Rei), a norte da povoação da Amêndoa, a cerca de 1 km de distância, ao km. 195, do lado direito da estrada, por caminho pedonal, coordenadas 205-299.

Viu-se classificado como Monumento de Interesse Nacional pelo Decreto. N.º 37 801, DG 78 de 2 de maio de 1950.

A construção possível do lugar terá sido os séculos IV a I a.C., embora o local já fosse povoado desde 2000 a.C. Após a Romanização da Península, no século I a.C. deu-se a sua decadência voltando de novo a ser ocupada durante as Invasões Bárbaras e Paz Visigótica nos séculos VI e VII.

A **Ponte dos Três Concelhos** teria sido construída provavelmente entre o séc. I e IV e talvez reconstruída entre os séculos XIII e XIV. Em 2002 foi novamente recuperada. O tabuleiro assenta sobre três arcos, de volta perfeita, com dois talha-mar interrompidos de secção semicircular. Veio a ser classificada como Bem Imóvel de Interesse Público pelo Decreto N.º 29, DR 163 de 17.7.1990.

As **Conheiras**, vestígios da exploração de ouro em aluvião a céu aberto, datam provavelmente de Época Romana. Estes 40 sítios geo-arqueológicos destacam-se na paisagem pelas frentes de exploração, que chegam a atingir os 40 metros de altura, e pelos inertes de seixos rolados (“conhos”) amontoados, localizados, principalmente, nos vales do Zêzere e ribeira do Codes.

Entende-se por “Conheira”, um local onde foram amontoados seixos rolados resultantes do trabalho de exploração mineira do ouro pelos Romanos. Estes aglomerados resultam da extração de ouro aluvionar, que era efetuada pelo desmonte de determinadas vertentes geológicas. Enquanto sítios arqueológicos, o Concelho de Rei conta (até ao momento) com 40 exemplos destas realidades. Sendo assim, torna-se um dos conjuntos mais numeroso e peculiar de todos aqueles que foram identificados até agora na Península Ibérica.

As Conheiras são assim antigas locais de extrações de minério, resultantes de escavações a céu aberto, com dimensões que podem atingir os 200-500 metros de extensão superficial por 10 ou 20 metros de escavação em profundidade. A maioria delas realidades apresenta estruturas em forma de “pente”, formadas pelo alinhamento dos conhos aquando do desmonte. Estas linhas correspondiam a corredores para o escoamento de águas, embora por vezes tivessem de ser construídas represas para essa mesma água (que localmente são apelidadas de “lagoas”).

O terreno, onde subsistem, evidencia um destaque natural na paisagem, sendo locais elevados para o efetivo desmonte das frentes de trabalho, no declive. Nestes locais podiam-se fixar acampamentos, e seria também desta zona que os trabalhadores lançavam a água que provocava o desmonte da rocha. A única notícia de que dispomos até ao momento prende-se com a existência de umas estruturas de Época Romana junto à localidade da Carregueira e que deverá ter servido como uma espécie de Posto de Vigia para os militares romanos. Os militares romanos encarregues da vigia integral destes locais eram os *procuratores metallorum*, que regulavam o funcionamento dos *metalla*<sup>19</sup>. No entanto, estas estruturas também podem indicar possíveis canais de exploração/ *emissarium*, que eram construídos com as próprias pedras rolantes da exploração e que serviam para conduzir as areias até aos canais de lavagem<sup>20</sup>.

## 8.2. ASSOCIATIVISMO

Sendo considerado uma mais-valia no desenvolvimento da sociedade, o associativismo reflete o comportamento social dominante nas próprias comunidades. É visto como uma forma de juntar interesses comuns, defendendo pontos de vista de forma global.

O associativismo cultural constitui um oásis de cidadania. É uma das formas do cidadão participar ativa e democraticamente no processo de cultura. É uma das formas de viver a liberdade e de educar e ser educado para a responsabilização social.

Fazer parte de uma associação cultural é poder ser ator na sociedade, estando ao serviço do desenvolvimento cultural a nível local. Às entidades oficiais compete o apoio na prossecução destes objetivos, mas compete sempre à sociedade civil a agremiação e a dinamização de atividades e iniciativas.

O associativismo *latu senso* é uma palavra com um certo sentido no concelho de Vila de Rei, sendo algumas as coletividades a dar corpo e movimento a uma área que confere alguma dinâmica às populações<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Cf. SÁNCHEZ-PALENCIA, J., *Las Médulas: un paisaje cultural n la Asturia Agustana*. Instituto Leonés de Cultura. León, 2000, p286

<sup>20</sup> Cf. Idem, p207

<sup>21</sup> “A cultura progride e promete ocupar cada vez mais os nossos tempos, não deixando ficar de fora nenhuma área do conhecimento. (...) a autarquia incentiva o associativismo cultural, dedicando especial atenção às diferentes formas de expressão da designada cultura popular, como é o caso das danças e dos cantares. (...) todo o conjunto de elementos englobados no termo folclore – estudo das tradições populares, trajes, lendas e conjunto das canções e danças populares – estão bem representados mercê do labor e entusiasmo dos membros que compõem os ranchos folclóricos existentes. (...) A



Para além da grande Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila de Rei, cumpre sublinhar a existência de um maior associativismo na área social de que faz parte a Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei e os restantes cinco lares de idosos e centros de dia espalhados pelo concelho. Um agrupamento folclórico, um grupo de cantares, *A Bela Serrana*, uma Escola de Concertinas, algumas associações e ligas culturais, clubes desportivos e associações de carácter corporativo povoam, principalmente, a sede do concelho. Existe também uma associação de carácter lúdico e musical, a Villa d'El Rey Tuna, para jovens universitários originários de Vila de Rei.

Em relação aos equipamentos associativos, verifica-se que das 27 associações existentes no Concelho são as associações culturais, desportivas e recreativas que prevalecem. Existem duas associações de carácter humanitário, uma associação Ambiental e outra de Lazer (caça e pesca).

Tendo em conta o número de associações existentes no Concelho, por freguesia, pode concluir-se que a maioria se situa na freguesia de Vila de Rei (83%). Na freguesia da Fundada funcionam três associações e na freguesia de São João do Peso, uma.

Tabela n.º 8.7

<b>Freguesia</b>	<b>Localidade</b>	<b>Associação</b>
Fundada	Fundada / Vilar do Ruivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Clube Cultural, Desportivo e Recreativo da Fundada</li> <li>▪ Liga Cultural dos Amigos do Vilar de Ruivo</li> <li>▪ Associação de Desenvolvimento Turismo e Lazer da Fundada</li> </ul>
São João do Peso	S. João do Peso	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Casa do Povo de S. João do Peso</li> </ul>
Vila de Rei	Vila de Rei	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila de Rei</li> <li>▪ Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Vila de Rei</li> <li>▪ Associação “A Bela Serrana”</li> <li>▪ Amigos de Vila de Rei</li> <li>▪ Vilarregense Futebol Clube</li> <li>▪ Lions Club de Vila de Rei</li> <li>▪ Associação de Caça e Pesca do Centro de Portugal</li> <li>▪ Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Vila de Rei</li> <li>▪ Vila D’el Rei Tuna</li> <li>▪ Casa do Benfica de Vila de Rei</li> <li>▪ Associação 4.Clube.Portugal</li> <li>▪ Esganados TT</li> <li>▪ Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Estevais</li> </ul>
	Brejo Fundeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Brejo Fundeiro</li> </ul>
	Vale da Urra	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale da Urra</li> </ul>
	Boafarinha	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Boafarinha</li> </ul>
	Milreu	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Milreu</li> </ul>
	Aivado	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação Recreativa, Cultural e Desportiva do Aivado</li> </ul>
	Lousa	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação União Desportiva e Recreativa de Lousanenses</li> </ul>
	Casal Cimeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação de Moradores de Casais de Baixo</li> </ul>
	Vale das Casas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação Vale d’Água (Vale das Casas e Água Formosa)</li> </ul>
	Borda da Ribeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação C. R.D. da Borda da Ribeira, Marmoural e Louceira</li> </ul>
	Seada	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Seada</li> </ul>
	Lavadouro	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação de Moradores do Lavadouro</li> </ul>
Pisão	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação de Moradores do Pisão</li> </ul>	

Associações por Natureza e por Freguesia. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2016

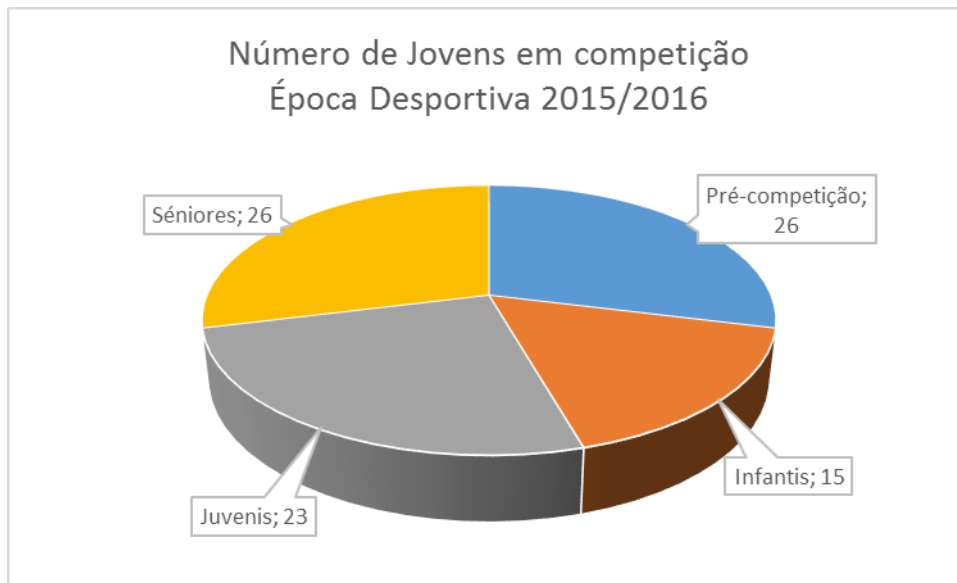
Através da Tabela anterior, é possível perceber que em várias localidades existe pelo menos uma associação cultural, desportiva e recreativa. Porém, as associações de outro tipo centralizam-se na freguesia de Vila de Rei.

A dinamização destas associações, na atualidade, passa por uma camada muito restrita da população, na maioria não residente, mas cujas raízes se encontram neste Concelho, o que permite manter vivos alguns costumes e tradições.

**Vilarregense Futebol Clube**

Tal como anteriormente mencionado, o Vilarregense Futebol Clube é uma associação desportiva na modalidade de futebol, com participação em competições oficiais de equipas de Seniores, Juvenis e Infantis, contando também com equipas de pré-competição para jovens dos 3 aos 10 anos (petizes, traquinas e benjamins). Os treinos e competições decorrem entre os meses de setembro e junho, todos os dias. Na época 2015/2016, participaram regularmente neste projeto 90 atletas.

**Gráfico n.º 8.1.**



Fonte: Vilarregense Futebol Clube, 2016

Tendo em consideração a percentagem de jovens que ocupa e todas os que acompanham a atividade desenvolvida pelo Vilarregense Futebol Clube, este criou ainda a Escola de Ténis (18 alunos), a atividade de Body Combact e Attack (20 alunos).

Tabela n.º 8.8

<b>Público Alvo</b>	Toda a população em geral e público escolar do concelho, desde o 1º ao 12º ano
<b>Recursos Humanos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 2 Técnicos em regime de voluntariado</li> <li>▪ 1 Técnico contratado pelo clube</li> <li>▪ 1 Auxiliar de serviços gerais cedido pela Câmara Municipal de Vila de Rei</li> <li>▪ Elementos da Direção do clube, em regime de voluntariado</li> </ul>
<b>Recursos Físicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estádio Municipal, Pavilhão polidesportivo, Edifício da antiga Biblioteca (sede social do concelho);</li> <li>▪ Mobiliário da sede social e os inerentes à prática de futebol;</li> <li>▪ Meios de transporte (carrinhas e autocarros) – cedidos pela Câmara Municipal de Vila de Rei, no âmbito de protocolo de colaboração;</li> <li>▪ Complexo desportivo – inclui campo de ténis, piscina coberta e descoberta, ginásio e campo de futsal.</li> </ul>

*Público alvo, Recursos humanos e Recursos físicos do Vilarregense Futebol Clube. Fonte: Vilarregense Futebol Clube, 2016*

Tabela n.º 8.9

<b>Projetos / Programas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O Clube tem um projeto de evolução contínua de formação desportiva na modalidade de futebol e ténis, que está sustentado no trabalho voluntário dos elementos dos seus Órgãos Sociais e no protocolo de desenvolvimento desportivo celebrado com a Câmara Municipal de Vila de Rei;</li> <li>▪ No âmbito da educação, o Vilarregense F C possui um projeto de acompanhamento escolar dos seus atletas a implementar no edifício da nova sede após a sua requalificação;</li> </ul>
<b>Investimentos / Apoios</b>	O investimento do Clube na formação desportiva no concelho ascende a cerca de 12 500,00 € / ano

*Projetos / Programas / Investimentos / Apoios. Fonte: Vilarregense Futebol Clube, 2016*

### Associação “A Bela Serrana”

A Associação Cultural e Recreativa “A Bela Serrana” foi fundada em 9 de outubro de 1993, por iniciativa do Centro da Área Educativa de Castelo Branco – Ensino Recorrente, com sede no centro de Vila de Rei, em instalações cedidas pela Câmara Municipal.

A sua missão corresponde à divulgação e promoção da cultura tanto a nível de música popular portuguesa, através do seu grupo de cantares, sendo composto por 33 elementos de várias idades.

A autarquia é a entidade que mais apoia a associação, nomeada e principalmente, na cedência de transporte para deslocações do grupo para locais de atuação ou para trazer outros grupos para atuações no concelho de Vila de Rei, em atividades e encontros promovidos pela “A Bela Serrana”.

Tabela n.º 8.10

<i>Atividades Principais</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Encontro anual – Maio a Cantar;</li> <li>▪ Atuações e “Olimpíadas Populares” na Feira de Enchidos, Queijo e Mel;</li> <li>▪ Atuações em Lares e Centros de Dia (especialmente, no Natal);</li> <li>▪ Jantares com os elementos de grupo</li> </ul>

*Principais atividades da Associação “A Bela Serrana”. Fonte: Associação “A Bela Serrana”, 2016*

### **Pinhal Maior – missão, competências e pertinência da parceria**

A **missão** da Pinhal Maior passa pela contribuição para o desenvolvimento integrado e sustentado da Zona do Pinhal, nomeadamente nos concelhos de Oleiros e Proença-a-Nova (NUT III - Beira Baixa) e Mação, Sertã e Vila de Rei (NUT III – Médio Tejo).

Este objetivo é prosseguido através de parcerias criadas com os seus associados e outras entidades relevantes no território, com abrangência em todos os setores do mesmo, como são o caso das autarquias, comunidades intermunicipais, instituições de ensino, turismo e de carácter social, empresas, associações florestais, culturais e desportivas, entre outras, de forma a aproveitar o potencial endógeno do território, seja ao nível técnico e humano, dos produtos locais, do turismo, do artesanato ou do apoio social.

A Pinhal Maior opera desde 1994, gerindo vários programas de financiamento comunitário (LEADER II, LEADER +, PRODER e DLBC), acompanhando a sua operacionalização e execução a nível local (micro). A cooperação está também latente no *modus operandi* da instituição que conta com vários projetos de parceria levados a cabo a nível nacional e transnacional, constituindo exemplos os projetos 7 Maravilhas da Gastronomia, Portugal Rural, Qualificação do Turismo Ativo, Tejo Vivo e Cooperar em Português, estes apenas no último quadro de apoio.

Noutras áreas desempenhou-se também um trabalho vasto na área da formação, co-financiado pelo IEFP, POR Centro, POPH, POEFDS e Ministério da Agricultura, e na área da inclusão social e combate à pobreza através do Instituto da Segurança Social e dos CLDS.

A dinamização de atividades que visem o empreendedorismo é prosseguida pela Pinhal Maior desde a sua constituição.

Têm sido realizadas sessões de esclarecimento em todos os concelhos da área de intervenção da associação em cada período de programação, com o objetivo de dar a conhecer as linhas de apoio existentes e por ela geridas. Os interessados reuniam depois com a equipa técnica por forma a serem estudados os seus projetos e a serem propostas alterações respeitantes à viabilidade e elegibilidade dos mesmos. Este trabalho permitiu que o território desse resposta aquando da abertura dos financiamentos, propondo investir cerca do dobro dos montantes disponíveis. À equipa técnica coube a tarefa de avaliar e acompanhar a execução destes projetos, conferindo-lhe capacidades e competências através da experiência acumulada, bem como um conhecimento alargado das linhas de financiamento disponíveis e do seu território de incidência. Este conhecimento micro da região (tecido económico e social, sinergias, ameaças e potencialidades), a experiência da equipa técnica da Pinhal Maior no incentivo ao empreendedorismo, no acompanhamento de projetos e no trabalho contínuo em parceria, podem ser bastante úteis à presente candidatura, na medida em que acrescentam proximidade e experiência na prossecução das ações a desenvolver.

<b>ANÁLISE SWOT</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada oferta cultural e desportiva;</li> <li>• Incentivos à fixação da população e empresarial;</li> <li>• Exploração dos passeios pedestres;</li> <li>• Qualidade das acessibilidades municipais;</li> <li>• Faixa etária dos colaboradores da CMVR;</li> <li>• Baixo valor / gratuidade para acesso aos equipamentos municipais;</li> <li>• Transporte municipal gratuito da população à sede de concelho;</li> <li>• Concentração dos serviços municipais;</li> <li>• Facilidade de acesso ao executivo e dirigentes;</li> <li>• Abertura do executivo para mudanças;</li> <li>• Boas instalações municipais;</li> <li>• Boa qualidade de vida;</li> <li>• Motivação e criatividade dos colaboradores da autarquia;</li> <li>• Informatização dos serviços camarários;</li> <li>• Existência de Conselho Municipal da Juventude;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de veículos / maquinaria de trabalho;</li> <li>• Falta de recursos humanos;</li> <li>• Falta de gimnodesportivo com dimensões mínimas para a prática desportiva federada;</li> <li>• Escassez de oferta cultural ao nível do teatro e cinema;</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centralidade do concelho;</li> <li>• Albufeira de Castelo de Bode e Praia Fluvial do Penedo Furado</li> <li>• Riqueza dos recursos naturais e Riqueza cultural;</li> <li>• Boas acessibilidades;</li> <li>• Dimensão e diversidade do território;</li> <li>• Existência de fibra ótica e internet;</li> <li>• Baixa criminalidade e violência;</li> <li>• Boa qualidade de vida e baixo custo de vida;</li> <li>• Galardão “Município Amigo do Desporto 2016”;</li> <li>• Autarquia “Mais familiarmente responsável”</li> <li>• Membro da CIM Médio Tejo;</li> <li>• Oferta educativa disponível no ensino secundário;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa taxa de natalidade;</li> <li>• Inexistências de transportes públicos;</li> <li>• Elevada taxa de envelhecimentos;</li> <li>• Reduzidas e redução das transferências do Orçamento de Estado;</li> <li>• Interioridade;</li> <li>• Baixos rendimentos da população;</li> <li>• Falta de crédito bancário e seu elevado custo;</li> <li>• Elevado risco de incêndios florestais;</li> <li>• Falta de empregos qualificados;</li> <li>• Escassez de indústria e reduzido número de PME’s;</li> <li>• Distância do concelho às instituições de ensino superior;</li> </ul>

## 9. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



## 9. JUSTIÇA e SEGURANÇA PÚBLICA

Os serviços existentes na área da justiça e da segurança pública com jurisdição no concelho de Vila de Rei são os seguintes:

- Tribunais/Julgados de Paz
- Cartório Notarial e Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial e Repartição de Finanças
- Escritórios de Advogados e Solicitadores
- Município de Vila de Rei (Serviços Municipais)
- Guarda Nacional Republicana (GNR)
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila de Rei
- Proteção Civil Municipal

Todos estes serviços estão centralizados na sede do concelho de Vila de Rei, encontrando-se acessíveis a toda a população, com a exceção dos tribunais que se encontram abrangidos por um mapa geográfico-jurisdicional específico.

No seguimento do novo Mapa Judiciário em vigor desde 1 de setembro de 2014, os Tribunais encontram-se distribuídos da seguinte forma, em razão de matéria, na Comarca de Castelo Branco:

**Tabela n.º 9.1**

<i>Secções das Instâncias</i>		<i>Localização</i>
<i>Criminais</i>		
Instâncias Centrais	Cível	Castelo Branco
	Criminal	
	Instrução Criminal	
	Família e Menores	Castelo Branco e Covilhã
	Trabalho	Fundão
	Comércio	
	Execução	
Instâncias Locais	Competência Genérica	Sertã, Oleiros e Idanha-a-Nova
	Secções Cíveis	Castelo Branco, Covilhã e Fundão
	Secções Criminais	
	Secções de Pequena Criminalidade	X

Sobre a alteração ocorrida, importa fazer referência à alteração da localização do Tribunal de Família e de Menores que passou a estar sediado em Castelo Branco, quando anteriormente se encontrava na Sertã. Também em relação ao Tribunal das Execuções, os processos de valor superior a 50.000,00€ passaram para a competência do Tribunal de Castelo Branco, mantendo-se os valores inferiores na alçada do Tribunal de Sertã.

Tal facto demonstra que os residentes de Vila de Rei, em regra, terão de deslocar-se em média 100 km para tratar da grande parte dos seus litígios, sendo o Tribunal de Sertã, o mais próximo, a uma distância de quase 20 km, cingindo-se este a uma pequena percentagem das matérias litigiosas.

Acresce, ao anteriormente descrito, o problema da rede de transportes rodoviários entre Vila de Rei - Sertã - Castelo Branco e outros locais abrangidos pela comarca de Castelo Branco, a qual é deficitária, com reduzida frequência diária para responder às necessidades deste eixo viário.

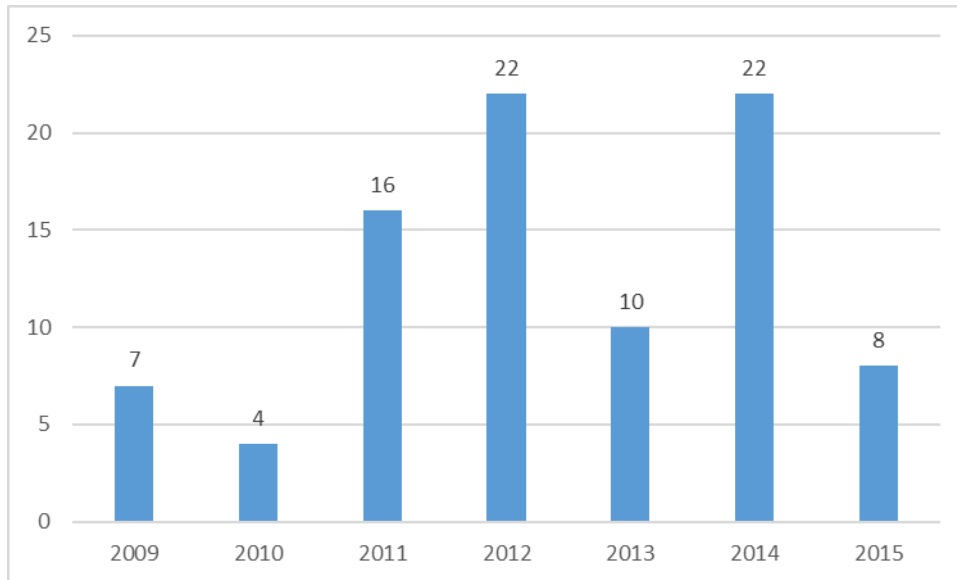
Como forma de colmatar este facto que consubstancia uma barreira ao acesso à justiça e à igualdade do acesso à justiça, foi estabelecido um protocolo de colaboração entre o Município de Vila de Rei e o Tribunal da Comarca de Castelo Branco, tendo sido o Serviço de Videoconferência para Diligências Judiciais inaugurado a 12 de fevereiro de 2016. Assim, este serviço veio minimizar o problema da deslocação aos tribunais da comarca, possibilitando, por videoconferência, a sua presença em algumas diligências.

Desde o ano de 2009 que se encontra instalado o Julgado de Paz no Município de Vila de Rei, o qual está integrado no Agrupamento de Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei.

Os Julgados de Paz são tribunais com competência para resolver causas de valor reduzido (até €15.000) de natureza cível, excluindo as que envolvam matérias de Direito de Família, Direito das Sucessões e Direito do Trabalho, de forma rápida e com custos reduzidos. Caracterizam-se por tribunais de proximidade, onde é possível resolver litígios por Mediação, se essa for a opção de ambas as partes, com a intervenção de um Mediador de Conflitos, cujo acordo será homologado pelo Juiz de Paz, ou por Julgamento, realizado por um Juiz de Paz.

No gráfico seguinte, apresentam-se os dados referentes aos processos que têm vindo a ser apresentados no Julgado de Paz de Vila de Rei:

Gráfico n.º 9.1



Número de Processos do Julgado de Paz de Vila de Rei. Fonte: Julgados de Paz de Vila de Rei, 2016

Analisando o gráfico apresentado, pode constatar-se um crescimento irregular no número de processos existentes de ano para ano, tendo este crescimento sido patente, essencialmente, após o terceiro ano de existência. A média de processos anual é de 12,7, com dados contabilizados até 2015.

No que diz respeito aos serviços de **Notário e Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial** e Repartição de Finanças, reportamo-nos aos principais atos notariais por escritura pública em Vila de Rei, elencados na Tabela seguinte.

Tabela n.º 9.2

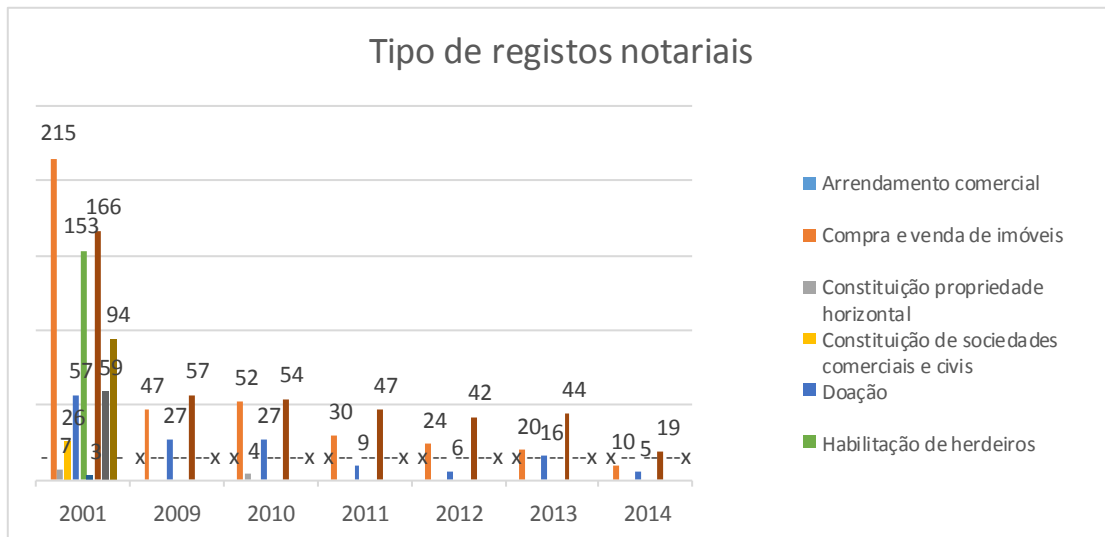
Localização geográfica	Total de Atos Notariais						
	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Vila de Rei	713	116	112	83	73	64	36

Atos notariais. Fonte: DGPI/MJ, através de [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) a 16/03/2016

O número total de atos notariais diminuiu largamente entre 2001 e 2014, passando de 713 para 36, respetivamente.

Quanto ao tipo de registos notariais mais frequentes, estes são os de Justificação e de compra e venda de imóveis. Em 2001 registou-se uma maior variedade no tipo de registos notariais, ao passo que no último ano registou-se uma menor variedade.

Gráfico n.º 9.2



Tipo de registos notariais. Fonte: DGPI/MJ, através de [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) a 16/03/2016

A oferta de escritórios de advogados e solicitadores têm-se mantido ao longo da última década, existindo no concelho um escritório de advogados e dois de solicitadores.

O Município de Vila de Rei disponibiliza um conjunto de serviços na área jurídica através do Gabinete de Apoio ao Múncipe, o qual abrange duas vertentes – uma valência social e uma valência jurídica. Neste seguimento, a caracterização dos serviços encontra-se na tabela seguinte.

Tabela n.º 9.3

<b>Objetivos</b>	<b>Descrição</b>
<b>Aconselhamento Jurídico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Informação legislativa;</li> <li>▪ Informação jurídica de direitos e deveres em geral;</li> <li>▪ Orientação Jurídica (indicação de entidades a recorrer).</li> </ul>
<b>Informação e Orientação dos procedimentos da Administração Pública, referentes à Autarquia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Informação Legislativa;</li> <li>▪ Informação sobre os meios de garantia dos direitos dos particulares;</li> <li>▪ Apoio na elaboração de requerimentos e outras peças processuais.</li> <li>▪ Admissão de sugestões, queixas e pedidos dos Municípes</li> <li>▪ Apoio realizado junto dos diversos serviços administrativos da Autarquia.</li> </ul>
<b>Informação e orientação dos direitos e deveres na Administração Pública</b>	
<b>Informação técnica sobre processos administrativos da Autarquia</b>	

*Gabinete de Apoio ao Municípe. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2016*

Este gabinete tem por objetivo a prestação de informações e orientações adequadas aos pedidos apresentados pelos municípes, no âmbito da sua relação com a Administração Pública, bem como de uma forma geral, com os direitos e deveres civis, com a orientação para as entidades legalmente correspondentes.

Paralelamente, o município possui ainda um Gabinete de Apoio ao Emigrante, que nasceu de um Acordo de Colaboração com a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, em março de 2004.

Na tabela seguinte apresenta-se de forma esquematizada a caracterização do mencionado gabinete.

Tabela n.º 9.4

<b>Objetivos</b>	<b>Descrição</b>
<b>Cooperação na preparação da saída para o estrangeiro de portugueses</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Informação e apoio legislativo;</li> </ul>
<b>Cooperação na prevenção de atividades ilícitas referentes à emigração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Informação legislativa;</li> <li>▪ Divulgação de informação;</li> <li>▪ Desenvolver a articulação interdepartamental a nível de cada região</li> <li>▪ Informação das especificidades legislativas conexas com a emigração (Segurança Social, Investimento e ensino, Benefícios Fiscais e Sociais, Equivalências e reconhecimento de cursos)</li> <li>▪ Aconselhamento Jurídico (Garantia dos direitos adquiridos, Imposto Automóvel, Dupla-Tributação, Registo predial e civil, Revisão de Sentenças Estrangeiras);</li> </ul>
<b>Apoio aos portugueses residentes no estrangeiro regressados temporariamente ou definitivamente a Portugal</b>	
<b>Acolhimento de portugueses regressados a Portugal em situação de doença e outra forma de vulnerabilidade</b>	

Gabinete de Apoio ao Emigrante. Fonte: Câmara Municipal de Vila de Rei, 2016

O Município de Vila de Rei deu início ao procedimento de candidatura de Espaço do Cidadão (um na sede do concelho e outro na freguesia de Fundada), que tem ao seu dispor um conjunto diversificado de alguns serviços em relação às seguintes entidades: ACT, ADSE, DGLAB, IGAC, IHRU, Ministério da Saúde (Serviços Partilhados), DGC, SEF, ISS, CGA, IMT, IEF, AMA. Estas entidades representam-se neste espaço apenas com alguns serviços, mas cuja tendência será a de aumentar a sua oferta. Este serviço contribuirá para uma desconcentração dos serviços públicos e uma maior proximidade à população cada vez mais anciana, proporcionando a desconcentração do seu acesso.

As questões de Segurança Pública da população de Vila de Rei estão afetadas à Guarda Nacional Republicana, cujo quartel se encontra sediado na sede do concelho e é composto pelo Posto Territorial de Vila de Rei, do Comando Territorial de Castelo Branco.

A GNR de Vila de Rei integra vários programas/projetos e comissões sociais que decorrem no concelho e que são desenvolvidos em parceria com outras entidades:

- Rede Social
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Rede Social
- Conselho Municipal de Segurança
- Comissão Municipal de Educação
- Comissão de Proteção do Idoso em Risco
- Programa de Teleassistência
- Projeto “Um amanhã mais humano”

Entre os muitos serviços que prestam, esta força de segurança efetuou, no período de 1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, 820 patrulhas na área do Concelho, no âmbito da proteção de pessoas e bens.

A GNR tem vindo a desenvolver programas junto da população mais idosa numa perspetiva de prevenção para situações de furto, roubo e burla, e de idade escolar, numa perspetiva de prevenção rodoviária.

No que diz respeito à criminalidade, importa referir que, no período 2001-2007, o número de crimes diminuiu. Posteriormente, verificou-se um aumento superior a 100% até ao ano de 2010, onde atingiu um “pico” de 119 crimes.

**Gráfico n.º 9.3**



*Número de crimes registados; Fontes: Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Categoria de crime; Anual - Direção-Geral da Política de Justiça; Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual - Direção-Geral da Política de Justiça*

Essa tendência alterou-se, tendo vindo a diminuir o número de casos reportados, atingindo-se o número de 73 crimes (no ano de 2014).

No geral, poder-se-á concluir que a taxa de criminalidade no concelho aumentou até 2011 (excetuando, os anos de 2005 e 2007), entrando depois numa trajetória de decréscimo. Mais ainda, importa referir que em todos os anos considerados, a taxa de criminalidade do concelho foi inferior quer à de Portugal, à do continente ou da zona Centro.

Em 2010, foi registada a taxa mais elevada de criminalidade no concelho (34,3 ‰), ao passo que a taxa mais baixa foi registada no ano de 2007 (12,1‰), conforme se poderá constatar na tabela seguinte.

**Tabela n.º 9.5**

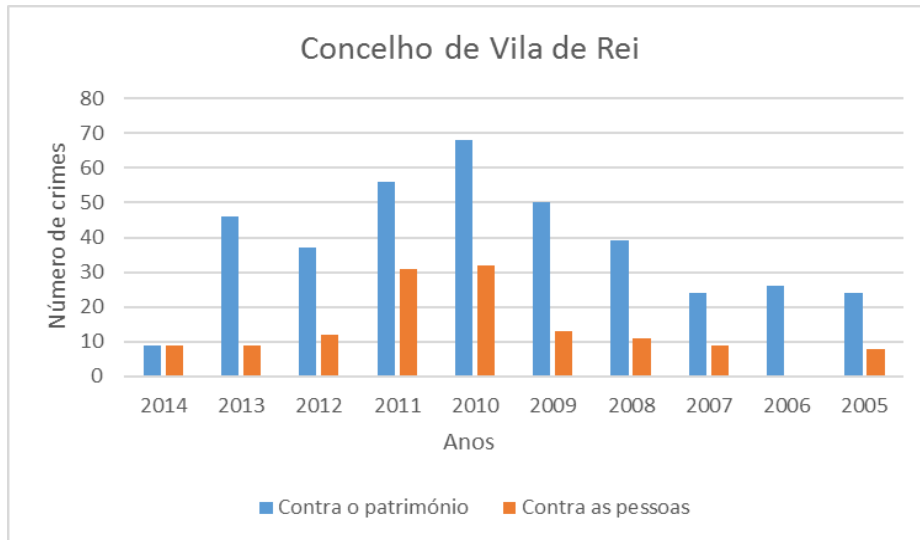
<b>Localização geográfica</b>	<b>Taxa de Criminalidade (‰)</b>													
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
<b>Portugal</b>	33,9	36,1	38,6	39,4	40,1	40,5	40,9	37,9	38,1	37,5	39,7	39,9	37,5	35,8
<b>Continente</b>	32,8	34,9	37,3	38,0	38,6	38,7	38,9	36,7	37,1	36,5	38,6	38,7	36,6	34,7
<b>Centro</b>	28,1	30,0	32,8	32,8	33,3	33,5	32,9	29,8	30,8	31,1	31,2	30,9	29,4	26,2
<b>Vila de Rei</b>	21,4	26,7	25,2	30,8	34,3	21,9	16,8	12,1	14,8	12,5	17,1	18,2	15,6	14,8

*Taxa de criminalidade; Fontes: Taxa de criminalidade (‰) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Categoria de crime; Anual - Direção-Geral da Política de Justiça; Taxa de criminalidade (‰) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual - Direção-Geral da Política de Justiça*

Em Vila de Rei, a taxa de criminalidade contra o património é sempre superior à taxa de criminalidade contra as pessoas, um bom indicador de que não está a aumentar a *grande criminalidade* (homicídios, crime organizado, etc.) nestes territórios. Neste concelho predominam, essencialmente, os pequenos delitos, conforme gráfico seguinte.



Gráfico n.º 9.4



Taxa de criminalidade (%) por localização geográfica (NUTS-2002) e Categoria de crime; Anual – Direção-Geral da Política de Justiça

**ANÁLISE SWOT**

Os agentes públicos, ao longo das últimas décadas tem vindo a modificar a sua *performance* perante os sujeitos a quem dirigem a sua atividade e, em concreto, os municípios que cada vez mais, dada a sua proximidade com as populações, prestam o serviço público com uma maior preocupação e rigor.

É neste contexto que se desenvolve a análise SWOT, uma avaliação global das principais potencialidades, constrangimentos, ameaças e oportunidades, abrindo o caminho para um planeamento de intervenção adequado às necessidades impostas neste setor público.

Assim, no âmbito da Justiça e da Segurança Pública importa considerar os seguintes fatores internos:

<b>ANÁLISE SWOT</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<p><u>Tribunais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso ao serviço de videoconferência;</li> </ul> <p><u>Julgados de Paz:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Localização privilegiada;</li> <li>• Maior proximidade com a população;</li> <li>• Serviço rápido e com custos reduzidos;</li> <li>• Acessibilidade a um serviço de mediação;</li> <li>• Tribunal de pequena instância abrangendo aqueles casos que por ter um valor diminuto não justifica o recurso à justiça pela morosidade dos tribunais judiciais;</li> <li>• Boas práticas com o contacto com os utentes;</li> <li>• Elevado grau de satisfação dos utentes;</li> </ul> <p>Cartório Notarial e Conservatória e Repartição de</p> <p><u>Finanças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Localização privilegiada;</li> <li>• Atendimento com curtos níveis de espera;</li> </ul> <p>Escritório de Advogados e Solicitadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Localização privilegiada;</li> </ul> <p><u>Guarda Nacional Republicana:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Localização privilegiada;</li> <li>• Instalações recentes e adequadas;</li> <li>• Relacionamento estratégico com outras entidades públicas;</li> </ul> <p><u>Município de Vila de Rei:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Localização privilegiada;</li> <li>• Grande capacidade de articulação com outros serviços;</li> <li>• Relacionamento estratégico com outros serviços públicos;</li> <li>• Boas práticas no contacto com os utentes;</li> <li>• Concentração dos serviços municipais;</li> </ul>	<p><u>Tribunais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distâncias longas para acesso aos tribunais (20 a 130 Km);</li> <li>• Rede de transportes deficitária entre Vila de Rei / Sertã / Castelo Branco e outros locais abrangidos pela Comarca de Castelo Branco;</li> </ul> <p><u>Julgados de Paz:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de cultura de litigância;</li> <li>• Erro de associação do conceito Julgado de Paz, como Tribunal;</li> <li>• Atendimento diário com horário parcial;</li> </ul> <p>Cartório Notarial e Conservatória e Repartição de</p> <p><u>Finanças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Competências restritas para os casos fora dos procedimentos mais comuns;</li> </ul> <p><u>Escritório de Advogados e Solicitadores:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Competências restritas para os casos fora dos procedimentos mais comuns;</li> </ul> <p><u>Guarda Nacional Republicana:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escassez de recursos humanos, no período noturno;</li> </ul> <p>Município de Vila de Rei:</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><u>Tribunais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de videoconferências;</li> </ul> <p><u>Julgados de Paz:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração legislativa que alterou o valor máximo das ações passando para €15.000, podendo abranger mais questões de litigância;</li> <li>• O tribunal de Julgado de Paz de Vila de Rei é o mais próximo da população de Mação</li> </ul> <p>Cartório Notarial e Conservatória e Repartição de</p> <p><u>Finanças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prazos de espera mais longos nas entidades equiparadas nos concelhos limítrofes;</li> </ul> <p>Escritório de Advogados e Solicitadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta reduzida por parte de outros profissionais do setor, no concelho;</li> </ul> <p>Guarda Nacional Republicana:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O posto mais próximo encontra-se a uma distância de, aproximadamente, 20 Km;</li> </ul> <p>Município de Vila de Rei:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acréscimo de emigrantes que em fase de reforma passam, parcial ou totalmente, mais tempo no concelho (por ano);</li> </ul>	<p><u>Tribunais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração do Mapa judiciário, em vigor desde 1 de setembro de 2014;</li> </ul> <p><u>Julgados de Paz:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura de Tribunal de Julgado de Paz, no concelho de Mação;</li> </ul> <p>Cartório Notarial e Conservatória e Repartição de</p> <p><u>Finanças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Envelhecimento da população;</li> <li>• Inexistência de cadastro geográfico;</li> </ul> <p>Escritório de Advogados e Solicitadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco hábito de consultoria jurídica preventiva;</li> <li>• Baixos rendimentos da população;</li> </ul> <p>Guarda Nacional Republicana:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Envelhecimento da população;</li> </ul> <p>Município de Vila de Rei:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Envelhecimento da população.</li> </ul>

## 10. AMBIENTE E AGROFLORESTAL

## 10. Ambiente e Agroflorestal

### 10.1. Incêndios Florestais

Entre 2001 e 2014, o número de incêndios florestais registados no concelho diminuiu gradualmente, desde o máximo de 22 (em 2001) para 1 (em 2014), o que está em linha com a tendência da região do Médio Tejo, na qual o número de incêndios também diminuiu.

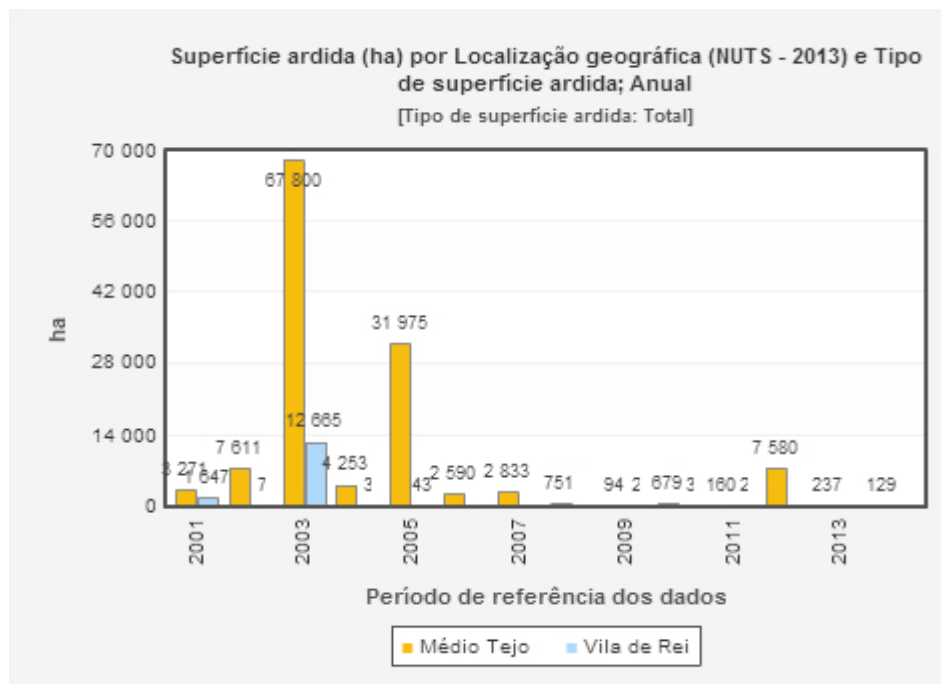
Tabela n.º 10.1

Localização geográfica	Número de Incêndios Florestais													
	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
<b>Portugal</b>	7111	19354	21408	25345	22129	26185	15067	20411	20537	35824	22165	26219	26576	26947
<b>Continente</b>	7067	19291	21176	25222	22027	26136	14930	20316	20444	35824	22165	26219	26576	26947
<b>Centro</b>	170	229	357	293	226	305	347	362	543	815	497	594	600	554
<b>Vila de Rei</b>	1	4	2	8	4	4	5	7	10	8	10	13	15	22

N.º de incêndios 2001-2014; Fonte: Incêndios florestais (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - ICNF\_DR - ICN e Florestas(Continente); DR Florestas Açores; DR Florestas M

Por seu turno, a superfície ardida no concelho também diminuiu, tendo atingido o máximo de hectares ardidos em 2003, quer em mato (52 ha) quer em floresta (12613 ha). Relativamente aos outros concelhos inseridos na área do médio Tejo, foi dos concelhos que em 2001 e 2003 teve uma maior proporção de área ardia. Contudo, nos últimos cinco anos considerados pelos dados, a superfície total ardida no concelho manteve-se reduzida (mesmo considerando que os dados relativos às florestas em 2014 se encontram ainda incompletos).

Gráfico n.º 10.1



Fonte: Superfície ardida (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de superfície ardida; Anual - ICNF\_DR - ICN e Florestas(Continente);DR Florestas Açores; DR Florestas

### 1.2. Bombeiros

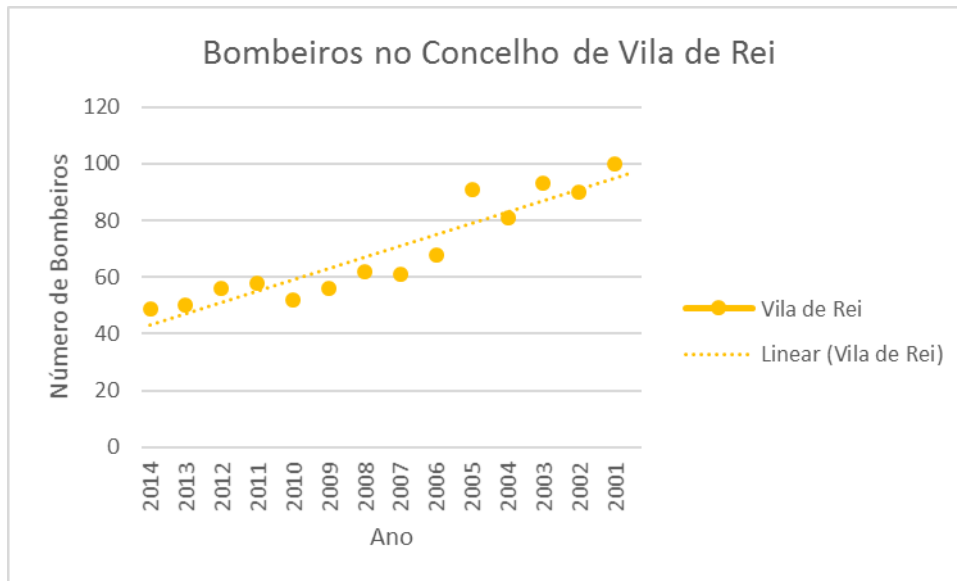
No que diz respeito aos bombeiros, o seu número no concelho tem seguido a tendência de diminuição (Tabela n.º 10.2) tanto do país como da região, tendo estabilizado (Gráfico n.º 10.2) nos últimos dois anos considerados pelos dados estatísticos existentes.

Tabela n.º 10.2

Localização geográfica	Número de Bombeiros													
	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
<b>Portugal</b>	29979	29703	31646	30530	30298	32811	37435	38225	42208	41942	41509	41756	42258	41780
<b>Continente</b>	28509	28227	30049	28940	28522	31003	35711	36474	40419	40148	39783	39999	40781	40466
<b>Centro</b>	9487	9506	10096	9671	9744	10513	12342	12392	14165	13979	13754	13317	13618	13950
<b>Vila de Rei</b>	49	50	56	58	52	56	62	61	68	91	81	93	90	100

Número de Bombeiros. Fonte: Bombeiros (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (1)

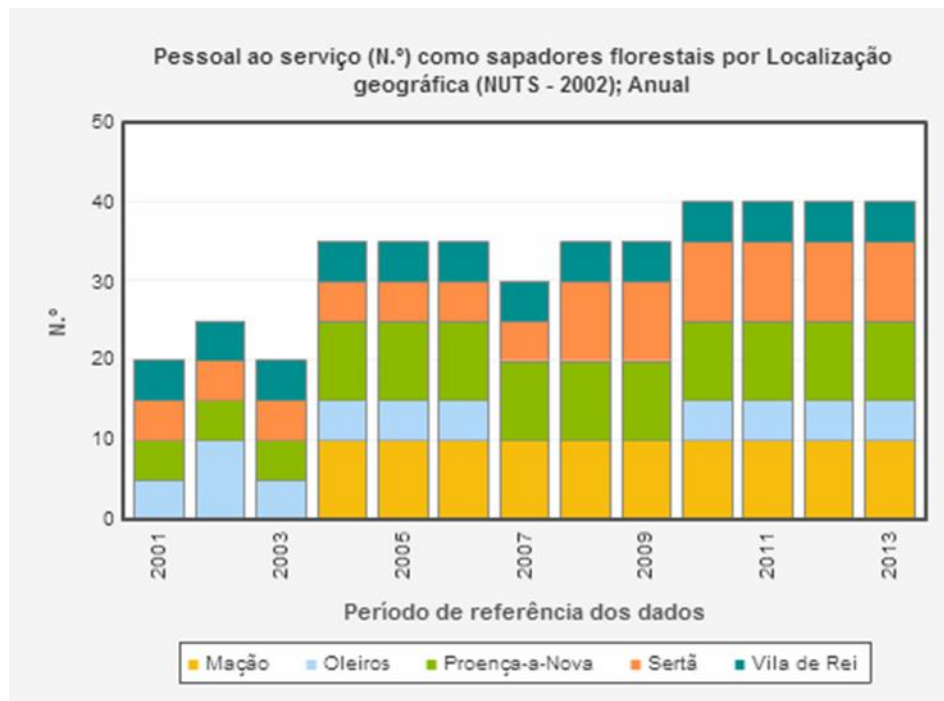
Gráfico n.º 10.2



Varição de Bombeiros no concelho (número e tendência)

Por seu turno, o número de sapadores florestais no concelho manteve-se sempre o mesmo no período considerado, ao contrário dos outros concelhos da zona do pinhal interior sul que ou diminuíram ou aumentaram o número destes profissionais.

Gráfico n.º 10.3



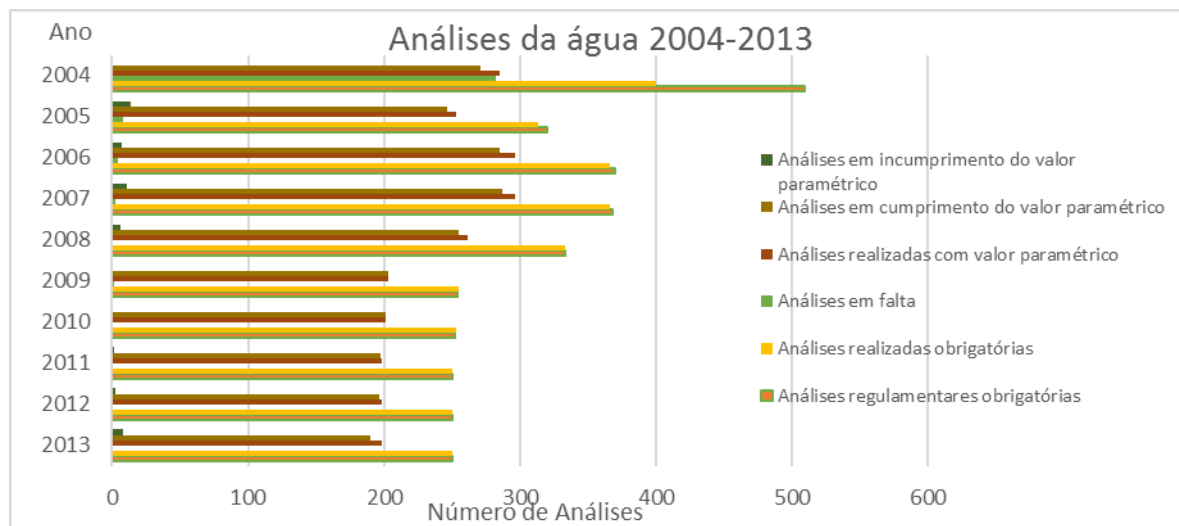
Sapadores florestais. Fonte: Pessoal ao serviço (N.º) como sapadores florestais por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Instituto de Conservação da Natureza e Floresta

**1.3 Águas**

**1.3.1 Análises da água**

Entre 2004 e 2013, a grande maioria das análises obrigatórias foram efetuadas, com a exceção do ano 2004, em que das 509 análises obrigatórias não foram realizadas 282 (55,4%).

**Gráfico n.º 10.4**



*Análises da água 2004-2013; Fonte: Qualidade (N.º de análises) das Águas para consumo humano por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Parâmetro de qualidade; Anual - INE, Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos*

Em relação ao cumprimento dos parâmetros (bacteriológicos, químicos, etc.), a grande maioria das análises recolhidas anualmente encontrava-se dentro dos parâmetros exigidos. No ano de 2004 ocorreu o maior número de análises em incumprimento (14), enquanto que nos anos de 2009 e 2010 não se registaram incumprimentos nas análises.

A partir de 2007, houve uma diminuição do número de análises em incumprimento, visto que, posteriormente, nenhum ano registou um número de análises em incumprimento superior a 10.



Tabela n.º 10.3

<b>Análises e tipo de análises da qualidade da água</b>						
<b>Período de referência dos dados - 2014</b>						
<b>Localização geográfica</b>	<b>Análises regulamentares obrigatórias</b>	<b>Análises realizadas obrigatórias</b>	<b>Análises em falta</b>	<b>Análises realizadas com valor paramétrico</b>	<b>Análises em cumprimento do valor paramétrico</b>	<b>Análises em incumprimento do valor paramétrico</b>
	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>
<b>Portugal</b>	547085	554795	573	423192	416798	6394
<b>Continente</b>	504026	511090	493	391136	385324	5812
<b>Centro</b>	168500	169630	42	130328	128271	2057
<b>Médio Tejo</b>	18610	18926	17	14534	14335	199
<b>Vila de Rei</b>	<b>252</b>	<b>252</b>	<b>0</b>	<b>200</b>	<b>193</b>	<b>7</b>

Tipos de análises efetuadas em 2014; Fonte: Qualidade (N.º de análises) das Águas para consumo humano por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Parâmetro de qualidade; Anual - INE, Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos

No ano de 2014, todas as análises regulamentares foram efetuadas (Tabela n.º 10.3), sendo que destas, apenas 7 estavam fora dos parâmetros exigidos, o que se traduz em 96,5% de água segura.

### 1.3.2. População servida por abastecimento de água

No período compreendido entre o ano de 2001 e 2009, a população do concelho de Vila de Rei foi sempre servida por sistemas de abastecimento de água, com a exceção do ano de 2004, em que 1% da população não tinha acesso a esses sistemas (Tabela n.º 10.4).

Tabela n.º 10.4

<b>Localização geográfica</b>	<b>População (%) servida por sistemas de abastecimento de água</b>								
	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
<b>Portugal</b>	X	X	X	91	92	92	92	91	90
<b>Continente</b>	69	64	92	90	92	92	92	91	90
<b>Centro</b>	96	95	93	94	96	96	96	96	95
<b>Pinhal Interior Sul</b>	97	93	96	96	94	93	92	92	92
<b>Vila de Rei</b>	100	100	100	100	100	99	100	100	100

População servida por sistemas de abastecimento de água; Fontes: População servida por sistemas de abastecimento de água (Série 2006-2009 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual - INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF); População servida por sistemas de abastecimento de água (Série 2001-2005 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual - INE, Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico

### 1.3.3. Captação de águas

O volume de águas captado no concelho, entre 2006 e 2009, situou-se entre os 427 e os 527 milhares de m<sup>3</sup>, sendo que a grande maioria das captações ocorreram a partir de águas de superfície.

Tabela n.º 10.5

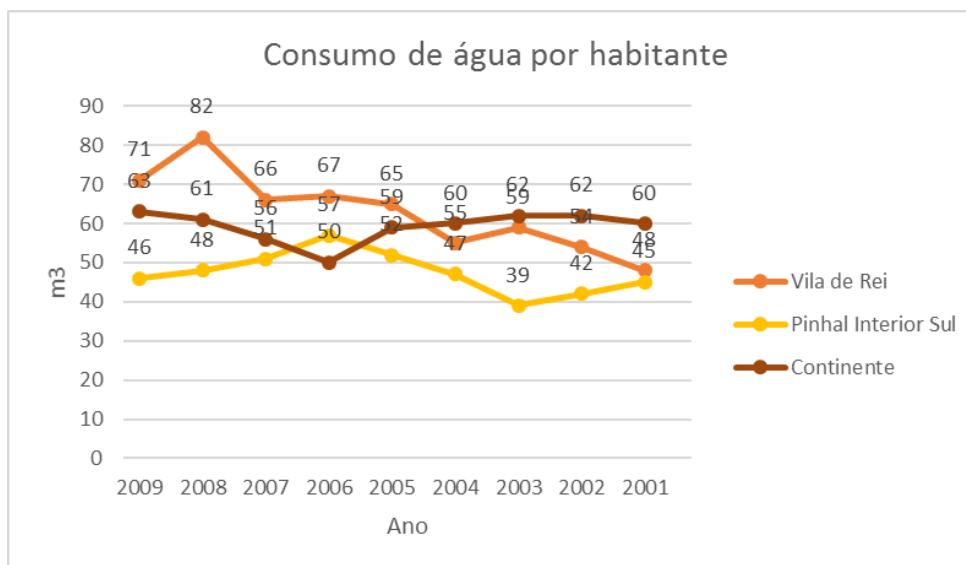
Localização geográfica	Águas captadas (milhares de m <sup>3</sup> ) e Tipos											
	Período de referência dos dados											
	2009			2008			2007			2006		
	Total	Águas Subt.	Águas de Superf.	Total	Águas Subt.	Águas de Superf.	Total	Águas Subt.	Águas de Superf.	Total	Águas Subt.	Águas de Superf.
<b>Portugal</b>	X	-	-	X	-	-	X	-	-	910900	358895	552005
<b>Continente</b>	837469	259597	577872	729990	227366	502624	849061	306661	542400	825118	274569	550549
<b>Pinhal Interior Sul</b>	2067	552	1515	1541	343	1198	3063	1575	1487	15413	10468	1345
<b>Vila de Rei</b>	491	0	491	467	0	467	519	0	519	527	23	505

Águas e tipos de águas captadas; Água captada (Série 2006-2009 - m<sup>3</sup>) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Origem do caudal; Anual - INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF)

### 1.3.4. Consumo de água por habitante

Entre os anos de 2001 e 2009, registou-se um aumento do consumo de água por habitante no concelho. O consumo de água por pessoa foi superior à média do consumo dos habitantes dos restantes habitantes da zona do Pinhal Interior Sul, e a partir de 2005 passou também a ser superior à média dos habitantes de Portugal Continental.

Gráfico n.º 10.5



Consumo de água por habitante; Fontes: Consumo de água por habitante (Série 2001-2005 - m<sup>3</sup>/ hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico; Consumo de água por habitante (Série 2006-2009 - m<sup>3</sup>/ hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF).

### 1.3.5. Consumo de água / Água distribuída

Entre 2001 e 2005, o consumo doméstico de água abastecida aumentou gradualmente, com a exceção de uma quebra ocorrida no ano de 2004. Por sua vez, a água distribuída pela rede pública sofreu variações no seu consumo entre 2006 e 2009, tendo atingido o ponto máximo de consumo (256 m<sup>3</sup> [milhares]) no ano de 2008.

Tabela n.º 10.6

Localização geográfica	Água distribuída (milhares de m <sup>3</sup> )				Consumo de água abastecida pela rede (milhares de m <sup>3</sup> )				
	Período de referência dos dados								
	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
<b>Portugal</b>	x	x	x	576895	657778	667205	661276	652306	644766
<b>Continente</b>	645891	561892	565931	521014	597129	600419	599890	596499	590468
<b>Centro</b>	139459	127389	130298	116787	133556	133344	140001	129219	124686
<b>Pinhal Interior Sul</b>	1786	1497	2016	2265	2203	2013	1675	1833	2002
<b>Vila de Rei</b>	216	256	208	213	210	179	192	179	158

Distribuição/Consumo de água; Fontes: Água distribuída (Série 2006-2009 - m<sup>3</sup>) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Sector consumidor; Anual - INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF).

## 1.3.6. Águas balneares

Tabela n.º 10.7

Ano	Localização geográfica	Águas Balneares					
		Classes de qualidade					
		Total	Excelente	Boa	Aceitável	Má	Sem classificação
2014	Portugal	558	451	59	16	6	26
	Continente	457	379	40	15	2	21
	Centro	150	106	18	11	1	14
	Médio Tejo	15	8	4	2	0	1
	Vila de Rei	5	2	3	0	0	0
2013	Portugal	543	468	31	19	2	23
	Continente	448	384	26	16	2	20
	Centro	140	109	14	6	0	11
	Médio Tejo	14	8	4	2	0	0
	Vila de Rei	5	3	2	0	0	0
2012	Portugal	526	457	38	12	4	15
	Continente	437	378	33	11	3	12
	Centro	138	109	14	5	2	8
	Médio Tejo	14	9	3	1	1	0
	Vila de Rei	5	3	2	0	0	0
2011	Portugal	514	432	52	8	6	16
	Continente	425	358	45	8	5	9
	Centro	132	107	14	5	1	5
	Médio Tejo	14	10	1	2	0	1
	Vila de Rei	5	3	1	0	0	1
2010	Portugal	491	451	32	7	1	0
	Continente	411	374	30	6	1	0
	Centro	123	111	9	3	0	0
	Médio Tejo	12	11	1	0	0	0
	Vila de Rei	4	4	0	0	0	0

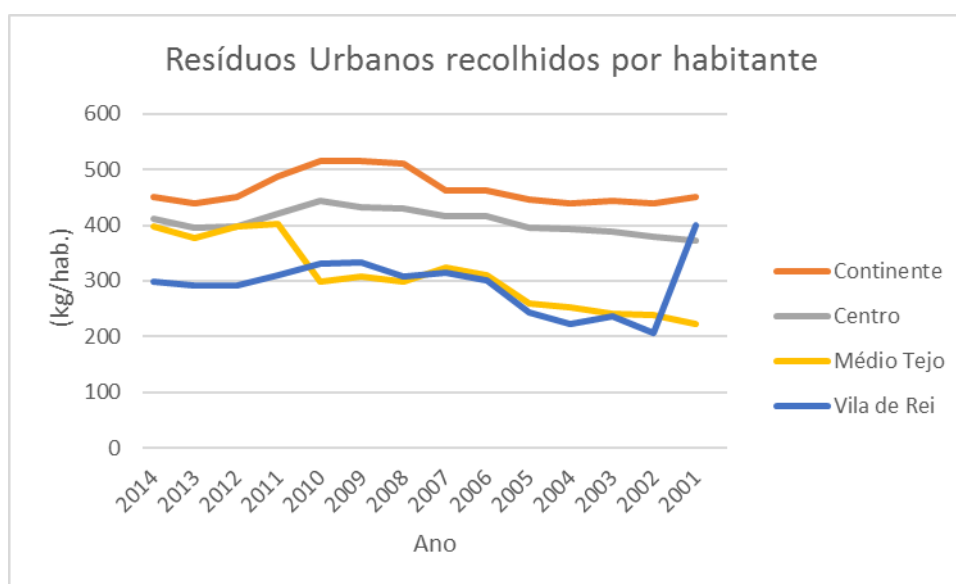
Águas balneares e suas classes de qualidade; Fonte: Águas balneares (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de água balnear e Classes de qualidade; Anual - INE, Instituto da Água, I.P. - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

Em 2010, o concelho possuía quatro localizações de águas balneares, passando a contar com uma outra a partir de 2011. As classificações obtidas foram de Bom ou Excelente nas questões da qualidade (com a exceção de uma localização que, em 2011, não obteve classificação).

#### 1.4 Resíduos sólidos urbanos

A quantidade de resíduos sólidos urbanos recolhidos por pessoa no concelho de Vila de Rei sofreu diversas alterações (Gráfico n.º 10.6). Num primeiro momento, sofreu uma quebra brusca de 2001 para 2002, passando para um aumento gradual até 2010. Posteriormente, ocorreu outra diminuição dos resíduos recolhidos entre 2011 e 2013 e um novo aumento no ano de 2014.

Gráfico n.º 10.6



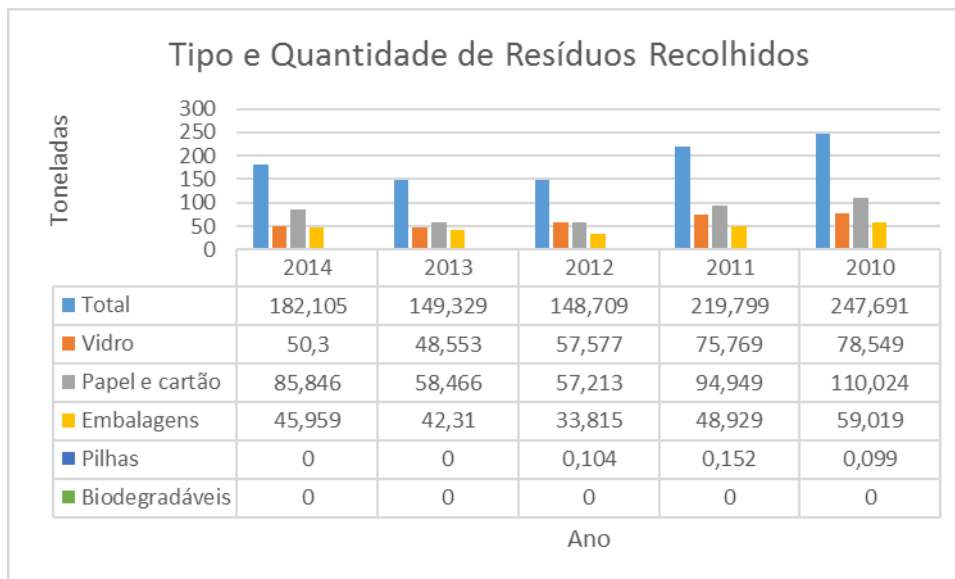
*Resíduos Sólidos Urbanos recolhidos por habitante; Fonte: Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais*

A média de resíduos recolhidos por pessoa foi, regra geral, inferior quer à média das regiões em que o concelho se insere, quer à média do continente, exceto nos anos de 2001 e do período 2008-2010, em que a quantidade de resíduos recolhidos no concelho foi superior à das zonas Centro e Médio Tejo, respetivamente.

##### 1.4.1. Quantidade e tipo de resíduos recolhidos

A quantidade total de resíduos seletivamente recolhidos no concelho diminuiu entre 2010 e 2012, tendo voltado a aumentar entre 2013 e 2014 (Gráfico n.º 10.7). O tipo de resíduos predominantemente recolhido foi papel e cartão, seguido do vidro e das embalagens.

Gráfico n.º 10.7



Tipo e quantidade de resíduos; Fontes: Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de resíduo recolhido seletivamente; Anual - INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (t) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de resíduo recolhido seletivamente; Anual - INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

### 1.5. ETAR

No período entre 2001 e 2009, aumentou a percentagem de habitantes do concelho servidos por uma estação de tratamento de águas residuais (Tabela n.º 10.8), passando de 20% em 2001 para 36% em 2009. Esta percentagem é inferior à das zonas em que o concelho se insere e também à do País.

A percentagem de águas residuais que foram tratadas é de 100% em tratamentos do tipo primário e secundário.

Tabela n. 10.8

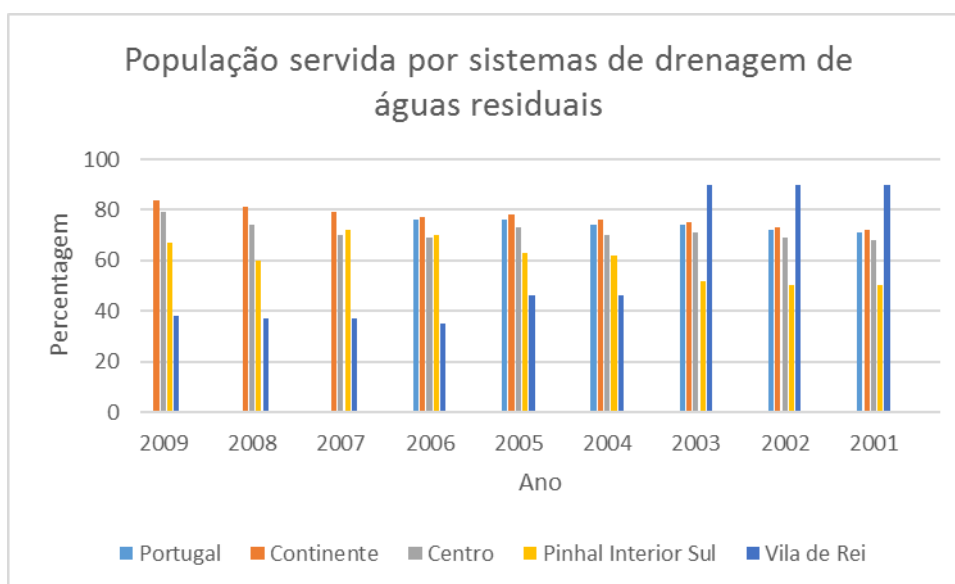
Localização geográfica	Período (%) servida por estações de tratamento de águas residuais								
	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
<b>Portugal</b>	X	x	x	70	64	62	61	57	55
<b>Continente</b>	74	74	69	71	65	63	62	58	56
<b>Centro</b>	71	72	64	64	62	58	59	56	54
<b>Pinhal Interior Sul</b>	49	59	71	68	50	49	38	28	25
<b>Vila de Rei</b>	36	36	35	35	27	27	30	30	20

Percentagem da população servida por ETAR; Fontes: População servida por estações de tratamento de águas residuais (Série 2006-2009 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual - INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais / Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF); População servida por estações de tratamento de águas residuais (Série 2001-2005 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual - INE, Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico.

### 1.6. População servida por sistemas de drenagem de águas residuais

A percentagem da população do concelho servida por sistemas de drenagem de águas residuais diminuiu entre 2011 e 2009 (Gráfico n.º 10.8), contrariando a tendência geral das áreas do Pinhal Interior Sul e a do País.

Gráfico n.º 10.8



*Percentagem da população servida por sistemas de drenagem de águas residuais; Fontes: População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (Série 2006-2009 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual - INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF); População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (Série 2001-2005 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico*

### 1.7. Investimento em gestão de resíduos

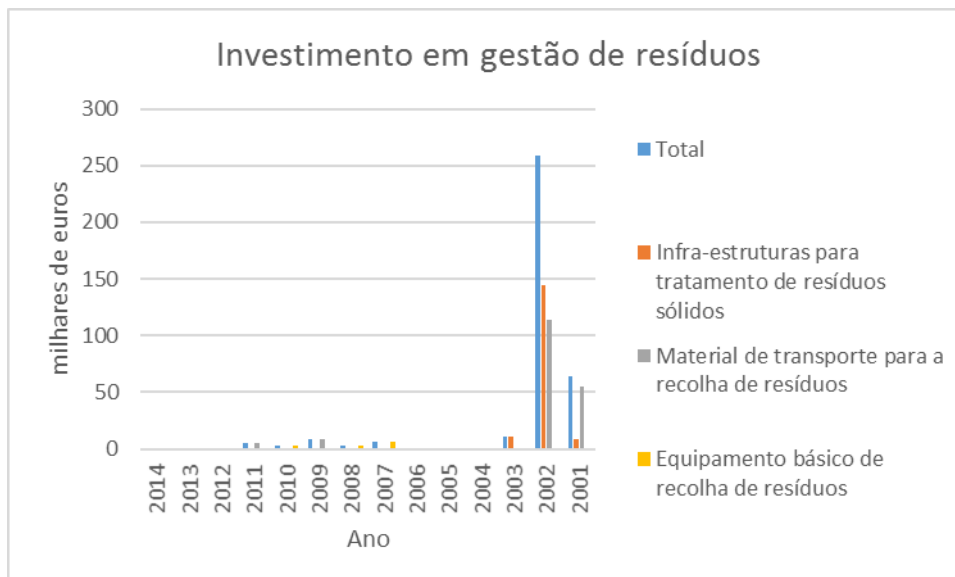
Na maior parte dos anos considerados, o investimento efetuado pelo município foi inferior a 1 milhar de euros para cada categoria. Como exceções destacam-se os anos de 2001, em que houve um investimento de 64 milhares de euros (9 para infraestruturas e 55 para material de transporte de recolha de resíduos) e o ano de 2002, em que houve um maior investimento (com 145 milhares em infraestruturas e 114 milhares em materiais).

Em 2003, o investimento feito na área (11 milhares) foi concentrado nas infraestruturas para tratamento de resíduos.

A partir de 2007, os investimentos em gestão de resíduos feitos pelo município passaram a ser mais reduzidos, tendo-se registado 6 milhares de euros de investimento em equipamentos básicos de

recolha de resíduos (em 2007); 3 milhares de euros (em 2008 e 2010); e de 9 milhares de euros relativos a materiais para transporte e recolha de resíduos (em 2009).

Gráfico n.º 10.9



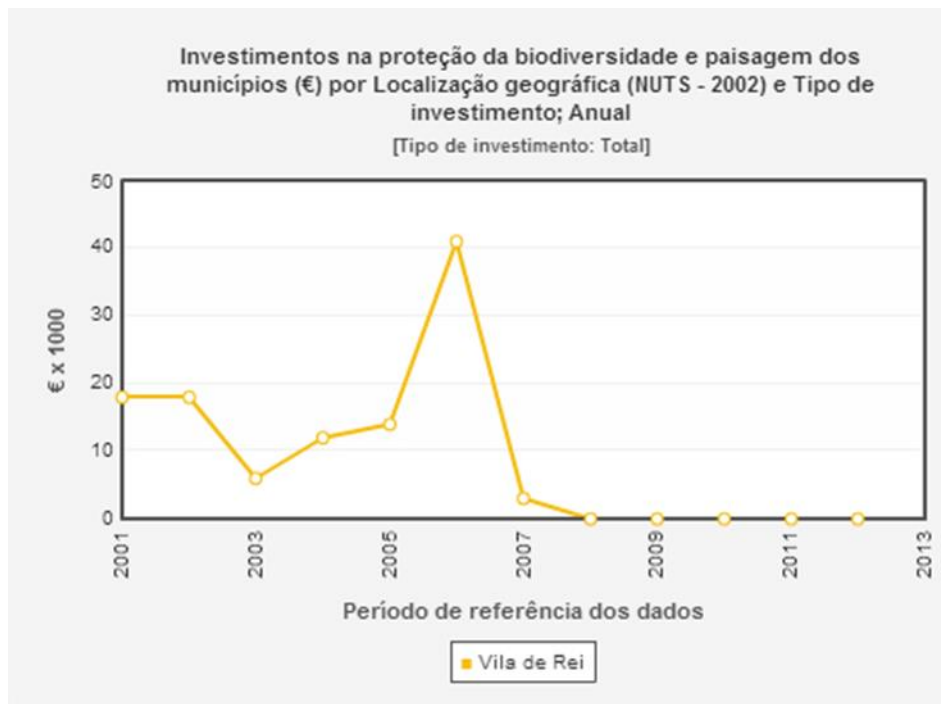
Investimento em gestão de resíduos pelo município; Fonte: Investimentos em gestão de resíduos dos municípios (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de investimento; Anual - INE, Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa.

### 1.8. Investimento na proteção da biodiversidade

Os maiores investimentos (de dinheiro) realizados pelo município para a proteção da biodiversidade, entre 2001 e 2013, foram levados a cabo no período anterior a 2007, centrando-se na prevenção e combate a incêndios florestais (excetuando outros investimentos realizados em 2007).



Gráfico n.º 10.10



Fonte: Investimentos na proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de investimento; Anual - INE, Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa

O maior investimento foi realizado em 2006 (41 milhares de euros), seguido de 2001 e 2002 (18 milhares de euros), 2005 (14 milhares de euros), 2004 (12 milhares de euros), 2003 (6 milhares de euros) e 2007 (3 milhares de euros).

<b>ANÁLISE SWOT</b>	
<b>Ambiente</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede de recolha de RSU e reciclagem fácil de localizar;</li> <li>• Dimensão do concelho, que permite recolhas rápidas de RSU, bem como a possibilidade de ser otimizada com poucos recursos técnicos;</li> <li>• Versatilidade dos técnicos do Município em matéria ambiental e de gestão;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dispositivo de recolha com carências de equipamentos de recolha e poucos recursos humanos;</li> <li>• Parque automóvel destinado à recolha de resíduos em situação de fim de vida útil;</li> <li>• Conhecimento deficiente da rede de abastecimento de águas;</li> <li>• Conhecimento deficiente da rede de saneamento básico do concelho;</li> <li>• Falta de recursos humanos e equipamentos para reparação e manutenção das redes de abastecimento de águas e residuais;</li> <li>• ETAR com necessidades de intervenção com vista à melhoria do seu funcionamento;</li> <li>• Necessidade de um dispositivo de comunicação de falhas e avarias mais eficaz para resposta aos inquéritos da ERSAR;</li> <li>• Rede de abastecimento antiga, com perdas de água no circuito;</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitamento de candidaturas para o cadastro de redes de abastecimento de águas e saneamento básico;</li> <li>• Faseamento de intervenções nas ETAR, na impossibilidade de obtenção de apoios financeiros, com vista à melhoria da sua eficiência;</li> <li>• Mais valia de o Município pertencer à CIMT, que permite um aumento das probabilidades de acesso a apoios e fundos em matéria ambiental;</li> <li>• Otimização da Central de Transferência de Resíduos, a construir, reduzindo desta forma as probabilidades de vitorias frequentes dos organismos da Administração Central, no que toca à gestão e destino final dos resíduos recolhidos no</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ETAR com necessidades urgentes de intervenção, que aumentam as taxas cobradas pela APA, bem como podem conduzir a processos de coima por parte das entidades competentes;</li> <li>• Falta de conhecimento profundo das redes de abastecimento de água e de saneamento básico, que contribui para a redução das possibilidades de acesso a fundos e apoios;</li> <li>• Perda de autonomia em matéria de gestão das redes de abastecimento e de saneamento (fruto das redes e equipamentos existentes em fim de vida útil), forçando o Município a integrar sistemas intermunicipais, com os consequentes aumentos das taxas e tarifas a cobrar aos munícipes;</li> </ul>

<p>concelho;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitamento dos sistemas de informação geográfica de que o Município possui para melhorar os circuitos de recolhas de resíduos, bem como para reduzir custos em matéria de consumo de combustíveis e desgaste de viaturas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de veículo específico para a reciclagem, que pode ser alvo de auditoria por parte da ERSAR.</li> </ul>
--	---

<b>ANÁLISE SWOT</b> <b>Agroflorestal</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dimensão do concelho;</li> <li>• Produtos locais com características diferenciadas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura fundiária de pequena dimensão;</li> <li>• Ausência de cadastro predial dos prédios rústicos;</li> <li>• Abandono e absentismo florestal;</li> <li>• Agricultura de pequena escala e sem expressão comercial;</li> <li>• Idade dos proprietários agrícolas e florestais;</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitamento do Parcelária agrícola (que começa também a englobar propriedades florestais), como esqueleto para a elaboração de um cadastro predial, com o devido apoio do Ministério da Agricultura e a alteração das normas de elaboração de cadastro por parte da DGT;</li> <li>• Nichos de mercado para produtos “estrela” do concelho;</li> <li>• Aproveitamento da internet para a promoção e venda de produtos locais;</li> <li>• Criação de uma marca promocional e identificativa de produtos produzidos no concelho;</li> <li>• Aposta em Certificação de Qualidade dos Produtos Agrícolas e Florestais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Legislação desadequada à realidade local;</li> <li>• Quadros de apoio com regras desadequadas a territórios como o concelho de Vila de Rei;</li> <li>• Cópia de modelos de gestão territorial e de produção de produtos agroflorestais desenquadrados das características do concelho;</li> <li>• Grande distribuição, que baixa o valor acrescido dos produtos de qualidade produzidos no concelho.</li> </ul>